



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



***BALANÇO DE
MEIO-TERMO
DO PROGRAMA
DO GOVERNO
2005-2009***

MAPUTO, MARÇO DE 2008

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	2
II. AMBIENTE MACROECONÓMICO INTERNACIONAL	2
III. AMBIENTE SÓCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO NACIONAL	6
III.1 OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	6
III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA.....	17
III.3 PRODUÇÃO GLOBAL	17
III.4 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	18
III.5. INFLAÇÃO	Error! Bookmark not defined.
III.6 BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	Error! Bookmark not defined.
III.7. FINANÇAS PÚBLICAS	Error! Bookmark not defined.
IV. OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO	Error! Bookmark not defined.
V. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS POR PILAR	18
V.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	34
A. AGRICULTURA	34
B. INFRAESTRUTURAS.....	46
C. PESCAS	68
D. RECURSOS MINERAIS	75
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	86
F. TURISMO	94
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	100
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL.....	106
V.2. CAPITAL HUMANO.....	109
A. <i>EDUCAÇÃO E CULTURA</i>	109
B. <i>SAÚDE</i>	115
C. <i>TRABALHO</i>	119
D. <i>MULHER FAMILIA E ACÇÃO SOCIAL</i>	119
E. <i>JUVENTUDE E DESPORTOS</i>	125
V.3. GOVERNAÇÃO	129
A. <i>REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO</i>	129
B. <i>JUSTIÇA</i>	137
C. <i>SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA</i>	141
D. <i>COMUNICAÇÃO SOCIAL</i>	142
E. <i>RELAÇÕES EXTERNAS</i>	143
F. <i>DEFESA</i>	146
G. <i>LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA</i>	150
H. <i>RELIGIÃO</i>	151
V.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS	151
A. GÉNERO	Error! Bookmark not defined.
B. HIV/SIDA.....	Error! Bookmark not defined.
C. AMBIENTE	Error! Bookmark not defined.
D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO	Error! Bookmark not defined.
E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Error! Bookmark not defined.
F. DESENVOLVIMENTO RURAL	Error! Bookmark not defined.
G. CALAMIDADES.....	Error! Bookmark not defined.
H. DESMINAGEM	Error! Bookmark not defined.

I. INTRODUÇÃO

O documento adopta a estrutura do Balanço do Plano Económico e Social, principal instrumento de monitoria e avaliação da acção governativa. A fonte de informação para o presente documento são os relatórios anuais de balanço dos planos económicos e sociais submetidos à Assembleia da República e as matrizes de avaliação de meio-termo dos sectores e províncias.

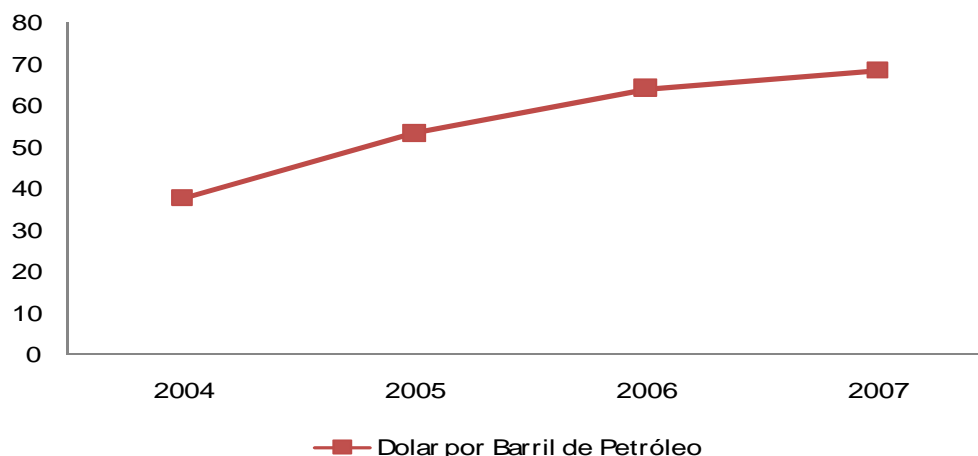
O balanço apresenta uma avaliação quantitativa e qualitativa de desempenho através das principais realizações desenvolvidas até 2007 no âmbito da implementação do Programa do Governo 2005-2009, e tem como ano de referência o ano 2004, e consiste em 4 grandes capítulos: (1) Ambiente Macroeconómico Internacional, (2) Ambiente Sócio-Económico e Demográfico Nacional, (3) Objectivos e Prioridades Centrais do Governo e (4) Objectivos e Estratégias Especificas por Pilar.

No ambiente macroeconómico internacional apresenta-se a evolução da economia mundial o que permite visualizar em que condições económicas internacionais o Governo implementou o Programa Quinquenal nos primeiros 3 anos; no ambiente sócio-económico e demográfico nacional é apresentada a situação sócio-económica e demográfica do país, incluindo a execução das finanças publicas; no capítulo dos objectivos e prioridades centrais do Governo é feita uma avaliação dos grandes objectivos do Governo paralelamente com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, dado que este tem orientado em grande medida as intervenções do Governo no presente quinquénio. No capítulo dos objectivos e estratégias especificas por pilar são apresentadas as principais realizações dos diversos sectores, incluindo as de natureza transversal. Estas realizações traduzem a acção do Governo e de outros agentes, nomeadamente o sector privado, parceiros de cooperação, sociedade civil, confissões religiosas e outros, dado que todos têm contribuído para o desenvolvimento do país.

Dada a dimensão e impacto multi-sectorial dos assuntos transversais, e para melhor visualização do seu impacto, a sua avaliação encontra-se descrita num capítulo específico, o qual integra para além das áreas tradicionalmente identificadas pelo Programa do Governo, o desenvolvimento rural, a ciência e tecnologia e a segurança alimentar e nutrição, identificadas no PARPA II como transversais, assim como as acções dos demais sectores em todas áreas transversais.

II. AMBIENTE MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

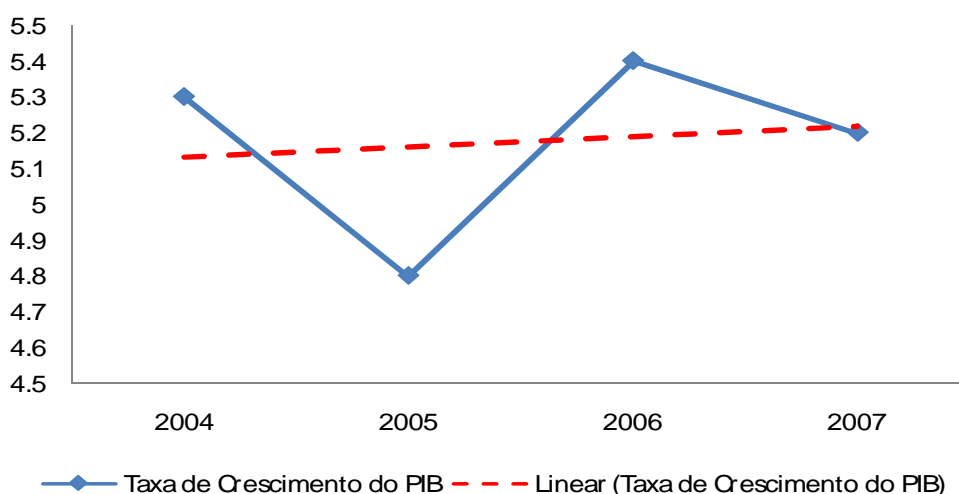
O Programa do Governo 2005 – 2009 está a ser implementado num contexto em que o Mundo sofre adversidades, quer políticas, económicas e Sociais. Neste período, a política externa é caracterizada por grandes tensões entre potências, situação que tem abalado a solidez da economia mundial, verificando-se alguma degradação nos mercados, sobretudo o petrolífero.

Evolução do Preço Petróleo bruto

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2007

Os preços apresentados no gráfico acima, representam a Média simples de três preços spot (APSP); Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh.

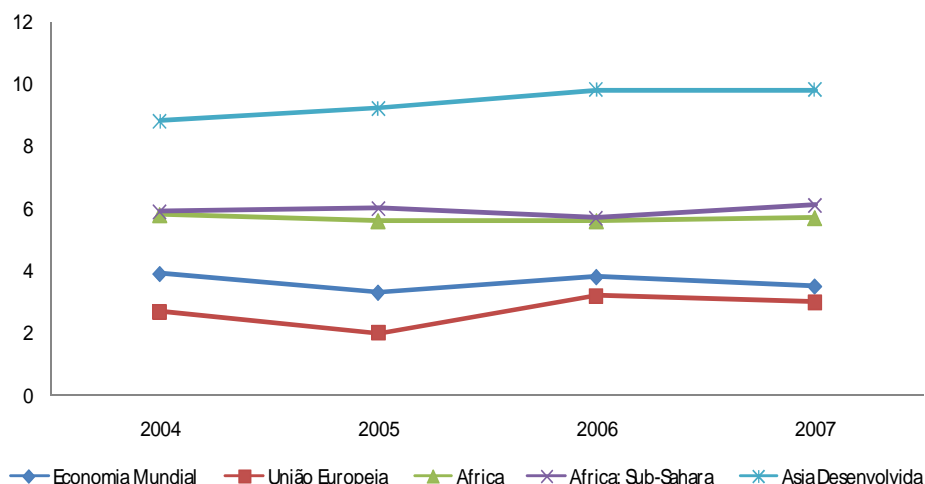
A volatilidade da oferta no mercado petrolífero, e a elevação dos preços das principais mercadorias tem condicionado a evolução da economia mundial.

Taxa de Crescimento do PIB Global

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2007

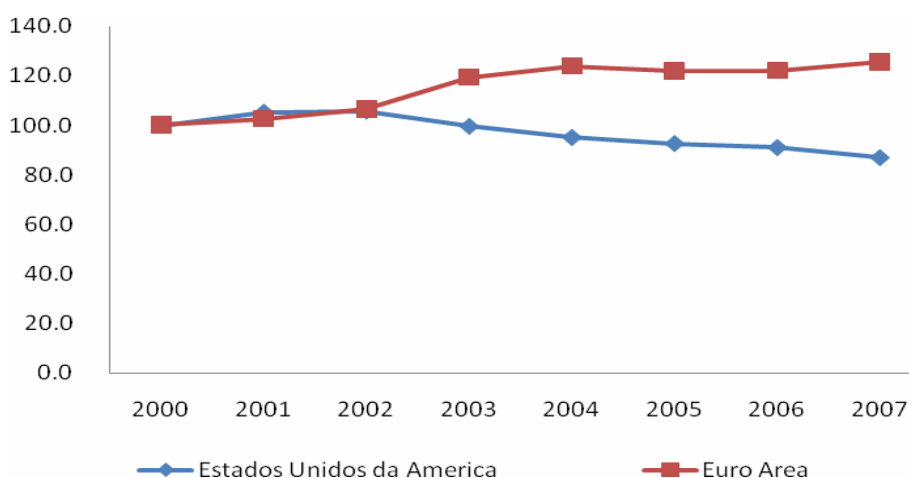
Neste período, a economia mundial tem passado por processos de reestruturação, evidenciando um conjunto de países emergentes que vêm dando uma nova dinâmica ao Contexto Internacional, destacando-se o Brasil, Rússia, Índia e China.

A economia mundial mantém o seu ritmo de expansão a níveis médios de 5% ao ano, desde 2003, completando o maior ciclo contínuo de expansão econômica desde a década de 70. Este crescimento, tem tido grande suporte da China e Índia, que crescem a taxas superiores a 10% ao ano.

Comparação de taxas de crescimento do PIB

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2007

Apesar das situações que tem atribulado o contexto internacional, A África Sub-Sahariana, tem mostrado resistência a choque, mantendo assim altos níveis de crescimento do Continente. Moçambique tem sabido tirar externalidades positivas desta envolvente

Taxa de Câmbio Efectiva**Taxa de Câmbio Efectiva**

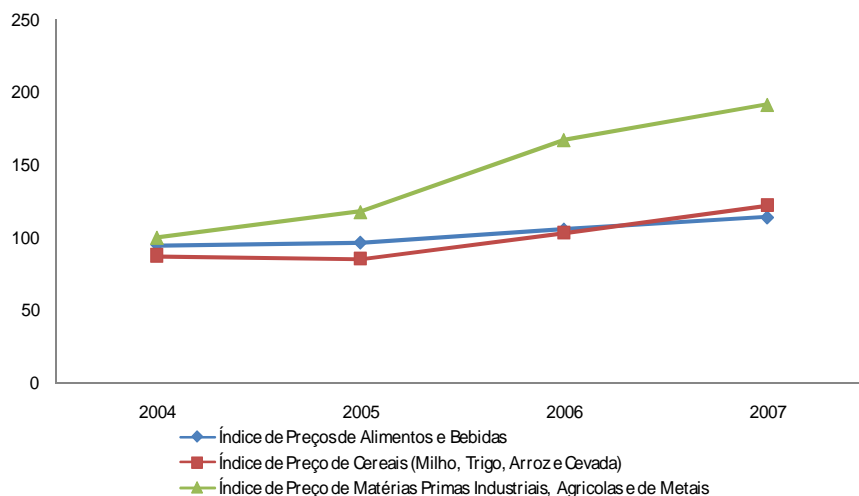
Fonte: OECD Economic Outlook 82 database

O dólar Norte Americano, tem perdido valor face a sua concorrente Europeia, numa média de 0,7 Eur/usd. A taxa efectiva do dólar, tem descido numa média anual de 2,1%, e a taxa efectiva do euro, crescido a uma taxa média de 2,9% ao ano. Esta situação, da indicações de uma provável descida de volume de importação no Mundo, que terá de ser compensada pela China e/ou Índia.

Portanto, esta depreciação do dólar face as principais moedas no mercado cambial, tem afectado as trocas comerciais de Moçambique, visto que os principais produtos no mercado internacional, tendem a manter valor, se cotados em Euros.

Preços de Matéria-Prima

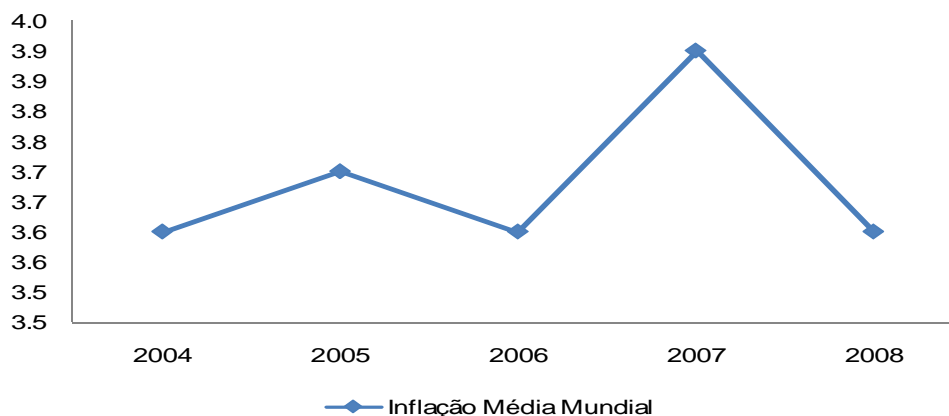
Preço de Matérias-Primas (Mercado Internacional)



Fonte: OECD Economic Outlook 82 database

Ao longo deste período, com a permanente turbulência no preço do Barril de petróleo nos principais mercados; os outros preços tornaram-se instáveis. Destacando-se os preços da matéria-prima industrial e agrícola; dos alimentos e bebidas; dos minerais e metais. Esta situação balança os níveis de inflação mundial, principalmente das economias menos estáveis.

Inflação Mundial



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Outubro 2007

Apesar da vulnerabilidade do IPC mundial, as grandes economias conseguiram, através de políticas monetárias contracionistas e fiscais restritivas, balancear os níveis de inflação para patamares de 3.5%.

III. AMBIENTE SÓCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO NACIONAL

III.1 OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

O objectivo central da acção governativa no período 2005-2009 é a redução da pobreza absoluta, através da promoção do desenvolvimento social e económico, sustentáveis. Esta visão integra objectivos alcançáveis a curto, médio e longo prazos consubstanciados nos planos de desenvolvimento nacional e nas estratégias de combate a pobreza e ao HIV/SIDA, bem como nos programas de âmbito regional, continental e internacional, com maior destaque para a Nova Parceria de Desenvolvimento para Africa (NEPAD) e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

A Declaração do Milénio assumida em Setembro de 2000 por 147 países, incluindo Moçambique, contempla 8 Objectivos a serem atingidos no período 1990 – 2015, correlacionados a 14 metas e 48 indicadores para a monitoria do desenvolvimento humano. Para a monitoria e avaliação destes objectivos, foi preciso ajustar as metas no contexto e realidade nacional tendo em conta o nível de desempenho de Moçambique no contexto dos ODMs. Por exemplo, os indicadores sugeridos pelas Nações Unidas nem sempre são possíveis de recolher anualmente pelo que, nestes casos, são escolhidos indicadores mais apropriados.

O acompanhamento dos ODMs, tem sido feito através dos Balanços do Plano Económico e Social (BdPES) anuais e através de relatórios, tais como: *Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* produzido pelo Governo e as Nações Unidas, em 2005 e *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2005 “Desenvolvimento Humano até 2015: Alcançando os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio”* (PNUD, 2006).

O presente balanço reporta as acções desenvolvidas no âmbito do PQG 2005-2009 para o cumprimento dos ODMs, no período 2005-2007. Este exercício interliga os objectivos definidos no PQG, indicadores seleccionados, respectivas metas anuais e algumas acções realizadas para o cumprimento dos mesmos. Contudo, importa realçar que alguns indicadores são colectados anualmente e reportados nos diferentes balanços do PES, na base na informação sectorial, e outros são somente verificáveis a médio e longo prazos (através de inquéritos quantitativos (ex: IAF, QUIBB, IDS), e/ou estudos qualitativos).

1. Erradicar a Pobreza e a Fome

“No presente quinquénio as prioridades do Programa do Governo assentarão na consolidação dos resultados alcançados no que respeita ao crescimento económico e redução da pobreza. Nestes termos, os objectivos no âmbito do desenvolvimento económico concentram-se na: Erradicação da pobreza absoluta, redução das desigualdades sociais, e redução das assimetrias de desenvolvimento das regiões do país; Manutenção do crescimento económico acelerado, abrangente, e sustentado” (PQG, Pág.67)... “Promover a melhoria do estado nutricional da população, em particular, das crianças, incluindo a prevenção e tratamento das carências nutricionais “ (PQG, pág.35);

Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que vive em extrema pobreza absoluta ou que sofrem de fome.

A linha da pobreza nacional é definida em termos do valor total do consumo per capita, que varia entre 5 e 20 meticais por pessoa por dia, dependendo da região.¹ O índice de pobreza baixou de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003, representando uma redução de mais de 15% em 6 anos, ou 2,6% por ano em média. De acordo com estes dados, Moçambique ultrapassou a meta estabelecida no PARPA I (2001-2005), que previa uma redução da pobreza de cerca de 70% em 1997 para 60%. Assumindo uma tendência linear, é necessário reduzir a proporção por 0,8% por ano para atingir a meta de 44% proposta no *Relatório Sobre os ODMs*.

Com uma continuação do forte crescimento económico, média 8% ano (de 1996 a 2007) e durante a maior parte da última década, no período até 2015, esta meta será muito provavelmente atingida.

Quadro: Indicadores - Crescimento Económico e Pobreza

Descrição	1997	2003	2004	2005	2006	2007	Prev. 2009 (PARPA ii)	Prev. 2011	Prev. 2015
Taxa crescimento do PIB (%)	11.1	6.5	7.9	8.4	8.5	7.3	7.0	7.0	-
População abaixo da linha de pobreza (% do total)	69.4	54.1	-	-	-	-	45.0	-	44.0

Fonte: INE, MPD

No que se refere à prevalência do baixo peso em menores de cinco anos e os níveis de mal nutrição, uma redução de 0.6% por ano no período 2004 – 2015 será suficiente para atingir a meta de 17% estabelecida no *Relatório Sobre os ODMs* (2005). Ainda, em 2007, contrariamente ao planificado não se iniciou com a implementação dos Postos Sentinela de Vigilância Nutricional (meta 2007- 55% postos sentinela funcionais) devido a necessidade de revisão da metodologia proposta. Atinente a criação da capacidade para a Reabilitação Nutricional, no âmbito do *Programa de Reabilitação Nutricional (PRN)*, há ainda necessidade de se intensificar as formações nos próximos anos, como forma de abarcar todos os Distritos do País para melhoria da implementação do PRN e respectiva monitoria que deve ser contínua, a todos os níveis, que permita realizar um diagnóstico preciso da situação actual do Programa no País e avaliar o impacto do mesmo sobre as taxas de desnutrição infantil.

Ainda neste capítulo, realçar a elaboração do Plano de Acção da Redução da Pobreza Absoluta (PARPAII), documento que *deriva do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009* e contempla a *contribuição e participação da Sociedade Civil e à adequada utilidade da contribuição dos Parceiros Internacionais, na definição da estratégia de crescimento económico e de redução da pobreza centrando a atenção nas formas de solução do baixo nível médio de vida das camadas mais desfavorecidas, que actualmente corresponde ao nível de pobreza absoluta (PARPA II, pp.1-2)* e referir que apesar dos avanços significativos verificados nas diferentes áreas, continuam enormes os desafios para reduzir a pobreza absoluta, a

¹ Veja "Pobreza e Bem-estar em Moçambique", 2004, pág.37

fome e a promoção do crescimento económico rápido sustentável e abrangente, considerado um aspecto intrínseco interligado a este ODM1 a todos outros ODMs. Ligado a este aspecto, reflectir sobre a abordagem do crescimento económico alcançado e seu impacto na redução da pobreza, incluindo análises sobre as desigualdades no meio rural e urbano e a questão do aumento da pobreza urbana.

Para o efeito, há necessidade de se realizar avaliações, estudos aprofundados sobre estas temáticas, usando análises qualitativas e quantitativas por forma a entender as dinâmicas, o modo de vida das populações, quer nas zonas rurais e urbanas e que permitam o desenho de políticas, estratégias e de acções harmonizadas e coordenadas de modo a acelerar e/ou criar sinergias no alcance dos objectivos preconizados - a redução da pobreza e o crescimento e desenvolvimento sustentável.

2. Atingir a Educação Primária Universal

Segundo o PQG (2005-2009), “os serviços de educação devem garantir os seguintes objectivos: “Expandir as oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e relevante, com equidade, a todos os níveis do sistema nacional da educação tendo em conta a redução das disparidades regionais e de género (PQG, pág 13);... e desenvolver as seguintes acções: Ensino Primário do 1º grau (EP1) - Aumentar a taxa líquida de escolarização para 90%, em 2009; Aumentar a taxa de conclusão no EP1 dos actuais 43% para 80%, correspondentes a cerca 500 mil graduados, em 2009; Ensino Primário do 2º grau (EP2): - Proceder à progressiva integração do EP2 em escolas do EP1 capacitando-as para oferecer o ensino primário completo; Expansão e consolidação do sistema de ensino - Alfabetização e Educação de Adultos: Reduzir em 10% a taxa de analfabetismo entre a população jovem e adulta, actualmente estimada em 54%, o que corresponde a alfabetizar 1.500.000 cidadãos, até 2009, partindo dos actuais 1.000.000 alfabetizados (PQG, pp. 15-19).

Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.

No país, registam-se avanços significativos na expansão do ensino com aumentos significativos no ingresso tanto de raparigas como de rapazes.

A taxa líquida de matrícula (TLM) a nível do EP1 aumentou substancialmente entre 1997 e 2006, passando de 44% para 88.3%. Em termos da tendência simples linear, uma taxa de aumento, em média de 2,6% por ano será suficiente para atingir a meta de 100% em 2015.

Em termos de cobertura escolar, a taxa líquida de escolarização no Ensino Primário (EP1+EP2) situa-se em 94.1%, dos quais 90.9% de raparigas (2007), superando em 5%, a meta prevista (90%) no PQG 2005-2009 (sendo 93% a meta para 2009, segundo o PARPAII). Até 2007, um total de 3.866.906 alunos frequentaram o EP1, o que corresponde a um crescimento de 7.5% comparativamente ao ano de 2006 e superando a meta 500.000 de graduados EP1 do PQG para 2009.

A taxa bruta de admissão aumentou de 52.5% de 2006 para 70.7% em 2007, superando o planificado (67.3%) em 3.4%. No Ensino Primário do 2º Grau, o número de alunos cresceu em 24.2% comparativamente ao ano de 2006, isto é, um acréscimo de mais 120 mil alunos em relação ao número registado em 2006.

Relativamente a alfabetização e educação de adultos, a taxa de alfabetização de pessoas entre 15-24 anos passou 52.1% (1997) para 58.1% (2003). Assim para a taxa de alfabetização de pessoas de 15 e mais anos, de 39.5% (1997) passou para 53% (2004) (43% em 2009, meta do PARPA II).

Contudo, embora as taxas apresentadas apontem para uma evolução positiva para este ODM2, para se atingir a meta em 2015, serão ainda necessários grandes investimentos em recursos humanos e financeiros substanciais no sistema (um aumento em média de 5,1% por ano no período 2004 – 2015 para atingir a meta em 100%). Aliado a este aspecto, deve-se reflectir sobre os esforços de expansão do acesso sobre a melhoria da qualidade do ensino (habilidade dos alunos, serviços disponibilizados, formação de professores, currículo escolar, etc.)

3. Promover a Igualdade de Género e o Empoderamento da Mulher

No âmbito do desenvolvimento da Mulher, o PQG, visa “prosseguir com a elevação da consciência da sociedade sobre os direitos da mulher; Reforçar a participação da Mulher nos órgãos de tomada de decisão, a todos os níveis e em particular nos domínios da vida política económica, social e cultural, garantindo-lhe a igualdade de oportunidades e recorrer à discriminação positiva sempre que se afigure necessária; Incentivar a participação das mulheres nos cargos de liderança e de tomada de decisão aos diferentes níveis; Elevar o nível de educação da mulher através de medidas que estimulem o acesso e o sucesso de raparigas nas escolas” (PQG, PP. 42-43);

A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.

A diferença em termos de género no ensino primário está a ser reduzida gradualmente a nível do ensino primário do primeiro grau (EP1). O rácio de raparigas por rapazes² no EP1 melhorou de 0,71 (1997) para 0,9 (2006)³. A nível do ensino primário do segundo grau (EP2) e secundário, o rácio é mais baixo e não registou nenhuma melhoria desde 1997, cerca de 0,7. Significa que, para cada três rapazes existem apenas duas raparigas. Estas tendências mostram que a meta de se atingir a paridade de género no EP1 provavelmente será atingida antes do 2015. Contudo, as metas referentes ao ensino primário do segundo grau (EP2) e ao ensino secundário exigem uma atenção especial para que possam ser atingidas até 2015.

A taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 passou de 81,2% em 2005 para 86,3% em 2006 (previsão 86%), com a percentagem de raparigas a frequentar o EP1, aumentando de 46,3% em 2005 para 46,8% (2006). No EP2 a percentagem de raparigas foi em 2006 de 41,9% enquanto que, no ESG1 e ESG2 foi de 42,2% e 38,9%, respectivamente. A taxa de conclusão das raparigas no EP2 foi de 28.8% em 2006. A taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe foi de 70.0% em 2007.

De acordo com esta tendência a meta de se atingir a paridade de género no EP1 provavelmente será atingida antes do 2015. contudo, para que se alcance as metas

² O rácio de raparigas por rapazes é derivado de (Raparigas/Total): $(1 - \text{Raparigas/Total}) = \text{Raparigas/Rapazes}$. A proporção de raparigas no EP1 foi de 41,4 em 1997 e de 45,3 em 2003.

³ Fonte: INE e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

do ODM3 em 2015, atenção especial deve ser dada a continuidade de acções de sensibilização às raparigas e na redução dos desequilíbrios de género aos diferentes níveis em especial as metas referentes ao ensino primário (com enfoque para os distritos que apresentam percentagem abaixo de 45% de presença da rapariga no ensino básico) do segundo grau (EP2) e ao ensino secundário (ESG) exigem uma atenção especial para que possam ser atingidas até 2015.

4. Reduzir a Mortalidade Infantil

O PQG (20095-2009), apresenta os seguintes objectivos para a área de “prestação dos cuidados de saúde: Reduzir a incidência e a prevalência de doenças preveníveis através da vacinação de criança dos 0 aos 23 meses de idade, das crianças em idade escolar e mulheres em idade fértil, atingindo uma cobertura vacinal não inferior a 80% em crianças e mulheres grávidas e não inferior a 42% em mulheres em idade fértil” (pág.34)

Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos

Uns dos indicadores para acompanhar este ODM4 é a taxa de mortalidade abaixo de cinco anos (taxa de mortalidade infanto-juvenil). Esta taxa é medida pelo INE no IDS, utilizando a *média das taxas dos dez anos anteriores* significando que, para atingirmos o objectivo estabelecido no *Relatório Sobre os ODMs* numa taxa de 108 mortos por 1,000 nados vivos (em termos da média dos dez anos anteriores), o nível actual da taxa no fim do período devem continuar a baixar. Em termos de metas foi registada redução de 235% (2004) para 152%(2006)⁴. No que se refere à taxa de mortalidade infantil, isto é, o número de crianças que morrem no primeiro ano da vida por 1,000 nados vivos, a meta passou de 158% (1994) para 105% (2006)⁵.

No período em análise, em relação a cobertura vacinal integral em todas as componentes, tem-se registado em média um cumprimento em 100% (programado) nas taxas de cobertura VAS e DTP/Anti-pólio, na HB 3ª dose e na taxa de cobertura do BCG respectivamente, conforme mostra a Quadro abaixo:

Quadro: Coberturas Vacinais 2005/2009

Descrição	2005	2006	2007	Meta 2007*	Meta 2009*
BCG	100%	100%	100%	90%	90%
VAS	97%	100%	93.4%	75%	85%
DPT/Anti-Pólio e HB(3ª)	87%	100%	95%	75%	80%

Fonte: PAV-MISAU-OC

Meta *2007 e 2009*- valores propostos para a revisão

Em termos de desempenho, análise é positiva uma vez que supera o programado pelo PQG 2005-2009, onde a *cobertura vacinal não deve ser inferior a 80% em crianças e mulheres grávidas e não inferior a 42% em mulheres em idade fértil; A*

⁴ Fonte: INE e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

⁵ Fonte: INE e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

este ritmo será possível alcançar a meta em 2015. Contudo, o esforço se centra na necessidade da melhoria do acesso e qualidade dos serviços prestados, na componente de saúde preventiva, monitoria e diagnóstico, expansão do TARV pediátrico (que continua a ser muito lento (ex: só 6.320 crianças foram abrangidas em 2007 (meta 11.820 crianças <15 anos) representando 53% do programado), dentre outras acções ligadas à saúde materno-infantil).

5. Melhorar a Saúde Materna

O PQG (20095-2009), apresenta os seguintes objectivo “Aumentar o acesso aos cuidados obstétricos essenciais básicos, completos e redução da taxa de mortalidade devido a complicações obstétricas, alcançando uma cobertura de cerca de 60% dos partos institucionais no final do período e reduzir a taxa de mortalidade Materna intra-hospitalar para 100/100.000 nados vivos e a prestação dos cuidados de saúde materno – infantil nas Unidades Sanitárias”(pág. 34);

Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

A taxa de mortalidade materna (óbitos maternos/100.000 mulheres grávidas) aumentou de 182 em 2005 para 190 em 2006. As Províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Sofala similarmente a 2005, continuam a registar as mais altas taxas de mortalidade materna. As mais baixas taxas de mortalidade foram registadas nas províncias de Maputo Província e Cidade.

A taxa de mortalidade materna intra-hospitalar tem tido uma tendência ascendente. De Janeiro à Dezembro de 2007 a taxa foi de 198/100.000 Nados Vivos (NV), contra 191/100.00 NV em 2006. Este aumento pode ser justificado pela chegada de mais mulheres às US devido a melhoria de serviços prestados (COEB), havendo por outro lado um esforço das provedoras em melhorar a qualidade dos serviços e do sistema de registo. No que se refere a cobertura de partos institucionais, esta decresceu de 50.1% em 2005 para 48.4% (previsão 51%) em 2006 e, em 2007, o desempenho foi de 51.9% (contra 52% previstos).

A Província do Niassa apresentou as mais elevadas coberturas de consultas pré-natais e pós-parto tanto em 2005 como em 2006. Maputo Cidade foi a que maior cobertura de partos institucionais registou correspondendo ao dobro da média Nacional. De notar, que a cobertura de partos institucionais constitui um ponto fraco de desempenho da Saúde Sexual Reprodutiva e continua a ser um desafio para o sector. Neste ponto é de reiterar a importância da Avaliação das Necessidades em Saúde Materna e Neonatal que dentre outros achados poderá orientar na estratégia da promoção do parto institucional.

Este cenário indica que a estes ritmos não se poderá alcançar a meta do ODM5. A taxa de mortalidade materna deve ser profundamente analisada e delineadas medidas e intervenções, mecanismos de monitoria para acelerar/melhorar o desempenho nesta componente saúde materna, uma vez que, em termos de acesso e serviços prestados estes têm vindo a registar progressos no período em análise.

6. Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças

Neste âmbito, o PQG 2005-2009 visa "reduzir o impacto das doenças endémicas na saúde da população, nomeadamente o HIV/SIDA, tuberculose, lepra e malária". No âmbito do HIV/SIDA propõem-se a redução do número de novas infecções do nível actual de 500 por dia, para 350 em 5 anos e 150 em 10 anos e transformar o combate ao HIV/SIDA numa urgência nacional" (PQG, PP. 34, 107);

A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual.

Segundo as projeções de impacto demográfico, um pouco mais de 1,6 milhões de pessoas poderão estar infectadas pelo vírus em 2006, sobretudo na faixa etária dos 15 aos 49 anos. Estima-se que 500 pessoas contraem novas infecções diárias do HIV. A maioria de novos casos irá ocorrer entre as pessoas actualmente HIV positivas.

Dados apurados indicam que os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir. Perante este cenário, a prevalência do HIV/SIDA entre crianças e os adultos, 15 a 49 anos de idade, aumentou de forma constante nos últimos anos, passando de 8,2% em 1998 para 13,6% em 2002 e Segundo a última ronda de vigilância epidemiológica de 2004, a seroprevalência a nível do país é de 16.2% (sendo a região centro a mais afectada com 20.4%, a região sul com 18.1% enquanto que a região norte apresenta 9.3%) em 2004, embora varie grandemente entre as três regiões do país.⁶ A diferença de género é particularmente acentuada entre os grupos etários dos 15-19 anos e 20-24 anos, onde a prevalência entre as mulheres é três vezes maior do que a dos homens.

Para contornar este cenário, sector tem vindo a desenvolver várias actividades concorrentes para a intensificação de medidas preventivas, expansão do TARV e do PTV. Em 2007, notou-se um aumento do número de sítios de TARV nas províncias e também do número de pacientes em TARV para 86.000 doentes (51% de crescimento) não tendo sido alcançada a meta anual de 96.000 doentes.

No que se refere a incidência da malária, estima-se que mais de 40% de todos os casos de doentes ambulatoriais e 60% dos casos de pediatria nos hospitais são resultado da malária. Também se estima que a malária é responsável por perto de 30% de todos os óbitos hospitalares. As taxas de prevalência da malária nas crianças com menos de cinco anos de idade podem variar entre 40 e 90%, resultando em até 36.000 óbitos de crianças todos os anos devido apenas a esta doença estimando-se em 30% da mortalidade de menores de cinco anos. Não é conhecida a verdadeira dimensão das perdas económicas atribuídas à malária no país. A maior parte da situação pode ser atribuída, entre outros factores, ao acesso reduzido aos serviços de saúde, que apenas cobrem cerca de 50% da população, bem como a fraca utilização dos serviços de prevenção.

Em 2006/7, continuou-se a registar um ligeiro aumento de casos (5.923.857 em 2006) comparativamente a 5.896.411 em 2005. A letalidade por esta doença manteve-se praticamente estável, 0.07% para 0.08% em 2006. A cobertura da pulverização domiciliária residual atingiu 34% (previsão 25%, 2007) da população, significando um aumento em 136% do programado. através duma estratégia

⁶ A taxa de prevalência em 2002 foi estimada em 16,7% na região centro, 14,8% na região sul e 8,4% na região norte.

integrada de controlo da malária o uso de redes mosquiteiras impregnadas e a Pulverização Intra-domiciliária, o controle larval nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e o início da profilaxia da malária na gravidez (tratamento intermitente preventivo) a nível nacional.

Com vista a reduzir o peso e impacto da malária, em 2007, o sector deverá continuar com o programa de controlo vectorial através das Pulverizações Intra-domiciliárias (PIDOM), distribuição de redes mosquiteiras de longa duração (total 938.950, a expansão dos Testes de Diagnóstico Rápidos (TDR's) e distribuídos 2.000.000 de testes, dentre outra acções.

No âmbito da redução do peso e do impacto da tuberculose (TB) (que em grande parte se apresenta associada ao HIV/SIDA), a taxa de cura foi de 82.0% contra 78.9% de igual período de 2005, o que mostra uma evolução positiva na ordem de 3.1%, atribuído a melhoria da implementação da directa observação do tratamento (DOT), o que garante a toma regular e maior adesão ao tratamento. O DOTS continua em fase de expansão a todos os níveis. A cobertura do DOTS institucional (acesso real a estes serviços) aumentou para 76.6%.

Em termos de avaliação geral, este ODM6 se apresenta sob o risco de não se alcançar a meta em 2015 caso medidas urgentes não forem levadas a cabo pelas instituições/sectores responsáveis e actores-chaves para retroceder esta tendência pelo impacto negativo que pode trazer no cumprimento dos objectivos traçados nos PQG 2005-2009 e compromissos acordados na Declaração de Milénio, analisando a sua relação com os restantes ODMs.

7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

O PQG 2005-2009 nesta área visa “Fortalecer o quadro institucional e legal para o uso sustentável dos recursos naturais, planeamento e ordenamento do território, prevenção e combate a degradação ambiental, avaliação do impacto ambiental e educação ambiental; Assegurar que os recursos naturais no seu todo sejam usados de forma racional e harmoniosa para o desenvolvimento do País; Assegurar a aprovação e implementação da estratégia ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique, por forma a que se tenha uma visão comum sobre o tratamento das matérias ambientais no País; Assegurar que as prioridades ambientais sejam devidamente integradas nos programas de desenvolvimento dos sectores económicos...”(PQG, PP 103-104).

O acesso a água, saneamento e habitação revestem-se de importância crítica para a melhoria das condições de vida da população e para o reforço do desenvolvimento do capital humano. Assim, o Governo prosseguirá os seguintes objectivos:

- *Aumentar a cobertura de abastecimento de água para 60% no ano 2009, servindo cerca de 4 milhões de habitantes, vivendo nas zonas urbanas;*
- *Assegurar a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento; Aumentar a taxa de cobertura para 55% da população servindo cerca de 8 milhões de habitantes, vivendo nas zonas rurais;*
- *Aumentar a cobertura de saneamento urbano para 55% no ano 2009, servindo cerca de 3.8 milhões de pessoas vivendo nas zonas urbanas e peri-*

urbanas; Aumentar a taxa de cobertura do saneamento rural para 40%, de modo a servir cerca de 6 milhões de pessoas vivendo nas zonas rurais; Reabilitar e construir cerca de 8000 fontes dispersas (poços, furos e nascentes)” (PQG, pp.39-40).

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura.

No período em análise, registou-se um aumento do acesso da água potável sobretudo nas zonas rurais. A cobertura de água (total) passou de 42.1 % (2005) para 48.5% (2007), ou seja, 88% da meta programada no Programa do Governo.

Foi concluída a construção e a reabilitação de 5163 fontes dispersas dos quais 2.503 furos, 392 poços e 2.268 reabilitações beneficiando cerca de 7.909.000 pessoas adicionais em todo o país. Com esta execução permitiu alcançar a cobertura média de 44.6%. A taxa de cobertura para o abastecimento de água a zona urbana em 2005 (36.5%), 2006 (37.5%) e em 2007 (40.0%), ou seja 66.6% da meta de 2009 (60%).

Ao nível de Saneamento Peri-Urbano, ao longo dos três anos foram construídas cerca de 26,429 latrinas melhoradas que foram acompanhadas de programas de educação para higiene; capacitação institucional dos Municípios abrangidos pelo projecto de Abastecimento de Água, Saneamento e capacitação institucional das quatro cidades (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chókwè). A taxa de cobertura para o Saneamento Peri-Urbano passou de 40% (2005) para 39% em 2007.

A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais

Nos últimos anos, registaram-se avanços significativos na abordagem da questão ambiental como assunto transversal com destaque no processo de elaboração do PARPA II (2006-2009). Foram também aprovados os seguintes documentos: i) a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS); ii) a Política e a Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial; que são fundamentais na orientação e elaboração de planos de acção ao nível sectorial e territorial, assegurando a integração dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Em termos de análise do ODM7, se pode referir que alguns avanços podem ser destacados. Contudo, a questão do acesso a água deve ser acelerada tendo em conta a demanda existente, ligado ao aspecto da qualidade (água potável). Por outro lado o indicador deve ser reavaliado uma vez que já não responde a dinâmica e realidade actual (“1 fonte para 500 pessoas”. Estudos indicam que 1 fonte de água beneficia muito menos que 500 pessoas derivado da dispersão e mobilidade das mesmas).

Ainda no que se refere ao uso racional dos recursos naturais assunto tem impacto no crescimento económico e no desenvolvimento social e consequentemente na redução da pobreza - este fenómeno que coloca fortes pressões sobre os recursos naturais, uma vez que estes representam a principal fonte de subsistência para a maior parte das famílias - já existem alguns avanços significativos relativamente aos instrumentos e mecanismos orientadores, contudo, acções importantes devem continuar a ser desenvolvidas tais como: na área educação ambiental, na disseminação, divulgação dos instrumentos existentes, na área de planeamento e

ordenamento territorial, a avaliação da sustentabilidade ambiental de projectos, investimento ambiental, na prevenção e controle da degradação dos solos, na poluição do ambiente, o uso de energias renováveis, o abastecimento de água e no saneamento do meio, em condições que não periguem a disponibilidade do recursos e a qualidade do ambiente.

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

O PQG 2005-2009 nesta área visa “promover e intensificar relações diplomáticas com todos os países, no intuito de reforçar as relações de amizade e cooperação, de acordo com os interesses nacionais da Republica de Moçambique; Cooperar com todos os países, especialmente, com os membros da U.A., SADC, CPLP, PALOPs, ACP e países situados ao longo do canal de Moçambique, baseando-se nos laços históricos e culturais e na afinidade de interesses políticos, econômicos e sociais; Desenvolver acções conducentes a redução e/ou eliminação da dívida externa; Promover acções de cooperação com os diversos parceiros, com vista a angariar recursos para a implementação ao do Programa do Governo em prol do desenvolvimento sustentável e equilibrado do País e a erradicação da pobreza; Consolidar o relacionamento privilegiado com os parceiros de desenvolvimento; Contribuir para a promoção da estabilidade política da região austral de Africa; Contribuir para a erradicação de conflitos em Africa, tendo em conta o seu impacto negativo na imagem, no investimento, na credibilidade e nos níveis de confiança e de competitividade do continente africano; Contribuir nos esforços do continente para a materialização da Comunidade Económica Africana incluindo a promoção da Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa, NEPAD (PQG, pp 97-101);

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.

No âmbito das actividades de natureza bilateral e multilateral, o período em análise foi caracterizado por uma intensa actividade político-diplomática, tanto a nível presidencial, ministerial e técnica, incluída a acreditação de novos Embaixadores e/ou Altos Comissários.

Realçar também a participação efectiva do País a nível dos organismos internacionais, com destaque:

- Visita do Presidente da República no Gana e Etiópia, onde participou nas celebrações do 50º Aniversário da independência do Ghana e na VIII Conferência Ordinária da UA, na reunião do Comité de Implementação da NEPAD e no Fórum dos Chefes de Estados e de Governos do Mecanismo de Revisão de Pares (MARP), respectivamente; para a Tanzania onde participou na Cimeira Extraordinária do Órgão da SADC para a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, com o objectivo de analisar a situação política e de segurança na região; para a França, nos trabalhos da 24ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de África e França; para a Noruega, Japão e Vietname em visita oficial; e para a África de Sul no XVII fórum Económico Mundial; visitas no âmbito da Cooperação PALOP-CE, a Bissau, Luanda, Praia e São-Tomé, para concertação e reforço dos mecanismos de implementação do PIR PALOP.

Destacar as negociações e respectivo acordo assinado com Portugal no âmbito da Reconversão da Barragem de Cabora Bassa para Moçambique.

Foi iniciado o processo de preparação do Fórum Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) cujo o lançamento foi a 13 Julho 2006 e desenvolvidas acções subseqüentes para o desenvolvimento da Governação Participativa, através do diálogo entre o Governo e a Sociedade Civil.

Realçar ainda a visita de Sexa, o Presidente da República em Julho a Washington DC para tomar parte na cerimónia da assinatura do Compacto, no âmbito do Fundo do Desafio do Milénio–MCA, no valor de 506.9 milhões de dólares para os próximos cinco anos, destinados a financiar programas de desenvolvimento nas áreas de Água e Saneamento, Estradas e Sector privado, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia.

Neste mesmo período o País recebeu, em visitas oficiais, os Presidentes da República Popular da China e Angola, respectivamente, com resultados políticos e económicos de impacto positivo para a implementação do PQG e do PARPA II que resultou no reforço dos laços de amizade e de cooperação, tendo-se traduzido na assinatura de instrumentos de diversas áreas e em visita de trabalho. Visita do Presidente do Zimbabué a Província de Sofala, por ocasião da assinatura do Acordo sobre o Desenvolvimento do Corredor da Beira, entre os dois países, bem como da inauguração dos depósitos de combustíveis para o Zimbabué.

Ainda no domínio de cooperação e negociação tiveram lugar as Comissões Mistas Moçambique/Malawi e Moçambique/Cuba. Neste domínio tiveram lugar as Comissões Moçambique/Malawi, Moçambique/Cuba, Moçambique/China, Moçambique/Indonésia e Moçambique/Brasil

No prosseguimento da actividade diplomática visando a mobilização de recursos para apoiar programas de redução da pobreza e desenvolvimento de Moçambique, importa destacar, a realização da Revisão Conjunta 2007 que esteve alinhado a realização do VI Observatório de Desenvolvimento, nível central; Participação no Seminário dos países da África Oriental e Austral sobre a implementação da Declaração de Paris e sobre os sistemas de gestão da assistência externa.

Foi concluído e depositado junto do Secretariado do Conselho de Ministros o projecto de Política Nacional de Cooperação.

Participação no Workshop denominado: *"As Dimensões da Pobreza na Região da SADC"* com objectivo a partilha de informação e experiências entre os diferentes sectores dos Estados-Membros, sobre as melhores formas e estratégias comuns a serem adoptadas na região com vista à erradicação da pobreza tendo em conta as Metas de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) e a implementação do Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento da SADC (RISDP) e a criação do Observatório da Pobreza na Região da SADC.

Destacar o lançamento do banco de dados da cooperação "ODAMOZ" e o processo de gestão e coordenação entre MPD, MINEC e parceiros.

III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA

Os resultados preliminares do III Recenseamento Geral da População e habitação, indicam que a população moçambicana em 2007 era de 20.530.714 habitantes, dos quais 52.3% são de sexo feminino. As províncias de Nampula e Zambézia continuam sendo as mais populosas do país, com 4.076.642 habitantes e 3.832.339 habitantes, respectivamente. A província do Niassa, apesar de ser uma das mais extensas do país, continua sendo a menos habitada. Por seu turno, a cidade de Maputo apresenta a maior densidade populacional do país. A grande concentração populacional em determinados pontos do país resulta numa maior pressão sobre os recursos naturais nestes pontos em detrimento de outras e num aumento da demanda de serviços públicos básicos, constituindo assim, um grande peso ao Estado na provisão dos serviços às populações, no concernente à necessidade de mais infra-estruturas básicas e socio-económicas.

No tocante ao HIV/SIDA, dados disponíveis revelam uma tendência crescente do número de novos casos de HIV/SIDA positivos no país. A título ilustrativo, estima-se que o número de casos de seropositivos no país tenha aumentado nos últimos anos, ao passar de 30.332 (2006) para 62.633 casos em 2007. A situação tende a ser mais sombria na região Sul do país, onde as suas províncias ocupam lugares cimeiros em termos de Taxas de prevalência. Os níveis de evolução da endemia notificados são bastante intranquilizadores tendo em conta as acções de prevenção que são levadas a cabo ao longo do período em análise com vista a diminuir novos casos de infecção. (para mais detalhes Vide acções de combate e prevenção ao HIV/SIDA no capítulo dos assuntos transversais).

O volume de recursos canalizados para as acções de combate ao HIV/SIDA tende a aumentar, pese embora a Taxa de Prevalência nacional continua afigurar-se a níveis altos (16%) e com tendências de estabilizar-se. Nas regiões centro e Norte do país as prevalências tendem a estabilizarem-se, quando comparado com a região sul. A prevalência mais alta encontra-se na Região Sul (21%), seguido da Região Centro (18%). A Região Norte do País continua a registar a taxa de prevalência mais baixa (9%).

III.3 PRODUÇÃO GLOBAL

O período de 2005-2007, caracterizou-se pela ocorrência de condições climáticas adversas, nomeadamente, as secas severas de 2005, e as cheias, inundações, ventos fortes, ciclone bem como as explosões do Paiol Militar, em 2007 em Maputo, provocando a perda de vidas de mais de uma centena dos nossos concidadãos, e a deslocação de cerca de meio milhão de pessoas e a destruição de infra-estruturas sócio-económicas, entre públicas e privadas. Esta situação exigiu do Governo e de outros intervenientes, esforços adicionais com vista a normalização da vida económica e social. Contudo, o desempenho dos diferentes actores da vida económica e social do País ditou um crescimento da produção global acumulada de 27.6%, e um incremento médio anual do triénio, de 8.5%. Contribuíram de forma decisiva os sectores de Construção, Transportes e Comunicações, a Indústria de extracção de minerais e a agricultura.

PRODUÇÃO GLOBAL - Taxas de Crescimento em (%)

	2004 BL	2005 BL	2006 BL	2007 BL	Var Acum	Var media
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	9.1	1.8	10.4	8.6	22.05	6.9
Agricultura	9.0	1.5	11.1	6.7	20.32	6.4
Pecuária	12.8	0.7	8.1	33.5	45.32	14.1
Silviculta e Exploração Forestal	5.6	5.6	4.7	2.5	13.33	4.3
PESCA	-3.8	3.4	-3.5	-3.3	-3.51	-1.1
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	215.7	11.1	13.0	10.0	38.10	11.4
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	12.7	3.6	3.6	2.8	10.33	3.3
ELECTRICIDADE E ÁGUA	5.7	12.8	9.9	8.4	34.38	10.4
CONSTRUÇÃO	-14.6	25.8	23.6	9.9	70.88	19.8
COMÉRCIO	-0.1	2.1	4.2	9.0	15.96	5.1
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	0.1	1.1	4.5	0.6	6.28	2.1
RESTAURANTES E HOTEIS	1.1	6.1	15.2	12.8	37.87	11.4
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	16.4	19.5	21.2	20.4	74.38	20.4
SERVIÇOS FINANCEIROS	0.9	2.9	2.9	2.7	8.74	2.8
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.5	2.4	2.4	2.4	7.37	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	1.9	5.6	4.8	4.0	15.10	4.8
SERVIÇOS DO GOVERNO	5.6	21.0	4.5	4.9	32.64	10.1
OUTROS SERVIÇOS	8.5	1.4	4.3	0.1	5.87	1.9
TOTAL PRODUÇÃO	4.6	8.4	9.2	7.8	27.61	8.5

No geral o desempenho agrário foi impulsionado pelo registo de condições climatéricas favoráveis para a prática agrícola e os avanços significativos da Pecuária.

O desempenho da construção resulta essencialmente do investimento público em infra-estruturas, no âmbito do combate à pobreza, sendo de destacar, a construção das pontes sobre os rios: Zambeze em Caia, Rio Limpopo entre Guijá e Chòkwe, e sobre o rio Lugela na Zambézia, bem como as obras de ampliação da EN1, reabilitação de baragens e demais edificações públicas (escolas e hospitais).

O crescimento registado nos transportes e comunicações resulta essencialmente do desempenho das comunicações, com a agressividade imprimida pelos operadores da telefonia fixa e móvel, impulsionada com a entrada da VODACOM segunda operadora de telefonia móvel e do aumento registado na oferta de transporte aéreo e transporte rodoviário de carga.

O sector de Pescas teve uma evolução significativa em 2005, tendo entrado em declínio nos últimos 2 anos do triénio, o que condicionou o desempenho negativo do sector, causado pelo agravamento do preço do combustível no mercado internacional, descapitalização de grande parte dos operadores, encerramento de uma unidade de aquacultura em 2007 e problemas de mercado.

III.4 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

Política Monetária E Cambial

A política monetária delineada para o período 2004 - 2007 esteve em consonância com os objectivos finais da política económica do Governo, no que se refere ao (i) crescimento real do PIB, (ii) uma taxa de inflação média de um dígito e (iii) acumulação de Reservas Internacionais Líquidas num nível que garanta a cobertura de pelo menos quatro meses de importação de bens e serviços não factoriais, incluindo as dos grandes projectos, ou cinco meses excluindo-as.

Para o cumprimento destes objectivos, e sobretudo o relativo a inflação, a política monetária do Banco de Moçambique manteve ao longo deste período o seu carácter restritivo, tendo esta instituição continuado a privilegiar, na sua actuação, as operações de mercado aberto, feitas através do Mercado Monetário Interbancário, para a regulação da liquidez na economia, por via da emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro (BT's), reforçada em Julho de 2007 com as operações *Repo/Reverse –Repo*. A regulação de liquidez foi feita também por via da compra e venda de divisas no mercado cambial interbancário e complementadas pelo manuseamento de um instrumento tradicional, as reservas obrigatórias que, para além da função de controlo de liquidez, constituem uma ferramenta de garantia da protecção dos clientes do sistema bancário.

Execução do Programa Monetário				
Descrição	Realizado			
	Dez-04	Dez-05	Dez-06	Dez-07
Reservas Internacionais Líquidas(RIL's)- saldos em 10 ⁶ USD	961	943	1231	1508
Meses de Cobertura das Reservas	5,8	5,6	4,4	5,4
Base Monetária (BaM) - Variação anual em %	20,2	16,5	20,9	20,9
Massa Monetária (M3) -Variação anual em %	6,3	27,1	23,3	25,3
Crédito Lq Governo (CLG) Sistema – variação de saldos em 10 ⁶ MT	-3143	-736	-4393	3437
Crédito a Economia (CE)- Fluxos em 10 ⁶ MT	-807	7703	6198	4197
Crédito a Economia (CE)- variação anual em %	5,6	57,0	29,2	15,3

A partir da informação do quadro acima pode-se destacar o seguinte:

Reservas Internacionais Líquidas

No período 2004 – 2007 o país acumulou reservas no valor de USD 547 milhões tendo passado de um saldo de USD 961 milhões em 2004 para USD 1 508 milhões em 2007, o que representa um fluxo médio anual de constituição de reservas de USD 134 milhões, favorecido pela entrada de ajuda externa. Por seu turno, medido em termos de meses de cobertura, o saldo apurado no período, corresponde em média a cerca de 5.3 meses de importações totais de bens e serviços não factoriais, valor que se situa acima dos 3 meses previstos pelo Programa de Convergência Macroeconómica da SADC até 2008.

Massa Monetária

No período em análise, o agregado mais amplo de Massa Monetária (M3) - composto pelas notas e moedas do Metical fora do sistema bancário e pelos depósitos de residentes em MT e em moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os depósitos do Estado e das Instituições Monetárias – cresceu a uma taxa média anual de 20.5%, justificada, fundamentalmente pela realização das despesas do Estado no âmbito da execução orçamental, financiamento externo líquido ao sector privado que se traduziu no aumento dos depósitos em moeda externa e crédito bancário interno ao sector privado.

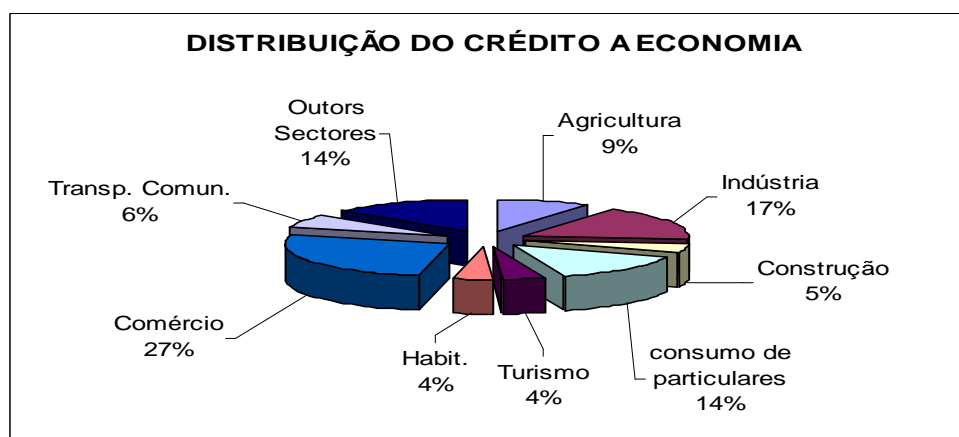
Crédito Líquido ao Governo

Exceptuando o ano de 2007 onde o Estado registou um desgaste líquido dos seus depósitos junto do sistema bancário, nos restantes anos, a posição líquida do Estado junto do sistema bancário (CLG) – medida pelo crédito líquido ao governo – esteve, no geral, excedentária significando que este realizou uma poupança líquida no período, criando, deste modo, mais espaço para a expansão do crédito ao sector privado (*crowding in*).

Crédito à Economia

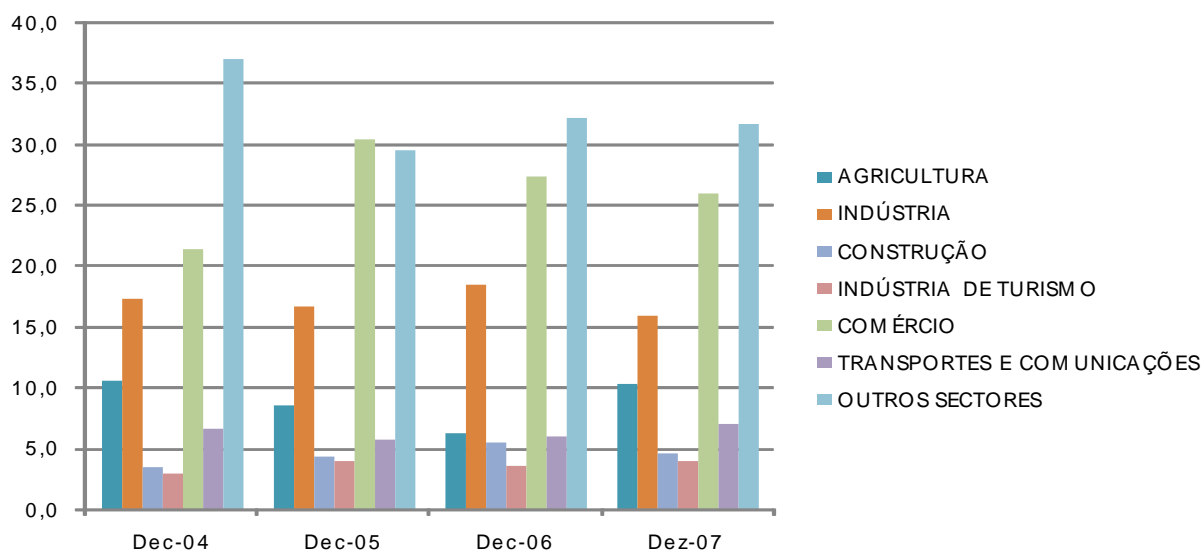
No período em análise, em média, o fluxo do acumulado do crédito bancário interno à economia fixou-se em cerca de 4323 milhões de meticais, o que representa uma variação média anual de 27%.

Relativamente à distribuição do mesmo por sectores, em termos médios, do valor total em dívida, o comércio deteve a maior fatia, com 26.4% do saldo total, seguindo-se a indústria com 17.2%, o consumo de particulares com 14%, a agricultura com 9%, os transportes e comunicações com 6.4% e a construção com 4.6%.



De referir que em 2007, o peso do crédito ao sector agrícola aumentou relativamente a 2006 como ilustra o gráfico abaixo.

Distribuição do Crédito a Economia



Todavia, a par do financiamento interno junto do sistema bancário nacional, os agentes económicos residentes, particularmente as empresas, recorreram ao endividamento externo, tendo o valor líquido médio anual, excluindo os grandes projectos, sido de cerca de USD 104.2 milhões, com destaque para o ano de 2007 cujo financiamento anual líquido (Desembolsos menos reembolsos de capital e juros) foi de USD 214.5 milhões.

Comportamento da Taxa de Câmbio

A taxa de Câmbio em Moçambique, vem depreciando face ao dolar Norte Americano e ao Rand. No periodo de 2004 a 2007, o Meticla depreciou 13.2% face ao dolar Norte Americano, e 3.9% face ao Rand.

Quadro X. Taxa de Inflação Acumulada

	Taxa de Câmbio Média		Variação
	2004	2007	
Taxa de Câmbio (MT/USD)	22,581	25,568	13.2%
Taxa de Câmbio (MT/ZAR)	3,531	3,670	3.9%

Fonte: Banco de Moçambique

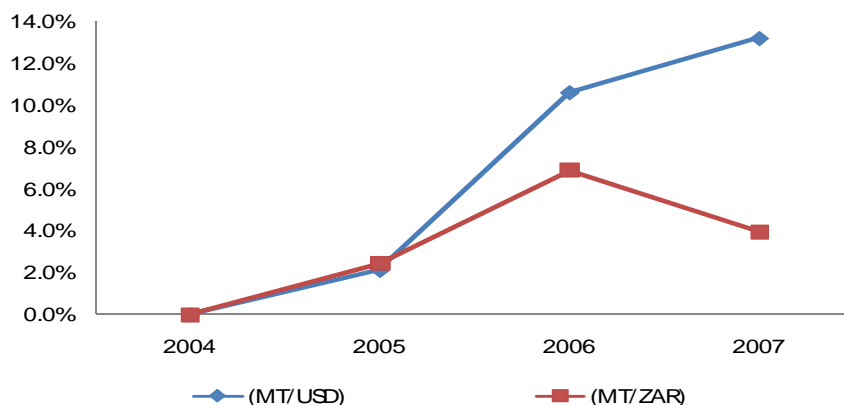
Esta tendência de desvalorização ao longo dos anos, foi interrompida em 2004, quando o metical apreciou-se face ao dólar em 5%. Porém o Rand conheceu duas apreciações, igualmente em 2004 e 2007, de 6.3% e 2% respectivamente.

Importa destacar que a depreciação acumulada da taxa de câmbio média, tem uma forte influência do factor base de partida, pois em 2004 assistiu-se uma fortíssima apreciação da taxa de câmbio, devido ao enfraquecimento do dólar no mercado

internacional contra praticamente todas as moedas, o que resultou num câmbio mais baixo.

Apesar da tendência de depreciação ao longo dos anos em análise, alimentada pela forte procura de divisas que se vem registando na economia, em parte, a reflectir o aumento dos preços internacionais dos produtos que o país importa, especificamente o petróleo e os cereais, pode-se considerar que o metical registou uma relativa estabilidade, sustentada pelo impacto das medidas de política que têm vindo a ser implementada no mercado cambial e monetário.

Gráfico X. Variação da Taxa de Cambial Média face a 2004



Fonte: Banco de Moçambique

III.5. INFLAÇÃO

Os planos económicos e sociais dos 3 primeiros anos de Governação, foram implementados tendo em conta os níveis de inflação concebíveis no quadro da convergência macroeconómica da região da SADC (inflação a 1 dígito), facto que, devido a factores internos e externos, o resultado não foi integralmente atingido.

Os níveis de preço em Moçambique, estão associados a vários factores, muitos deles fora de controlo das autoridades Nacionais. Destacam-se os preços nos mercados internacionais (do Petróleo, dólar norte americano, preço de matérias primas, etc), que influenciam em grande medida os preços em Moçambique. Outro factor que tem sido frequente em algumas regiões do País, são as calamidades Naturais (secas, cheias e ciclones)

As calamidades Naturais, tem criado grande escassez de produtos agrícolas, sobre tudo dos vegetais, que tem um grande peso no Cabaz do IPC. Mesmo com a forte pressão de alta exercida pelos produtos da classe Alimentos e Bebidas, o Governo tem criado esforços para que a inflação ao consumidor seja estável.

Quadro X. Taxa de Inflação Acumulada

	IPC		Variação Acumulada
	Dez. 2004	Dez. 2007	
IPCMaBeNa	100	137.1	37.1%
<i>Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas</i>	100	145.0	45.0%
IPCna Cidade de Maputo	100	134.0	34.0%
<i>Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas</i>	100	140.7	40.7%
IPCna Cidade da Beira	100	136.4	36.4%
<i>Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas</i>	100	141.2	41.2%
IPCna Cidade de Nampula	100	143.4	43.4%
<i>Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas</i>	100	152.7	52.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Tendo em conta a nova base do IPC, os níveis de preço em Moçambique estão a subir, analisando a Quadro acima que mostra a inflação acumulada na Cidade de Maputo, Beira e Nampula. Esta inflação é criada pelos produtos da classe alimentares e bebidas não alcoólicas.

III.6 BALANÇA DE PAGAMENTOS

No período em análise, em média, as exportações de bens atingiram um valor acumulado de USD 2.010,6 milhões dos quais, grandes projectos contribuíram com USD 1.463,3 milhões. Os produtos que mais contribuíram para este resultado foram a energia eléctrica, o camarão, o tabaco, o algodão e o açúcar. Relativamente às importações, em média situaram-se em USD 2.454.3 milhões, o que resultou num défice de cerca de USD 443.7 milhões (em termos médios).

Balanca Comercial - 10⁶USD

	2004	2005	2006	2007
SALDO	-345,8	-497	-533,0	-399
Exportações (fob)	1503,9	1745,3	2381,1	2412,1
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	1048,5	1262,5	1698,8	1843,5
Taxa de Crescimento (%)	44,1	16,1	36,4	1,3
Importações (cif)	-1849,7	-2242,3	-2914,1	-2811,1
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	-292,9	-384,3	-701,1	-626,8

No que se refere à **Balança de Serviços**, o seu défice em termos médios é de USD 334.5 milhões ao ano, determinado pelo comportamento da rubrica de transporte, viagens, construção e serviços empresariais que registaram agravamentos.

Balanca de Servicos - 10⁶USD

	2004	2005	2006	2007
SALDO	-275,8	-306,7	-358,5	-396,9
Receitas	255,6	341,9	385,6	458,7
Despesas	-531,4	-648,6	-744,1	-855,6

No que concerne à conta financeira, o destaque vai para (i) as **operações de alívio da dívida** que resultaram num cancelamento de dívida externa pública num montante total de USD 2,075.8 milhões, destacando-se o ano de 2006, quando o país se beneficiou-se de um perdão da dívida externa pública no âmbito da iniciativa MDRI num total de USD 1975.4 milhões, resultante das contribuições do Fundo Monetário Internacional (USD 154 milhões), Agência Internacional de Desenvolvimento (USD 1,306 milhões) e Banco Africano de Desenvolvimento (USD 483,4 milhões) e para (ii) o **Investimento Directo Estrangeiro (IDE)**. Entre 2004-2007, o fluxo médio de IDE saldou-se em USD 233.4 milhões por ano, com destaque para 2007 onde se observou o maior fluxo de USD 427.4 milhões, com a África do Sul a ser o país que mais capitais têm investido no país.

Medidas de Política

Durante o período em análise a actuação do sector monetário esteve sempre em linha com os objectivos de política económica definidos pelo Governo, particularmente o de inflação baixa e a criação de um sistema financeiro sólido, competitivo e abrangente. Para o efeito, várias reformas tiveram lugar no período em análise com o objectivo não apenas de aperfeiçoar a actuação do próprio Banco de Moçambique, mas, sobretudo, visando conferir uma maior eficácia à política monetária e ao sistema nacional de pagamentos, melhorar o funcionamento dos mercados interbancários e introduzir melhorias no que diz respeito à supervisão bancária, adequando-a às práticas internacionais. De entre as várias medidas introduzidas e eventos ocorridos no período em análise, destacam-se os seguintes:

a) A nível do Mercados Interbancários (MMI e MCI)

- Visando melhorar a gestão de liquidez a nível dos Mercados Monetários, através do aviso nº 11/2005, de 18 de Outubro, o Governo introduziu dois novos tipos de operações no MMI, nomeadamente, o leilão de Depósitos e a Facilidade Permanente de Depósito (FPD), este último em substituição da Facilidade Permanente de Absorção (FPA), um instrumento que decorre sempre da iniciativa das instituições de crédito que operam no Mercado Monetário Interbancário, enquanto que o Leilão de Depósitos tem carácter regular ou ocasional e é da iniciativa do Banco de Moçambique.
- Introdução do Aviso nº 5/GBM/2006, regulamento do Mercado Cambial Interbancário. Com este normativo, foram gradualmente removidas as restrições transitórias introduzidas em Novembro de 2005, permitido assim uma flutuação livre da taxa de câmbio em todos os segmentos de mercado, facto que permitiu reforçar a confiança dos operadores no mercado.
- Publicação do Aviso nº11/GBM/2007, de 15 de Junho, que aprova o regulamento sobre operações com acordo de recompra e revenda de Títulos

de Renda Fixa, no âmbito da diversificação e sofisticação dos produtos no Mercado Monetário Interbancário;

- Visando aumentar a transparência na gestão da política monetária e em conformidade com as práticas internacionais sobre a matéria, procedeu-se à uma revisão do formato e conteúdo do Comité de Política Monetária que teve efeitos a partir de Junho de 2006, onde, entre outros aspectos, se destaca o facto de as deliberações do órgão terem passado a ser publicitadas após a realização de cada sessão, aumentando deste modo a transparência e contribuindo para melhorar o entendimento sobre a gestão da política monetária por parte do público. Este acto foi precedido pela divulgação da Estratégia de Política Monetária de médio e longo prazo no sitio da Internet do Banco de Moçambique em finais de Dezembro de 2006, com o intuito de informar claramente ao mercado e público em geral os objectivos e instrumentos monetários no curto e médio prazos.

b) A nível da Supervisão Bancária

- Implementação do Aviso nº 5/GBM/2005, de 20 de Maio de 2005, que impõe a obrigatoriedade de constituição de provisões em 50% para operações de crédito em moeda estrangeira realizadas por agentes económicos que não geram receitas em divisas. Com esta medida, o Governo pretende minimizar o risco associado às operações de crédito em moeda estrangeira realizadas pelas instituições de crédito, promover a dinamização das exportações de bens e serviços e contribuir para a redução da dolarização da economia nacional. Mercê da regulamentação introduzida, o peso do crédito a economia no total do concedido internamente ao sector privado reduziu de 49.8% em 2005 para cerca de 26.7% do total em finais de 2007.
- Seguindo as boas práticas internacionais sobre a matéria, o Governo emitiu em princípios de 2007 vários dispositivos regulamentares visando a introdução a partir de Janeiro de 2008 das Normas Internacionais de Relato Financeiro para todo o sistema bancário.
- Destaca-se ainda o facto do banco de Moçambique estar no processo de transição para uma supervisão baseada no risco, também em consonância com as boas práticas internacionais sobre a matéria.

c) No Âmbito dos Incentivos à Expansão dos Serviços Financeiros Para as Zonas Rurais:

- Lançamento em Janeiro de 2006, da estratégia de bancarização do país, através de anúncio de um conjunto de incentivos quer relacionados com matérias de âmbito monetário como fiscal. Neste sentido, foi aprovado o Aviso nº 10/GBM/2007, de 25 de Maio, que estabelece o regime especial aplicável aos bancos e instituições de micro finanças que pretendam expandir a sua actividade para as zonas rurais, através da abertura de agências ou outras formas de representação, para além da aprovação do Aviso nº

02/GGBM/2007, que altera o regime de Reservas Obrigatórias, destacando-se nesta medida a redução do coeficiente de reserva obrigatória e a inclusão dos valores caixa em dependências situadas nas zonas rurais entre os activos que podem constituir reserva obrigatória, e o alargamento da base de incidência para todos os recursos alheios em poder das instituições de crédito, excepto os que decorrem de aplicações de outras instituições no MMI.

- Com o intuito de facilitar a missão do Governo no que diz respeito à (i) emissão e circulação de notas e moedas de boa qualidade, (ii) modernização do sistema nacional de pagamentos, (iii) redução dos custos de armazenamento e transporte de notas e moedas pelos bancos comerciais, (iv) facilitação das operações financeiras do Estado, no âmbito da introdução da administração financeira mais descentralizada, (v) facilitação do processo de licenciamento, apoio e supervisão das instituições de microfinanças, e (vi) apoio ao processo de bancarização da economia, esta instituição procedeu à abertura de 5 Agências nas cidades de Quelimane, Maxixe, Pemba, Tete e Lichinga.
- Desde o lançamento da estratégia de bancarização da economia até finais de 2007 foram abertas mais 47 novas agências bancárias em todo o país aumentado, deste modo, o total para 275. Adicionalmente, no período em referência, foi autorizada a entrada em funcionamento de mais duas instituições bancárias especializada na actividade a nível rural, três microbancos, uma sociedade de locação financeira e quinze instituições de microcrédito. Assim, o número de distritos servidos pela rede bancária passou de 28 em Dezembro de 2006 para 33 em Dezembro de 2007, o que representa um nível de cobertura de 25.8%, dos 128 distritos existentes no país, enquanto que o rácio médio de habitantes cobertos por cada agência bancária reduziu de cerca de 90 mil em Dezembro de 2006, para cerca de 74 mil habitantes por balcão e cada agência de banco cobre em média 2565 km², contra 3506 Km² em Dezembro de 2006.

d) No Âmbito da Modernização do Sistema Nacional de Pagamentos:

- Implementação da Lei 7/2005, sobre a introdução das notas e moedas do Metical da nova família, com curso legal a partir de 1 de Julho de 2006, através do Aviso Nº 3/GGBM/2006, de 16 de Junho de 2006. Até ao dia 31 de Dezembro de 2006, data limite para a co-circulação das duas famílias do Metical, as notas e moedas do Metical da nova família representavam mais de 94% do total de notas e moedas em circulação. De referir que a introdução do Metical da nova família, para além dos objectivos de natureza prática relacionados com a necessidade de facilitar as transacções e a contabilidade das empresas, visa ainda alinhar o metical com as outras moedas da região, factor importante para o processo de integração regional e futura criação de um banco central e moeda única na região.

- Assinado, em finais de 2006, com efeitos a partir de 4 de Março de 2007, um acordo com a empresa VISA Internacional através do qual o Banco de Moçambique passou a exercer o serviço de Agente de Liquidação de todas as transacções nacionais da rede VISA Internacional, possibilitando ao país a poupança de reservas internacionais.
- A aprovação da Lei do Sistema Nacional de Pagamentos no IV trimestre de 2007 com o objectivo de normar os vários subsistemas de pagamentos, introdução da transferência de grandes valores em tempo real visando aumentar a rapidez, eficiência e segurança deste tipo de operações e acautelar a possibilidade de ocorrência de riscos, em especial do sistémico.

Refira-se que o Governo, interpretando as preocupações dos vários sectores da sociedade sobre a matéria, realizou um estudo com vista a apurar os factores que concorrem para o alto nível dos custos de intermediação financeira – superam a média da região e dos países de onde são oriundas as matrizes dos bancos locais. Existe o compromisso do sistema bancário de responder ao desafio colocado pelo Governo no sentido de se encontrar as medidas mais adequadas para tornar os preços dos produtos e serviços fornecidos ao público mais adequadas às exigências do processo de desenvolvimento de Moçambique.

III.7. FINANÇAS PÚBLICAS

Política Fiscal e Orçamental

Para a prossecução da política fiscal e orçamental, as acções do Governo estão assentes nos seguintes objectivos:

- Elevação gradual do nível de receitas internas;
- Simplificação e aperfeiçoamento do sistema tributário;
- Medidas tendentes ao alargamento da base tributária;
- Prosseguir com a modernização da administração tributária, para que seja um sistema eficiente de cobrança de impostos, reduzindo a fraude e evasão fiscais;
- Consolidação das reformas introduzidas nos impostos directos e indirectos, adoptando medidas que assegurem uma boa gestão e controle;
- Revisão dos regimes simplificados de tributação e avaliação da eficácia dos incentivos fiscais e de promoção de investimento;
- Criar um ambiente fiscal e de negócios favorável para o desenvolvimento agrário, providenciando incentivos para o investimento e crescimento produtivo;
- Continuar com o processo de implantação dos Tribunais Fiscais;

- Aumentar a transparência na gestão e utilização dos fundos públicos;
- Continuar com a implementação da estratégia nacional da dívida, com vista a manter a dívida pública sustentável a longo prazo;
- Continuar a canalizar maior parte do recursos as áreas fundamentais seleccionadas;
- Melhorar o sistema de pagamento das obras do Estado.

Para atingir estes objectivos, de 2005 à 2007 foi definido como prioritário a consolidação do distrito como unidade orçamental, o aperfeiçoamento do classificador por fonte de recursos, o asseguramento de financiamento das actividades dos sectores prioritários com vista ao combate da pobreza absoluta e ao desenvolvimento socio-económico, bem como garantir a elevação da racionalidade do uso dos recursos públicos e a sustentabilidade orçamental a médio prazo. Por outro lado, no período em análise, registou-se um esforço na gestão das Finanças Públicas que incluiu a descentralização da execução orçamental; o alargamento da operacionalidade do e-SISTAFE para todos os Sectores e alguns Órgãos do Estado; e a operacionalização do funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique tendo em vista o alargamento da base tributária e o incremento da cobrança da receita do Estado.

Destaca-se ainda elaboração do CFMP, instrumento de programação financeira de médio prazo do Governo, que permite ter uma visão temporal dos recursos e despesas do Estado para um horizonte temporal de 3 anos. Com a elaboração deste instrumento, os Ministérios e Direcções Provinciais familiarizaram-se com a metodologia de elaboração do Orçamento Programa (que permite fazer a ligação entre objectivos definidos no PQG, PARPA, PES com o OE), o que vai permitir que a partir de 2009 todos sectores estejam aptos a elaborarem os seus orçamentos com base na metodologia do Orçamento Programa

Principais Resultados Alcançados

O desempenho na área de finanças públicas foi positivo, mercê ao melhoramento dos processos de programação, execução e gestão dos recursos públicos. Com efeito, a tendência das receitas do Estado em percentagem do PIB é crescente ao longo dos três anos, correspondendo a cerca de 15,5%, em termos médios. Esta tendência crescente teve o seu auge em 2007, onde o alto nível de realização de receitas permitiu a revisão dos limites orçamentais para atender as necessidades de salvamento e reassentamento das populações afectadas pelas calamidades naturais ocorridas no início de 2007 e pelas explosões do paiol de Malhazine.

RESUMO DO OE NO PERÍODO 2005 - 2007 (10⁶ Mt)

Orçamento do Estado	2004	2005	2006	2007	% do PIB			
	CGE	CGE	CGE	RE	2004	2005	2006	2007
FINANCIAMENTO								
1 Receitas do Estado	15,977.4	20,941.8	27,794.1	34,263.0	12.4%	13.8%	15.7%	17.0%
2 Donativos	8,604.7	11,891.9	18,188.3	19,413.0	6.7%	7.8%	10.3%	9.6%
3 Crédito Externo	6,122.2	7,364.0	8,116.7	6,457.0	4.8%	4.9%	4.6%	3.2%
4 Crédito Interno	40.5	2,857.3	-6,902.6	-3,063.0	0.0%	1.9%	-3.9%	-1.5%
TOTAL DOS RECURSOS	30,744.8	43,055.0	47,196.5	57,070.0	23.9%	28.4%	26.7%	28.3%
DESPESA								
5 Despesas Correntes	18,428.4	20,835.9	25,809.4	31,838.0	14.3%	13.7%	14.6%	15.8%
6 Despesas de Investimento	11,168.6	16,056.6	19,000.4	23,298.0	8.7%	10.6%	10.7%	11.6%
7 Operações Financeiras Activas	1,147.8	6,162.5	2,386.7	1,934.0	0.9%	4.1%	1.3%	1.0%
TOTAL DAS DESPESAS	30,744.8	43,055.0	47,196.5	57,070.0	23.9%	28.4%	26.7%	28.3%

O crescimento assinalável dos recursos internos aliada à capacidade do País na mobilização da ajuda externa permitiu a libertação de recursos para a economia. Com efeito, em 2006 e 2007, o Estado não recorreu ao crédito interno, pois não houve necessidade de financiamentos de défices de tesouraria com recurso à emissão dos bilhetes de tesouro. As operações de tesouraria foram devidamente regularizadas ao longo dos exercícios.

No que respeita a despesa, o melhoramento da programação e gestão financeira permitiu o alcance de taxas de execução superiores a 95% (em termos médios) ao longo do período. Destaque vai também para a consolidação da normalidade e regularidade do pagamento de salários e pensões. De realçar que se realizou o recenseamento dos funcionários e agentes do Estado, de modo a apurar-se o número real dos mesmos.

Com vista a melhoria da qualidade do controlo do processo de execução orçamental, prossegue a realização de acções inspectivas e educativas que concorrem para melhor conhecimento das normas de execução orçamental pelos gestores financeiros de modo a elevar a qualidade da gestão de finanças públicas.

A desconcentração de poderes de gestão e execução do OE nos níveis central e local são uma realidade irreversível, bem como a integração no e-SISTAFE de todos os Ministérios e respectivas Direcções Provinciais. Verificou-se ainda a expansão do e-SISTAFE para cerca de 32 distritos que reuniam as condições necessárias para a implantação da rede (energia e bancos).

Medidas de Política

Deste modo, destaca-se a realização das principais actividades que contribuíram para obtenção de resultados positivos na gestão das finanças públicas:

a) No Âmbito do Sistema Tributário

- No âmbito da modernização da Administração Tributária, foi criada a Direcção Geral da Administração Tributária dos Impostos, através do Decreto n.º 14/2005 de 17 de Junho;
- Criado o Serviço de Informação ao Contribuinte nas cidades de Maputo, Beira e Nampula, visando proporcionar maior informação e comodidade aos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais;

- Introduzido um novo sistema informático de cobrança de receitas Sistema Interino de Cobrança de Receitas (SICR), com vista a melhoria da gestão e simplificação de procedimentos na prestação de serviços pela Administração Tributária aos contribuintes;
- Prosseguida a implementação dos tribunais fiscais, tendo sido realizado um concurso com provas de conhecimento, testes psicotécnicos, entrevistas e curso de formação específica para selecção de juizes e início dos trabalhos preparatórios para a elaboração do Código do Processo Tributário;
- Aperfeiçoada a funcionalidade da Administração Tributária, através da informatização de UGCs e DAFs responsáveis pela cobrança de cerca de 95% da receita e continuação do processo de atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT);
- Abertos novos postos de fiscalização, no âmbito do combate ao contrabando, e respectivas acções de capacitação técnica, nas regiões Sul, Centro e Norte;
- Reformulados os impostos específicos para a actividade mineira e petrolífera, bem como também racionalizados os benefícios fiscais, através das Leis 11, 12, e 13/2007, de 27 de Junho, respectivamente;
- Procedeu-se ao melhoramento do actual sistema tributário, em particular no que se refere ao IVA-1999 e IRPS e IRPC-2003, de que resultou a aprovação pela Assembleia da República das Leis 32, 33 e 34/2007 de 31 de Dezembro, que aprovaram os novos Códigos do IVA, do IRPS e do IRPC, respectivamente;
- Aprovado o novo Código do Imposto sobre Sucessões e Doações, adoptando-se taxas moderadas e simplificando-se os procedimentos para a determinação e pagamento deste imposto;
- Adoptada a estratégia de divulgação dos impostos, com relevância especial para a educação fiscal e a formação dos funcionários da Administração Tributária e dos contribuintes;
- Aprovada da Lei de Finanças e Património das Autarquias, que introduziu alterações à anterior Lei das Finanças Autárquicas;
- Continuidade do registo de contribuintes, com apoio da informatização, visando o alargamento da base tributária, tendo-se atribuído 190.019 NUIT's, contra os 150.000 programados, totalizando 581.493 contribuintes, contra os 391.487 registados até ao final de 2006;
- Consolidada a estrutura da Autoridade Tributária e aprovados os Planos Estratégico e de Gestão e do seu Plano de Desenvolvimento das Tecnologias de Informáticas para todos os impostos, incluindo os aduaneiros, e aprovado o projecto do sistema informático para a rede de cobrança (e-tributação) e iniciadas acções para a bancarização dos impostos;
- Aberto um posto fiscal em Vamize, Cabo Delgado;
- Construídos postos fiscais e residências para os funcionários em: Ponta de Ouro (Maputo), Mpenge, Machipanda, Inchope e Macossa (Manica), Cassacatiza e Mucumbura (Tete), Mambucha e Solidja (Zambézia), Ibo, Palma, Quionga, Nangade (Cabo Delgado), Mandimba e Nova Madeira

(Niassa), e ainda vedações em Namaacha (Maputo), Changara e Cuchamano (Tete);

- Criadas infra-estruturas físicas para a instalação provisória dos Tribunais Aduaneiros da Cidade de Maputo, Sofala e Nampula, bem como para os Cartórios Aduaneiros de Tete, Quelimane e Manica;
- Concluídas as obras de reabilitação e construção de residências em Mandimba, estando prevista para 2006, a construção de escritórios e habitação no Posto Fiscal de Namoto;
- Simplificados os procedimentos aduaneiros através da Implementação do Diploma Ministerial nº 262/2004 que aprova novas regras simplificadas de desembaraço aduaneiro e do lançamento do Sistema de Envio Electrónico do Documento Único de Desembaraço Aduaneiro, que teve a fase piloto na Alfândega de Maputo;
- Integrada a construção do complexo fronteiriço na Ponta do Ouro, o projecto de construção de uma Fronteira Comum de Paragem Única entre Moçambique e África do Sul;
- Realizado estudo de viabilidade técnico-económica e concepção do respectivo projecto de implementação do Porto Seco de Ressano-Garcia e assinatura, com a África do Sul, de um Acordo para o estabelecimento de Fronteiras de Paragem Única entre os dois Países;
- Intensificadas acções de auditoria pós-desembaraço, no quadro da implementação do acordo de avaliação de mercadorias da Organização Mundial do Comércio, para desencorajamento de fraude aduaneira e recuperação da receita;
- Continuado o alinhamento da legislação nacional às Convenções Internacionais, em particular a Convenção de Kyoto, na simplificação de procedimentos aduaneiros, e a Convenção sobre o Sistema Harmonizado de Codificação de Mercadorias;
- Implementado o desarmamento pautal de 25% para 20% nas relações comerciais com países terceiros, e, para a SADC, de 20% para 10%, de 7,5% para 4,0% e de 5,0% para 3,0%.

b) No Âmbito da Despesa Pública

- Elaborada e submetida ao Tribunal Administrativo e à Assembleia da República, dentro do prazo estabelecido por Lei, a Conta Geral do Estado relativa aos exercícios económicos de 2005 e 2006, observando-se os novos classificadores orçamentais constantes do Regulamento do SISTAFE;
- Elaboradas e divulgadas as regras a observar na introdução do Metical da nova família e na actualização dos sistemas informáticos de processamento de salários e pensões, para permitir a dupla indicação dos valores líquidos e a conversão do Metical em circulação para o Metical da nova família, tanto pelas instituições do Estado como pelas empresas;

- Integradas, no Sistema de Processamento de Vencimentos, as folhas manuais de salários, anteriormente processadas a nível dos sectores;
- Durante o ano de 2007, prosseguiu a descentralização, abrangendo 24 Ministérios/Sectores, 11 órgãos centrais, 6 instituições autónomas e 187 Direcções Provinciais e órgãos locais. No mesmo âmbito, foram também formados 3.755 usuários do e-SISTAFE, 51 formadores e 806 outros técnicos;
- Concluída a elaboração do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos;
- Implementada a orçamentação por programa em três sectores pilotos: Educação, Obras Públicas (Estradas) e Agricultura;
- Implementada a partir de Setembro de 2007, a modalidade de pagamento de despesas directamente para a conta do credor, o que permitiu que, até final de Novembro de 2007, 94,87% da execução orçamental fosse realizada através desta modalidade;
- Implementada a Conta Única do Tesouro Multi-Moeda, com vista a incentivar a integração no orçamento e na Conta Única do Tesouro dos fundos externos actualmente executados fora do OE e da CUT, tendo a instituição piloto da sua implementação sido a UTRAFE;
- Desenvolvido o Módulo do e-SISTAFE para Elaboração Orçamental (MEO). Com este módulo, completamente integrado no e-SISTAFE, os Departamentos de Administração e Finanças sectoriais elaboraram o orçamento de 2008 directamente no ambiente e-SISTAFE;
- Assegurada a afectação de pelo menos 65% das despesas do OE aos sectores prioritários do PARPA.

c) No âmbito da Implementação da Lei dos Órgãos Locais do Estado

- Em 2005, pela primeira vez foi incluído o nível distrital no OE, tendo o distrito como unidade orçamental (orçamento de funcionamento). Na sequência desta inclusão do orçamento distrital foram inscritas no OE as receitas próprias e a totalidade das despesas dos Governos Distritais.
- Em 2006, para além do orçamento de funcionamento, foram incluídos os orçamentos de investimento dos distritos, completando-se o processo de inclusão no OE dos orçamentos de nível distrital;
- A par destes desenvolvimentos, foram sendo aperfeiçoados os mecanismos de gestão relativos à afectação dos recursos a este nível, bem como de gestão e execução orçamental, visando maior autonomização dos governos distritais. Neste âmbito, foram elaboradas orientações específicas relativas à utilização dos fundos de investimento de iniciativa distrital. Foi também consolidado o funcionamento dos conselhos consultivos distritais;
- Em 2007 prosseguiu o processo de descentralização, tendo-se afectado verbas de bens e serviços para os serviços distritais, esperando-se que até finais de 2009 sejam descentralizadas as verbas de salários para os serviços distritais, o que vai impulsionar e melhorar substancialmente a prestação de serviços a nível local.

d) No âmbito do Cadastro e Registo do Património do Estado

- Actualizados os dados do inventário do Património do Estado referentes aos anos 2003 e 2004;
- Acompanhamento das diversas instituições do Estado com vista à melhoria do processo de organização do cadastro e inventário do património do Estado, incluindo o preenchimento de fichas e o levantamento e avaliação dos bens, o que permitiu significativa melhoria na obtenção de dados fiáveis e credíveis para a valoração do património;
- Na gestão patrimonial e com vista à melhoria do processo de cadastro e inventário ao nível provincial, procedeu-se à recolha de informações necessárias à elaboração de inventário do Património do Estado e para avaliação e monitoramento das actividades realizadas ao nível das províncias.

IV. OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO

O Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 concentra a sua acção na prossecução dos seguintes objectivos e prioridades centrais:

- A redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, focalizando a atenção na criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e da incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural;
- O Desenvolvimento económico e social do país, orientado prioritariamente às zonas rurais, tendo em vista à redução dos desequilíbrios regionais;
- A consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia, bem como do espírito de auto-estima dos cidadãos, como condições indispensáveis para um desenvolvimento harmonioso do país;
- A valorização e promoção da cultura de trabalho, zelo, honestidade e prestação de contas;
- O Combate a corrupção, ao burocratismo e a criminalidade;
- O Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional.

Os indicadores macroeconómicos dos 3 primeiros anos de governação indicam que a economia alcançou uma taxa de crescimento acumulada de cerca de 26%, o que equivale a uma taxa média anual de crescimento de cerca de 8%, ou seja, um crescimento aos mesmos níveis do que está consagrado no Programa do Governo e no Plano de Acção para a redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), acompanhados pela estabilidade macroeconómica, não obstante o aumento continuado do preço de combustível, que dura desde 2005. Este crescimento real da economia acima da média de crescimento populacional, tem permitido um aumento continuado do rendimento percapita e por tanto, do bem estar social.

INDICADORES MACRO-ECONÓMICOS				
INDICADOR	2004	2005	2006	2007
PRODUTO INTERNO BRUTO				
PIB (PREÇOS CORRENTES) 10 ⁹ MT	128,668	151,707	176,804	201,437
PIB (PREÇOS CONSTANTES) 10 ⁹ MT	119,722	129,764	140,101	151,062
TAXA DE CRESCIMENTO EM VOLUME	7.9	8.4	8.5	7.3
PIB/CAPITA 10 ³ MT	6,800	7,800	8,900	9,900
Exportações (fob)	1503.9	1745.3	2381.1	2412.1
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	1048.5	1262.5	1698.8	1843.5
Taxa de Crescimento (%)	44.1	16.1	36.4	1.3
Importações (cif)	-1849.7	-2242.3	-2914.1	-2811.1
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	-292.9	-384.3	-701.1	-626.8
INFLAÇÃO				
INFLAÇÃO ACUMULADA	9.1	11.2	9.4	10.3
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL	12.6	6.4	13.2	8.2
TAXA DE CÂMBIO				
MÉDIA ANUAL (MT/USD)	22,581	23,061	24,982	25,568
VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (MT/USD)	-5.0	2.1	8.3	2.3
MÉDIA ANUAL (MT/ZAR)	3,531	3,617	3,774	3,670
VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (MT/ZAR)	10.8	2.4	4.3	-2.8

V. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS POR PILAR

V.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A. AGRICULTURA

A produção agrícola registou um crescimento acumulado de 20.35% comparativamente a 2004, e uma taxa média de crescimento por ano de 6.4%.

A produção agrária nos períodos 2005 a 2007 foi caracterizada por condições agrometeorológicas adversas em várias regiões do País, onde ocorreram inundações em algumas regiões e secas noutras, afectando milhares de famílias em todo país. A situação de irregularidade de chuvas e má distribuição, condicionou em grande medida o desempenho agrícola de 2005 sobretudo no que diz respeito às culturas alimentares. Refira-se que 2006 foi um bom ano agrícola, sobretudo com o registo de condições climáticas favoráveis.

O Sector Empresarial conseguiu recuperar dos efeitos negativos registados no primeiro ano do mandato devidos aos fenómenos naturais. Com efeito, registou no período em análise um crescimento acumulado de 4.0%, não obstante a queda de 10.4% registada em 2005.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Taxas de Crescimento em %)						
	2004 BL	2005 BL	2006 BL	2007 BL	Var acum	Var média
TOTAL	9.0	1.5	11.1	6.7	20.35	6.4
EMPRESARIAL	10.5	-10.4	21.6	0.7	9.67	3.1
FAMILIAR TOTAL	8.8	3.0	10.2	7.3	21.80	6.8
					0.00	0.0
FAM. COMERCIALIZADO	12.1	8.1	13.1	11.0	35.72	10.7
AUTOCONSUMO	6.9	0.2	8.4	4.9	13.94	4.4

BALANÇO DO MEIO-TERMO DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO 2005-2009

PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR (Taxas de Crescimento em %)

DESIGNAÇÃO	2004 BL	2005 BL	2006 BL	2007 BL	Var Acum	Var media
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	13.8	30.1	-1.7	-13.3	10.88	3.5
Castanha	17.5	142.7	-3.9	18.4	176.21	40.3
Algodao	14.3	-12.7	46.3	-40.8	-24.39	-8.9
Copra	0.0	0.0	8.3	0.0	8.30	2.7
Cana de açúcar	15.5	19.0	-8.3	-1.6	7.38	2.4
Citrinos	5.1	0.0	6.7	5.5	12.54	4.0
Cha folha	44.4	5.7	0.0	10.4	16.74	5.3
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	6.1	-4.2	33.3	27.7	63.05	17.7
Milho	6.9	1.8	16.4	10.6	31.08	9.4
Arroz Casca	9.4	-11.7	24.8	15.0	26.75	8.2
Mapira	2.0	-6.5	97.7	32.3	144.48	34.7
Mandioca	4.4	3.5	11.1	13.3	30.23	9.2
Amendoim descascado	4.6	-0.2	13.7	66.9	89.35	23.7
Feijao	0.8	3.2	90.0	-16.4	63.85	17.9
Hortícolas	21.7	-26.8	28.7	87.0	76.13	20.8
Cebola	1.0	-66.5	23.9	88.1	-21.94	-7.9
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	6.9	24.1	10.2	-0.6	35.96	10.8
Tabaco	11.1	33.9	-9.2	-1.3	20.01	6.3
Tomate	0.7	4.3	93.7	0.9	103.76	26.8
TOTAL	7.0	4.8	14.9	8.1	30.17	9.2

PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

Os produtos de exportação alcançaram no final do triénio um crescimento médio de 3.5%, mercê dos crescimentos substanciais registados na comercialização da castanha de caju e cana de açúcar. Não obstante, nos últimos dois anos do triénio, os produtos de exportação terem registado um decréscimo nos níveis de produção, a produção actual supera a de 2004, tendo a produção acumulativa de exportação atingido o crescimento de 10.88%.

A comercialização da castanha de Caju ao longo do triénio, registou um crescimento global cululativo de 176.21%, que representa um crescimento médio de 52.4%. De referir que em 2005, foram comercializadas 104,337 Ton, 62,821 Ton em 2006 e 74.397 Ton em 2007. A redução das quantidades comercializadas nos últimos 2 anos, deriva do facto de, o cajú ser uma cultura com um comportamento cíclico em períodos de 5 anos, onde a produção evolui de forma crescente até atingir um “pico”, após o qual se regista um decréscimo. A campanha da castanha 2004/2005 é reportada como sendo a melhor registada nos últimos 10 anos.

A comercialização do algodão tem se mostrado instável, devido as condições climáticas da produção não favoráveis aliado a redução significativa de número de produtores de Algodão e conseqüentemente a redução de áreas de cultivo. Ao longo do triénio, a comercialização de algodão apenas registou crescimento em 2006 (46.3%), tendo se produzido 122.000 ton, condicionado por optimas condições climatericas para a produção, o que ditou um desempenho do triénio.

O sector Chazeiro enfrenta grandes constrangimentos ao longo da sua cadeia de valor, que resultam nos baixos índices de produção e fraca competitividade a nível internacional.

PRODUTOS BÁSICOS ALIMENTARES

Em termos globais, a comercialização do sector familiar revelou uma tendência de crescimento com um desempenho cumulativo do triénio na ordem de 63.5%. Os altos índices de comercialização dos produtos alimentares básicos resultou fundamentalmente do crescimento registado na comercialização de hortícolas, do amendoim e dos cereais.

A comercialização da Cebola apresentou ao longo do triénio um desempenho médio negativo de 7.9%. Em 2005 teve um decréscimo de -66.5%, não obstante os crescimentos acentuados nos 2 últimos anos, os níveis de produção de 2004 ainda não foram atingidos. Havendo necessidade de medidas de promoção do aumento da produção e comercialização da cebola.

PRODUTOS PARA A INDUSTRIA

Os produtos para indústria registaram um crescimento médio do triénio de 10.8%. A destacar que houve decréscimos registados na comercialização do tabaco; Após este ter atingido níveis de crescimento de 33.9% em 2005, entrou em declínio nos últimos 2 anos do triénio decrescendo em 9.2% e subseqüentemente 1.3%. Este decréscimo deve-se a alguns constrangimentos, principalmente:

- Debilidade das redes de extensão rural das empresas na assistência técnica.
- Limitada capacidade de resposta das empresas de fomento do tabaco no apoio ao crescente número de camponeses e de pequenos agricultores.
- Atrasos na disponibilização de insumos.
- Preço pouco atractivo.

Na sequência do fomento da cultura de jatropha curcas, cultura de rendimento com potencial energético para a produção de biocombustíveis para a qual o governo definiu prioridades de curto e longo prazo, várias acções foram desencadeadas com destaque para:

- Estabelecimento de novos viveiros e aproveitamento dos viveiros existentes;
- Aquisição de sementes a nível local e regional;
- Divulgação e sensibilização das populações para o fomento da cultura;
- Adopção de práticas culturais que permitem uma maior produtividade, e Uso e manejo integrado de pragas e doenças;

Ao nível do País foram cultivados cerca de 2,030 ha e montados cerca de 64 viveiros com uma média de 3,000 plantas. De salientar que esta área cultivada superou a planificada na campanha agrícola 2006/07 que era de cerca de 1025 ha. Este facto deve-se principalmente pelo envolvimento e aderência no fomento da cultura por parte do sector familiar, associações de camponeses e do sector privado. O aumento de áreas vai permitir uma maior produção de matéria prima para a alimentar a industria de biocombustíveis.

Pecuaria

A **produção pecuária** vem registando crescimentos significativos. Os resultados preliminares do TIA 2007 (Trabalho de Inquérito Agrícola) mostram que o efectivo global de bovinos para o ano 2007 estava situado em 1.425.884 cabeças. Em 2005,

havia o registo de 1.300.000 cabeças graças, ao programa de fomento pecuário levado a cabo com sucesso.

EFFECTIVOS PECUÁRIOS

DESIGNAÇÃO	2004 BL	2005 BL	2006	2007
Gado Bovino	1400000	1412942	1425884	1425884
Gado Suino	1420000	1631000	1639500	1648000
Caprinos	5655000	4943000	5078500	5214000
Galinhas	1960000	20405000	20963500	21522000
Total	10435000	28391942	29107384	21522000

O ambiente e perspectivas de produção pecuária estão conhecendo desde 2004 um assinalável impulso, destacando-se: i) relançamento da produção de ovos da UGC, sector cooperativo; ii) lançamento do projecto para a produção de frango e ovos na província de Maputo; iii) projecto de parceria Moçambique/África do Sul em Maputo na área pecuária; iv) dois matadouros industriais quase concluídos em Manica; v) investimentos em curso na área avícola em Niassa; e v) constituição da associação nacional de criadores de gado, o que constitui uma mais valia no desenvolvimento pecuário.

EFFECTIVOS PECUÁRIOS (Taxas de Crescimento em Volume %)

DESIGNAÇÃO	2005 BL		2006 BL		2007 BL		BL trienio		BL trienio	BL trienio	BL trienio
	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.	Acum SECT. FAM.	Acum SECT. EMP.	Media Fam	Media EMP	
Gado Bovino	2.4	2.4	8.0	8.0	10.2	8.0	21.82	19.44	6.1	2.0	
Gado Suino	5.6	5.6	2.0	2.0	7.7	7.7	16.02	16.02	5.1	1.7	
Aves vivas	15.9	-5.7	61.2	7.5	180.2	55.2	423.45	57.36	16.3	5.2	
Ovos frescos	17.8	2.4	0.0	2.4	0.0	34.2	17.80	40.75	12.1	3.9	

Apenas, a produção de frangos é que registou dificuldades em 2005 com um decréscimo de 5.7% na produção empresarial, associadas a importação de frangos a preços concorrencias e a sua forte dependência à importação de insumos, tal como foi a escassez de pintos de 1 dia, com o surto de Influenza Aviária na África do Sul. Para ultrapassar estes constrangimentos elaborou-se a Estratégia para o desenvolvimento do Sector Avícola Nacional que conduziu a melhoria do desempenho para um crescimento médio do triênio de 16.3% no sector Familiar e 3.9% no sector empresarial.

De 2006 a 2007, a produção de frangos registou um avanço, fundamenta o desempenho obtido, a disponibilização de créditos, pelo governo e parceiros, ao sector avícola, redução de importações do frango congelado, acordos de parceria assinados entre a U.G.C e a empresa de comercialização DELTA TRADING e abertura de novos aviários comerciais (Mozambique Farma) no Distrito de Namaacha.

Com vista ao aumento da produção, produtividade e qualidade dos produtos pecuários, prosseguiu-se com actividades inerentes à sanidade animal e de aumento dos níveis de comercialização. A produção de ovos de consumo atingiu um crescimento médio para o sector familiar de 12.1% e 3.9% correspondentes ao sector empresarial, para estes níveis, contribuiu a produção de ovos de consumo da empresa Galovos, no Distrito de Namaacha e de alguns médios avicultores que beneficiaram do credito do Governo e parceiros para o sector Avícola em 2007.

O **subsector de silvicultura e exploração florestal** também tem registado um crescimento nos níveis de produção no período de 2005-2007, mantendo deste modo a evolução positiva que vem se registando desde os anos anteriores. A produção de madeira em toros, do sector empresarial tem vindo a evoluir gradualmente. Actual mente os níveis de produção de 2007 ultrapassaram os de 2004, como mostra a tabela seguinte:

Produção Madeireira						
Produto	Unid.	Produção real 2004	Produção real 2005	Produção real 2006	Produção real 2007	Total producao 2005,06,07
Toros	m ³	101.09	102.626	143	147895	148140.626
Madeira serrada	m ³	31.425	32.335	36424	50511.04	86967.375
Parquet	m ²	3.066	4.374	3263	2306.12	5573.494
Travessas	m ³	0	1.914	1074	1173.66	2249.574
Postes	m ³	3.749	6.324	4995	3974	8975.324

Durante a campanha 2007 foi processada, em todo o País, cerca de 50.511 mil m³ de madeira serrada, 2.306 m³ de Parquet, 1.173 m³ de Travessas, 3.974 m³ de postes. Este aumento reflecte o impacto das medidas do Governo, no que concerne ao processamento das espécies de Mondzo, Pau-ferro, Chanato e Muanza antes da sua exportação, o que ditou uma produção intensiva por parte de algumas províncias, nomeadamente Sofala, Manica, Nampula, Niassa e Zambézia.

Foram emitidas no país licenças para exploração florestal de espécies nativas sendo que de 2005-2006, as províncias de Sofala, Zambézia e Cabo Delgado foram as que registaram os maiores volumes licenciados de madeira em toros, com cerca de 30%, 21% e 18% do total licenciado, respectivamente. Os maiores volumes de licenciamento nestas províncias relacionam-se em parte, ao facto destas possuírem grande potencial com espécies florestais de valor madeireiro e a crescente procura destes recursos no mercado nacional e internacional.

Medidas de Política

O Governo definiu a Agricultura como base do desenvolvimento económico e social do país. Para o alcance deste grande ideal, foram definidos os seguintes **grandes objectivos para o quinquénio**: (i) A contribuição para a auto-suficiência e segurança alimentar em produtos básicos, (ii) o aumento da produtividade agrária, (iii) a melhoria da competitividade e sustentabilidade económica da actividade agrária, (iv) a promoção e à exploração sustentável dos recursos naturais, (v) o fornecimento de matérias-primas à indústria nacional, (vi) a promoção e o apoio para o desenvolvimento do sector familiar, cooperativo e privado e criação do emprego, (vii) o fomento pecuário, (viii) a promoção do investimento privado, (ix) o acesso a mercados regionais e internacionais para os produtos agrários e agro-industriais, e (x) a segurança e posse da terra.

Para o alcance dos objectivos acima mencionados os esforços têm-se focalizado nas seguintes **áreas de intervenção**:

- Na área do Desenvolvimento da Agricultura de Pequenos Agricultores,
- Na área do Desenvolvimento da Agricultura Comercial,
- Na área da Gestão Sustentável de Recursos Naturais,

Assim, o Governo tem vindo a desenvolver as seguintes acções:

Serviços de Apoio à Produção Agrícola

No concernente a promoção da disponibilidade e a produção nacional de sementes e outros insumos agrícolas com o envolvimento do sector privado, associações, casas agrárias e comerciantes rurais; durante o período em análise, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Feita promoção da produção local e comercial de sementes das culturas alimentares básicas (milho, mapira, arroz, feijão manteiga, feijão nhemba e amendoim) o que permitiu uma produção de cerca de 5.237 tons na campanha agrícola 04/05, 6 mil tons na campanha 05/06 e outros 6 mil tons na campanha 06/07.
- Libertadas e registadas 8 variedades de milho e 3 de algodão, e realizados Campos de multiplicação de sementes para o milho, arroz, feijão nhemba, feijão vulgar, amendoim, mandioca, batata-doce, algodão, caju e outras fruteiras, com o envolvimento do sector familiar e privado.
- Realizadas feiras de sementes que beneficiaram um total de aproximadamente 205 mil famílias;
- Realizada fiscalização da qualidade de sementes;
- Reabilitadas 4 casas agrárias e construídas 2 (1 em Manica e a outra em Sofala) e construídos ainda 465 celeiros em todo o país.

Quanto a disseminação do conhecimento técnico e científico dos camponeses do sector familiar e cooperativo, através de cursos de formação, reciclagens e outras formas de apoio, foi realizado o seguinte:

- Formados 30 produtores em matéria de proteção de novas variedades, e treinados 192 produtores e técnicos em metodologias de produção de sementes;
- Foram realizados cursos de formação no âmbito de produção local de sementes para técnicos dos Serviços Distritais de Actividade Económica e técnicos que acompanham este programa nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Zambézia,

Relativamente ao estabelecimento de um sistema de prevenção e controle de pragas e doenças, durante o período em análise, foi desenvolvido o seguinte:

- Realizada a monitoria e controlo das pragas e doenças altamente destrutivas, sendo de destacar: monitoria e controlo das pragas migratórias (gafanhoto vermelho, pardal de bico vermelho, lagarta invasora);
- Distribuídos 80 mil plantulas (sementes) de variedades tolerantes a amarelecimento letal do coqueiro;
- Importados 21 variedades de sementes de coco para pesquisa de resistência ao amarelecimento letal do coqueiro;
- Treinamento de 40 técnicos e extensionistas em Maputo e Gaza no diagnóstico e manejo integrado da virose do tomateiro;

- Realizadas campanhas de sensibilização sobre a virose do tomateiro, abrangendo 150 produtores das Províncias de Maputo e Gaza;
- Realizados cursos para produtores e extensionistas em métodos de controlo de ratos;
- Realizada monitoria e controlo da lagarta do amendoim nas Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane;
- Estendida a rede de provedores de serviços para todos os Distritos de Inhambane produtores de amendoim tendo sido formados 5 a 10 provedores em cada Distrito;
- Realizados ensaios de testes de pesticidas para o controlo da lagarta,
- Feito o levantamento da doença do amarelecimento letal do coqueiro e realizada a prospecção do pardal do bico vermelho em Chókwe.

Referente à promoção de actividades pós-colheita, através da disseminação de tecnologias de conservação de produtos e processamento local em coordenação com a investigação e extensão, destaque vai para:

- Divulgação de métodos e tecnologias de conservação pós-colheita de produtos agrícolas (celeiros melhorados e uso de produtos químicos ao nível nacional).

Quanto ao estabelecimento de mecanismos para o atendimento atempado das situações de emergência e de calamidades originadas por pragas, secas ou inundações, foi realizado o seguinte:

- Foi desenhado um plano de resposta imediato que visava potenciar a segunda época agrícola da campanha agrícola 2006/07, tendo sido reactivado o poder produtivo das famílias afectadas.

Reforço do Serviços Públicos Agrários

Quanto a reestruturação e adaptação do actual sistema de investigação e extensão agrárias tendo em conta as especificações das zonas agro-ecológicas do país, e a realidade do campo, destaca-se o seguinte:

- Criação de Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique, e montados 4 Centros zonais: Sul, Centro, Noroeste e Nordeste.
- Realizados ensaios on farm em coordenação com a investigação e extensão;
- Treinados extensionistas em matérias relacionadas com aptidão agroecológica da sua zona de actuação;
- Assistidos 285.361 produtores pelos serviços públicos de extensão em 2007, 191 629 produtores em 2006 e 177 000 produtores em 2005.

Como forma de desenvolver um sistema integrado, com actividades de extensão em agricultura, pecuária, florestas e pescas em águas interiores, ao longo da costa, foi feito o seguinte:

- Foram construídos e povoados 443 tanques piscícolas em 2007 tendo totalizado 4.183 em todo o país.

Referente a criação de condições para a realização de actividades de geomática, cartografia e teledetecção, bem como de estudos e investigação geocartográficos, tendo em vista a elaboração, manutenção, actualização da cartografia sistemática de base e do sistema de informação geocartográfica, realizou-se o seguinte:

- Foram postos à disposição do público através do Website do CENACARTA (www.cenacarta.com), diversos produtos cartográficos destacando-se a base topográfica simplificada, extractos da carta 1:250.000;
- Concluído o processo de preparação para impressão de 5 folhas de cartas topográficas nas escalas de 1:50000 (3) e 1:250000 (2);
- Feita a impressão "offset" de um total de 2500 exemplares o que corresponde a uma tiragem de 500 exemplares por folha.

No âmbito da actualização cartográfica foram produzidas 2 espaciomapas e 6 mapas de uso e cobertura da terra numa combinação de dados vectoriais existentes e de imagem satélite *Landsat*.

Serviços de Pecuária

Quanto ao controle de principais doenças, através da provisão de serviços de saúde animal, destaque vai para as vacinações feitas ao longo do período em análise como demonstram as tabelas abaixo:

Vacinações de Gado Bovino

	Real 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007
Carbúnculo Hemático	339,992	507,854	509,474	843,993
Carbúnculo Sintomático	140,387	213,084	200,115	321,735
Brucelose	26,539	2,954	16,289	18,197
Febre Aftosa	378,743	366,951	191,525	340,969
Dermatose Nodular	18,074	32,542	126,985	194,611

Durante o período em análise, foram formados 1,413 vacinadores comunitários distribuídos por ano da seguinte maneira: **391** (2005), **172** (2006) e **850** em 2007, correspondendo a aproximadamente 47% da meta (2,998) para o quinquénio.

Vacinações	Real 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007
Contra Raiva	66,993	59,659	64,468	89,145
Galinhas contra Newcastle	1,147,061	2,178,394	2,021,590	2,925,905

Banhos	Real 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007
Carracididas	3,009,908	2,820,743	3,984,659	4,566,142

Quanto a promoção da construção e reabilitação de infra-estruturas públicas de assistência veterinária e envolver os criadores na sua gestão, destaca-se o seguinte:

Construção/Reabilitação	Real 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007
Matadouros/casas de matanças construídas ou reabilitadas	4	1	5	7
Tanques carracicidas construídos ou reabilitados	10	5	33	8
Corredores de tratamento construídos ou reabilitados	39	50	117	1

Construídas ou reabilitadas 38% de matadouros/casas de matanças das 34 previstas para o quinquénio para fazer face a procura de assistência veterinária. No mesmo período foram ainda construídos e/ou reabilitados 46 tanques carracicidas e 168 corredores de tratamento.

Referente a promoção da construção e reabilitação de unidades de processamento de produtos pecuários e seus derivados, destaca-se:

- Estão em curso acções para a montagem de unidades de processamento de frango em Maputo e Nampula.

Quanto ao incentivo para o surgimento de operadores privados na provisão de insumos e serviços veterinários;

- Foram instaladas 26 farmácias veterinárias rurais;

Quanto a prosseguimento com acções de fomento pecuário envolvendo o sector privado e o familiar;

- Foram distribuídos ao longo do período em análise 10.856 bovinos como descreve a tabela abaixo:

Província	Distribuição do Gad Bovine				
	Ano Base 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007	Real Total (2005 à 2007)
Maputo	951	1151	485	1007	2643
Gaza	365	282	34	662	978
Inhambane	326	162	0	2599	2761
Sofala	504	496	269	663	1428
Manica	169	150	57	12	219
Tete	11	37	40	368	445
Zambézia	134	257	244	693	1194
Nampula	80	0	133	195	328
Cabo Delgado	54	66	28	202	296
Niassa	68	183	204	177	564
Total	2662	2784	1494	6578	10856

- Distribuídas 2.582 juntas, 1.447 charruas e 361 carroças em todo o país.

Uso sustentável dos recursos naturais

No que diz respeito a aceleração do processo de autorização de direitos de uso e aproveitamento da terra;

- Foi consolidada a implementação da simplificação de procedimentos de tramitação dos pedidos de DUAT no prazo de 90 dias, onde foram tramitados aproximadamente 72% do total de 10,973 processos,
- Iniciada a desconcentração dos serviços de cadastro, onde foram criados 9 Serviços Distritais de cadastro (Matutuine, Caia, Manica, Mocuba, Mossuril, Monapo, Malema, Cuamba e Marrupa).

Quanto a melhoria da gestão dos recursos florestais e faunísticos, assegurando benefícios as comunidades locais e a participação destas na sua conservação;

- Foi aprovado o Diploma Ministerial (nr. 93/95 de Maio de 2005) que estabelece os mecanismos de canalização dos 20% das taxas de exploração florestal e faunística para o benefício das comunidades locais, tendo beneficiado até aos momento um total de 235 comunidades em 2006 e 308 comunidades em 2007 em todo o País.
- Foi elaborada a Estratégia de Fiscalização Participativa de Florestas e Fauna Bravia com vista a melhorar o controle da actividade de exploração florestal e faunística no país, e reduzir actividades furtiva.
- Através das concessões florestais estabelecidas, as comunidades estão a beneficiar de emprego, reabilitação e/ou construção de algumas infraestruturas (estradas, escolas, furos de agua), insumos agrícolas, e outros.
- Formados 254 fiscais comunitários, tendo aumentado a participação das comunidades na gestão dos recursos florestais, e organização destas em comités de gestão.

Quanto a criação de um ambiente favorável para uma gestão sustentável de florestas e fauna bravia por parte do sector privado e das comunidades locais;

- Feita a actualização dos dados do Recurso florestal disponível no País
- Iniciado os preparativos para o Censo Nacional de Fauna Bravia.
- Criada uma linha de crédito de 3.3 milhões de euros, destinada a financiar pequenas e médias indústrias florestais. Até o momento, este crédito beneficiou 9 empresas (3 Zambézia, 3 Sofala, 2 Manica, 1 Nampula), num total de cerca de 700 mil Euros.

Relativamente a promoção da produção florestal e desenvolvimento de actividades cinegética, de modo a garantir um desenvolvimento sustentável da indústria florestal e faunística, criação e pecuarização dos animais bravios;

- Desenvolvidas Normas e Procedimentos de exploração de Fazendas do Bravio, estabelecidas 42 concessões, totalizando actualmente 137 concessões em todo país, ocupando uma área de cerca de 6 milhoes de ha, e estabelecidas 19 Fazendas do Bravio no País, ocupando uma área de cerca de 300 mil ha.

Quanto a promoção do desenvolvimento de plantações florestais para fins comerciais e industriais;

- Está em processo o reembolso dos 40% das taxas de licença de exploração, aos operadores com indústrias de processamento, tendo até ao momento beneficiado 4 empresas na província de Sofala.
- Foi aprovado Diploma Ministerial (DM) sobre reclassificação de Mondzo, Chanato, Pau-Ferro e Muanza para espécies de 1º classe passando a sua exportação a ser permitida apenas depois de processada localmente (não podem ser exportadas em toros), e
- Aprovado o DM de que define os padrões/especificações de madeira processada.

Referente a Reabilitação e desenvolvimento das áreas de conservação para garantir as actividades de extensão e multiplicação de destinos turísticos em Moçambique;

- Foi feito um levantamento da situação actual das reservas florestais no País,

Como forma de potenciar a gestão das águas interiores para promover a irrigação e concentrar as prioridades no desenvolvimento de esquemas de irrigação ligadas ao pequeno produtor;

- Foram criadas infra-estruturas em quase todo o país num total de 2.447 ha (2005), 2.546 ha (2006) e 3.520 ha em 2007 totalizando 8.513 ha de área reabilitada ao longo do período em análise;
- Formados camponeses em matérias de operacionalização e manutenção de regadios.

No que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de irrigação, assegurando maior colaboração multi-sectorial, está em curso a elaboração do Plano Estratégico de Irrigação.

Quanto a desenvolver uma estratégia de combate a queimadas descontroladas e desflorestamento,

- Foi elaborada a Estratégia Nacional de Reflorestamento, aguardando actualmente a sua aprovação, reflorestados cerca de 10 mil hectares para fins de conservação, energéticos e comerciais;
- Elaborado o Programa Nacional de Combate as Queimadas, aguardando aprovação) e realizadas em todo país campanhas de sensibilização às comunidades contra queimadas descontroladas.

Relativamente a estimulação da instalação e o desenvolvimento de agro-industriais, dos mercados de insumos, de excedentes agrícolas e de serviços fundamentais;

- Foi instalada uma fábrica de processamento de frutas na província de Inhambane;

Quanto ao melhoramento do desempenho dos serviços públicos de suporte ao sector familiar, principalmente, os de investigação, de extensão, de apoio à produção agrícola, de pecuária e de informação sobre mercados;

- Divulgada e disseminada tecnologias agrárias.

- Assistidas e capacitadas as organizações de produtores;
- Feita disseminação de pacotes tecnológicos melhorados com a instalação de campos e de unidades demonstrativas, distribuição de material vegetativo (rama de batata doce, estacas de mandioca e coroas de ananaseiro) com o objectivo de transmitir mensagens técnicas para o maior número possível de produtores e informação de preços de mercados.

Reforma e desenvolvimento institucional

No que diz respeito a definição do papel e funções nucleares para os órgãos centrais, provinciais e locais;

- Funções nucleares definidas e implementadas a todos os níveis, (central e provincial);

Para adequar a formação e estrutura da força de trabalho às necessidades do sector;

- Realizados cursos de formação formal e de curta duração a vários níveis com objectivo de reforçar a capacidade técnica a todos os níveis.

Quanto ao reforço da capacidade de monitoria, avaliação e fiscalização.

- Foi criado o Departamento de Monitoria e Avaliação no sector e definidos indicadores de monitoria das actividades do sector agrário;

Quanto a identificação de áreas potenciais para manejo participativo de Fauna bravia para mitigação do conflito Homem - Animal;

- Foram realizadas campanhas de sensibilização às comunidades sobre algumas práticas seguras com vista à redução do conflito homem fauna bravia e implementadas estratégias de acção para a mitigação do conflito Homem/animal.

O MINAG no triénio 2005/2007, registou um desempenho positivo, apesar de nos últimos anos, as campanhas agrícolas, terem sido caracterizadas por regimes pluviométricos irregulares. Contudo, o esforço empreendido pelo Governo permitiu assegurar a evolução na produção de culturas alimentares através da implementação do plano de mitigação dos efeitos das calamidades naturais. De notar ainda, a prevalência de um défice de cereais na ordem de 500 toneladas por ano, principalmente para as culturas de arroz e trigo, a serem cobertos pelas importações. Os serviços públicos de extensão, assistiram no período em análise um acumulado de cerca de 653.990 camponeses e contou com cerca de 577 extensionistas em 2007. Constitui um desafio para o MINAG, aumentar o número de extensionistas em todos os distritos para melhor responder aos problemas enfrentados pelos produtores.

Na área de pecuária, registaram-se alguns progressos no que se refere ao fomento pecuário na qual se verificou um aumento de 1.4412.942 bovinos em 2004 e 1.425.884 em 2007. O ambiente e perspectivas de produção pecuária estão conhecendo desde 2004 um assinalável impulso, destacando-se: i) relançamento da produção de ovos da UGC, sector cooperativo; ii) lançamento do projecto para a produção de frango e ovos na província de Maputo; iii) projecto de parceria

Moçambique/África do Sul em Maputo na área pecuária; iv) dois matadouros industriais quase concluídos em Manica; v) investimentos em curso na área avícola em Niassa; e v) constituição da associação nacional de criadores de gado, o que constitui uma mais valia no desenvolvimento pecuário.

Na área dos recursos naturais, foi elaborado o documento contendo linhas mestres sobre o Zoneamento Agrário de Moçambique na escala de 1:1.000.000 com o objectivo de identificar o potencial agrário e identificação das áreas disponíveis do País. O MINAG efectuou uma avaliação integrada das florestas do país, para medir a extensão e composição florestal, de modo a fornecer ao Governo instrumentos para melhorar a gestão e conservação deste recurso.

Na área do Desenvolvimento Institucional, em 2006 o MINAG desenhou o documento das prioridades do sector que serviu de base para a elaboração do Cenário de Despesas de Médio Prazo (CDMP). Este exercício permitiu uma melhor orientação dos investimentos de forma a se reflectirem melhor o impacto no campo. No âmbito do aumento da produção e produtividades, foi aprovado pelo conselho de ministros a estratégia da Revolução Verde em Outubro de 2007, um documento que servirá de base para orientação estratégica do sector. Actualmente está em curso a elaboração do Plano Estratégico do sector Agrário. No concernente a área dos recursos humanos, foi actualizado o Banco de dados do pessoal que permitiu o enquadramento de 632 trabalhadores e servirá de base sólida para a preparação do plano de formação.

Na área dos assuntos transversais foi elaborada a estratégia de género do sector Agrário e o seu plano de acção (2006). Foram definidos os indicadores de género para serem inseridos no sistema de monitoria e avaliação do MINAG. Foi ainda desenhado o Plano estratégico Sectorial (2006-2010) de HIV/SIDA para orientar a realização de acções de combate ao HIV/SIDA. Relativamente ao ambiente, foram realizados vários estudos nesta componente ligados ao zoneamento e identificação de áreas para investimento no sector agrário e análise sócio-económico da província do Niassa, análise do programa de agricultura de conservação (Extensão).

B. INFRAESTRUTURAS

CONSTRUÇÃO

Em termos globais, os indicadores mostram um crescimento da construção. Este crescimento espelha o desempenho da construção empresarial que vem registando uma evolução positiva com a execução de investimentos públicos nomeadamente na área de estradas, pontes e infra-estruturas sociais.

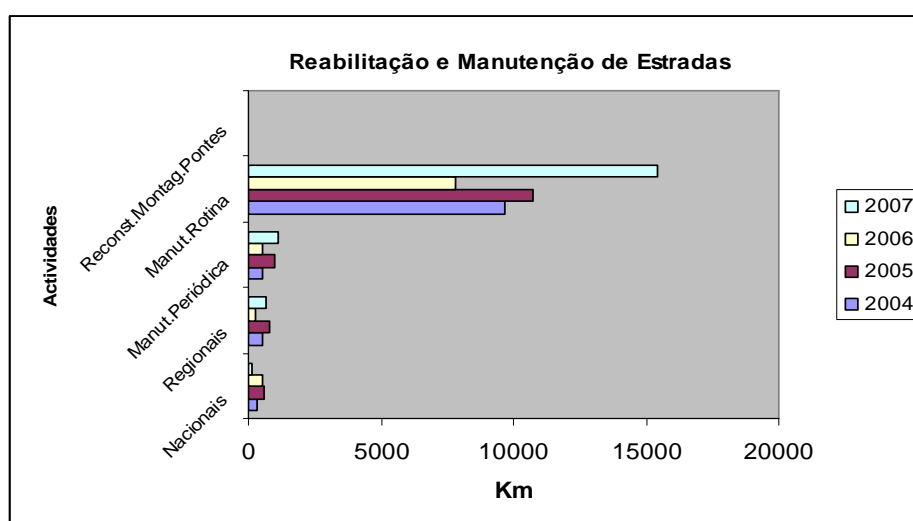
B. Estradas e Pontes

Durante os três anos 2005 - 2007, a área de Estradas e Pontes teve as seguintes realizações conforme ilustra a tabela seguinte:

Tabela 1: Reabilitação e Manutenção de Estradas (Km)

Actividades	2004 (Base)	2005	2006	2007
Reabilitação de Estradas	819	1,375	822	817
Nacionais	312	574	556.5	163
Regionais	507	801	265.5	654
Manutenção Periódica	514	1,004	527.9	1,106
Manutenção de Rotina	9,653	10,705	7,784	15,431
Reabilitação e Montagem de pontes	5	0	7	3

Fonte: Ministério das Obras públicas e Habitação, BPES (2004 – 2007)



Durante o período em análise foram reabilitados 3,014Km de estradas, sendo 1,294km de estradas nacionais e 1,721Km de estradas regionais. No que concerne as estradas nacionais as intervenções ocorreram nos seguintes troços:

Tabela Reabilitação e Manutenção de Estradas Nacionais de 2005 - 2007

N/N	Estrada	Extensão (km)
1	N304: N304: Mussacama – Calomé	167
2	N14: Litunde - Marrupa	246
3	N1: Maputo - Marracuene	29
4	N1: Manhiça – 3 de Fevereiro	36
5	N1: Maxixe - Massinga	70
6	N1: Nhachengue - Pambarra	98
7	N1: Muxúngué - Inchope	152
8	N1: Marracuene - Manhiça	48

9	N1: Incoluane - Chicumbane	71
10	N1: Chissibuca - Maxixe	176
11	N1: Alto Molócué – Rio Ligonha	106
12	N104: Nametil - Angoche	70
13	N6: Mutua - Tica	12
14	N220: Chissano – Chibuto (39 km)	15
	TOTAL	1,294

Relativamente à reabilitação de Estradas Regionais, as actividades incidiram na reabilitação de 1,721km. Esta actividade é gerida a nível provincial, no âmbito da descentralização; todavia, dada a complexidade de algumas obras, alguns projectos foram geridos à nível central, nomeadamente: R445: Macarretane – Massingir, R1005: Maríngue – Gombalançai – Sena, R1006: Maríngue-Sena, R1001 Casa Banana – Inhaminga, R601/2:Estima – Magoe, R687: Meconta-Corrane, R856: Fr. Maputo-Chókwe, N238: Vila Sena – Chemba – Chiramba, N280: Tica – Búzi, R564/5: Gorongoza – Piro – Maríngue – Chemba e R452/859 Mapapa – Maniquenique, cujos trabalhos de reabilitação ainda se encontram em execução.

Quanto a reabilitação de estradas secundárias que contemplava a estrada N361, Maniamba - Metangula (20Km), foi concluída a adjudicação, tendo os empreiteiros se mobilizado e iniciado as obras do último trimestre de 2007.

No que concerne a manutenção periódica das estradas houve a conclusão dos trabalhos de manutenção nas estradas na ordem dos 2,638Km nos seguintes troços: Marracuene – Manhiça, Incoluane – Zandamela e Chissibuca – Maxixe e Zandamela – Maxixe

Em relação à manutenção de rotina, esta actividade é levada a cabo pelas DPOPH's à semelhança da manutenção periódica ou de estradas terciárias e vicinais. No período em análise foram realizados cerca de 33,920 Km.

A componente de pontes foi dividida em dois grandes grupos: (i) Novas Construções e (ii) Reabilitações.

Novas Construções foi concluída a construção da Ponte do Guijá, sobre o Rio Limpopo; e estão em execução a Ponte sobre o Rio Lugela, Rio Zambeze, Rio Rovuma, Rio Incomati (Moamba), Rio Nhancuarara, Rio Lucite, Rio Mussapa, Rio Licungo I e II. À excepção da Ponte sobre o Zambeze, cujo término está previsto para o ano de 2009, todas as demais obras, têm a sua conclusão programada para o presente ano (2008).

Em relação as obras de Reabilitação foram concluídas as Fases I e II da Ponte da Ilha de Moçambique e estão ainda em curso os trabalhos na Ponte sobre o Rio Meluli e concluído o projecto de reabilitação da Ponte Samora Machel, em Tete.

Ainda na componente de pontes, foram montadas várias pontes metálicas, entre elas as sobre os seguintes rios: Cuacua entre Mopeia/Luabo, Zimuco entre Morrumbala/Chire, Munhamade entre Namarroi/Lugela, Mecucuza entre Nametil/Chalaua.

Foram também concluídas 21 estruturas de drenagem no âmbito da reabilitação de pontes na Zambézia.

No âmbito do programa e manutenção da rede nacional de estradas, foi assegurada a transitabilidade numa percentagem de 70% até 2007 e que a meta prevista para 2010 será de 73%.

Não foram realizadas as seguintes actividades: conclusão da reabilitação do troço Vanduzi – Changara, Asfaltar a estrada Pemba – Lichinga – Maniamba – Metangula e a estrada Lichinga – Mandimba – Cuamba, as obras de melhorias na estrada Cuamba – Gurué – Lioma – Ruasse;

Abastecimento de Água e Saneamento

Águas e Saneamento

Na área das águas as actividades estão viradas para a melhoria do nível de cobertura, do nível de prestação de serviços acompanhados por medidas institucionais com vista a auto-sustentabilização do abastecimento de água à população rural, urbana e peri-urbana.

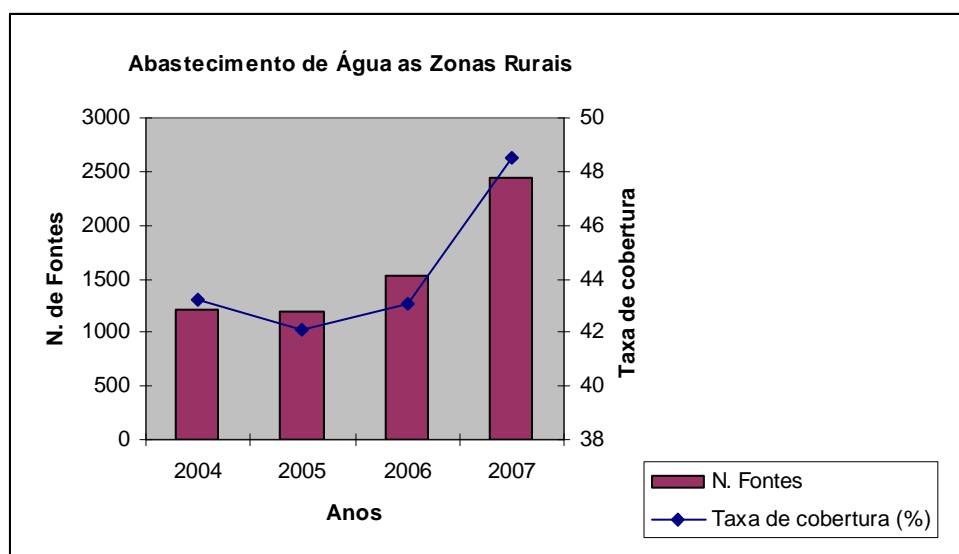
Quanto ao abastecimento de Água às zonas rurais, durante os últimos três anos foram concluída a construção e a reabilitação de 5163 fontes dispersas dos quais 2503 furos, 392 poços e 2268 reabilitações beneficiando cerca de 7,909,000 pessoas adicionais em todo o país. Com esta execução permitiu alcançar a cobertura média de 44.6%.

Tabela 2: Reabilitação e Construção de Fontes

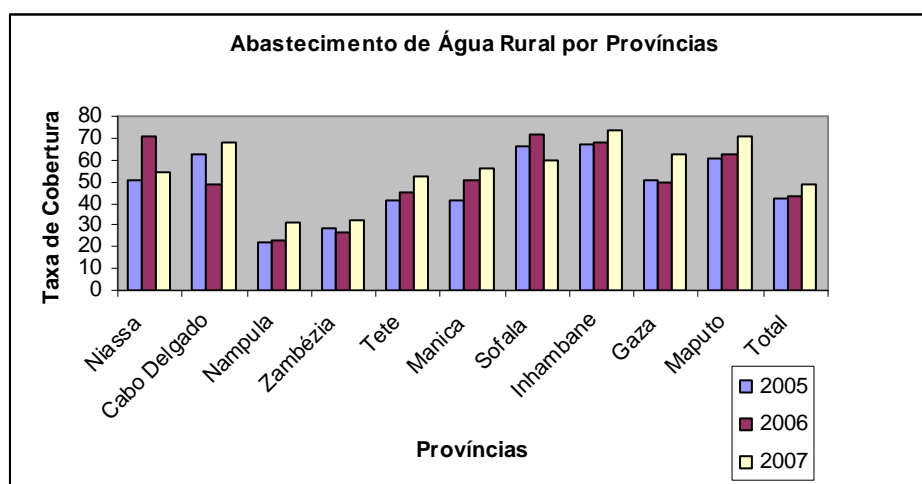
Província	2004		2005		2006		2007	
	Fontes	Cob.(%)	Fontes	Cob.(%)	Fontes	Cob.(%)	Fontes	Cob.(%)
Niassa	211	60.0	175	50.5	170	70.8	254	54.1
Cabo Delgado	59	51.2	55	62.9	130	48.4	175	67.7
Nampula	74	20.6	308	22.0	271	23.1	486	31.2
Zambézia	229	25.6	191	28.5	107	26.6	609	32.1
Tete	103	48.2	13	41.8	114	45.5	165	52.8
Manica	45	49.1	125	41.1	164	50.8	173	56.2
Sofala	84	69.0	95	65.9	184	71.5	207	59.7
Inhambane	299	66.0	104	67.1	137	67.7	219	73.5
Gaza	36	59.2	66	50.5	156	49.7	69	62.9
Maputo	64	98.6	57	60.8	99	62.5	85	70.7
Total	1204	43.2	1189	42.1	1532	43.1	2442	48.5

Fonte: MOPH, Relatório de Balanço do PES 2005 - 07

O gráfico abaixo da uma relação entre o número de fontes e a taxa de cobertura nacional do abastecimento de água as zonas rurais anualmente.



Taxa de Cobertura do Abastecimento de água nas zonas rurais por províncias



Em relação aos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA):

- Foram realizados as obras de emergência no sistema de Moma Sede na província de Nampula e por outro lado foram concluídas as obras de reabilitação dos sistemas de Nametil na mesma província e foram iniciadas as obras de reabilitação do sistema de Sussundenga na província de Manica.
- Estão em curso intervenções para a reparação/reposição de sistemas que no total irão servir a 12,720 pessoas
- Foram realizados os trabalhos de reabilitação/expansão nos Sistemas de Abastecimento de Água de Inhambane (3) em Vilanculos, Massinga e Quissico.
- Foram elaborados projectos executivos para a reabilitação/expansão dos sistemas Nhamayabué, Ulongoé e Luenha (Província de Tete), Mandimba, Metarica e Nipepe (Província do Niassa).

No âmbito do abastecimento de água as zonas urbanas, foram realizadas as seguintes actividades: construção e reabilitação nos projectos de abastecimento de água nas cidades de Cuamba (reabilitação do centro distribuidor e extensão do Sistema de Abastecimento de Água ao Bairro Mutxora), Nacala (construção do pequeno sistema e fontes de captação de água) e Manica (construção de 4 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água isolados, Município de Manica). Foram feitas 8,502 novas ligações domiciliárias, construídos e reabilitados 216 fontanários.

A taxa de cobertura para o abastecimento de água a zona urbana em 2005 (36.5%), 2006 (37.5%) e em 2007 (40.0%).

No que diz respeito ao saneamento Urbano, Peri-urbano e Rural foram realizadas as seguintes actividades:

Projecto de Abastecimento de água, Saneamento e Capacitação Institucional das 4 Cidades do Sul (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chokwé):

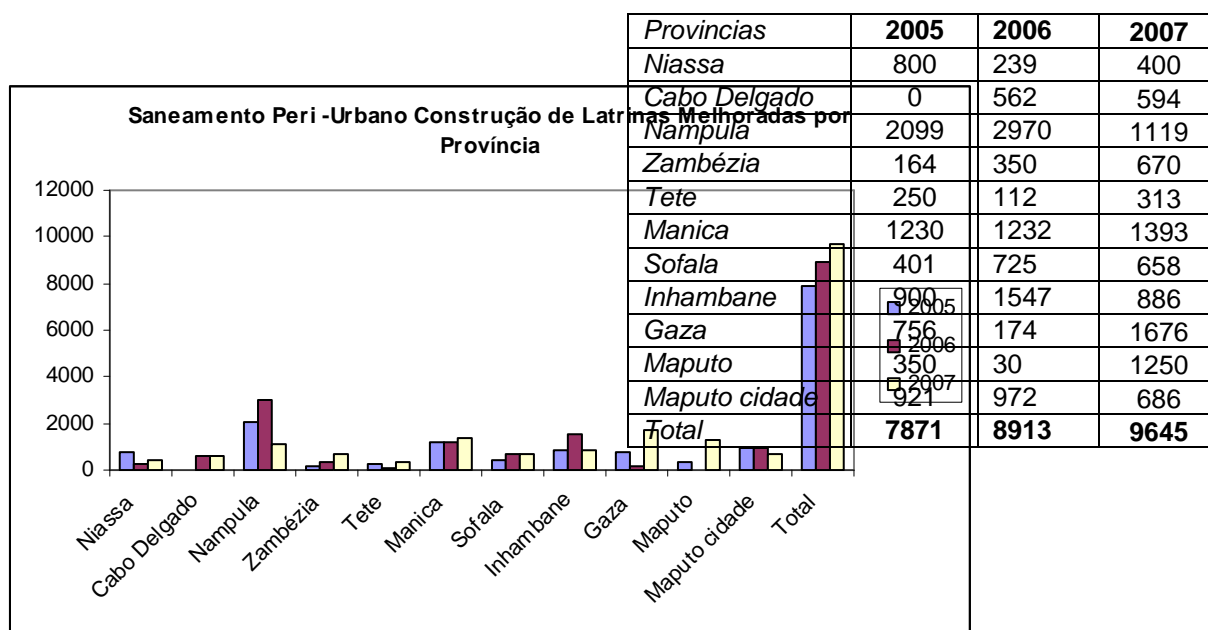
- Iniciou a consultoria para o estudo sobre reforma;
- Em curso o processo para a contratação de consultores para a elaboração de planos directores de saneamento nos quatros Municípios.
- Contratada a Assistência Técnica para as 4 cidades.
- Estabelecida a Assistência técnica tanto nos Municípios como na DNA;

Projecto de reabilitação do sistema de abastecimento de Água a Maputo – componente de saneamento:

- Iniciou a implementação do programa de saneamento a baixo custo Educação para Higiene das Comunidades e escolas dos Bairros de Laulane, Mahotas e Hulene A e B e estão em curso as obras de construção e fiscalização do vale de Drenagem da bacia “T”.

Ao nível de Saneamento Peri-Urbano, ao longo dos três anos foram construídas cerca de 26,429 latrinas melhoradas que foram acompanhadas de programas de educação para higiene; capacitação institucional dos Municípios abrangidos pelo projecto de Abastecimento de Água, Saneamento e capacitação institucional das quatro cidades (Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Chókwe). A taxa de cobertura para o Saneamento Peri-Urbano em 2007 foi de 39%, 2006 (39%) e 2005 (40 %).

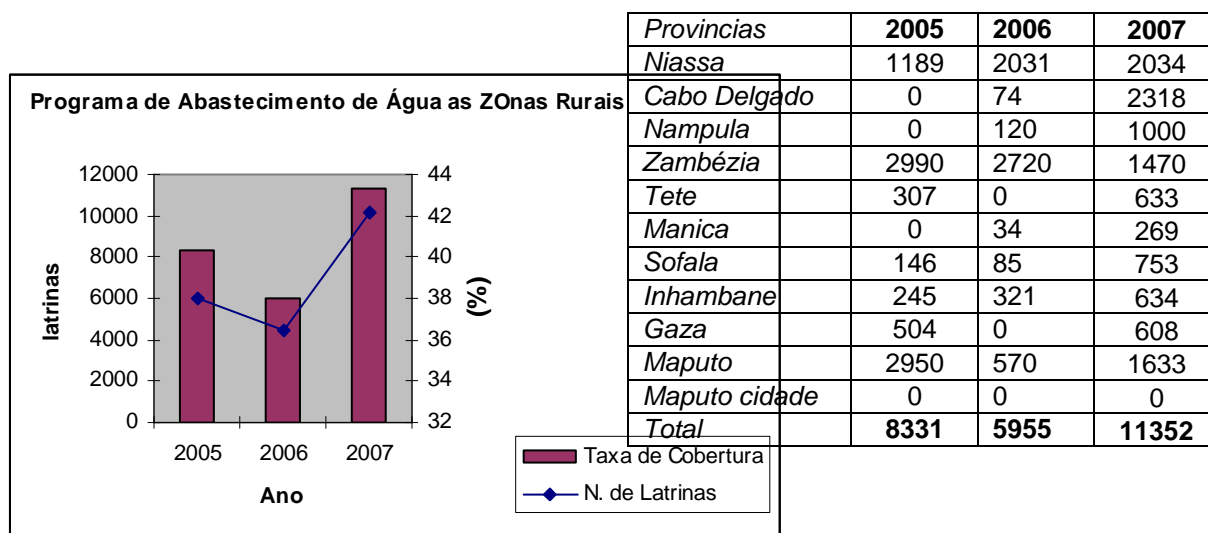
Tabela Saneament Peri- urbano (Número de latrinas melhoradas construída por província)



Ao nível de Saneamento Rural foram construídas cerca de 25,638 latrinas melhoradas e a cobertura em serviços de saneamento para a zona rural foi de 39% (2007), 35% (2006) e 33% (2005).

A cobertura total de população com acesso ao serviço de saneamento foi de 42.2% em 2007, 36.5% em 2006 e 38% em 2005.

Saneament Rural (Construção de latrinas melhoradas)



Gestão operacional dos recursos hídricos tiveram seu início o processo da instalação das Administrações Regionais das Águas (ARAs) Centro-Norte e Norte. A ARA Centro-Norte será responsável pela administração das águas nas Províncias da Zambézia e Nampula, enquanto a ARA Norte ocupar-se-á das Províncias de Niassa e Cabo Delgado e foram realizadas as seguintes actividades:

- Realizados 2 seminários de apresentação do relatório de estabelecimento da ARA Norte em Lichinga;
- Foram concluídas as obras de reabilitação e ampliação das instalações do sector de hidrometria de Lichinga para o funcionamento da Unidade de Gestão da Bacia do Rovuma;
- Reabilitada parcialmente o ex-sector de Hidrometria de Montepuez, incluindo aquisição do equipamento do escritório;
- Foi criado o comité da bacia do Rovuma e discutido o respectivo regulamento interno;
- Foi criada a comissão Instaladora ARA Centro-Norte e respectivas competências;
- Foram realizados encontros com os utentes para a divulgação do papel da ARA Centro- Norte;
- Foram realizados vários cursos de capacitação do pessoal técnico da ARA Centro;
- Foi iniciada a implementação do protocolo entre a ARA Zambeze e a HCB, incluindo a alocação da respectiva verba referente aos anos 2006 e 2007;
- Foram concluídas as obras de um abrigo dos sistemas de aviso de cheias no âmbito de SADC-HYCOS;
- Foram concluídas as obras de escritórios e de residência em Guijá em Lionde para a transferência UGBL de Xai-Xai para Massingir e iniciada a construção das instalações definitivas da UGBL em Chókwe;
- Concluída a urbanização básica do aldeamento de Lionde e Guijá;
- Foram elaborados os projectos de construção da sede da ARA – Sul em Malhampsuene.
- Instalação de equipamento para colecta digital e contínuo de níveis hidrométricos nas estações do Púngoè Sul Nhazónia na bacia de Púngoè

No contexto da rede Hidroclimatológica durante os três anos foram reabilitados 185 estações (106 Pluviométrica e 79 hidrométricas), na qual foram reabilitadas as estações hidrométricas e pluviométricas das bacias dos rios Limpopo, Matola, Úmbeluzi, Maputo, Incomati e Inharrime.

Tabela : Estações Hidroclimatológicas Reabilitadas

Estações	2004	2005	2006	2007
<i>Pluviométricas</i>		42	26	38
<i>Hidrométrica</i>		35	20	24
Total		77	46	62

Em relação aos estudos e planeamento de bacias hidrográficas foram realizadas as seguintes actividades:

- Foi aprovada a Estratégia de desenvolvimento da bacia do rio Púngoè;
- Foi concluída a proposta da monografia da Bacia do Rio Malema;
- Foram satisfeitas as pré-condições para a implementação do acordo de crédito e foi apresentado a proposta preliminar sobre o inventário e prioridades para o desenvolvimento da Bacia das águas partilhadas (Save, Búzi e Rovuma) a nível da ARA – Norte e da ARA – Centro;
- Finalização da Monografia da bacia do Rio Monapo, assim como da bacia do Púngoè e respectiva Estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos da Bacia;
- Foram realizadas obras de reabilitação das barragens de Massingir e Macarretane;
- Finalizado o projecto executivo preliminar das 20 represas e 20 sistemas de captação de Água de chuva em Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete;
- Foram construídos 18 represas e 45 sistemas públicos para a captação de água das chuvas em todo o País.

Em relação à partilha dos rios foram realizadas as seguintes actividades:

- Foi lançado o concurso para apresentação de propostas técnicas e financeiras para a realização do estudo, no âmbito do Estudo conjunto da Bacia do Limpopo – fase de inventário e diagnóstico;
- Foram concluídas as condições de base para o estabelecimento do secretariado, respectivamente o acordo financeiro entre a GTZ e a DNA em representação dos estados da LIMCOM;
- Foi realizado o estudo para o estabelecimento do Comité da Bacia do Rovuma
- Foram realizados estudos na componente dos recursos hídricos na Bacia do Maputo;
- Foi concebido um Banco de Dados de toda a bacia do Zambeze – Zambezi water Information System (ZAMWIS);
- Foi preparado um plano para a operacionalização da comissão da Bacia do Zambeze – ZAMCOM;
- Foram desenvolvidos Termos de Referência do grupo de trabalho para a implementação dos resultados dos estudos a iniciar o processo negocial para a revisão do acordo de 1976 sobre partilhas de águas do Rio Úmbeluzi.

No Âmbito do Desenvolvimento Institucional

Sector das Estradas.

- Em relação ao reforço da capacidade de resposta dos quadros da ANE foram capacitados cerca de 57 técnicos;

- Realizado seminário sobre assuntos sociais e ambientais para os técnicos do ANE incluindo delegados, MICOA, CMM e consultores;
- Feita a revisão da actual edição do Guia Ambiental para trabalhos de Estrada em Moçambique; Implementação do plano de Reassentamento da estrada Lichinga – Montepuez em coordenação com as administrações de Montepuez, Balama, Chimbunila, Madjune bem como o município de Montepuez.
- Foi reforçado o processo de descentralização, através da reactivação das Comissões Provinciais de Estradas e incluído no orçamento para 2008, verbas a serem atribuídas aos Distritos;
- Às Direcções Provinciais das Obras Públicas, foi atribuída a responsabilidade pela gestão financeira dos programas provinciais de estradas.

Sector das Águas

- Foi consolidado as actividades do Grupo de Água e Saneamento (GAS);
- Foram realizadas as actividades com vista ao estabelecimento do SWAP ao nível do sector das águas e saneamento, focalizando a primeira fase à componente de água Rural;
- Foram realizadas as actividades de levantamento e mapeamento dos sistemas de informação existentes, a elaboração do documento da estratégia do Sistema de Informação para o Sector de Águas (SINAS);
- Foram criadas Comissões para a reestruturação dos EPAR's bem como foram realizados contactos com o sector privado para a gestão dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água e foram também formados pequenos artesãos que trabalham na gestão de fontes e fazem obras de construção de poços.
- Realizados Contratos com os operadores para os PSAA's de Massinga, Quissico e Namaacha e foi monitorado o desempenho dos operadores dos PSAA's de Namaacha, de Vilanculos
- Foram realizadas acções nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia no âmbito do processo de testagem das bombas de corda, playpump e painéis solares como tecnologias alternativas para captação de água para o abastecimento de água nas zonas rurais; e
- A Política Nacional de Águas foi divulgada ao nível dos Governos distritais, Postos Administrativos e líderes comunitários.

No âmbito da planificação e avaliação integrada do sector foi concluído, discutido, aprovado e disseminado o PESA-ASR.

Energia

Durante o período em análise (2005 à 2007), o Sector de Energia registou um desempenho positivo derivado grandemente da expansão da rede eléctrica nacional. O número de novos consumidores de energia de melhor qualidade aumentou, tendo sido ligados até ao momento 250.000 novos consumidores

domésticos em todo país, cerca de três vezes mais do que os 80.000 novos consumidores previsto no PQG. No presente Quinquênio destaca-se a conclusão processo de reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para Estado Moçambicano, com sucesso a 27 de Novembro de 2007.

O Governo autorizou um Consórcio a desenvolver o projecto da Central Termoeléctrica a Gás Natural de Ciclo Combinado com uma capacidade mínima de 1150MW, para a produção de energia eléctrica e desenvolvimento de infra-estruturas de transporte associadas, no âmbito do Projecto da Central Térmica de Gás Natural de Temane, na Província de Inhambane.

Decorrem acções para a implementação de outros projectos de geração de energia, com destaque para os projectos Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa e Central Térmica de Moatize que vão contribuir para minorar o défice energético na região.

Na área dos combustíveis, entrou em vigor o Decreto 63/2006, de 26 de Dezembro, que adequa as disposições legais relativas às actividades de importação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e de produção nacional de biocombustíveis e processamento do petróleo bruto e condensado de gás natural .

Ainda, nesta área foi introduzida no país a gasolina sem chumbo no âmbito da iniciativa com vista minorar os impactos negativos sobre o meio ambiente.

Em resumo, o Ministério espera ainda grandes desafios no âmbito do Programa Quinquenal do Governo e do PARPA II para a materialização dos projectos que possam contribuir para o crescimento económico e redução dos índices da pobreza no país.

Quanto a promoção da construção de novas centrais termo e hidroeléctricas em Moatize, Mphanda Nkuwa, Alto Malema, Lúrio e Massingir e a reabilitação das Centrais hidroeléctricas de Mavuzi e Chicamba, foram desenvolvidos os seguintes projectos:

Projecto da Central Térmica a Carvão de Moatize

- O Governo autorizou o Consórcio constituído pela AES Southern Africa (Estados Unidos da América), EDM-EP (Moçambique), a Rio Doce Moçambique (Brasil) e a Whatana (Moçambique), a prosseguir com as acções necessárias com vista ao desenvolvimento do Projecto, incluindo estabelecer contactos com potenciais financiadores, investidores e com a RDMZ enquanto fornecedor de carvão, consumidores de energia eléctrica, empresas nacionais e da região e outras entidades e instituições relevantes, para a materialização do Projecto;
- Foi estabelecido entre as partes, um Acordo de Princípios em Novembro de 2007 que define os termos e as condições sob os quais as partes irão prosseguir com as acções necessárias para assegurar a celeridade do processo de desenvolvimento do Projecto; e

- O Consórcio iniciou contactos com vista a negociar os acordos de fornecimento de energia, em paralelo com a negociação do financiamento, a elaboração do estudo de impacto ambiental detalhado, o desenho técnico do projecto, bem como do programa de implementação, até ao fecho financeiro que se prevê que seja alcançado em finais de 2009, seguindo-se depois as acções de construção. Prevê-se a operação comercial para 2014.

Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa

- Foi assinado o Acordo de Princípios em Dezembro de 2007 que reflecte o cometimento das partes, Governo e Consórcio (EDM-EP, Camargo Corrêa e Energia Capital) e regula as relações entre si, até a atribuição da concessão;
- Decorrem acções com vista ao registo da Companhia Executora e contactos com potenciais clientes com vista a iniciarem-se as negociações dos acordos de fornecimento de energia, em paralelo com a negociação do financiamento, o estudo de impacto ambiental detalhado, o desenho técnico do projecto, bem como do programa de implementação. Prevê-se a operação comercial para 2013;
- O Consórcio efectuou o depósito da quantia de \$500.000 previstos no Acordo de Princípios.

Projecto Hidroelectrico de Alto Malema

- O estudo efectuado pela empresa DUKE E&S em parceria com a Electricidade de Moçambique, sugere a não existência de garantias da viabilidade deste projecto. Não houve, por isso, quaisquer outras actividades em relação a este projecto.

Projecto Hidroelectrico de Lúrio

- Concluído o estudo de viabilidade em Setembro de 2007 com vista a construção da Barragem do Rio Lúrio, estando neste momento a decorrer as acções de promoção da sua construção.

Projecto de Central Hidroeléctrica de Massingir

- Por despacho de 3 de Outubro de 2007, foi autorizado o Consórcio composto pela ARA Sul (Moçambique), Bruno & Lopes Moçambique (Portugal) e um grupo de privados moçambicanos, a prosseguir com as acções necessárias com vista ao desenvolvimento do projecto; e
- O Consórcio iniciou contactos com potenciais financiadores e outras instituições relevantes, para a materialização do Projecto. Uma das acções de relevância para o fecho financeiro do projecto é o acordo de fornecimento de energia com a EDM-EP, cuja negociação está em curso, esperando-se o seu desfecho ainda durante o I Semestre de 2008.

Reabilitação das Centrais Hidroeléctricas de Mavúzi e Chicamba:

- Assinado o memorando de entendimento entre a EDM e a SNPower da

Noruega para o estabelecimento de uma parceria para reabilitação e exploração das centrais de Mavúzi e Chicamba; e

- Em curso a revisão do processo de deslocação do investidor pelo financiador do projecto;
- Lançado o concurso para selecção do consultor para o projecto, espera-se a recepção de propostas das empresas concorrentes.

Projecto da Central Termoeléctrica de Temane

O Projecto da Central Termoeléctrica a Gás Natural de Ciclo Combinado de Temane localiza-se a Norte da Província de Inhambane, e ficará nas proximidades da Central de Processamento de Gás da SASOL, a aproximadamente 700km dos principais centros de carga (Maputo e Matola), e surge após a aprovação do PQG:

- O Ministério da Energia autorizou o Consórcio constituído pela EDM-EP (Moçambique), INTELEC, Holdings, Lda (Moçambique) e SUEZ International (França), a desenvolver o projecto da Central Termoeléctrica a Gás Natural de Ciclo Combinado para a produção de energia eléctrica e desenvolvimento de infra-estruturas de transporte associadas. Este troço da linha de transporte será desenhada com características para integrar a futura espinha dorsal.
- O projecto foi autorizado para uma capacidade entre 450 e 1000MW; o estudo de viabilidade realizado mais tarde concluiu que o mesmo, para ser viável, deverá ter uma capacidade mínima de 1150MW, havendo reservas adicionais de gás natural;
- Foi criado um grupo técnico de trabalho, que inclui ainda os membros do consórcio,(EDM, INTELEC, SUEZ Internacional) e a SASOL que se reúnem quinzenalmente para avaliação dos progressos e assegurar a celeridade na execução das acções definidas; e
- Decorrem contactos entre o Ministério da Energia e o Ministério dos Recursos Minerais para avaliarem-se as opções para assegurar a materialização do projecto.

Reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa

- Concluída a 27 de Novembro de 2007 o processo de reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado Moçambicano, passando a ser o maior accionista detendo 85% do social.

Quanto ao reforço da rede nacional de transporte de energia eléctrica através da construção de novas linhas o destaque vai para as seguintes:

- Concluída a linha de transporte de 110 KV interligando Nampula a Pemba incluindo a construção da subestação de 110 kV/33kV em Pemba;

- Foi concluída a linha 110 KV de Gurúè-Cuamba - Lichinga passando a beneficiar de energia eléctrica da rede nacional as Cidades de Lichinga e Cuamba;
- A linha de 110 KV de Lichinga a Metangula não foi construída, contudo a Vila de Metangula esta ligada à rede nacional a partir de uma linha de 33kV de 105km;
- O projecto de 110 KV de Manhiça-Macia, foi redesenhado para contemplar uma segunda linha que parte de Infulene-Manhiça-Macia cujos trabalhos de topografia e desenho de projectos estão em curso.
- 400 KV de Songo a Nacala (ainda em estudo). Foi alterada a visão quanto à construção desta linha, tendo em conta que o desenvolvimento da linha de interligação Moçambique-Malawi com uma extensão de 200 km oferece a oportunidade de a linha para Nacala ser construída a partir do Malawi.
- 110 KV de Pemba-Montepuéz-Ancuabe; esta linha foi redesenhada para uma linha de 33 kV que parte da futura subestação de Metoro à Montepuez-Ancuabe e Chiúre. A Subestação de Metoro cujos trabalhos de construção civil encontram-se em fase de conclusão será de 110kV/33kV e localiza-se na rota da linha de 110 kV Nampula-Pemba.
- 110 KV de Alto-Mulócue-Gilé (em curso os trabalhos de implantação de torres e regulação de condutores, assim como, o pagamento das indemnizações no interior das servitudes):
- Foram concluídas as obras de construção civil da Subestação de Uapé, que vai receber a linha de 110 kV da Subestação de Alto Molòcué que irão derivar linhas de média tensão para a electrificação de Gilé-sede, localidades de Uapé, Naquissupa e Muiane, no distrito do Gilé, e de Morrua e Marropino, no distrito de Ile.

Projecto da Linha de Transporte Tete-Maputo (Espinha Dorsal)

Linha de Transporte Tete – Maputo, de 400kV, com uma extensão de 1500km. Esta linha vai permitir escoar energia das centrais de Mphanda Nkuwa, Moatize, Temane, Benga, Cahora-Bassa Norte para o mercado.

- Estão em curso trabalhos com o Banco Mundial e outros parceiros multilaterais e bilaterais para avaliação da opção mais económica da operação e contactos com vista a obtenção de financiamento concessional para a participação da EDM, E.P. na construção da Espinha Dorsal.

Quanto a continuidade ao processo de reabilitação e reforço da rede de distribuição e electrificação de casas, melhorando o ritmo da expansão, assim como a qualidade do fornecimento, com prioridade para áreas urbanas e peri-urbanas, foi feito o seguinte:

Niassa

- Foi reabilitada a subestação principal e ampliada a rede de média e baixa tensão passando a beneficiar 2.100 novos consumidores de energia de melhor qualidade na cidade de Cuamba e arredores.

Cabo Delgado

- Reiniciados os trabalhos de implantação de postes para construção da linha de Montepuez após paragem das obras do projecto por parte do empreiteiro;e
- Expandidos 3 km de rede para electrificação do Bairro Alto-Gingone e 7 km de rede de MT para electrificação do Muxara, na Cidade de Pemba, beneficiando 14.235 consumidores

Nampula

- Reabilitados e ampliadas a rede eléctrica de baixa tensão em Nacala porto e Ilha de Moçambique passando a beneficiar 5.100 novos consumidores; e
- Iniciada a montagem de contadores Pré-pagos (CREDELEC) no Distrito da Ilha de Moçambique, tendo sido instalados 900 contadores dos 2.600 alocados.

Zambézia

- Reforçado o fornecimento de electrica à Cidade de Quelimane e construída uma mini-subestacao junto da Central Electrica de Quelimane;
- Electrificado os bairros Santagua (Município de Quelimane), Mucelo novo e Magodone (Nicoadala), Malinguine (Namacurra);
- Reabilitados 6 km de rede de 11 kV em Quelimane, nos Bairros Sangariveira, Coalane II, Catequistado e Chuabo Dembe, reabilitados 17 km de rede de BT em Quelimane, nos Bairros Kansa (3km), Santagua (2.5km) e Torrone Velho (3.5km), Vila Pita (1.5km), Saguari (4.5km) e Chirangano (2km);
- Montados 135 novos pontos de iluminação pública nos Bairros Kansa, Torrone Velho, Chirangano, Saguari, Piloto e Aeroporto e montada a rede de iluminação pública com 16 pontos de luz de 250W cada, no Campo do Benfica de Quelimane, no âmbito do Festival de Jogos Desportivos Escolares;
- Concluída a Linha Maganja da Costa– Uapé, faltando sua energização; e
- Concluídas as baixadas aos consumidores anteriormente identificados nas Localidades de Ratata, Magiga e Impaca – Distrito de Pebane e concluída a linha de 33 kV (Maganja da Costa-Pebane) numa extensão de 144 km e linha Maganja da Costa-Nante numa extensao de 28 km;

Tete

- Em curso os trabalhos de substituição de postes de betão em péssimo estado de utilização; e iniciadas as obras de construção civil para montagem de PT, no âmbito das obras de expansão e melhoramento das redes de distribuição de energia na Cidade de Tete e Vila de Moatize, no Distrito de Moatize.

Manica

- Concluída as obras de reabilitação e ampliação da Subestação de Catandica para alimentar Guro-sede, Localidades de Cruzamento de Macossa, Inhazónia, Nhassacara e Nhampassa em Báruè;
- Em curso desenho e *procurement* dos materiais para a reabilitação da Subestação de Chimoio 1 mais 85 km de linha de 22 kV; e
- Construído um ramal de 6 km para alimentar a vila de Rotanda, no Distrito de Sussundenga a partir do Zimbabwe; e um ramal em Média Tensão e rede de Baixa Tensão para electrificação da aldeia de Muzongo no Distrito de Manica

Sofala:

- Foram reabilitadas e ampliadas as redes de Baixa Tensão da cidade da Beira e arredores.

Inhambane

- Expandidos cerca de 10 km de rede de Baixa Tensão na Cidade de Inhambane.

Gaza

- Electrificados os Bairros 2 e 3 da Aldeia Julyus Nyerere e Bairro Macamwine, em Xai-Xai; e
- Expandidos, 2 km de rede de BT no Bairro 6 em Fidel Castro; reabilitada a rede de BT e substituídos 100 postes de madeira de 9m e 1 km de cabo torçado no Bairro 3 de Fevereiro; 0.8 km de rede de MT na Aldeia Novo Milénio, expandida a rede de Média e Baixa Tensão no Bairro 2, montado um PT e concluídas as actividades de melhoramento da rede de BT, em Chibuto e 0.5 km de rede de MT para electrificação do Povoado de Ngoenha, no Distrito de Chissano; Expandida a rede de BT no Bairro 1 da Vila da Macia e expandida rede de BT no Bairro 1 da Cidade de Chóckwè e concluídas as actividades de melhoramento das redes de Média e Baixa Tensão dos Bairros 5, em Chóckwè; e lançados 70 m de cabo ABC 3x50+55+25mm² para a travessia da Estrada Nacional e montados 9 candeeiros de 150 W.

Província de Maputo

- Concluídos e aprovados os levantamentos topográficos para os Bairros na Cidade da Matola e Boane (Tsalala, Machava Bunhiça 1 e 2, Machava-Baião, São-Dâmaso, Ndlavela, Khongolote, Tchumene 2, Campoane, Belo Horizonte, Mahelane, Massaca e Boane Sede), aprovada na totalidade a

listagem e especificações para fornecimento de materiais, concluído e aprovado o desenho de MT e BT para Tsalala e Machava Bunhiça 1 e 2; e

- Foram construídas novas subestações e postos de transformação em Matola Gare 66/33kV, 30 MVA, fornecimento e instalação de 2x 66/33kV, 30MVA (Subestação da Machava) e instalados novos equipamentos para melhorar a qualidade de energia na Matola e Matola Gare (com vista a redução de cortes e oscilação de energia beneficiando 30.000 consumidores de energia de melhor qualidade).

Maputo Cidade

- Em curso levantamentos topográficos e desenho das redes de MT e BT; e construídas novas subestações e postos de transformação e instalados novos equipamentos para melhorar a qualidade de energia em Laulane, Mahotas, Bairro Triunfo, no âmbito do início das obras de extensão das redes de distribuição de energia para a electrificação dos bairros de CMC/Grande Maputo, G. Dimitrov (Engraxador e Z. Springer), Zimpeto Q1, Malhazine, Inhagoia, Bagamoio, FPLM, Chamanculo, Costa do Sol, Polana Caniço, Hulene, Mavalane Faixa1, Ferroviário-estação e Pescadores; e
- Negociado o contrato de empreitada entre a EDM e o empreiteiro e aprovado pela CREE para a reparação da cela de 275 kV na Subestação do Infulene, para a ligação a Komatiport; reparações na linha aérea CL1, para Xai-Xai e Inhambane; reabilitação da linha aérea EJ3, de 33 kV; reabilitação das linhas aéreas DL5 e DL8, de 66 kV Reabilitação da Subestação SE6 e trabalhos na SE5 e reposição da torre de comunicações na Subestação do Infulene, cuja conclusão esta prevista para Maio de 2008, no âmbito da reabilitação da rede eléctrica danificada pelas explosões do paiol.
- Concluída a construção do edifício do Centro Nacional de Despacho e iniciada a ligação das RTU's, "Remote Terminal Unit" (Unidade Remota de Telecontrole nas Subestações).

Desenvolver acções conducentes à implementação de projectos de geração de energia eléctrica, com base no aproveitamento do carvão de queima, biogás, bagaço e energia hídrica com vista a satisfazer a procura a médio e longo prazos:

- A construção de uma nova mini-hídrica em Honde, no distrito de Báruè, com uma capacidade de 65 kv.

Prosseguir com os projectos de interligação regional, nomeadamente, Moçambique-Malawi, Moçambique-Zimbabwe (construção da segunda linha), e Moçambique-Tanzania:

Relativamente ao Projecto de Interligação Moçambique-Malawi, foram realizadas as seguintes actividades:

- Assinado no mês de Setembro de 2007, o acordo de financiamento entre o Governo de Moçambique e o Banco Mundial; e

- Concluído o desenho preliminar da linha pelo consultor do projecto e foi lançado o concurso de pré – qualificação de empreiteiros, aguarda-se a decisão do Malawi para o lançamento conjunto do projecto.

Quanto a extensão do programa de electrificação rural, priorizando a ligação de mais Distritos à rede nacional de energia, foram electrificados os seguintes locais:

Niassa:

- Vila de Metangula (Lago), através de uma linha de 33 kV a partir de Lichinga.

Cabo Delgado

- P.A. de Murrébuè (Mecúfi) e esta em curso trabalhos de interligação da Sede Distrital de Mecúfi, a partir da linha de média tensão a 33 kV que liga a Cidade de Pemba, um troço com a extensão de 25km cuja conclusão se espera para princípios de 2008 e electrificado Pemba-Metuge.

Nampula:

- Localidades de Namitatari (Mossuril), Geba (Memba), P.A.s de Itoculo (Monapo), Povoado Muelege (Monapo) Vila sede de Morrupula (Morruptula), Nametil Sede (Mogovolas); e
- Concluída a construção da linha de Alta Tensão para Topuito, no Distrito de Moma e iniciada a electrificação da Vila-Sede de Moma no âmbito do Projecto de Areias Pesadas de Moma. Com a electrificação destes distritos vão passar a beneficiar de energia eléctrica da rede nacional cerca de 2.400 novos consumidores.

Zambezia:

- Sedes distritais de Ile (Ile), Namacurra (Namacurra), Maganja da Costa, localidade de Nante, P.A. de Mocubela (Maganja da Costa), Inhansunge, localidades de Mijalane, Recamba e Marrunda (Inhansunge), Pebane, localidades de Ratata, Diba, Lumuila e Amalugo (Pebane), P.A.s de Macuze e Maquivale e Localidade de Zalala (Praia de Zalala), P.A. de Gonhane, Matulume, Povoados de Mugogoda e Inhangule (Nicoadala).

Tete:

- P.A. de Mokumbura, Sede distrital de Changara, Vila de Luenha, localidades de Mazowe e Missawa.
- Aprovados os contratos de empreitada pelo Governo, bem como contratos entre a EDM e os empreiteiros para a execução das obras, de electrificação das Sedes Distritais:
 - Mphende (Mágoè) e Tsangano-sede, cuja conclusão esta prevista para 2008; e para os restantes cinco Sedes Distritais de Zumbo, Chifunde, Manje (Chiúta), Fíngoè (Marávia) e Furancungo(Macanga), cuja conclusão está prevista para 2009.

Manica:

- Vila de Rotanda (Sussundenga), localidades de Nhazónia, Nhampassa sede e Nhassacala (Báruè) e sede do Distrito de Guro.

Sofala:

- Localidade de Guara-Guara (Búzi), Gorongosa-Sede, Vila sede de Caia (Caia) e Marromeu.

Inhambane:

- Ligados a rede nacional as vilas de Morrumbene e Massinga, Localidade de Chacane (Inharrime), Praia de Jangamo, Guinjata Bay, localidades de Paindane e Legogo (Jangamo), Povoado de Nhacoongo (Inharrime) e Povoado de Marrengo (Homoine); e
- Preveê-se a ligação de Massinga para o mês de Abril.

Gaza:

- Povoado de Messano, Chimondzo e Incaia (Bilene-Macia) Aldeia de Nwadjahane (Manjacaze) e P.A. de Zongoene (Xai-Xai) e em curso a electrificação da localidade de Macuacua, localidades de Aldeia 25 de Setembro, Djodjo, Machinhe, Mahanguene, Zollo, Banga e Vila de Massingir no Distrito de Chokwé – Massingir.

Como forma de alargar o acesso à energia por parte das populações, em particular, das áreas rurais, com recurso a energias renováveis, nomeadamente, a solar, a eólica e a hídrica:

- Electrificado com base em painéis solares o hospital rural de Muxúngue em Muxúngue – Distrito de Chibabava (Província de Sofala);
- Electrificado o Posto Administrativo de Chupanga-Distrito de Marromeu com base em Sistemas Fotovoltáicos, incluindo o sistema de abastecimento de água abrangendo 3.500 beneficiários (Província de Sofala);
- Electrificado com base em painéis solares o P.A. de Mirate, no distrito de Montepuez (Cabo Delgado) e instalado um sistema de bombeamento de água na sede de Mirate;
- Concluído o projecto de fornecimento e instalação de um sistema de bombeamento de água com base em sistemas fotovoltaico na Comunidade de Benhe- Fase I, tendo beneficiado 350 pessoas (Província de Inhambane);
- Concluído o projecto de fornecimento e instalação de sistemas fotovoltaicos para a electrificação de algumas infraestruturas na aldeia de Nwadjahane (Manjacaze), nomeadamente, residências, administração do distrito e escola;
- Está em curso a electrificação com base em sistema de Mini Hídrica do Posto Administrativo de Kazula no Distrito de Chiúta.
- Foram electrificados com base em painéis solares as localidades de Tingonganine e Djabula no Distrito de Matutuíne, na província de Maputo;

- Foi assinado o contrato com o Empreiteiro, aberta uma carta de crédito para importação do equipamento, com vista ao início das obras de electrificação de 50 escolas e 50 centros de saúde rurais de cada nas Províncias de Zambézia e Nampula, no âmbito do projecto de electrificação de 100 escolas e 100 centros de saúde e, incluindo casas dos professores e enfermeiros em Nampula e Zambézia com recurso à painéis solares, nos seguintes locais:
 - Nampula- 50 escolas rurais nos Distritos de Angoche, Nacarôa, Malema, Meconta, Mecuburi, Memba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Muecate, Murrupula, Nacala Velha, Nampula, Ribáuê, Lalaua, Eráti e Ilha de Moçambique; e 50 centros de saúde rurais nos Distritos de Angoche, Eráti, Lalaua, Malema, Meconha, Meconta, Mecuburi, Memba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Muecate, Murrupula, Nacala-Velha, Ribaué, Nacarôa e Nampula-Sede);
 - Zambézia- 50 escolas rurais nos Distritos de Alto Molócuè, Chinde, Gilé, Gurué, Ile, Morrumbala, Maganja da Costa, Inhassunge, Lugela, Namarrói, Mopeia, Pebane e Milange; e 50 centros de saúde rurais nos Distritos de Alto Molócuè, Chinde, Gilé, Gurué, Maganja da Costa, Ile, Inhassunge, Lugela, Morrumbala, Milange, Mocuba, Nicoadala, Namacurra, Namarroi, Pebane e DSC Quelimane;
- Assinado o contrato com o empreiteiro, aberta uma carta de crédito para a importação do equipamento e assinou-se o contrato com o despachante para o desalfandegamento dos equipamentos que se encontram no Porto da Beira e Nacala, para se iniciar com a instalação dos sistemas, no âmbito do projecto de electrificação com base em sistemas fotovoltaicos de 50 escolas, nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Cabo Delgado e Niassa, e 50 centros de saúde nas províncias de Tete e Niassa:

Quanto ao assegurar a ligação de 80 mil novos consumidores domésticos:

- Foram ligados 250.000 novos consumidores domésticos em todo país, sendo no ano de 2005-70.000, 2006- 85.000 e 95.000 em 2007.

Quanto a promoção do uso sustentável dos recursos energéticos, através da diversificação das fontes de energia, com vista a preservação dos recursos de biomassa incentivando o recurso às fontes de energia ambientalmente benéficas:

- Foram produzidos 800 fogões portáteis na Cidade da Beira e construídos 16 fogões institucionais em centros de saúde e educacionais, prisões e quartéis na Cidade da Beira e no Distrito de Dondo;
- Produzidos 1.000 fogões portáteis no Distrito de Magude e Marracuene e construídos 19 fogões fixos institucionais em centros de saúde e educacionais, quartéis e prisões, bem como 16 fogões fixos domésticos em residências nos Distritos de Magude, Moamba e Boane;

- Realizado um curso de capacitação em produção de fogões melhorados portáteis e fixos em Sofala, que envolveu todas as províncias do País e que resultou na formação de 19 oleiros e 10 técnicos, sendo 1 de cada Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia; produção de fornos melhorados em todas as províncias do país tendo resultado na formação de 28 carvoeiros em cada província;
- Capacitados formadores a nível nacional e iniciada a disseminação do projecto de fogões a nível provincial;
- Em todas as províncias foram construídas infra-estruturas tais como: 1 forno para queima de peças cerâmicas e respectivas casas para arrumação das peças cerâmicas, 2 bancadas, 1 a 2 tanques para a conservação de água, foram produzidas e queimadas peças cerâmicas e tijolos para montagem de fogões.
- Iniciada a produção de briquetes em Maputo usando prensas manuais para efeitos de comparação com os briquetes que serão produzidos pela briquetedeira no âmbito do projecto de produção e utilização de briquetes; e esta em processo de instalação na UEM da nova briquetedeira electrónica importada, no âmbito de produção e utilização de briquetes.
- Em fase de carregamento do primeiro biodigestor para a testagem da produção do biogás, no âmbito da introdução da tecnologia de biogás.
- Instaladas torres de medição do vento com altura de 30 metros nas Províncias de Maputo e Inhambane, estando neste momento em fase de colecta de dados a fim de se obter uma base de dados mais representativa tendo sido acordada a extensão do mesmo e espera-se que termine em Abril de 2008, no âmbito do projecto de estudo do potencial eólico no país.

No que diz respeito a promoção da construção das infra-estruturas de transporte e armazenamento de produtos petrolíferos:

Projecto Inpetro (International Petroleum Terminal)

- Foi concluída em 2006 e encontra-se operacional no Bairro de Munhava, na Beira, uma instalação da INPETRO, construída de raiz, com uma capacidade de 95.000m³ de produtos petrolíferos, a qual está directamente ligada ao oleoduto da Companhia do Pipeline Moçambique Zimbabwe, estando já a contribuir para a redução dos combustíveis no corredor da Beira; e

Quanto ao aumento do acesso aos combustíveis líquidos às zonas recônditas a um preço acessível e implementar iniciativas tendentes a minorar os impactos negativos sobre o meio ambiente:

- Entrou em vigor o Decreto 63/2006, de 26 de Dezembro, que adequa as disposições legais relativas às actividades de importação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos, e acomodou também a possibilidade de produção nacional de biocombustíveis e processamento do

petróleo bruto e condensado de gás natural e introduziu novas medidas com vista ao aumento da eficiência e obtenção de benefícios económicos no processo de importação e distribuição de produtos petrolíferos em Moçambique.

- O Decreto 63/2006, melhora também o incentivo geográfico, um mecanismo instituído com vista a expansão da rede de distribuição de combustíveis no País, dando maior atenção às zonas rurais, para além de que atribui responsabilidade as entidades locais, nomeadamente as entidades provinciais, municipais e outras na atribuição das licenças para o exercício das actividades nas respectivas áreas administrativas.
- Publicado o Decreto em Junho de 2007; realizados 3 seminários regionais cobrindo as zonas Norte, Centro e Sul para a divulgação do Decreto 63/2006 de 26 de Dezembro e esta em implementação as regras do Decreto 63/2006 no âmbito da divulgação e implementação do decreto que define o regime a que são sujeitas as actividades de produção, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos;
- Identificados os locais para a expansão do projecto na Província de Niassa (Mecula, Mavago, Nipepe e Mecanhelas), em processo de identificação os operadores locais que irão beneficiar do financiamento para implementação do projecto; e foi assinado o acordo para financiar a comercialização de combustíveis no Posto de abastecimento situado em Majune Localidade de Luambalo, Província de Niassa.
- Beneficiados dez vendedores de petróleo de iluminação através de empréstimos feito ao FUNAE no âmbito da expansão da rede de distribuição de combustíveis nas zonas recônditas dos Distritos de Chiúre, Montepuez, Namuno, Meluco, Muidumbe, Palma e Mecúfi.

Projecto de construção de postos de abastecimento de combustíveis

- Está em construção 3 postos de abastecimento de combustível na Cidade de Maputo, Distrito de Marracuene na Província de Maputo e Distrito de Chiúre na Província de Cabo Delgado, e
- Estão em funcionamento três novos postos de abastecimento de combustíveis sendo um na Cidade de Maputo, um no Distrito de Massinga, província de Inhambane e outro na Cidade de Tete.

Prosseguir com os esforços com vista a promover a expansão da rede de distribuição de combustíveis líquidos, em particular o petróleo de iluminação, gasolina sem chumbo e gás de petróleo liquefeito:

- Foi concluído o estudo do mercado de gás natural;
- Construído o primeiro posto de abastecimento de viaturas a gás natural comprimido na Província de Maputo;
- Extendida a rede de distribuição de gás natural na zona de concessão da MGC e cerca de 14 indústrias já beneficiam do uso do gás natural; e

- Na zona da cidade de Maputo três indústrias beneficiam do uso do gás natural através da rede virtual.

Biocombustíveis

- Realizado um estudo de base sobre os biocombustíveis em Moçambique.

Projecto Procana

Projecto de construção de primeira fábrica de biocombustíveis no distrito de Massingir, denominado PROCANA.

- O Projecto foi lançado no dia 14 de Dezembro de 2007, tendo a cerimónia contado com a presença de S.EX^a o Senhor Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, incluindo o lançamento da primeira pedra para a construção da fábrica de etanol a partir da cana-de-açúcar.

Projecto Ecomoz

- Implantada a primeira fábrica de biodiesel na Zona de Macandzene, Distrito da Manhiça (componente agrícola) e em Língamo-Matola (componente industrial), na Província de Maputo;
- Foram plantadas cerca de 7500 árvores (viveiros) de *Jatropha* em 5 ha no Distrito da Manhiça.

C. PESCAS

Produção

A produção pesqueira apresentou um desempenho médio negativo de 1.1% ao longo do triénio. Em 2005 o sector teve um crescimento de 3.4%, tendo nos dois anos subsequentes mostrado um desempenho negativo de 3.5% e 3.3% respectivamente. De realçar que os dados da pesca artesanal de 2005 necessitavam de análise, pois a informação estatística mostrava-se deficiente na qualidade de informação. Nos últimos 2 anos a produção tem vindo a decrescer, influenciada pelo desempenho negativo da pesca industrial e semi-industrial, que é explicado em grande medida, pelo facto de algumas unidades de pesca, não terem entrado para a faina. Entre os factores que ditaram a não entrada para a faina destaca-se a subida do preço dos combustíveis e problemas de Mercado.

A produção pesqueira do **sector empresarial**, teve um desempenho negativo ao longo do triénio de 4.1% comparativamente a 2004 onde a produção pesqueira empresarial atingiu um nível de crescimento de 2.4%.

PRODUÇÃO PESQUEIRA (Taxas de Crescimento em %)						
	2004 BL	2005 BL	2006 BL	2007 BL	Var acum	Var media
TOTAL	-3.8	3.4	-3.5	-3.3	-3.51	-1.1
EMPRESARIAL	7.2	2.4	-8.4	-6.2	-12.02	-4.1
FAMILIAR TOTAL	0.8	4.9	4.5	0.0	9.62	3.1
FAM. COMERCIALIZADO	0.0	5.8	7.7	-1.7	12.01	3.9
AUTOCONSUMO	1.6	4.1	2.4	2.4	9.16	3.0

Em 2006, registou-se um início tardio da actividade produtiva por parte de numerosas frotas que não se fizeram a faina devido a problemas financeiros, sobretudo no que diz respeito a pesca do camarão. Os problemas financeiros do sector empresarial são devido aos elevados custos dos combustíveis, tendo em conta que estes representam cerca de 51% dos custos de produção. Associado a este constrangimento, e a pedido dos respectivos armadores, retiraram-se 5 embarcações de pesca do camarão, o que influenciou negativamente no volume global do pescado de camarão, lagostim e caranguejo.

Em 2007, As condições climatéricas desfavoráveis estiveram na origem do decréscimo da captura de Kapenta, enquanto que para a captura da Gamba aponta-se a redução voluntária da capacidade de produção por parte dos armadores devido às difíceis condições de acesso ao mercado internacional, onde das 20 embarcações alocadas para a campanha de pesca da Gamba, somente 15 se mantiveram em faina durante o ano.

Contribuí para o desempenho negativo da pesca industrial e semi-industrial o grande desequilíbrio na captura das principais pescarias ao longo do triénio, vide a tabela baixo:

PESCA INDUSTRIAL E SEMI-INDUSTRIAL (Taxa de cresc. Real%)						
Pescaria	2004 PL	2005 BL	2006 BL	2007 BL	Var acum	Var média
Lagosta	100.0	50.0	700.0	0.0	1100.00	250.0
Caranguejo	175.0	-16.8	-32.3	16.8	-34.21	-10.8
Gamba	-28.2	74.6	1.6	-24.2	34.46	17.3
Peixe	-53.1	20.2	0.6	-1.1	19.59	6.6
Camarão*	9.3	12.6	-13.4	4.2	1.61	1.1
Lagostim	20.0	9.8	-36.2	62.8	14.05	12.1
Lulas e Polvo	73.5	-19.0	-30.3	21.1	-31.63	-9.4
Kapenta	67.6	-35.7	18.4	-44.5	-57.75	-20.6
F. Acomp.	-8.5	32.8	0.0	-49.4	-32.80	-5.5

*Inclui Aquacultura

Com relação a **pesca artesanal**, com vista a promoção da produção familiar em 2005, deu-se continuidade às actividades de extensão pesqueira, privilegiando acções na área da pesca experimental e dessiminação das técnicas e artes de pesca, na demonstração do uso de motores marítimos, na formação em novas técnicas de manuseamento, e, no processamento e preservação do pescado.

Em 2006, a colecta de dados da pesca artesanal foi por meio do sistema de amostragem o qual cobriu apenas 5 províncias costeiras nomeadamente Maputo,

Inhambane, Sofala, Zambézia e Nampula de igual modo a 2005. Neste sector foram registadas 62,501 toneladas.

Em 2007, registou-se um elevado nível de captura do peixe de águas interiores, de 14, 425 toneladas em relação a 7, 000 Toneladas planificadas. Este nível de recolha, deveu-se ao aumento da área de amostragem, tendo sido incluído os dados de Massingir e Niassa.

Pesca Artesanal (Taxa de cresc. Real%)

Pescaria	2004 PL	2005 BL	2006 BL	2007 BL	Var acum	Var média
Lagosta	0.0	0.0	0.00	560.00	560.00	186.7
Caranguejo	-57.9	-10.9	175.00	40.00	243.04	68.0
Peixe	-4.3	5.8	56.21	-27.70	19.49	11.4
Peixe Águas Interiores*	0.0	0.0	0.00	0.00	0.00	0.0
Camarão	-26.3	37.4	1.35	-42.90	-20.49	-1.4
Cefalópodes	-40.9	0.0	359.00	118.60	903.37	159.2

Medidas de Política

No sector das Pescas, o Governo prosseguiu com as acções visando o desenvolvimento sustentável das actividades de pesca, a valorização da pequena produção pesqueira e o desenvolvimento de aquacultura.

Nesta ordem de ideias, durante o período em análises as **acções focalizaram-se em** (i) no aumento do volume de pescado, (ii) no aumento do volume de produção de aquacultura e pela valorização da produção artesanal, (iii) na melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras através de acções integradas de desenvolvimento social, (iv) na exploração sustentável de recursos pesqueiros, e (v) na contribuição para a melhoria da balança de pagamentos.

No que se refere ao Desenvolvimento de condições de valorização da produção pesqueira,

- Foram construídos 13 centros de demonstração de técnicas de processamento de pescado nas zonas centro e sul do país;
- Foram introduzidas novas técnicas e artes de pesca artesanal em Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala, que beneficiaram 738 e 3.304 pescadores, permitindo altos níveis de produção e rendimentos. Também beneficiaram de capacitação em técnicas de processamento e manuseamento de pescado 831 pescadores artesanais em Inhambane, Tete e Niassa.

Quanto a Criação de infra-estruturas e de mecanismos adequados de conservação e de comercialização do pescado,

- Difundidas técnicas e dispositivos melhorados de salga, secagem e fumagem de pescado. Foram construídos 33 centros para o efeito em Niassa, C. Delgado, Nampula, Tete, Zambézia, Sofala, Inhamb, e Gaza.
- Operacionalizados 6 empreendimentos de gelo em Inhambane, Zambézia, Sofala e Niassa.
- Construídos/ampliados 4 mercados em Montepuez, Nampula, Mocuba e Beira. Implantação experimental de 2 fábricas de gelo em Nampula e

Zambézia.

No âmbito da Promoção da ampliação da rede rural de distribuição e comercialização de aprestos e materiais de pesca artesanal,

- Alguns estabelecimentos de comercialização de insumos alargaram as suas zonas de implantação em Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala.

No que se refere a Modernização das técnicas de pesca e diversificação da produção pesqueira destaca-se,

- Divulgação e extensão de artes de pesca em 28 centros de pesca;
- Divulgação e extensão de 2 artes de pesca (emalhe e palangre) em 6 centros de pesca abrangendo 60 pescadores em C.Delgado e Nampula.

Quanto a promoção e a organização de pescadores em associações, tendo em vista a melhoria da sua eficiência produtiva e rendimento económico,

- Foram promovidos 171 grupos associativos em 43 distritos abrangendo 2.565 membros em Sofala. Também foram promovidos 44 associações de pescadores artesanais nas províncias de Inhambane, Maputo, Nampula, Zambézia, Sofala, Cabo Delgado, Niassa Manica.

Sobre a Promoção da participação dos pescadores na gestão das pescarias através do associativismo e implementação crescente dos comités de co-gestão,

- Estabelecidos 61 novos Conselhos Comunitários de Pescas (CCPs) totalizando 109 em 35 distritos de Nampula e Cabo Delgado.
- Foram consolidados 57 CCPs através da capacitação dos seus membros num total de 1121 nas províncias de Inhambane, Maputo, Sofala, C.Delgado, Nampula e Zambézia.

Quanto ao Reforço da capacidade institucional no âmbito da administração das acções de fomento pesqueiro e de micro-crédito,

- No âmbito da Poupança e Crédito Rotativo (PCR) foram assistidos mais de 761 grupos envolvendo 14.768 membros sendo 44% mulheres, em 28 distritos em Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala, Inhambane e Maputo
- O FFP introduziu a Intervenção Directa e Indirecta na concessão de créditos. Na Directa resultou a movimentação de 42.484.000.00 mts atribuídos para 2.249 beneficiários de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza, e Maputo. Na Indirecta que abrangui o PPABAS e PPANNCD os resultados foram de 3.418.053 mts para 314 beneficiários em relação ao PPABAS (Sofala) e 11.900.000.00 mts para 153 beneficiários em relação ao PPANNCD (Nampula).
- Foram criadas Delegações do FFP em Niassa, C. Delgado, Inhambane e Maputo em Gaza.
- Foram constituídos 161 novos PCRs em Inhambane, Maputo, Nampula, Zambézia e Sofala.

No que diz respeito a Promoção do cultivo sustentável do camarão e da cultura de algas marinhas, principalmente orientada para o mercado de exportação,

- Actualização do Plano Nacional de Controlo de Resíduos em coordenação com o Departamento de Inspeção do Pescado e início da sua implementação.
- A convite da INFOSA foi feita a divulgação do potencial de aquacultura de Mocimboa do Castelo em seminários na Noruega, durante a exposição AquaNor e no Egito.
- Foi homologada a Acta n.º002/CSTA/04, respeitante a introdução de alterações à Pauta Aduaneira para a redução dos custos de importação de ração.
- Início da realização do estudo preliminar sobre o ordenamento das actividades aquícolas.
- Foi elaborado um estudo sobre o impacto da exportação de reprodutores de camarão marinho. Início do estudo sobre incentivos ao investimento na aquacultura.

No que se refere ao apoio às iniciativas de desenvolvimento da piscicultura nas zonas do interior, para garantir a produção de peixe para o auto consumo e excedentes para exportação,

- Foram elaborados fichas para inquéritos aos piscicultores para se conhecer o número de tanques existentes no país, número de camponeses; cuidados e tratamento dado aos tanques; identificação de problemas e/ou dificuldades encontradas. Para o efeito foram capacitados 64 técnicos dos SDAEs e das DPPs/SPPs. Estão em elaboração panfletos, brochuras e manuais para divulgação das actividades do Departamento.
- Foram avaliadas potencialidades para desenvolver aquacultura marinha e de água doce.
- Realizada a Prospecção no Lago Chiúra para desenvolver piscicultura extensiva às comunidades.
- Foi feita assessoria técnica ao projecto de cultura de algas marinhas em Nampula.
- Apoio na organização e capacitação de produtores artesanais aos sistemas de micro-credito nas provincias de Manica e Niassa e levantamento das potencialidades nas provincias de Tete, Niassa, Cabo Delgado, Sofala, Maputo, e Manica.
- Apoio a provincia de Cabo Delgado na compra de alevinos e material diverso e sua distribuição para 10 associações.
- Foi elaborado um protocolo para a implementação da produção de alevinos de carpa na provincia de Manica.
- Supervisão das actividades financiadas pela OPEC.

No Reforço da capacidade de fiscalização e controle da actividade pesqueira através da colocação de meios e recursos adequados,

- Adquiridas dois barcos semi-rígidos (pneumáticos).

- Afretada a longo termo (dois anos), uma embarcação de patrulha com o porto da Beira.
- Adquiridos equipamentos de comunicações (Rádios HF para as Províncias de Niassa e Tete).
- Adquiridos telefones satélites para Cabo Delgado, Tete, Niassa, Nampula, Sofala, Inhambane e Maputo.
- Adquirido um Geographic Position System (GPS) para a Província de Manica.
- Adquirido tendas e equipamento de campanha para Nampula.
- Adquiridos kits de fiscalização contendo máquinas fotográficas digitais e ópticas, binóculos, GPS, rádios UHF portáteis, máquinas calculadoras, etc) para as províncias costeiras.
- Adquiridas motorizadas para Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Sofala e Inhambane.
- Adquiridas viaturas 4*4 para todas as Províncias costeiras e do interior.

Quanto a Monitoria do estado de exploração dos recursos pesqueiros com vista a assegurar a sua utilização sustentável,

- Realizados Cruzeiros e Avaliações Anuais do Camarão do Banco de Sofala, com Recomendações de Gestão.
- Realizado Um Cruzeiro da Gamba e Duas Avaliações de Gamba com Recomendações de Gestão.
- Realizado uma Avaliação dos Recursos Pesqueiros Acessíveis a Pesca Linha.
- Realizada uma Avaliação da Pescaria da Magumba na Baía de Maputo.
- Realizado o Censo da Pesca Desportiva e Recreativa da Zona Sul de Mocambique.
- Realizada a Avaliação da Pescaria de Kapenta com Recomendações de Gestão.
- Realizados 30 Estudos de Espécies Pesqueiras de Mocambique.

Visando a Promoção da prospecção e experimentação de novas pescarias visando a diversificação da produção pesqueira, com especial realce sobre o aproveitamento de recursos de águas profundas,

- Foi realizado cruzeiro de investigação de gamba com um navio espanhol(Visconde De Eça).
- Foi realizado o Cruzeiro de Investigação de todas as Águas de Mocambique com o Barco de Investigação da Noruega sob os Auspícios da FAO, DR Fridjof Nansen.
- Foram realizados estudos sobre o estado da lagosta de profundidade em parceria com a África do Sul.

No tange a Revisão da orgânica e funcionamento da administração pública das pescas com vista a melhorar o seu desempenho,

- Foi realizado um estudo funcional que resultou na revisão da orgânica que actualmente está em aplicação gradual da parte que diz respeito ao Ministério das Pescas. Em termos de formação o total é de 104 funcionários com bolsas da Noruega dos quais 91 Licenciados; Com bolsas da União Europeia o total é de 27 dos quais 18 licenciados. Das bolsas do ICEIDA o total é de apenas 3 sendo todos licenciados.

Reforço institucional da aquacultura e de inspecção do pescado,

Aquacultura

- Consistiu no reforço de departamento de Aquacultura do ministério das Pescas em pessoal tendo sido admitidos em 2007 oito técnicos superiores, acrescentando para 13 os técnicos nesta área actualmente. Ainda um técnico do sector iniciou o mestrado em matérias específicas de aquacultura e, mais de quarenta pessoas beneficiaram de cursos de capacitação no país e no exterior.
- Foi aprovada a Estratégia da aquacultura.
- Foram elaboradas fichas para inquéritos aos piscicultores para se conhecer o número de tanques existentes no país, número de camponeses; cuidados e tratamento dado aos tanques; identificação de problemas e/ou dificuldades encontrados. Para o efeito foram capacitados 64 técnicos dos SDAEs e das DPPs/SPPs.

Inspeção

- Quanto ao INIP criou-se a Delegação de Sofala totalizando 2 com a de Maputo. Está em curso a instalação da Delegação de Nampula (Angoche e Nacala). Foram construídas instalações para a representação do INIP em Nacala e residências para os delegados naqueles distritos e Zambézia.
- Em termos informáticos foi consolidada a base de dados do Licenciamento Sanitário e Produzida a base de dados para a certificação sanitária.
- Foi produzida nova versão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Metais Pesados (PNCR) aprovado pela União Europeia.
- Instalada a base de dados para laboratórios de Maputo, Sofala e Zambézia.
- Foram integrados no INIP 32 novos técnicos para as áreas de laboratórios e inspecção.
- Foram recrutados 112 novos técnicos para as áreas de laboratórios, inspecção e administração.

No que se refere a Regulamentação e supervisão do uso e aproveitamento dos recursos das águas interiores, para exploração sustentável dos recursos pesqueiros,

- Elaborado o documento que será submetido á auscultação da indústria para posterior aprovação pelo Conselho de Ministros.

Quanto a Reabilitação do porto de pesca da Beira e do porto de pesca de Angoche,

- Reabilitado o Cais do Porto de Pesca de Angoche, concluída a primeira fase (de estudos) e lançado o concurso de empreitada para a reabilitação do Porto

de Pesca da Beira.

No que tange a Formalização da definição do estatuto jurídico de todos os portos de pesca e estabelecimento da sua estrutura de gestão,

- Foram registados os portos de pesca de Maputo, Quelimane e Angoche;
- Adquiridos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra para os portos de Quelimane e Angoche;
- Submetido pedido daqueles direitos para o porto de Maputo;
- Submetido pedido de Certidão ao Conselho Municipal da Beira para o registo do porto da Beira junto ao Registo Predial;

O sector das pescas tem estado a contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras, continuando a prosseguir o seu objectivo central, de contribuir para crescimento económico e desenvolvimento sustentável das pescas

De um modo geral o sector das pescas apresenta o desempenho positivo no cumprimento das accões visando a alcance dos objectivos macros até 2009 do PQG. O sector caminha a passos largos em actividades de extensão pesqueira, na disseminação das técnicas e artes de pesca experimental, na introdução experimental de motores de baixo custo, na capacitação e técnicas melhorada de pesca, manuseamento, processamento e conservação de pescado e organização das cominidades pesqueiras, accões fundamentais para o melhoramento das condições de vida das comunidades pesqueiras.

Não obstante, e para o alcance com sucesso dos objectivos traçados, maiores esforços devem incidir sobre a criação de infra-estruturas e de mecanismos adequados de conservação e de comercialização do pescado, na modernização das técnicas de pesca e diversificação da produção pesqueira, na promoção do cultivo sustentável do camarão e da cultura de algas marinhas, principalmente orientado para o mercado de exportação, no apoio às iniciativas de desenvolvimento da piscicultura nas zonas do interior, para garantir a produção de peixe para o auto consumo e excedentes para exportação.

Em suma, existem ainda enormes desafios colocados e este sector no sentido de alcançar os objectivos preconizados no PQG.

D. RECURSOS MINERAIS

A produção de minerais tem registado um aumento significativo da produção global tendo atingido o valor cumulativo neste triénio de 38.10% que representa um crescimento médio de 11.4%. Neste sector o destaque vai para o crescimento registado na produção de água marinha refugo, gás natural, Turmalinas, Águas Marinhas e Condensado, tendo em conta o valor que estes adicionam na produção mineira global.

DESIGNAÇÃO	2004 BL	2005 BL	2006 BL	2007 BAL	Var cumul	Var media
Carvão	-55	-79.3	1098.5	-42.4	42.98	325.6
Bauxite	-23.9	6.0	16.3	-21.9	-3.67	0.1
Grafite	0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
Bentonite bruta	0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
Bentonite tratada	-15.5	-5.4	26.5	10.2	31.83	10.4
Bentonite triada	-32.5	4.2	-79.7	176.1	-41.59	33.5
Bentonite Activada	0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
Mármore em chapas	33.6	-11.1	5.5	29.8	21.70	8.1
Mármore em blocos	36.5	-17.5	-7.3	13.3	-13.31	-3.8
Granada facetável	511	-19.1	163.9	55.1	231.08	66.6
Pedras lapidadas	0	0.0	0.0	0.0	0.00	0.0
Ouro	-10.8	12.3	16.4	11.6	45.91	13.4
Água Marinha Refugo	132.1	129.0	186.5	29.6	750.06	115.0
Turmalinas	170.2	-84.4	10177.4	-99.4	-90.39	3331.2
Tantalite	277.4	-60.5	-71.5	145.1	-72.40	4.4
Berilo	-65.1	435.9	-88.8	86.6	11.99	144.6
Areia	4.2	-41.7	-39.1	4.7	-62.83	-25.4
Calcário	18.2	-58.9	-76.2	766.1	-15.28	210.3
Riolitos	5.8	14.4	-99.3	-1.6	-99.21	-28.8
Granitos	-3.4	322.0	0.0	0.0	322.00	107.3
Dumortiorite	182.5	-91.2	200.0	-90.5	-97.50	6.1
Gás Natural	91405.1	78.7	14.9	2.3	110.01	32.0
TOTAL	215.7	11.1	13.0	10.0	38.10	11.4

A produção de bentonite bruta não se realizou devido a existência em stock de quantidades consideráveis deste minério.

A produção de carvão mineral mostrou-se instável ao longo do triénio, não obstante, atingiu um crescimento significativo de 1098.5% em 2006, o que ditou o desempenho médio do triénio em 325.6%. O cenário da produção deste mineral ao longo do triénio, resume-se no reinício em 2005 das actividades na mina de carvão de Chipanga XI, depois de uma paralisação devido a revogação da licença ao anterior concessionário, devido ao incumprimento dos termos e condições fixadas na licença. Esta situação afectou negativamente a produção de Carvão Mineral que veio a recuperar os níveis de produção em 2006 devendo-se fundamentalmente à instalação de novo equipamento em 2005 e a estabilidade laboral que se viveu com o novo concessionário da mina Chipanga XI. Em 2007 a produção voltou a decrescer em 42.4% devido ao encerramento temporário da mina subterrânea de Chipanga XI em Moatize por razões de segurança.

A produção do ouro tem estado a registar crescimentos ao longo do triénio em relação aquilo que foi o desempenho negativo de 2004 em 10.8%, tendo atingido um crescimento cumulativo de 45.91%, que representa um crescimento médio do triénio de 13.4%, mercê dos esforços desenvolvidos no âmbito do apoio e promoção da actividade mineira de pequena escala, em particular através do Fundo de Fomento Mineiro.

A produção de águas marinhas e turmalinas, vem registando um crescimento significativo no triénio em análise, aliado ao facto do (i) número de licenças destes

minerais estar a crescer, (ii) a descoberta de novas ocorrências contendo estes minerais e (iii) aos novos dispositivos no novo Regulamento da Lei de Minas.

A produção de gás natural tem registado uma evolução positiva tendo atingido um crescimento cumulativo de 110.01% tendência que se espera que se mantenha nos próximos anos, tendo em conta a proposta de expansão do centro de processamento do gás e gasoduto.

Por seu turno, a produção de tantalite registou índices de produção negativos a partir de 2005. Estes índices são fundamentados pela paralisação da fábrica para a instalação de equipamento para o aumento da capacidade da mesma, o que ditou um decréscimo na produção de cerca de 71,5% em 2005. Não obstante, a produção de tantalite tem estado a observar índices de crescimento nos últimos 2 anos, com efeito a produção registou crescimento na ordem de 145% no exercício de 2007, portanto acima das previsões, como resultado da melhoria da planta de processamento em Marropino.

A bentonite bruta, o mármore, e a dumortierite registaram igualmente uma queda na produção devido a dificuldades da sua colocação no mercado.

A produção mineira de pequena escala apresentou resultados positivos no que concerne ao ouro, enquanto que as turmalinas têm apresentado desequilíbrio em torno da sua produção

A produção de bauxite vinha com uma tendência de crescimento de 2005 a 2006, tendo no entanto registado em 2007 um decréscimo de -21.9% na produção, condicionados pelos cortes constantes de fornecimento de energia eléctrica e a dificuldade de acesso a mina em Penha Longa, Distrito de Manica,

Iniciada a produção das areias pesadas de Moma, tendo já sido produzidas 175.644 toneladas de concentrado e realizada a 1ª fase do processo de Separação do concentrado tendo extraído apenas o ilmenite (uma produção de 141 mil toneladas).

Medidas de Política

O Governo tem priorizado o aproveitamento sustentável dos recursos minerais como forma de promover o crescimento económico e melhorar a balança de pagamentos do país, focalizando a sua actuação em actividades que visam (i) Aumentar a produção mineira e de gás natural de modo sustentável, (ii) Pesquisar e inventariar os recursos minerais, incluindo o carvão e hidrocarbonetos; (iii) Fortalecer a capacidade negocial do Governo no que se refere as concessões dos recursos minerais tendo em vista a obtenção de benefícios justos para o país, e (iv) Aumentar a participação do empresariado nacional no sector.

Para o alcance do preconizado, o governo tem vindo a desenvolver o seguinte:

Quanto ao prosseguimento dos programas de prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias, nomeadamente Xai-Xai, Chongoene até Inhambane, Micaune, Deia, Pebane e o desenvolvimento dos projectos de areias pesadas de Chibuto e Moebase;

- Foram concluídos os estudos aero-fotográficos e do modelo digital do terreno em Xai-Xai e Chongoene na Província de Gaza e Jangamo na Província de Inhambane;

- Feito o mapeamento geológico para a classificação dos solos com vista a selecção dos locais de sondagens mecânicas;
- Realizados estudos sobre o ambiente social das comunidades residentes nas áreas de pesquisa;
- Realizados trabalhos de prospecção e pesquisa nas áreas licenciadas em Micaúne, Deia e Pebane na província da Zambézia;
- Realizados testes mineralógicos adicionais para o desenho da planta de processamento do projecto de areias pesadas de Moebasse;
- Foi feita uma análise de validação do Estudo de Viabilidade Técnico-Económica do Projecto das Areias Pesadas de Chibuto.
- Conluído e validado o Estudo de Viabilidade Técnico-Económica do Projecto das Areias Pesadas em Chibuto, e esta em processo a realização de testes laboratoriais para a caracterização dos minerais pesados.

Refente a promoção da prospecção e pesquisa de minerais pesados das areais nas áreas potenciais ao longo da faixa costeira que vai de Quelimane à Quinga nas províncias de Zambézia e Nampula, respectivamente;

- Prosseguem trabalhos de prospecção e pesquisa de minerais pesados nas áreas licenciadas ao longo da faixa costeira, que permitiram a identificação de mais reservas no jazigo de areias pesadas de Moma;
- Iníciada a produção de concentrado de minerais pesados, no jazigo de areias pesadas de Moma.

No que diz respeito a promoção da pesquisa e prospecção de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica e Zambézia;

- Está em curso os trabalhos de prospecção e pesquisa de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica e Zambézia, e em curso a avaliação das reservas de minério de cobre da mina de Mundonguara, em Manica;
- Realizada a prospecção e pesquisa de ouro e metais básicos nas províncias de Manica, Tete, Niassa, Cabo Delegado e Zambézia; e
- Inaugurada a mina de ouro aluvionar na região de Mutambarico no distrito de Manica.

Refente a promoção da exploração de rochas ornamentais em Tete, Manica, Sofala e Cabo Delgado;

- Realizado trabalhos de prospecção e pesquisa de rochas ornamentais nas áreas licenciadas nas províncias de Tete e Manica.

Quanto a inventariação de minerais não metálicos nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e de águas minerais e termais do país;

- Está em processo a colheita de amostras de argilas para análises laboratoriais de aptidão para a produção de materiais de cerâmica pelas populações locais, e
- Realizados trabalhos de campo em Mutamba, Distrito de Jangamo;

Inharrime, em Jofane, no Distrito de Govuro; Nova Mambone; Vilanculos e Panda, na província de Inhambane e elaborado o projecto de inventariação de águas minerais e termais.

No concernente a promoção da instalação no país, de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais;

- Foram reabilitadas instalações em Nampula com vista a instalação de um Centro de Gemologia e Lapidação de Gemas,
- Realizada a 1ª Feira-Bolsa Internacional de Minerais e Gemas de Moçambique onde participaram 14 expositores nacionais, e presentes cerca de 15 operadores internacionais.

No que diz respeito a promoção da exploração mineira em pequena escala e artesanal, através do apoio aos pequenos operadores mineiros nacionais, pela via de assistência técnica e facilitação de investimentos, educação ambiental e treinamento;

- Treinadas em técnicas de extracção e processamento de ouro as associações de mineiros artesanais de Munhena, Sussundenga e Bandire, na Província de Manica, de Muva e Jagoma dos distritos de Mogovolas e Moma respectivamente;
- Concluída a construção da planta de processamento de ouro do projecto-piloto de Munhena em Manica, adquiridas bombas, mangueiras, pás, picaretas para as associações de Mimosa em Manica, Namunonono na Zambézia e Muva em Nampula;
- Adquiridos e alugados equipamentos de produção a favor de duas empresas mineiras de pequena escala que se dedicam a produção de pedra para construção, sendo uma na Província da Zambézia e outra em Nampula, e adquirido equipamentos informáticos para apoiar a associação de Operadores Moçambicanos (Amomine);
- Estão em curso, na sequência de afectação de técnicos aos Distritos, as actividades de assistência técnica nas Províncias de Manica, Zambézia e Nampula bem como a monitoria da actividade mineira e gestão ambiental;
- Construídas quatro casas nos distritos de Lalaua (1), Nacala (1) e Moma (2) casas destinadas aos técnicos afectos.

Quanto a promoção da exploração de jazigos de minerais industriais, tendo em vista a instalação no país de indústrias de fertilizantes;

- Foram realizados trabalhos de prospecção e pesquisa de guano em Búzi e Cheringoma na Província de Sofala, Inhassoro e Mabote na Província de Inhambane, diatomite em Manhiça, Província de Maputo e apatite em Monapo na Província de Nampula;
- Iniciado o projecto para a promoção do uso da diatomite na agricultura e pecuária na Província de Maputo e de calcário na agricultura na Província de Nampula, em coordenação com os Ministérios da Agricultura, Ciência e Tecnologia e a Universidade Eduardo Mondlane;
- Iniciado ensaios de campo em Mafuiane, distrito de Boane, província de Maputo para o uso da diatomite na agricultura, envolvendo 13 camponeses

da Associação de Regantes de Mafuiane, tendo eleitas o pepino, feijão verde, feijão nhemba e quiabo para os ensaios;

- Foi concluído o desenho do projecto para o uso da diatomite na pecuária;
- Iniciado o processo de recolha de solos para ensaios nas Províncias de Nampula, Zambézia e Niassa para o uso de calcário na agricultura.
- Foi feito um treinamento de campo em minerais industriais (técnicas de amostragem em areia, argila, diatomite, bentonite), na Província de Maputo e de rochas ornamentais e agregados na Província de Cabo Delgado e Tete, e foi feito o reconhecimento de rochas ornamentais e agregados na província de Manica e de agregados na província de Inhambane.
- Foram enviadas amostras de areia, argilas e mármore para Finlândia para ensaios laboratoriais.

No que diz respeito ao reforço da capacidade de fiscalização da actividade mineira;

- Elaborado estudo sobre a Mineração e Comercialização de Ouro no País, e realizadas inspecções nas províncias de Maputo, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, tendo sido visitadas grande parte das áreas licenciadas;
- Apreendidos 6.300 Kg de corundo, no Distrito de Changara, Província de Tete; 113 Kg de pedras de diamante em Machipanda, Província de Manica; 8,5 Kg de turmalinas no Distrito de Bárue, Província de Manica; 24 Kg de turmalinas em Vandúzi, Província de Manica; e 1 kg de quartzo fumado em Manica, em coordenação com a Polícia da República de Moçambique;
- Divulgada a Legislação Mineira, com enfoque para a Lei de Minas e seus Regulamentos (Regulamento da Lei de Minas e o Regulamento de Segurança Técnica e de Saúde nas Actividades Geológico-Mineiras);
- Afectados fiscais nos Distritos de Murrupula, Nacala, Lalaua, Mecuburi e Nacaroa na província Nampula;
- Revogadas 65 licenças mineiras por não cumprimento das disposições legais.

No concernente a promoção da divulgação dos recursos minerais para atracção de investimentos e para educação de novas gerações;

- Foi feita a disseminação das medidas a tomar antes, durante e depois da ocorrência de abalos sísmicos. Realizada uma exposição móvel nas escolas da cidade de Maputo, sobre os principais recursos minerais do país, abrangendo mais de 4 mil alunos do ensino secundário e técnico profissional.

Quanto a prossecução da promoção da divulgação da informação geológica de base do país, para identificação de novos depósitos com potencial para exploração;

- Foi melhorada a base de dados geológicos através da produção de cartas geológicas na escala de 1:250.000 de todo o país, fazendo com que os dados aerogeofísicos existentes cubram cerca de 75% do território nacional; e

- Produzidas brochuras contendo o resumo da informação geológica do país, disponíveis nas diversas instituições do MIREM e na sua página <http://www.dng.gov.mz>

No que diz respeito a promoção da criação de associações, cooperativas, sociedades ou outras formas de organização na extracção e processamento de pedras preciosas e semi-preciosas no País como forma de assegurar uma exploração sustentável dos recursos;

- Criadas associações de operadores mineiros artesanais de Jagoma (Nampula), Namunonono (Zambézia) e em formação as de Mulevala (Zambézia), Marilongue e Madzanidzani (Tete); e apoiada a formalização de oito associações de operadores mineiros artesanais, quatro na Província de Manica e outras quatro na Província de Niassa.

Quanto a realização de estudos geológicos, para a avaliação do potencial carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Tete, Niassa, Cabo Delgado e Manica,

- Iniciado nas áreas adjacentes ao jazigo de Moatize, em Benga (1) e Norte do Rovubúé (3), de trabalhos de mapeamento com base em dados aerogeofísicos e amostras recolhidas no local, (Mutarara, Cahora Bassa, Mucanha Vuzi e norte do Revubúé);
- Foram feitos trabalhos de recolha de amostras nos afloramentos de carvão no Distrito de Mandimba na Província de Niassa e na Bacia do Rio Lugenda na Província de Cabo Delgado e enviados para análises laboratoriais com vista a determinar a qualidade do carvão;
- Assinado em 2007, entre o Governo e a empresa Rio Doce Moçambique, o Contrato de Concessão Mineira do Jazigo carvão de Moatize, em Tete.

Por forma a garantir a continuidade da prospecção e pesquisa em áreas seleccionadas, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Foram realizados trabalhos de reconhecimento nos distritos de Moma, Monapo, Nacarôa, Mecubúri e Murrupula em Nampula tendo sido recomendadas áreas para designação. Realizado também trabalho de campo Namunonono na província da Zambézia; e
- Foi concluída a elaboração do projecto para a prospecção e pesquisa nas áreas seleccionadas de Mocuba e de áreas designadas de senha mineira de Namunonono na Zambézia, Cuamba em Niassa, Moma, Monapo, Nacarôa, Mecubúri e Murrupula em Nampula.

Quanto a garantia da continuidade do mapeamento geológico de base de todo o país e a publicação das respectivas cartas geológicas;

- Concluídas e publicadas as cartas geológicas modernas e com padrão internacional na escala 1: 250 000, cobrindo todo o país, Cartas geológicas na escala 1 : 50 000 em algumas regiões potenciais em recursos minerais nas províncias de Niassa, Tete e Manica; e
- Elaborados novos dados geofísicos cobrindo a parte ocidental de Moçambique, mais concretamente, as províncias de Manica, Maputo e uma

parte das províncias de Tete, Inhambane e Gaza.

Relativamente a Carta Geológica da Região da Grande Beira, na escala de 1:50.000, foi finalizada a fotointerpretação e produção do respectivo mapa fotogeológico. Decorre neste momento a interpretação dos resultados das análises sedimentológicas e mineralógicas das amostras colhidas na campanha de campo de 2005. Em 2006 foi realizado o segundo trabalho de campo com o principal objectivo de confirmar as unidades foto-geológicas e estruturas fotointerpretadas. Já iniciou o desenho da primeira carta geológica desta região.

Em relação a Pesquisa de Argilas e Diatomite, o relatório final da primeira fase foi concluído e distribuído para o Fundo do Fomento Mineiro (FFM) e a DIPREME de Gaza; Foi submetida ao FFM uma proposta para o financiamento do projecto em 2007, nas áreas de (i) educação ambiental e boas práticas de mineração nas argilas, (ii) amostragens de novos depósitos e (iii) outros estudos detalhados dos depósitos conhecidos.

Relativamente a Carta de Geologia de Engenharia da Região Metropolitana de Maputo, foi realizado um trabalho de reconhecimento onde foi feita a testagem da qualidade das águas em diversos furos e poços existentes em alguns bairros da Cidade e Província de Maputo, seleccionados para o efeito.

Foram ministrados, cursos de Geoprocessamento, Hidrologia e de Hidrogeologia e treinados técnicos no uso dos programas a serem aplicados no projecto, nomeadamente ArcView-3.2a, AutoCad, Idriss, Surfer, Corel Draw entre outros.

Foram realizadas visitas a várias instituições (IIAM, UEM, MICOA, DNA, Conselho Municipal da Cidade de Maputo, Fews Net Mind) os quais dispõem de dados que serão usados na produção da carta, tais como mapas topográficos, de solos, limites administrativos, entre outros.

No concernente a garantia da actualização da carta geológica de Moçambique na escala 1:1.000.000;

- Foram realizados trabalhos de compilação (preparação dos mapas base e topográfico com rios, estradas, localidades) e edição da carta (junção e uniformização das simbologias das cartas geológicas na escala 1:250.000), estando em curso a correcção e integração de unidades geológicas, bem como a elaboração da Notícia Explicativa; e
- Foram realizados trabalhos de compilação e edição da carta geológica na escala 1:250.000 de modo a garantir a actualização da carta geológica de Moçambique na escala 1:1.000.000.

Por forma a promover o mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000 e a elaboração da carta de Geologia de Engenharia de Maputo na escala 1:50 000;

- Realizados trabalhos de correcção da parte oriental da Carta Geológica da Catembe na escala de 1:50.000, bem como a elaboração da Notícia Explicativa;
- Estão em curso trabalhos para a produção da versão preliminar da Carta

Geológica da Região da Grande Beira na escala de 1:50 000 e em curso trabalhos de correcção e elaboração da Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha de Bazaruto na escala 1: 25.000;

- Feita a recolha de informação tal como cartas de solos, dados sobre furos de água, poços, dados geotécnicos, em diferentes instituições que produzem a informação geocientífica; e
- Procedeu-se a recolha de informação, inventariação e levantamentos para a produção da Carta Geo-Ambiental da Zona Metropolitana de Maputo na escala 1: 50.000.

Quanto a Garantia da expansão e a capacitação das estações sismográficas do País:

- Instalado um novo equipamento nas estações de Lichinga e Manica, o que permite a envio de dados de forma contínua ao Centro de Processamento e Análise de Dados Sísmicos em Maputo; e
- Realizadas inspecções em Massingir, Mocuba e Mueda nas províncias de Gaza, Zambézia e de Cabo Delgado para a construção de estações sismográficas.

Na área de Geoquímica foram realizadas as seguintes actividades:

- Treinados técnicos do Departamento Geologia Económica em técnicas de uso do GPS e metodologias de amostragem no campo;
- Interpretados os resultados da pesquisa geoquímica de sedimentos de corrente de Gondola-Nhamatanda;
- Elaborado o relatório final de pesquisa geoquímica de sedimentos de corrente de Gondola-Nhamatanda/2005;
- Feita a pesquisa geoquímica em solos na região de Gondola-Nhamatanda;
- Elaborado o relatório preliminar da pesquisa geoquímica de solos de Gondola-Nhamatanda/2006;
- Elaborado o projecto de prospecção e pesquisa das fontes de águas termais;
- Feita a preparação de amostras para o envio ao Laboratório Analítico da GTK, na Finlândia.

Relativamente ao Laboratório de Geologia:

- Decorrem trabalhos de modificações de algumas salas para adequação ao novo equipamento a ser adquirido. Está em curso o processo de aquisição de novos equipamentos laboratoriais (XRF, XRD, balanças técnicas e analíticas, microscópios electrónicos, máquinas polidoras, britadeiras e outros).

Relativamente ao Laboratório de Tete:

- Foram preparadas e analisadas 10.889 amostras de solos, 2.432 de amostras de sedimentos de corrente, 1.268 amostras de rochas, 2.456 amostras de carvão e
- Relativamente à Modernização do Centro de Documentação (CD) e Instalação do Sistema de Informação Mineral (SIM) foram realizadas as

seguintes actividades:

- Criado um “template” para legendas e impressão de mapas nas escalas 1/50.000 e 1/250.000;
- Organizado o ficheiro para o banco de dados no MIS e criação de novos ficheiros para trabalhos provisórios e administrativos;
- Criada a Página da DNG na Internet – <http://www.dng.gov.mz>, (ainda em construção);
- Elaborado a brochura da actividade Artesanal e de Mineração de Pequena Escala a nível Nacional.
- Recolhidos os relatórios geológicos nas províncias de Tete e Zambézia e feito o respectivo processamento e armazenamento no sistema.

Refente a garantia da continuação da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas bacias de Moçambique e Rovuma;

Bacia do Rovuma

- Aprovados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) na área 1,4 e “onshore”, e tendo sido emitidas as respectivas Licenças Ambientais, e na Área “onshore”
- Adquiridos 3.000 de km de dados sísmicos bidimensionais (2D) estando em curso o seu processamento bem como de duas linhas de dados antigos para comparação qualitativa, nas áreas 2,5; e
- Concluídas as negociações do Contrato de Concessão de pesquisa de hidrocarbonetos para as Áreas 3 & 6 com a companhia vencedora.

Bacia de Moçambique

- Em curso a realização do estudos de avaliação dos resultados no Zambeze “offshore” do furo para definição da estratégia de pesquisa subsequente;
- Iniciados os Estudos de Impacto Ambiental para a aquisição de sísmica e abertura de furos de pesquisa nos Blocos de Sofala, M-10 e Zambeze;
- Efectuados trabalhos de amostragem geoquímica no Bloco de Inhaminga e a aquisição de 200 Kms de sísmica bidimensional (2D) cujos dados estão sendo processados e interpretados; e
- Adquiridos nos blocos 16 & 19 localizados nas proximidades de Pande e Temane, os primeiros 2040 Km² de sísmica 3D do país, os quais estão sendo processados e interpretados.

Quanto a consolidação do quadro regulador e prosseguimento com a reforma institucional do sector de petróleos;

- Aprovado o regime fiscal aplicável ao sector petrolífero, instrumento definidor da forma de actuação dos investidores e para a captação de impostos gerados pelo sector, e
- Concluída a elaboração do Regulamento de Licenciamento de Instalações Petrolíferas estando em elaboração a proposta de Regulamento ambiental específico.

Quanto a garantir a realização de actividades de pesquisa na bacia do Rovuma, nos blocos Zambeze off-shore, nos blocos 16 e 19, e em outras áreas onshore e off-shore;

Bacia do Rovuma

Áreas 2 e 5

- Foi assinado em Fevereiro de 2006 o Contrato de Concessão para a Pesquisa e Produção de Petróleo (EPC) nas áreas 2 e 5 com o consórcio Norsk Hydro/ENH;
- Em curso o Estudo do Impacto Ambiental com vista a aquisição de cerca de 3.000 Km de dados sísmicos bidimensionais e o reprocessamento de cerca de 1.500 Km de dados sísmicos bidimensionais pelo consórcio Norsk Hydro/ENH;
- Está em curso o processo de levantamento de carotes do fundo do mar.

Áreas Onshore, 1, 4 e 3e6

- Assinados contratos para a pesquisa e produção de hidrocarbonetos para as áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma entre o Governo de Moçambique, e a Anadarko/ENH e a ENI/ENH respectivamente.

Onshore Zambeze, M10 e Baía de Sofala:

- Concluídas as negociações com o consórcio British American Natural Gás (BANG) e Clóvis Exploration and Production que culminaram com a assinatura do Contrato de Pesquisa e Produção de hidrocarbonetos nestas áreas.

Offshore Zambeze:

- Foi submetido o relatório final do Estudo de Impacto Ambiental para a abertura dum furo de pesquisa.

Bloco 16&19,:

- Aprovado Estudo de Impacto Ambiental para o levantamento de dados sísmicos em águas profundas, e reprocessados 2000 km de dados sísmicos adquiridos pela Western Geophysical em 1981.

Como forma de assegurar a finalização do estudo das opções de processamento e transporte do condensado de Pande e Temane incluindo a possibilidade de construção dum cais específico para o transporte e venda ao mercado nacional e externo,

- Esta em análise estudos para o aproveitamento e processamento do condensado com vista a criação de valor acrescentado e maximizar benefícios para o país dado o produto ser vendido no mercado internacional após produção/estabilização.

Concernente garantia da finalização dos estudos de avaliação do jazigo de Inhassoro que possibilitem a sua exploração comercial;

- Foram actualizadas as reservas de todos jazigos de gás nos Blocos Pande-Temane. i.e, Campos de Gás de Pande, Temane, Temane-Este e Inhassoro.

No que diz respeito à conclusão dos estudos de uso e distribuição de gás natural

nos cinco pontos de toma ao longo do gasoduto entre Temane – Ressano Garcia para implementação de projectos de uso e distribuição direccionados ao sector industrial e doméstico;

- Estão em curso diversos estudos de utilização de gás, a partir dos pontos de toma existentes para produção de electricidade e para consumo industrial e doméstico;
- Actualmente várias unidades industriais do complexo industrial da Matola converteram os sistemas de produção passando a utilizar o gás natural estando em carteira a ligação de utilizadores adicionais.

Nos últimos anos têm se registado um crescimento considerável do sector dos Recursos Minerais, contribuindo significativamente para a melhoria do desequilíbrio da Balança de Pagamentos do País, para o aumento das receitas para o Estado e na melhoria das condições de vida das populações.

Contribui para este crescimento a conclusão do mapeamento geológico a escala nacional que permite maior conhecimento da informação geológica de base, contribuindo dessa forma para o aumento do volume de investimento estrangeiro e nacional.

Com efeito neste período teve início a produção das areias pesadas de Moma; A assinatura do Contrato de Concessão mineira com a Rio Doce Moçambique para a exploração do carvão mineral em Moatize; O crescimento da actividade de mineração de pequena escala através do apoio e assistência técnica prestada.

No âmbito da consolidação do quadro legal foram aprovados os Regimes fiscais para a área Mineira e Petrolífera e revisto os Regulamento da Lei de Minas.

Foi igualmente consolidado Cadastro Mineiro que garante maior transparência no processo de licenciamento mineiro;

Na área petrolífera destaca-se ainda a estabilização da produção de gás natural; a abertura de mais furos de prospecção nas áreas adjacentes aos campos Pande-Temane que confirmaram a existência de reservas adicionais de gás natural; a realização do Concurso de Prospecção e Pesquisa de Hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma.

Todas as acções realizadas concorrem para o alcance dos objectivos traçados no PQG, Contudo é de realçar a necessidade de prestar-se maior atenção ao sector tendo em conta o papel que desempenha numa economia como a do país, caracterizada por maior peso do sector primário.

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A produção industrial no período 2005 a 2008 tem registado um crescimento assinalável que se situa na ordem dos 3,5%. Com destaque para este facto, indústria alimentar e bebidas, Mobiliário e outras Indústrias Transformadoras, Metalúrgica, Fabrica de Máquinas e Equipamentos Eléctricos.

Como resultados das acções empreendidas pelo Governo foram criadas indústrias novas e revitalizadas outras indústrias nomeadamente: Mecer (Maputo e Beira), DECA (Chimoio) SOCIMOL (Maputo), Companhia Industrial da Matola, no sector alimentar, expandidas a Coca-Cola e Cervejas de Moçambique –CDM, no sector de bebidas, reabilitadas a CIFEL (ARCELOR MITTAL) – Metalúrgica, TEXMOQUE – Têxtil. Concluído com sucesso a reprivatização da unidade fabril TEXLOM, prevendo-se, numa primeira fase, o arranque ainda neste primeiro semestre como uma unidade de confecções

Medidas de Política

Indústria

O Governo considera a indústria como um dos factores determinantes do desenvolvimento económico.

Para o desenvolvimento da indústria, o Governo define como **principais objectivos** do sector: (i) A valorização dos recursos agrários, pecuários, florestais, minerais e energéticos; (ii) o aumento da oferta de bens de consumo essenciais à vida das populações; (iii) o aumento da oferta de emprego; (iv) o aumento do valor acrescentado nacional; (v) a redução das importações de bens intermediários e fomentar as exportações; (vi) o desenvolvimento de micro e pequena empresa aproveitando os recursos locais; (vii) o aproveitamento da localização privilegiada do país, para a promoção da indústria ao longo dos três corredores ferro -portuários; (viii) o aumento da oferta de meios e factores de produção; (ix) a modernização do parque industrial; (x) o acompanhamento da situação pós-privatização das empresas; (xi) a protecção da propriedade industrial; (xii) manutenção do equilíbrio ecológico, para a defesa e preservação do meio ambiente;

Para garantir a plena realização desses objectivos, o Governo priorizará as seguintes acções:

Reformulação da Política e Estratégia Industrial,

- Aprovada e em implementação a nova Política e Estratégia Industrial;

Revitalização do sector têxtil e de Confecções,

- Em curso a elaboração da Estratégia do Sector Têxtil e de Confecções;

Revitalização do sector metalomecânico,

- Aprovada e em implementação a Estratégia do sector Metalomecânico;

Implementação da política da qualidade,

- Concluída e harmonizada com os sectores público e privado a proposta de lei de metrologia, visando a criação de uma base legislativa e transparente.

Quanto a Implementação de políticas e legislação da propriedade industrial, Foram realizadas várias actividades visando a divulgação do sistema da Propriedade Industrial,

- Realizadas várias actividades visando a divulgação do sistema de Propriedade Industrial, nomeadamente: seminários de divulgação em todas as províncias do país, abrangendo a comunidade académica, agentes económicos e o sector.
- Operacionalizado um banco de dados no Instituto da Propriedade Industrial (IPI), um instrumento que permite a facilitação e celeridade dos procedimentos no registo dos direitos da Propriedade Industrial.
- Aumentou do número de direitos registados (marcas e patentes) sendo de destacar o número de marcas que ultrapassou as 20 mil unidades.
- Maior uso dos direitos de Propriedade Industrial, pelas empresas Moçambicanas tendo passado de 117 em 2004 para 2692 em 2008.

No âmbito da Promoção e do surgimento de micro, pequenas e médias empresas aproveitando os recursos locais,

- Aprovada a Estratégia para as Pequenas e Médias Empresas (PME's) incluindo o regime tributário dos pequenos contribuintes.

No que se refere a Implementação e Monitora do Protocolo Comercial no quadro da SADC, aproveitando os ganhos económicos e financeiros,

- Aprovada a Estratégica de Moçambique para a Integração Regional.
- Realizadas acções de divulgação em todo o país do processo de Integração Regional;
- Em implementação o Protocolo Comercial da SADC, o qual prevê a eliminação de barreiras ao comércio, sendo uma delas tarifas aduaneiras. A eliminação de tarifas aduaneiras culminou com a entrada em vigor da Zona de Comércio Livre (ZCL), em Janeiro deste ano.

Em relação ao Acompanhamento da situação pós privatização das empresas,

- Monitoradas as empresas privatizadas e criado o Diploma Ministerial nº 99/2006 que concede isenção na importação de matérias primas e materiais destinados ao processo de produção.
- Aprovado o Decreto nº 23/2006 de 10 de Julho, tendo como objectivo principal reduzir endividamento das empresas para com o Estado e criar um ambiente favorável para sua viabilização.

De modo a assegurar a produção e o consumo de sal iodado em todo o País,

- Distribuídos gratuitamente para os produtores de sal cerca de 6 toneladas de iodo e 10 laboratórios portáteis para análise e controlo da qualidade junto do produtor.
- Realizados em todas as províncias cursos de disseminação da legislação e técnicas de controlo de iodo, pelos inspectores do MIC, do MISAU e das Alfândegas, para garantir a efectivação do programa de iodização do sal.
- Importados 6.600 Kg de iodato de potássio que foram distribuídos pelos

salineiros com objectivo de melhorar a qualidade do sal produzido no País.

- Importados 10 laboratórios portáteis para análise do sal que foram distribuídos as associações de produtores do sal.

Quanto a Industrialização do sector do caju,

- Instaladas 23 pequenas e médias fábricas de processamento da castanha de caju com a capacidade instalada 32.800 tons que proporcionaram 4.370 novos postos de trabalho ao nível nacional.

No que se refere a Promoção do Agro-Processamento,

- Desenvolvidas diversas acções de promoção e consciencialização juntos aos governos provinciais, distritais e conselhos consultivos distritais, associações económicas e empresários sobre a industrialização rural.
- Implantadas cerca de 72 pequenas unidades de agro - processamento de cereais, oleaginosas, frutas entre outras, cobrindo todas as províncias do país.

No que se refere ao desenvolvimento e aprovação de normas gerais para produtos específicos,

- Aprovadas 72 normas dos seguintes sectores:
 - Sector de metrologia: Exigências técnicas e metrológicas para balanças mecânicas de funcionamento não automático, equilíbrio não automático ou semi-automático e sem graduação;
 - Sector Alimentar: fruta, arroz, chá, castanha, banana, manga, farinha de mandioca e óleo;
 - Energia: símbolos gráficos para esquemas eléctricos e tipos de correntes e sistemas de distribuição;
 - Ambiente: sistema de gestão ambiental - requisitos e linhas de orientação;
 - Trabalho: sistema de gestão e de segurança e saúde no trabalho - especificações;
- Realizada formação em gestão de sistema de qualidade nas Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), com base na norma ISO 9001 e foi efectuada uma auditoria interna na mesma empresa com base na norma ISO 19011;
- Realizada formação na PETROMOC para implementação de sistema de qualidade em laboratório baseado na norma ISO 17025;
- Realizada formação na empresa Manica Freight Services, localizada na cidade da Beira com base na norma ISO 19011.
- Apoiadas as associações económicas dos sectores produtivos em matéria de qualidade com vista a melhorar a sua competitividade de igual modo foram realizados seminários de capacitação e sensibilização aos agentes económicos e a sociedade civil sobre a importância da certificação de produtos e serviços para o desenvolvimento da economia nacional;

No âmbito da valorização da produção agrícola nacional,

- Promovidos mecanismos de ligação entre produtores agrícolas e consumidores com vista a promover o estabelecimento de parcerias e de acordos para o fornecimento de produtos nacionais.
- Aprovado, através do Decreto n.º 54/2005, de 13 de Dezembro, o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços, constituindo assim um instrumento de apoio ao sector empresarial nacional.
- Lançada em 2006 a campanha “Made In Mozambique” associada aos vectores estratégicos “Produza Moçambicano! Consuma Moçambicano! Exporte Moçambicano!” como mecanismo particular de contribuir para a revitalização e empoderamento dos sectores produtivos e de prestação nacionais.
- Realizada a gala para as 50 primeiras entidades titulares do direito de uso do selo “Orgulho Moçambicano, Made In Mozambique”.
- Concedido o direito de uso do selo a 82 entidades nacionais sendo a distribuição pelas seguintes províncias Maputo Cidade e Província (60), Nampula (14), Sofala (3), Manica (2), Zambézia (1), Inhambane (1) e Tete (1).
- Incremento das vendas de bens e serviços nacionais, fruto da campanha “Made in Mozambique”.

Comércio

A expansão da rede comercial, o desenvolvimento de sistemas funcionais de comercialização de produtos agrícolas e a promoção da segurança alimentar e das exportações constituem prioridade fundamental do Governo.

Assim, constituem objectivos do Governo os seguintes: (i) Promover a comercialização de modo a contribuir para o crescimento da produção agrícola e industrial orientada para o abastecimento do mercado interno, (ii) Promover o estabelecimento da rede comercial, compreendendo uma capacidade de armazenagem virada para apoio ao desenvolvimento das actividades agrícolas e industriais. (iii) Promover a expansão da rede comercial orientada para a criação de pólos de desenvolvimento rural, (iv) Contribuir para a melhoria da balança comercial através do aumento das exportações e diminuição das importações, (v) desenvolver normas técnicas e legislação apropriada para salvaguarda do interesse do consumidor (vi), apoiar iniciativas regionais e internacionais que contribuam para a cooperação e integração económica ao nível da região, (vii) promover a integração progressiva do sector informal no sector Formal, (viii) Introduzir mecanismos que disciplinem a exportação dos excedentes de cereais produzidos pela população, em benefício do país.

Neste âmbito, para o cumprimento dos objectivos serão preconizadas as seguintes acções:

Quanto ao Desenvolviemnto da rede comercial Adequadaa economia do mercado,

- Em processo de implementação o Novo Regulamento de Licenciamento de Actividade Comercial, Decreto. 49/04, publicado no B.R. n.º 46, I Série de 17 de Novembro de 2004.
- Licenciados no período em análise 8999 estabelecimentos comerciais, sendo 2807 Grossistas, 4618 Retalhistas e 1574 de Prestação de Serviços; Foram licenciados 27926 estabelecimentos comerciais rurais, sendo 770 lojas e cantinas, 10370 Barracas, 14326 Bancas e Tendões, e 2460 de Comercialização Agrícola e Ambulantes.
- Revisto o processo de venda de cantinas e armazéns nas zonas rurais.
- Reabilitados 42 estabelecimentos comerciais e vendidas 135 lojas rurais.
- Financiados 124 projectos no valor 20 791 000 MT através do FARE incluindo alguns projectos ligados a reabilitação de lojas e cantinas rurais.

Quanto a actualização da Estratégia Comercial,

- Em fase de conclusão a elaboração da Matriz do Plano de Acção da Estratégia Comercial para a sua implementação.

No que se refere a Formulação e implementação da Política de Concorrência,

- Aprovada e divulgada a Política de Concorrência.
- Iniciada a elaboração da Lei da Concorrência tendo sido já realizados seminários de auscultação e enviadas as propostas preliminares para as diversas Instituições e Ministérios com vista à recolha de mais subsídios.

Quanto a Reformulação, implementação e monitora da Estratégia de Comercialização Agrícola,

Aprovada Estratégia de Comercialização Agrícola (2006-2009). Para facilitar a sua implementação foram desencadeadas as seguintes acções:

- Elaborados planos provinciais de acção em todo o País, que tomaram em consideração as especificidades de cada local;
- Prorrogada a insenção do IVA no milho, e oleaginosas destinados a agro-indústrias, tendo como objectivo a redução dos custos de produção e atrair as indústrias nacionais para o consumo das matérias primas locais;
- Elaborado e distribuído o guião técnico de comercialização do milho para servir de instrumento de trabalho para os extensionistas, ONGs, Associações Económicas, Sector Privado.
- Criadas novas empresas de comercialização agrícola (DECA em Manica, Cereais do Zambeze em Tete, Chikira em Nampula), para além, de outros intervenientes do sector informal.
- Facilitado o comércio fronteiriço em Milange. Estão em curso acções visando replicar a experiência de sucesso naquele distrito para as províncias de Cabo Delgado (Nigomane-Mueda) e Niassa (Mandimba).

Quanto a Monitoria do mercado interno de modo a contribuir para a sua estabilização,

Desenvolvidas acções que permitiram o aumento da oferta de produtos e consequente estabilização dos preços, nomeadamente:

- Intensificação da inspecção as actividades económicas,
- Publicitação de preços das capitais provinciais e de mercados internacionais de bens essenciais de consumo da população;
- Promovido o diálogo permanente entre os operadores económicos e o Governo, na procura de soluções visando manter o mercado abastecido com regularidade.

Quanto a Reestruturação dos mecanismos e instituições de apoio à comercialização agrícola à exportação (ICM, Fundo de Comercialização, IPEX e FARE),

- Aprovada a reestruturação do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) e definidas novas atribuições, tendo se elaborado um plano de acção com vista a sua implementação;
- Reforçadas as Direcções do Instituto para a Promoção das Exportações (IPEX) e Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) com o objectivo de emprestar maior dinâmica e visibilidade às mesmas que desempenham um papel no domínio do comércio externo.
- Celebrados memorandos de entendimento com as congêneres do IPEX na Holanda, Macau, Malawi, Tanzania, Zâmbia, Zimbabwe, registando-se visibilidade dos produtos nacionais, havendo já associações de produtores a exportar para esses mercados.
- Realizadas várias missões empresariais para a divulgação das oportunidades e do potencial produtivo do país com maior enfoque para a região tendo em atenção a recém lançada zona de comércio livre.

No que se refere a Implementação da Estratégia para o Desenvolvimento das Exportações de Produtos Processados de Madeira de Moçambique,

- Aprovada a Estratégia para o Desenvolvimento de Produtos Processados de Madeira de Moçambique que está neste momento em implementação.
- Realizada a formação de empresários em matéria de gestão e manejo florestal.
- Facilitado o acesso a matéria prima para a associação dos artesãos unidos de Nampula, que se encontram neste momento a produzir para a exportação, cujos mercados incluem os EUA, África de Sul, e a Europa.

No âmbito da Promoção da competitividade do frango nacional,

No âmbito da promoção do frango nacional foram desenvolvidas as seguintes medidas e acções:

- Estabelecimento e consolidação de memorandos de entendimento entre moageiras e Associação dos Criadores de Maputo, com vista ao fornecimento de ração a preços preferências.
- Promoção de diálogo e consequente assinatura de contratos-programas entre avicultores e importadores para a priorização de compra do frango

nacional e diminuição das importações.

No que se refere a Implantação dos Balcões de Atendimento Único (BAÚs) nas províncias,

- Implementação e institucionalização dos BAÚs, em todas as províncias do país, com o objectivo de: Melhorar a qualidade dos serviços públicos através da simplificação, flexibilização dos procedimentos administrativos; reduzir o tempo de tramitação dos processos de licenciamento e reduzir os níveis de corrupção.
- Introdução do licenciamento simplificado, para o exercício das actividades económicas, que pela sua natureza não acarretam danos à saúde pública, ao ambiente e à segurança dos cidadãos. Isto permite obter a licença para o exercício dessas actividades num só dia.

No que se refere a Remoção das Barreiras ao Investimento com vista à Melhoria do Ambiente de Negócios,

- Consolidado o diálogo com o sector privado. Nesta perspectiva, constitui prática a participação do Governo nas Conferências Regionais do sector privado, Conselho Alargado de Consulta do CTA no qual participa a Primeira-Ministra, e Conferências Anuais do Sector Privado com a Participação, ao mais alto nível do Chefe de Estado e membros do Conselho de Ministros.
- Realizadas quatro Conferências Regionais, um Conselho Alargado de Consulta, três Conferências Anuais, a última teve como tema principal “Desafios da Integração Regional da SADC para Moçambique”.
- Aprovada a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios, bem como o Decreto sobre o Licenciamento Simplificado.
- Simplificação do processo de constituição e registo de empresas e a introdução da publicação electrónica dos Estatutos de Sociedades na 3ª Série do Boletim da República, passando o registo a ser efectuado em dois dias.
- Melhoria da posição de Moçambique no relatório do “Doing Business” do Banco Mundial, de 140 para 134.

O governo considera a indústria como um dos factores determinantes do desenvolvimento económico.

Na materialização desse desiderato, o Governo levou a cabo um vasto leque de actividades destacando-se dentre outras as seguintes: Expansão da rede comercial através de um exaustivo levantamento das lojas rurais abandonadas e ou em réguas, promovendo a venda das mesmas; Divulgação do Protocolo da SADC e, com comitadamente promoção do conceito do Made In Mozambique com vista a estimular o consumo de produtos nacionais, incentivando o aumento da produção e da produtividade das empresas visando o mercado interno e externo; Levantamento do potencial produtivo nacional que flue para os países vizinho de forma informar com a identificação das acções a realizar para se melhor esta actividade através de aumento de valor destes produtos.

Olhando para o objectivo da redução das importações de bens intermediários e fomento das exportações e no contexto da Integração Regional, deve-se frisar que constitui ainda um desafio pois a solução reside no aumento e valorização da produção nacional.

Um outro desafio, dentro do objectivo estrutural de modernização do parque industrial, é com certeza conseguir criar mais indústria para o país, e sobretudo os que dizem respeito ao gado-processamento.

O sector avança a bom ritmo também no que a se refere a Melhoria do Ambiente de Negócios e Remoção de Barreiras administrativas contribuindo para maior atracção do Investimento Directo Estrangeiro, destacando-se a elaboração e aprovação da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios bem como o decreto sobre o Licenciamento Simplificado.

F. TURISMO

O sector de Turismo tem baseado as suas acções na implementação da Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, considerando as oportunidades existentes na perspectiva de uma evolução crescente da actividade turística, da promoção do desenvolvimento sustentável do turismo e do seu papel fundamental na redução da pobreza através da oferta de emprego e contributo para atenuar os desequilíbrios de desenvolvimento regional.

Medidas de Política

O Turismo é um dos catalizadores do desenvolvimento sócio - económico e, em particular, um instrumento impulsionador da procura de produtos localmente produzidos, contribuindo para a criação de mais oportunidades de emprego e equilíbrio da Balança de Pagamentos. O desenvolvimento do turismo contribui para a consolidação da unidade nacional e para a valorização do nosso património histórico, cultural e paisagístico.

Para o alcance das metas descritas pelo Governo, adoptou-se uma estratégia coerente e sustentável de utilização dos recursos turísticos de forma a promover a maximização de benefícios económicos e sociais para o povo Moçambicano.

Assim, constituem principais objectivos gerais:

- Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial;
- Contribuir para a criação de emprego, crescimento económico e alívio a pobreza;
- Desenvolver um turismo responsável e sustentável;
- Promover a conservação e protecção da biodiversidade; e
- Desenvolver um turismo que respeite os valores culturais e estimule a autoestima nas comunidades.

Para o alcance desses objectivos, o governo tem vindo a desenvolver as seguintes actividades:

No âmbito da implementação de programas específicos de marketing que resultam na criação de uma imagem positiva de Moçambique,

- Participação em feiras internacionais em África, Europa e Ásia,
- resultando no incremento do número de turistas e de investidores para o sector de turismo;
- Realização de visitas de familiarização de jornalistas e operadores estrangeiros a locais turísticos;
- Consolidada a Bolsa de Turismo de Maputo, para a qual já afluem expositores da África do sul, Swazilândia e Portugal;
- Estabelecido o acordo de representação do turismo na Alemanha com uma agência local;
- Criada uma base de dados em imagem e texto sobre alguns pontos de interesse turístico do país; e
- Realizada o XXXI Congresso da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo.

No que respeita a facilitação do acesso de Moçambique às oportunidades no quadro da realização do Campeonato Mundial de Futebol em 2010, na África do Sul,

- Foi elaborada a Estratégia SADC 2010;
- Criado o Gabinete do Mundial 2010;
- Foi produzido material promocional (brochuras, guias turísticos, DVD's contendo informação sobre a oferta de produtos turísticos existentes no país);
- Participação em feiras de turismo e criação de um circuito turístico na perspectiva de capitalizar as oportunidades criadas pelo evento de 2010 (Mundial de Futebol).

No âmbito do prosseguimento da simplificação dos procedimentos de aprovação de projectos turísticos:

- Foi realizada a desconcentração e descentralização através da transferência de poderes para aprovação e licenciamento de projectos de investimento para o nível provincial e municipal respectivamente;
- Descentralizado o processo de aprovação da concessão de microcréditos do Fundo Nacional de Turismo para as províncias de Nampula, Manica e Inhambane;

Quanto a implementação de políticas sustentáveis para o desenvolvimento do sector do turismo e protecção da biodiversidade,

Áreas de conservação

- Realizados programas de gestão comunitária;

- Feito a controlo da caça furtiva e do conflito Homem - Fauna bravia nas áreas de maior incidência (Parque do Limpopo, Reserva de Niassa e Parque Nacional das Quirimbas);
- Feita a monitoria mensal de queimadas nas áreas protegidas dentro das ACTF's de Chimanimani, Libombo e Limpopo;
- Tomadas medidas de prevenção contra a erosão em áreas ameaçadas ao longo dos rios, encostas e melhoramento das picadas e criação de viveiros; e
- Feita a contagem aérea de fauna bravia na Reserva Especial de Maputo, Parque Nacional do Banhine, Reserva do Niassa, Parque Nacional das Quirimbas, Parque Nacional do Limpopo e Coutadas e Reserva de Marromeu.

Relativamente à planificação integrada no desenvolvimento do turismo,

- Elaborados Planos de Desenvolvimento Turismo nas provinciais de Nampula, Cabo Delgado, Zambézia e Inhambane (estes últimos em fase de finalização); e
- Adoptada abordagem de desenvolvimento de projectos âncora de desenvolvimento do turismo para as provincias de Nampula, Zambézia, Gaza, Inhambane e Maputo (Projecto IFC) e Nampula, Cabo Delgado e Niassa (Arco Norte).

No que diz respeito a promoção de negócios locais de apoio ao turismo,

- Foi elaborado o Projecto Kapulana para construção de estabelecimentos de alojamento turístico de pequena escala nos distritos,
- Formados 3 funcionários de cada provincia para assegurar os serviços de concessão de créditos;
- Criada a comissão instaladora para criação da federação nacional das
- associações hoteleiras de Moçambique; e Aprovado o código de conduta dos operadores privados ligados ao sector de turismo.

Como forma de prosseguir com medidas tendentes a facilitar o acesso de turistas ao país,

- Foi implantada a concessão de visto de fronteira, à chegada dos visitantes nas principais fronteiras nacionais;
- Concedidas Isenções à vistos de entrada, para cidadãos de Swazilândia, Zimbabué, África do Sul, Botswana, Tanzânia e Zâmbia;
- Divulgados os contactos das embaixadas;
- Estabelecido balcão de informação turística na Ponta D'Ouro.

Relativamente à programas específicos de marketing que resultem na fortificação de uma imagem positiva do país;

- Foi aprovado o plano estratégico de marketing do turismo;
- Lançado o Portal do Turismo;
- Realizadas campanhas de Boas Vindas na época alta (Dezembro/Janeiro); e

produzidas brochuras, DVD's, guia turísticos, cartazes, camisetas entre outros materiais.

Quanto ao estabelecimento de um quadro institucional com mecanismos adequados de planificação e de controlo, e capacidade de implementação efectiva de programas aos níveis nacional, provincial e distrital,

- Foi aprovada a Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o sector de turismo,
- Concluído o processo de revisão das carreiras dos profissionais do MITUR com inclusão das áreas de conservação;
- Montagem de um aplicativo informático de cadastro dos estabelecimentos turísticos e similares e treinamento do pessoal técnico para a sua utilização;
- Realizados quatro inquéritos trimestrais “piloto” à despesa dos turistas.

Para o fomento do desenvolvimento de produtos turísticos adequados e acessíveis aos vários segmentos de mercado:

- Identificadas áreas para o desenvolvimento combinado de turismo de praia, cinegético e cultural, no âmbito do projecto ARCO NORTE ligando as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; e
- Elaborado o plano de desenvolvimento do distrito de Matutuíne.

No âmbito da reabilitação e reorganização das Áreas de Conservação do País, destacam-se as seguintes acções:

- Aprovado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Parque Nacional do Limpopo;
- Realizada a capacitação institucional dos parques e reservas para conservação e gestão sustentável dos recursos naturais;
- Melhoradas as condições dos trabalhadores através da aquisição de
- uniformes, tendas, rações, rádios de comunicação, GPS para os fiscais, entre outros equipamentos;
- Capacitado todo o pessoal ligado ao restaurante e às rondáveis;
- Concluída a construção do santuário do Parque Nacional de Gorongosa;
- Construído o posto fronteiriço de Giryondo;
- Reabilitada cerca de 1 km de extensão da pista de aterragem no
- Parque Nacional de Banhine e feita a manutenção da pista de aterragem;
- Realizada a manutenção de 37 Km de estrada no Parque Nacional Zinave e 30 Km na Reservas Nacional Chimanimani e feita a manutenção de 2 pontões na Reserva Nacional Chimanimani;
- Construídas casas para funcionários e fiscais: (12) Parque Nacional de
- Banhine, (14) Reserva Nacional de Chimanimani, (8) Reserva Especial de Maputo e Parque Nacional de Zinave (6) e reabilitação de 1 casa na Reserva Especial de Maputo.

Em termos de modelos de gestão inovadores e pragmáticos conciliados com os interesses das comunidades que residem no interior e arredores dos Parques e Reservas Nacionais foi:

- Elaborado o modelo de casas para o reassentamento das comunidades do Parque Nacional do Limpopo tendo sido construídas as primeiras 2 casas;
- Instalada a Agência de Desenvolvimento da Costa dos Elefantes na zona da ACTF dos Libombos; e
- Elaborado e aprovado o Diploma Ministerial nº 93/2005 de 04 de Maio sobre mecanismos de consignação para as comunidades locais dos 20% das receitas cobradas.

Quanto à criação de condições para o envolvimento efectivo das comunidades no desenvolvimento do sector do turismo:

- Contratada empresa para assessorar as comunidades na criação de empresas comunitárias no distrito de Matutuine; e
- Criados comités de gestão no parques e reservas para a utilização dos 20% das receitas das áreas de conservação.

No âmbito do desenvolvimento e expansão da indústria de caça desportiva,

- Implementado o sistema de Gestão, monitoria e avaliação mais adequado das actividades de caça desportiva com vista a colecta trimestral da informação relevante.

No âmbito da participação activa na constituição de parcerias efectivas com os países vizinhos, com vista a promoção de uma integração regional entre os países da SADC em marketing, iniciativas transfronteiriças,

- Lançada a rota do turismo da ACTF dos Libombo, durante a feira INDABA;
- Assinado Memorando de Entendimento com a Kwazulu Natal Tourism Authority;
- Participação em acções da CONSADC e RETOSA e particularmente no que respeita as negociações para o estabelecimento do UNIVISA e à liberação de comércio e serviços; e
- Assinado memorando de entendimento para cooperação no âmbito do turismo com a República de Angola.

No concernente à promoção do turismo doméstico, um dos veículos da consolidação da unidade nacional e de valorização do património natural, histórico e cultural foram realizados:

- Festivais de Gastronomia na Cidade de Maputo e de dança na praia do Wimbe; e Divulgada a Estratégia de marketing nas províncias.

No que respeita a acções de fiscalização visando educar, prevenir e corrigir o desenvolvimento desordenado e o exercício ilegal das actividades de turismo, bem como, combater todas as formas de discriminação racial nas estâncias turísticas foram realizados:

- Missões de fiscalização ao longo país, com destaque para a zona das

Pontas D'Ouro, Malongane, Mamóli, Dobela e Milibangalala e praia do Bilene;

- Trabalho multisectorial de levantamento dos desmandos na zona costeira das províncias de Inhambane, Nampula e Cabo Delgado, incluindo o Arquipélago das Quirimbas; e
- Realizadas fiscalizações a cerca de 2.034 estabelecimentos de alojamento e de restauração e bebidas entre 2005 e 2007.

No que se refere a programas de sensibilização a nível nacional sobre a importância do turismo e o valor do património natural e cultural foram realizadas comemorações da semana alusiva ao Dia Mundial de Turismo e festivais de dança e gastronomia.

Quanto a promoção de acções que estimulem o envolvimento dos sectores público e institucionalização do nível médio nas áreas de hotelaria, turismo e conservação:

- Reactivados os Centros de Formação em Fauna Bravia, do Parque Nacional da Gorongosa e da Escola Básica da Reserva de Maputo; e
- Realizados os cursos de formação profissional de nível básico, nas especialidades de serviços de mesa, bar, empregados de quarto e recepção e cursos de formação técnico profissionais do MITUR.

No âmbito de financiamento de microcreditos, desembolsados entre 2005 a 2007 o valor global disponibilizado ao empresariado nacional no sector do turismo foi 10,2 milhões de meticais.

O sector do Turismo tem registado nos ultimos anos crescimentos significativos, na sequência da revitalização e modernização dos parques e reservas nacionais, bem como da melhoria do ambiente de negócios.

A actividade dos restaurantes e hotéis tem registado um desempenho positivo nos últimos anos. Em 2005, o desempenho foi positivamente impulsionado pelo crescente movimento de passageiros resultante do aumento do tráfego aéreo. As receitas por turismo reportadas na balança de pagamentos dão uma indicação de que o País obteve cerca de 120 milhões de dólares, nas suas relações com o resto do mundo em 2005, 130 milhões em 2006 e estimando-se que em 2007, tenham sido arrecadados cerca de 150 milhões.

A capacidade em camas nos estabelecimentos de alojamento turístico tem vindo a crescer anualmente, sendo que entre 2005 e 2007 houve um crescimento na ordem de 13%. Este ritmo de crescimento da oferta de serviços reflecte o aumento do volume de investimentos no sector que passou de 83,7 milhões de dólares americanos em 2005, para 977,2 milhões dólares em 2007. O crescimento do investimento no sector consubstancia-se também na melhoria da qualidade dos serviços e na criação de 24.064 novos postos de trabalho.

Com efeito, a produção de restaurantes, hotéis e similares, registou um crescimento de 12.8%, medido pelos indicadores de receita por turismo da Balança de Pagamentos, número de dormidas e movimento dos passageiros do tráfego aéreo.

O número de chegadas de visitantes tem vindo a crescer rapidamente, sendo 954.000 em 2005, 1.095.000 em 2006 e estima-se que em 2007, tenha atingido cerca de 1.259.000.

Entretanto, importa referir que em 2007, o sector foi afectado pelo ciclone Fávio que assolou os distritos de Vilankulo, Inhassoro e Arquipélago de Bazaruto destruindo a maioria das estâncias turísticas da zona. Contudo, na sequência do esforço empreendido pelo Governo, através da atribuição de incentivos para a sua recuperação e mobilização de apoios da comunidade internacional, já se regista a reabertura de alguns dos principais estabelecimentos.

Assim, ha necessidade de o sector empreender mais esforço no sentido de posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial, sendo que a prioridade deve ser para o desenvolvimento de uma marca que identifique o país como tal, implementação da integração regional, demarcação dos espaços para os projectos âncora de desenvolvimento do turismo, desenvolvimento de acções de promoção do turismo doméstico, reclassificação dos estabelecimentos turísticos, estabelecimento de acordos de parceria regional no âmbito das áreas de conservação transfronteiriças, ressentamento das comunidades do Parque Nacional do Limpopo e desenvolvimento de lodges comunitários.

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Este sector tem registado um crescimento positivo. Para este resultado contribuiu em grande medida o transporte rodoviário de carga, pelo peso que tem no sector, e fundamentalmente, o desempenho dos serviços de comunicações segunda ilustra a tabela seguinte:

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES – Taxas de Crescimento em (%)

Designação	2005 BL	2006 BL	2007 BAL
Transporte Ferroviário	4.9	5.6	-3.0
Transporte Rodoviário	12.1	13.8	14.8
Transporte por Oleodutos	-16.9	-18.6	35.1
Transporte Marítimo e Cabotagem	-4.4	30.3	19.7
Transporte Aéreo	5.7	28.4	28.0
Serviços relacionados com os Transportes	8.9	5.5	2.6
Serviços de Comunicações	100.5	29.7	28.4
TOTAL	25.5	21.2	20.7

Fonte: INE, MPF e Ministério dos Transportes e Comunicações

O desempenho ferroviário foi impulsionado pelo reinício do transporte urbano de passageiros nas linhas Maputo/Matola-Gare e de Maputo/ Marracuene em 2005, O crescimento registado no transporte ferroviário (5,6%) em 2006 deve-se por um lado, à reabertura de linhas anteriormente não exploradas pelo CFM-Sul (Matola-Gare e Marracuene) e ao aumento da oferta; e por outro lado, ao melhoramento em curso, da Linha do Norte, (Nampula–Cuamba), não obstante as constantes interrupções da linha, causadas pelas chuvas que têm influenciado negativamente a frequência dos comboios. Em 2007, o tráfego ferroviário verificou um decréscimo em cerca de 3% que se deve essencialmente ao facto da procura deste serviço no

mercado estar partilhada com o ramo rodoviário que, com o reforço da sua frota, passou a explorar algumas rotas em que o público utente tinha também como alternativa o transporte ferroviário.

Por outro lado, o transporte rodoviário assistiu a um bom desempenho no tráfego de passageiros, sobretudo no transporte interprovincial, com o aumento da tarifa e de veículos com capacidade superior a 15 lugares, e nos serviços públicos, com o aumento da capacidade de transporte, com a aquisição de 45 novos autocarros, dos quais 10 iniciaram a actividade em 2005, e 35 iniciaram em 2006, o que permitiu a reintrodução de novos autocarros nas cidades de Inhambane, Quelimane, Nampula e Pemba.

Os transportes públicos tem vindo a registar um desempenho negativo, resultante dentre outros factores, a maior elasticidade da procura dos serviços públicos face a aumento de preços, resultado do aumento do custo dos combustíveis.

Ao longo do triénio em análise, o transporte por oleodutos (pipeline) tem vindo a registar uma redução na sua actividade dada a crise do Zimbabwe, potencial utilizador deste transporte para a importação de produtos petrolíferos.

O nível de desempenho do tráfego aéreo está a ser impulsionado com a abertura de novos pontos de entrada para o País, a implementação da nova Política de Aviação Civil, a simplificação de procedimentos de licenciamento e entrada de aeronaves, e, o incremento da actividade turística no País.

MEDIDAS DE POLITICA

O Programa Quinquenal do Governo (2005 – 2009) define, como objectivos principais para o Sector de Transportes e Comunicações, (i) melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas áreas urbanas e rurais, (ii) participação mais eficiente do empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores e desenvolvimento rápido do Sector, através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças/exigências que ocorrem e tornando-a mais abrangente e dinâmica.

No Domínio dos Transportes Rodoviário

- Foi elaborada a proposta do Regulamento do Transporte Automóvel (RTA),

No âmbito da implantação de terminais rodoviários, foram Identificados três locais em Maputo, decorre a construção de duas terminais na Beira (Ex-ROMOC e Bairro de Esturos) e foram implantados dois terrenos em uso como praças para o transporte de passageiros em Nampula.

No que diz respeito ao sistema de fiscalização, foram simplificados e melhorados os procedimentos que estão refletidos no novo código de estradas a ser aprovado no I semestre de 2008.

No que concerne a expansão da rede de transporte de carga para as zonas rurais, foram atribuídos 10 camiões recondicionados ao sector privado em Cabo Delgado e 2 camiões novos ao sector privado na Zambézia, alocados recursos ao Sector Privado para aliviar as taxas de Juros na aquisição de 80 Mini-buses.

No âmbito da Redefinição da política de assistência técnica ao parque automóvel foi elaborada uma proposta que se encontra na fase de harmonização para posterior assinatura.

No âmbito da monitoria e implementação dos acordos bilaterais e multilaterais sobre a gestão do transporte rodoviário, foi assinado o acordo com a Zâmbia a 29 de Dezembro de 2005 e negociado com a Tanzânia, prevendo-se a sua assinatura no II Semestre de 2008.

No Domínio dos Transportes Ferroviário,

No âmbito do melhoramento da qualidade e segurança no transporte de passageiros e carga foram realizadas as seguintes actividades:

Na Linha Férrea de Ressano Garcia com a Extensão 88Km, foram realizados trabalhos na Linha Principal:

- Substituídas 26.553 travessas das 35.000 planificadas;
- Soldadas 350 barras longas das 1.200 planificadas;
- Substituídas 450 travessas de madeira das 900 planificadas nas pontes metálicas;
- Depuração e ataque mecanizado;
- Substituído 5 Jogos de travessas dos 12 planificadas;
- Balastragem de 44.310 Km dos 72.000 planificadas;

Linha Férrea de Goba

- Adquiridos 1.100 toneladas de carris para a reabilitação da Linha

Na Linha de Machipanda

Realizadas actividades de:

- Troca de 16 kms de carris;
- Troca de 23.500 unidades de Travessas de Madeira;

- Troca de 24.000 unidades de elementos de Fixação;
- Executados 150 km dos trabalhos de realinhamento e ataque da via;
- Executados 159 km dos trabalhos de depuração completa do balastro.

No troço Cuamba/Entre-Lagos

- Em curso trabalhos de rotina para garantir a circulação segura de Comboios.

No que diz respeito a continuação com o processo de concessão de Portos e Linhas Férreas,

- Foram concessionados à gestão privada os portos de Maputo (MPDC), Beira (Cornelder), Nacala (CDN) e Quelimane (Cornelder), à excepção dos terminais de combustíveis.
- Concessionadas às Linhas Férreas do Norte (CDN) e Centro (CCFB),

No âmbito da Reabilitação da linha de Sena,

- Foram concluídos cerca de 161.2 Km de via Dondo-Inhamitanga, (Estação de Inhaminga);
- Montados 45 Km de via Inhamitanga – Marromeu

No âmbito da Reabilitação da Ponte Dona – Ana, foi concluída a remoção de chapas das vias principais em mau estado de conservação, em 33 vãos programados. Foram colocadas novas chapas em 28.5 vãos, correspondente a 86.4% de realizado.

No concernente a reabilitação do troço Cuamba – Lichinga com 262 Km, estão sendo realizados trabalhos de rotina, que consistem em: (i) Nivelamento, alinhamento e ataque da via, (ii) aplicação de travessas de madeira, (iii) aplicação de carris 30Kgs/m, (iv) Trabalhos de Limpeza e (v) capinagem da via.

No Domínio de Aviação Civil

No âmbito de melhoria das condições na prestação de serviços de navegação aérea do país,

- Expandida a cobertura das comunicações em Very High Frequency (VHF).
- Concluídas as revisões dos Manuais de TICA (Técnicas de Informação e Comunicações Aeronáuticas) e do Manual de Gestão dos Serviços de Tráfego Aéreo;
- Concluída a implementação do Serviço de Controlo de Aproximação, no Aeródromo de Vilankulo;

- Realizada a meta de 97% de eficiência do Sistema de Comunicação (Via Satélite) VSAT que corresponde ao nível recomendado pela Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO);
- Retomada do espaço aéreo de Tete ora delegado a Zâmbia;

No que concerne a consolidação da liberalização do mercado de transporte aéreo, está em curso a revisão da regulamentação relativa ao transporte aéreo (Dec. 39/98, de 26 de Agosto).

No âmbito da melhoria das condições de segurança (“security”);

- Foi elaborada a proposta do Programa Nacional de Segurança;
- Concluída a revisão e actualização do Programa de Segurança do Aeroporto Internacional de Maputo;
- Alocados três magnetómetros manuais ao contingente da PRM afectos ao Aeroporto Internacional de Maputo para a revista de passageiros;
- Realizada auditoria da ICAO ao Sistema de Segurança do Aeroporto Internacional de Maputo, destinada a avaliar o nível de proficiência.

No domínio dos Transporte Marítimo, Fluvial e Lacustre,

- Foi realizado o levantamento hidrográfico dos portos de Maputo, Beira, Inhambane e Quelimane;
- Foram concluídos os trabalhos de levantamentos hidrográficos no Lago Niassa, bem como o processamento dos resultados. Decorre a edição da Carta.

No que concerne a produção do roteiro da zona sul Sul de Moçambique, foi realizada a actualização do roteiro da Ponta de Ouro até Marracuene. Decorrem trabalhos de verificação dos pontos e captação de imagens panorâmicas na zona costeira de Inhambane,

No que diz respeito ao estudo da circulação Geral de distribuição de poluentes na Baía de Maputo, foram concluídas as brochuras,

No que diz respeito a aquisição das embarcações para as travessias de Maputo/Catembe, Inhambane/Maxixe, Beira/Búzi, Beira/Machanga e Quelimane/Recamba início-se a construção das embarcações.

No Domínio da Segurança Rodoviário

A operacionalização do seguro obrigatório está dependente das Inspeções Periódicas Obrigatórias. A fiscalização rodoviária é tarefa de carácter contínuo e permanente, orientada conjuntamente pelo INAV, a ANE e a Polícia de Trânsito.

Quanto ao estabelecimento do sistema de informação, Harmonização de normas e procedimentos no âmbito da SADC,

- Iniciou-se a produção Carta de Condução da SADC, em Nampula, Sofala, Cidade e Província de Maputo,
- Foi elaborado o projecto de revisão e harmonização da Sinalização Rodoviária no âmbito da SADC.

No Domínio das Comunicações,

- Aprovada a Estratégia das Telecomunicações,
- Elaborada a proposta da **Política Postal, e da Lei do Serviço Postal.**

Relativamente a edificação da espinha dorsal da rede das telecomunicações, Foi realizado o seguinte:

- Maputo-Ressano Garcia: Concluída a implementação e interligação com a África do Sul;
- Maputo-Xai-Xai-Chokwé: Concluída;
- Chokwé-Massingir: Concluída;
- Beira-Dondo-Caia: Concluída;
- Beira-Caia-Quelimane-Quelimane/Mocuba e Nampula/Cuamba: Concluído e activado.

Quanto a expansão da rede das telecomunicações para todos os distritos, foram cobertos 116 distrito e todas as capitais provinciais pela telefonia fixa, 95 distritos incluindo as capitais provinciais pela telefonia móvel.

No Domínio da Meteorologia,

- Foram introduzidos os modelos numéricos para a previsão de tempo e divulgadas as previsões de tempo através de Televisão, Internet, audio-texto e jornais, num formato mais compreensível.

O desempenho do Sector dos Transportes e Comunicações ao longo do Triénio 2005 - 2007, de uma forma geral, considera-se positivo face aos resultados alcançados tendo em conta os objectivos macros que se pretendiam alcançar.

O transporte de passageiros registou um crescimento assinalável, destacando-se o ramo rodoviário do serviço público, com o aumento da frota do operador público verificado ao longo do período em análise.

O manuseamento portuário nos Portos Nacionais, registou um considerável crescimento como resultado de obras de reabilitação dos mesmos, o que permitiu o aumento de volume de carga em alguns portos, por exemplo destaque para as

operações da Mozal na zona sul, que deram maior contributo.

No ramo das comunicações, o sector registou avanços significativos, derivado da elaboração da Estratégia das Telecomunicações e da Política e Lei do Serviço Postal.

Foram edificadas espinhas dorsais da rede das telecomunicações tendo como destaque, as linhas de Maputo-Ressano Garcia, Maputo-Xai-Xai-Chokwé, Chokwé-Massingir, Beira-Dondo-Caia.

De um modo geral, o sector primou-se com (i) Avanços na fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas áreas urbanas e rurais; (ii) Participação mais eficiente do empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; (iii) Actualização da legislação, adaptando-a às mudanças/ exigências que ocorrem e tornando-a mais abrangente e dinâmica.

Não obstante o sector ter mostrado avanços significativos, o mesmo precisa implementar com mais dinâmica e eficácia a Política e a Estratégia do sector dos transportes (ora em elaboração) com vista ao alcance das metas estabelecidas para o presente quinquénio, e Identificar outras actividades de execução com impacto sócio – económico para o país.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

O programa Quinquenal do Governo de Moçambique aponta de forma clara a estratégia de combate a pobreza absoluta, através do apoio ao desenvolvimento do sector empresarial.

Assim durante o período em análise foram desenvolvidas as seguintes acções:

No âmbito da actualização da legislação económica, em particular o comercial e industrial;

- Foi aprovado o regulamento para a contratação de empreitadas de Obras Publicas, fornecimentos de bens e serviços ao Estado constituindo assim um instrumento de apoio do sector empresarial nacional;
- Publicado na imprensa nacional, o regulamento sobre os critérios de concessão do direito de uso da marca “Orgulho Moçambicano. Made in Mozambique”;
- Elaborados e implementados dois guiões sobre os procedimentos de concessão do direito de uso da marca “Orgulho Moçambicano. Made in Mozambique”;
- Foram aprovadas três Normas Moçambicanas (NM) metrológicas, desenvolvidas e aprovadas sete Normas Moçambicanas; dos quais três correspondentes a produtos alimentares e quatro gerais.

No que respeita a melhoria de ambiente de negócios, através do diálogo efectivo entre o sector privado e o sector público;

- Foi revitalizado o grupo interministerial que tem a função de identificar os principais obstáculos ao normal desenvolvimento dos negócios e discutir a sua solução;
- Foram formados 70 empresários em matéria de Promoção da Pequena Indústria no âmbito da criação de um ambiente favorável para a melhoria da competitividade;
- Consolidado o diálogo com o sector privado com vista a melhoria do ambiente de negócios.

No que respeita a elevação da efectividade e eficiência do Estado na provisão de serviços ao sector privado;

- Desembolsado pelo FUTUR no âmbito do programa de micro créditos cerca de 5.990,0 mil Mt para financiar 19 estabelecimentos hoteleiros, sendo (4) da Província de Maputo, (2) de Inhambane, (2) de Sofala, (1) de Zambézia, (2) de Nampula, (1) Manica, (1) Gaza e (6) de Niassa. Este desembolso de Microcréditos e do Programa de Descentralização correspondem a 40% da meta estabelecida no âmbito de projectos de Micro créditos e Descentralização orçado em 15,000.0 MIL MTn.

No que respeita Fomento do associativismo empresarial;

- Foi assegurada a assinatura de contratos entre as empresas moçambicanas com os mega- projectos no valor de cerca de 6,0 milhões de USD no âmbito da promoção de “linkage” entre as empresas nacionais e os grandes projectos.
- Assinados Memorandos de Entendimento com alguns parceiros que aderiram imediatamente a campanha, nomeadamente: LAM,(linhas aereas de Mocambique), CNCD (Companhia Nacional de Canto e Danca), CIM (companhia industrial da matola, Aeroportos de Moçambique, MINED(Ministerio da defesa e do Interior);
- Aprovado pelo Fundo do fomento á pequena indústria (FFPI) 67 projectos que proporcionou aos beneficiarios 10.781,8 milhoes de MT, (equivalente a 419,5 mil USD) tendo criado 189 postos de emprego contribuindo para redução da pobreza;

No ambito Promoção de parcerias entre investidores nacionais e estrangeiros;

- Consolidado o diálogo permanente com o sector privado, em parceria com a CTA , a realização de conferências regionais nas zonas centro,sul e norte para além de encontros regulares entre o Governo e o Sector Privado

No âmbito da Promoção de um sistema financeiro adequado as necessidade das pequenas e médias empresas e da zona rural;

- Implementado o programa de facilidades de créditos nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia pela associação Moçambicana para o desenvolvimento rural (AMODER) e gabinete de apoio aos pequenos investimentos (GAPI);

- Desembolso de cerca de 250,000.00 MTn para a Província de Inhambane e 250,000.00 MTn para província de Sofala e 250,000.00 Mtn para província de Cabo Delgado, totalizando 750,000.00 MTn referente ao programa de Descentralização dos Microcréditos para as províncias.

No âmbito da implementação do Programa de Relançamento do Sector Privado, foram aprovadas 23 novas Operações de Crédito Générico e/ou Agrário em 4 Províncias: (2) Maputo, (18) Gaza, (2) Inhambane e (1) na Zambézia.

Fundo de Fomento à Pequena Indústria (FFPI) aprovou 342 projectos e se espera a criação de 599 novos postos de emprego com vista a melhoria da vida das comunidades com a redução da pobreza;

- Aprovados 36 projectos, no montante total de 10.986,50 Mil MT, sendo 25 para Micro créditos e 11 para Pós Cheias e Ciclone Fávio, para os projectos aprovados foram desembolsados 5.077,25 Mil MT,

No âmbito do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE) foram financiados 61 projectos, sendo (11) em Niassa, (6) Cabo Delgado, (4) Nampula, (8) Zambézia, (5) Tete, (16) Sofala, (5) Inhambane, (4) Gaza e (2) em Maputo. foram financiados 12 projectos de instituições financeiras rurais;

No âmbito do apoio empresariado nacional projecto PoDE - Projecto para o Desenvolvimento Empresarial nos anos 2005 e 2006 na componente aprendizagem técnica foram aprovados 390 projectos no valor de 841.7 mil USD que contribuíram para o treinamento/formação de 8.274 agentes económicos aos diferentes níveis.

No âmbito do gabinete de ligação " linkage " foram celebrados contractos no valor global de 9 milhões de USD.

No âmbito da CTA, o Projecto PoDE realizou as seguintes acções: Apoio directo as associações empresariais na aquisição de equipamento e em acções de formação; Apoio à realização da IX Conferência Anual do Sector Privado; Apoio para que líderes associativos e empresariais filiados a várias associações da CTA participassem em missões empresariais internacionais, feiras igualmente internacionais, tendo se destacado o Fórum Económico Mundial.

No âmbito do programa *Italian Commodity Aid cujo* objectivo é apoiar o sector produtivo através da repassagem de equipamento via leasing, foram repassados diversos equipamentos no valor global de 22.242.7 milhões de meticais tendo beneficiado 41 agentes económicos, sendo 9 em Maputo, 21 Gaza, 2 Manica, 1 Sofala, 5 Tete, 3 em Nampula. A monitoria da implementação do programa foi assegurada pelo BCI - Leasing e Fundo de Desenvolvimento Agrário - FDA

As Medidas de Apoio ao Empresariado Nacional tem estado a contribuir significativamente para a melhoria do Empresariado Nacional e das condições de vida das comunidades. Continuando a proceguir o seu objectivo, de forma a contribuir para o crescimento e desenvolvimento sócio- economico do pais.

Neste contexto, olhando para o objectivo do PQG, neste período em análise 2004-2007 destacam- se as grandes realizações visando a Valorização do Empresariado

Nacional, o desenvolvimento de um bom desempenho em acções fundamentais para o Desenvolvimento Sócio- Económico e a Redução da Pobreza Absoluta.

De modo geral as Medidas de Apoio ao Empresariado Nacional indicam um desempenho positivo no cumprimento das acções preconizadas no PQG2005-2009 visando o alcance dos objectivos do PQG até 2009.

É de salientar que é preciso concentrar esforços de forma ao alcance com sucesso dos objectivos traçados no PQG 2005- 2009, e estes devem incidir sobre a consciencialização dos empresários para o aumento da Promoção da responsabilidade social do empresariado de forma a trazer benefícios as comunidades; a promoção do estabelecimento de parques industriais; a actualização da legislação laboral de modo a flexibilizar o mercado de trabalho; e criação de medidas tendentes a remoção de barreiras á actividade empresarial.

V.2. CAPITAL HUMANO

A. EDUCAÇÃO E CULTURA

Na área da Educação, o Governo continuou a privilegiar a expansão do acesso, a redução dos desequilíbrios de género, a melhoria da qualidade do ensino e o reforço da capacidade institucional.

Expansão do Acesso

No ensino geral, ao longo do período em análise a rede escolar passou de 9.659 escolas em 2004, para 11.455 em 2007, mantendo-se a tendência de crescimento que se regista em todos os níveis de ensino desde 2004.

Nível	2004 Real	2005 Real	2006 Real	2007 Real
EP1	8,373	8,696	8,954	9,303
EP2	1,116	1,320	1,514	1,842
ESG1	140	156	216	252
ESG2	30	35	49	58
Total	9,659	10,207	10,733	11,455

Como consequência da expansão registada na rede escolar, o número de efectivos de alunos mostra uma tendência crescente, tendo passado de 3.670.991 alunos em 2004, para 4.844.077 em 2007, o que corresponde a cerca de 93% de realização da meta do quinquénio.

Nível	2004 Real	2005 Real	2006 Real	2007 Real	% Realiz. Meta	2009 Meta
EP1	3,071,564	3,393,677	3,597,392	3,866,906	101.8	3,800,000
EP2	409,279	452,888	496,031	616,091	68.5	900,000
ESG1	168,798	210,128	257,729	313,692	69.7	450,000
ESG2	21,350	25,737	35,450	47,388	67.7	70,000
Total	3,670,991	4,082,430	4,386,602	4,844,077	92.8	5,220,000

Ensino Primário

A rede escolar do Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1) passou de 8.373 escolas em 2004 para 9.303 escolas em 2007, e o número de alunos de 3.071.564 para 3.866.906.

No Ensino Primário do Segundo Grau, a rede escolar passou de 1.116 escolas em 2004 para 1.842 escolas em 2007, e o número de alunos de 409.279 para 616.091.

Em termos de indicadores de cobertura educativa, a taxa líquida de escolarização no Ensino Primário (EP1+EP2) foi de 94.1% em 2007, sendo 90.9% para raparigas. A taxa de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe foi de 70.0% e a taxa de conclusão das raparigas no EP2 foi de 28.8% em 2006.

Ensino Secundário

A rede escolar no Ensino Secundário do Primeiro Ciclo aumentou em mais 112 escolas entre 2004 e 2007, tendo passado de 140 escolas em 2004 para 252 em 2007. O efectivo de alunos neste nível de ensino passou de 168.798 em 2004 para 313.692 em 2007.

Relativamente a rede escolar do Ensino Secundário do Segundo Ciclo, em 2007 estiveram em funcionamento 58 escolas contra 30 em 2004, o que significa um incremento de mais 28 escolas. Em termos de efectivos de alunos, estes passaram de 21.350 em 2004 para 47.388 em 2007.

Educação Especial

Com vista a assegurar o acesso a diferentes níveis de ensino às crianças com necessidades educativas especiais merece destacar o seguinte:

- Inclusão de 62.357 crianças com necessidades educativas especiais em todo o país, das quais 9.874 portadoras de deficiência visual, 13.157 com deficiência auditiva, 6.440 com deficiências físico-motoras, 11.859 com deficiência de aprendizagem, 6.007 com problemas de atraso mental, 4.426 com problemas de comportamento, 7.421 com problemas de fala e 3,173 com deficiências múltiplas.
- Início da reabilitação de 2 escolas especiais na Cidade de Maputo, concretamente para crianças surdas e portadoras de deficiência mental.
- Integração de estratégias e abordagens da educação inclusiva nos novos modelos de formação inicial de professores para o ensino primário (10ª+1) e para o ensino secundário (12ª+1), através da disciplina de psico-pedagogia.

Educação à Distância

No âmbito do alargamento das oportunidades de acesso à educação através do Projecto de Ensino Secundário à Distância (PESD), a decorrer na província de Nampula, está em curso a elaboração, reprodução e distribuição dos materiais auto-

instrucionais e a redefinição da estratégia de implementação do programa tendo em vista a expansão do programa para todo o país.

Ainda no âmbito da expansão do PESP, foram adquiridas 5 viaturas para o ensino a distância nas províncias de Inhambane, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.

Para o reforço da gestão do Ensino à distância foram construídas instalações para o funcionamento do Instituto de Educação Aberta e à Distância (IEDA) em Marracuene, província de Maputo e construídas 6 residências para funcionários.

Formação de Professores

Ao longo do período em análise, a formação de professores para o ensino geral através dos 11 Centros de Formação de Professores Primários (CFPPs-7^a+3) existentes a nível nacional e 9 Institutos de Magistério Primário (IMAPs-10^a+2) continuou a ser privilegiada. Assim, à excepção do curso nocturno, em geral, o total de alunos a frequentar as instituições de formação mostra uma tendência crescente até 2006, tendo evoluído de 12.136 em 2004 para 12.529 em 2006.

A partir de 2007, regista-se uma queda significativa no número de alunos em formação através dos CFPPs e IMAPs, devido à introdução de novos cursos com base nos novos modelos de formação de professores para o ensino primário (10^a+1) e para o ensino secundário (12^a+1). Assim, frequentaram o curso de 10^a+1 um total de 2.869 formandos, enquanto que para no de 12^a+1 foram inscritos 1.086 formandos.

Formação do Corpo Docente (Ensino Geral), 2004 - 2007 - Total de Alunos				
	2004	2005	2006	2007
	Real	Real	Real	Real
CFPP's (Básico)	5,853	5,813	6,148	4,019
IMAP's (Médio) - Diur	4,040	4,278	4,306	2,530
IMAP's (Médio) - Noc	2,243	1,742	2,075	
Total	12,136	11,833	12,529	6,549

No que se refere as infra-estruturas de formação de professores, importa referir que:

- foram concluídas as obras de construção dos Institutos de Formação de Professores (IFPs) de Alto Molócuè, Morrumbala, Xai-Xai e Chimoio;
- foi concluída a reabilitação e ampliação dos IFPs de Namaacha e Inhaminga;
- estão em curso as obras de reabilitação e ampliação do IFP de Homoíne;
- teve início a reabilitação do Instituto de Línguas de Maputo.

Ensino Técnico Profissional

Neste âmbito, está em curso a implementação do Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP) que incide na formação e capacitação de professores e directores de escolas e na construção e reabilitação de infra-estruturas escolares.

Em relação as infra-estruturas para o Ensino Técnico Profissional, merece destaque o seguinte:

- Foram concluídas as obras de construção do Lar da Escola Profissional da Moamba;
- entrou em funcionamento o Instituto Superior Dom Bosco (ISDB) com cursos à distância para 113 discentes;
- está em curso a reabilitação da Escola Básica Agrária de Chókwe;
- estão em fase conclusiva as obras de reabilitação da Escola Industrial e Comercial de Xai-Xai;
- foi reabilitado e equipado o laboratório do Instituto Agrário de Boane (IAB);
- foi criado e aberto o Instituto de Fauna e Ecoturismo de Marrupa, na província de Niassa;
- está em processo de introdução o nível médio na Escola Comercial de Lhanguene.

Alfabetização e Educação de Adultos

No âmbito da alfabetização e educação de adultos, especial atenção foi dada à expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e a rapariga. Ainda neste âmbito, importa referir que foi lançado o programa de alfabetização via rádio e televisão.

No que se refere à implementação do Programa de Ensino Não Formal (ENF), em 2007 expandiram-se os cursos de horta orgânica, gestão de pequenos negócios e construção a baixo custo passando-se das províncias de Inhambane, Manica e Sofala para Maputo, Tete e Niassa.

Melhoria da Qualidade do Ensino

Em 2007 foi concluída a implementação do novo currículo do Ensino Básico em todas as classes. A implementação deste currículo iniciou em 2004 com a introdução das primeiras classes de cada ciclo, nomeadamente na 1^a, 3^a e 6^a classes.

O livro de distribuição gratuita foi disponibilizado para todas as escolas em tempo útil permitindo assim que os livros fossem distribuídos aos alunos logo no início do ano lectivo.

Foram aprovados novos modelos de 10^a+1 Ano, para formação de Professores do Ensino Básico e 12^a+1 Ano, para formação de Professores do Ensino Secundário. Os modelos aprovados abarcam a formação inicial, formação em exercício e à distância.

No concernente ao ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário, foi produzido material didáctico para o aluno e professor da 6^a classe e capacitados formadores dos Institutos de Formação de Professores (IFPs), técnicos pedagógicos e professores de escolas em metodologias de educação bilingue.

Relativamente à reforma do Ensino Secundário Geral, foi produzido o Plano Curricular, bem como os programas de ensino para todas as disciplinas.

Deu-se continuidade à revitalização das ZIPs enfatizando programas de formação em serviço coordenados, baseando-se na experiência do CRESCER (Cursos de Reforço Escolar: Sistemáticos, Contínuos, Experimentais e Reflexivos). Estes cursos já se realizam em todas as províncias do país. Com a excepção da província de Nampula em que todos os distritos já foram abrangidos, nas restantes províncias já foram abrangidos seis distritos em cada uma delas. Neste processo, 37.232 professores e 4.935 directores do EP1 já foram beneficiados.

Saúde Escolar

A reactivação do Programa de Saúde Escolar está em curso em coordenação com o Ministério da Saúde e comunidades. Existe um manual sobre saúde escolar para professores, que serve de orientação nas Instituições de Formação de Professores (IFPs).

Produção e Alimentação Escolar

No âmbito da Produção e Alimentação Escolar, iniciou o levantamento e recenseamento de infra-estruturas de produção escolar existentes nas instituições educacionais de todo o país. Merece também destaque a realização de acções de capacitação de gestores em matéria de produção escolar, planificação alimentar, nutrição, gestão e limpeza dos alimentos.

Ensino Superior

Neste âmbito, destaque nas acções realizadas vai para a conclusão e avaliação da fase piloto do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e Acreditação (SINAQUES) e do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA).

Em 2007 teve início o ano académico na Universidade Lúrio, uma nova instituição de ensino criada no âmbito dos esforços em curso visando o alargamento da capacidade de oferta das instituições de ensino superior no país

Por outro lado, foram iniciadas as actividades preparatórias para a construção de raiz dos três Institutos Politécnicos (Gaza, Manica e Tete).

Desenvolvimento Institucional

Neste âmbito, foi iniciado o processo de revisão da Lei do Sistema Nacional de Educação e para a continuação do programa de elaboração da Carta Escolar, onde se destaca a conclusão do levantamento de dados sobre as instituições escolares existentes em todas as províncias do país.

CULTURA

Na área da Cultura, os esforços continuaram concentrados na promoção da cultura, preservação e divulgação do património cultural nacional e no desenvolvimento e fortalecimento da capacidade e infra-estruturas culturais.

Assim, tendo em vista a realização destas prioridades foram desenvolvidas entre outras as seguintes acções:

Património Cultural

No âmbito da identificação, registo e preservação de obras e valores culturais representativos do património cultural e natural:

- Foi actualizada a lista contendo bens imóveis do património cultural e seleccionados 2 a serem candidatados para a Lista do Património Mundial. A Ilha do Ibo e as Pinturas Rupestres da Serra Vumba em Manica, constituem as obras seleccionadas;
- Foi concluída a elaboração da Política dos Museus e Monumentos;
- Foi elaborado o Regulamento sobre Pesquisas Arqueológicas Subaquáticas;
- A Timbila e o Nyau foram proclamados como obras primas do património oral e imaterial da humanidade. Assim, foi iniciada a implementação do programa de preservação da timbila através de acções de pesquisa documental com vista a criação de um banco de dados e um directório sobre a timbila. Em relação ao Nyau, destaque foi para a pesquisa e recolha de dados, arrolamento dos grupos existentes em Chifunde e realização de uma exposição em Angónia sobre o Nyau;
- Foi concluída a elaboração do Programa Nacional de Conservação e Restauro de Coleções Museológicas;
- Foi feita a divulgação do Património Cultural através da produção de meios didácticos de ensino e imprensa.

No âmbito do incentivo à utilização de monumentos, museus e outras instituições de preservação e divulgação cultural:

- Teve continuidade a divulgação de procedimentos sobre a conservação, preservação e valorização do património tangível e intangível;
- Foram colocadas placas de identificação em vários monumentos e sítios históricos nas províncias de Gaza, Sofala, Manica, Tete e Niassa;
- Foram realizadas acções de divulgação do património cultural tangível e intangível através dos órgãos de comunicação social, manuais, brochuras e outros meios de comunicação.

No âmbito do programa de reabilitação das infra-estruturas da Ilha de Moçambique, importa referir o seguinte:

- Foi criado o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM);
- Foi concluída a reabilitação do edifício Casa Girassol, obra monumental e exemplo de restauro.
- Foi concluída a elaboração do plano para a protecção do Património Subaquático da Ilha de Moçambique.

Acção Cultural

No quadro da melhoria das condições e ampliação da oferta de espaços públicos para a realização de actividades culturais:

- Foi concluída a construção das Casas de Cultura de Nampula e de Cheringoma em Sofala, a construção de dois Palcos a Céu-Aberto nos distritos de Namaacha e Manhiça, província de Maputo,;
- Foi inaugurado o Centro Cultural Comunitário de Manica;
- O II Festival Nacional da Canção e Música Tradicional foi realizado no âmbito da promoção de manifestações culturais nacionais;
- Teve início a reabilitação da Biblioteca Nacional de Moçambique e do Museu Nacional de Etnologia de Nampula.

B. SAÚDE

Um dos objectivos fundamentais do Governo na saúde é expandir e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população moçambicana, prestando particular atenção às zonas mais desfavorecidas. Com vista a realização dos objectivos definidos, foram realizadas as seguintes actividades:

Expansão da Rede Sanitária

- Foram concluídas 300 intervenções (reabilitações e novas construções) da rede primária contra as 137 planificadas para o quinquénio, o que corresponde a mais de 100% de realização da meta do quinquénio;
- Foram concluídas 23 intervenções (promoções, refuncionalização e novas construções) da rede secundária contra as 41 planificadas, o que corresponde a 49% de cumprimento da meta do quinquénio;
- Foram concluídas 15 intervenções de reabilitação nos hospitais provinciais contra as 6 intervenções de reabilitação previstas até 2009, ultrapassando a meta para 2009;
- Foram reabilitados 5 blocos dos hospitais centrais contra os 17 planificados para o quinquénio, o que corresponde a 29% de realização;
- Está em curso a construção de um armazém em Maputo, contra os 3 planificados para o quinquénio;
- Foram reabilitados 2 centros de formação contra a meta de construir/reabilitar 1 planificada para o quinquénio;
- Foi concluída a primeira fase da ampliação do Instituto de Ciências de Saúde de Quelimane. De igual modo, iniciou-se a elaboração do projecto do ICS de Infulene. De referir que está prevista para o quinquénio a construção de 2 institutos (em Maputo e Quelimane);
- Está em curso a construção de dois Centros de Formação: Centro de Formação de Mocímboa da Praia (Cabo Delgado) e de Cuamba (Niassa). De referir que, para o presente ano será implantado o CF de Tete.

Prestação de Cuidados de Saúde

Com vista a aumentar e otimizar os recursos e melhorar o atendimento nas unidades sanitárias, os esforços foram concentrados no apetrechamento das unidades sanitárias com material médico cirúrgico, rede de transportes e meios de comunicação; na reorganização dos serviços de modo a reduzir o tempo de espera

e torná-los mais funcionais e na melhoria das condições de higiene e limpeza.

Ao longo do período de 2005 a 2007, registou-se um crescimento médio anual de cerca de 6%, do volume de actividades do sector, medido em Unidades de Atendimento, o que abre boas perspectivas para o alcance da meta fixada para o quinquénio de garantir um crescimento médio anual de 6%.

Evolução das Actividades e Consumo de Serviços de Saúde, Janeiro a Dezembro (2005 a 2007)								
Actividades	Real/2005	Real/2006	Real/2007	Meta anual (%)	% Evol.2004/05	% Evol.2005/06	% Evol.2006/07	Meta 2009!
Consultas/hab	1,0	1,0	1,1				6,0%	1,0%
Unid. Atendimento (UAs)	76.224.157,0	80.368.955,0	89.710.336,0	6,0%	5,2%	5,4%	11,6%	
UAs/hab	3,9	4,0	4,4				10,3%	

Fonte: SIS/MISAU

Em relação à **Saúde Materna e Infantil**, foi alcançada uma cobertura vacinal de 69% em crianças e de 66% com VAT em mulheres grávidas. A meta planificada para o quinquénio é de se atingir uma cobertura vacinal não inferior a 80% em crianças e mulheres grávidas. No que se refere às mulheres em idade fértil, foi atingida uma cobertura vacinal de 19.1% (sem incluir as grávidas), contra a meta de 42%, o que significa que ainda há necessidade de se reforçar as actividades nesta área para que se cumpram as metas fixadas para o quinquénio.

No que toca aos partos institucionais, foi fixada uma cobertura de 60% até ao final do mandato. De 2005 para 2006 registou-se uma redução de 50% para 48% e no ano findo registou-se um aumento considerável para 53.8%, mercê dos esforços em curso com vista a provisão de cuidados obstétricos e essenciais ao nível mais periférico. No entanto é necessário prosseguir com acções de mobilização comunitária para que se consiga atingir a meta em 2009.

No concernente à Taxa de Mortalidade Materna intra-hospitalar a meta foi de reduzir para menos de 100/100.000 nados vivos. O alcance desta meta até 2009 constitui um grande desafio para o sector, pois nos dois anos anteriores (2005 e 2006) registou-se um aumento de 182 para 190/100.000 nados vivos. No final do ano de 2007 registou-se uma redução considerável para 163/100.000 nados vivos, facto que se deveu à expansão dos Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos e Completos que permitiram solucionar casos complicados a nível mais periférico.

Grandes Endemias

A aposta do Governo neste âmbito é reduzir o impacto das doenças endémicas na saúde da população, nomeadamente o HIV/SIDA, tuberculose, lepra e malária. Neste desafio várias acções estão em curso no âmbito de programas específicos, a saber:

No âmbito do combate a **Malária** foi priorizado o controle vectorial através de pulverização intradomiciliária, tendo sido expandido para 45 distritos, acompanhada com a promoção do uso de redes mosquiteiras, tratamento intermitente e preventivo na mulher grávida, melhoria da qualidade de diagnóstico com a introdução de testes rápidos da malária e finalmente a revisão das linhas de tratamento da malária.

Para combater a **Lepra** o Governo priorizou o envolvimento comunitário na identificação de casos de lepra, a realização de acções de formação e capacitação na área do manejo de casos de lepra e das deformidades que dela advêm. Como resultado deste esforço, o país caminha a passos largos rumo às recomendações da OMS de 1 caso em cada 10.000 habitantes. Em 2004 o país estava na situação de 3.7 casos, tendo reduzido para 1.2 casos por 10.000 habitantes em 2007.

Em relação a **tuberculose**, importa referir que as taxas de cura e de despiste vêm aumentando nos últimos anos. De 2004 para 2006 a taxa de cura passou de 75,4 para 79% em 2006 e em 2007 para 82%. A taxa de despiste cresceu de 48 em 2005 para 50,1% em 2006 para posterior redução em 2007 (47%). A taxa de abandonos ao tratamento reduziu de 7,45 em 2005 para 7.2% em 2006 e 4,6% em 2007. A manter-se esta tendência espera-se cumprir com o recomendado pela OMS em 2009. A OMS recomenda que dos 70% de casos novos detectados com baciloscopia positiva, 85% sejam tratados com sucesso. Recomenda igualmente que se reduza a taxa de abandonos para menos de 10%.

No programa do **HIV/SIDA** registou-se grande expansão do tratamento anti-retroviral a todas as sedes distritais do país, tendo sido introduzida uma nova abordagem de Atendimento e Testagem em Saúde (ATS), que incluiu a integração do programa de tuberculose através de actividades colaborativas entre os programas de tuberculose e HIV/SIDA.

Com vista a assegurar que o actual quadro institucional no tratamento dos **doentes mentais** seja orientado para a promoção de uma saúde mais humanizada e sobretudo para o atendimento comunitário, foi feita a consciencialização da comunidade para a reintegração do doente mental na família e na comunidade, capacitado o pessoal técnico, recrutados novos quadros e feita a reorientação dos serviços de apoio psicológico.

Outro grande desafio do sector para o quinquénio prende-se com a necessidade de reforçar a perspectiva do **Género** em todos os programas de saúde, em particular na Política de Recursos Humanos e Formação de forma a realizar uma política de maior justiça e equidade social, baseada no princípio de igualdade de acesso e utilização dos serviços de saúde. Neste domínio foram realizadas acções de formação ao nível central e provincial, abrangendo 260 funcionários.

De igual modo, foram analisados e revistos os currícula dos cursos de SMI de modo a identificar as lacunas na óptica do género e analisado o conteúdo do currículo do curso de Medicina Preventiva e Saneamento do Meio e identificados os elementos de género necessários para complementar o seu conteúdo.

Com o objectivo de promover a **melhoria do estado nutricional** da população, em particular das crianças, incluindo a prevenção e tratamento das carências, estão em curso acções de reabilitação nutricional que incluem a suplementação com vitamina A, Iodo, PLUMPY NUT, CSB, desparasitação de crianças nas escolas e demonstrações culinárias nas comunidades.

Combate ao HIV/SIDA e às Infecções de Transmissão Sexual

No âmbito do reforço da abordagem sindrómica das Infecções de Transmissão Sexual (ITS), foram atendidas em todas as US do país 1.486.150 utentes o que corresponde a 99% de realização da meta quinquenal, realizadas acções de capacitação às províncias na nova abordagem sindrómica das ITS, e formados 594 provedores de saúde (médicos, técnicos e agentes de medicina, enfermeiras de saúde materno infantil e enfermeiros gerais) no âmbito da melhoria da capacidade de diagnóstico das ITSs.

No que toca ao objectivo de aumentar o acesso dos adolescentes e jovens aos serviços de saúde de forma a contribuir para a mudança de comportamentos sexuais, é de referir que já foram atendidos 358.189 jovens, o que corresponde a 94% da meta quinquenal (atender 380 mil jovens).

No concernente a necessidade de aumentar o acesso aos serviços de testagem e aconselhamento, atendendo até o fim do quinquénio 1.000.000 de pessoas, foram testadas 1.143.716 pessoas. Portanto, a meta quinquenal foi ultrapassada.

No que se refere ao aumento da capacidade das unidades sanitárias para o diagnóstico da SIDA, tratando até 2009, 150.000 pessoas com doenças oportunistas associadas a mesma, já foi ultrapassado o número de Unidades Sanitárias com capacidade para oferecer diagnóstico e tratamento. O sector conta actualmente com 211 sítios de TARV.

Conforme os dados mais actuais que se tem acesso, o número de novos casos de HIV/SIDA duplicou no país, ao passar de 30.332 (2006) para 62.633 casos de HIV positivo em 2007. O número de pessoas beneficiando de tratamento anti-retroviral em unidades sanitárias seleccionadas passou de 19.095 em 2005 para 88.211 em 2007, o que corresponde a quase 60% da meta de 2009 (150 mil pessoas). Esforços deverão continuar para garantir o cumprimento da meta e também a cobertura dos doentes ilegíveis que ainda é baixa.

No que toca a coordenação e prestação de cuidados domiciliários com conteúdo de cuidados médicos abrangendo no fim do período 200 mil pessoas, até ao final de 2007 beneficiaram de assistência domiciliária 88.303 pessoas, o que corresponde a menos de 50% da meta prevista para 2009.

Com vista a reduzir a estigmatização através da integração do tratamento com os esforços de prevenção e educação, o ano 2006 foi marcado por uma mudança na abordagem dos utentes. O aconselhamento é feito em todos os serviços, deixando de existir locais específicos para o aconselhamento e testagem (anteriores GATV's). Para o efeito foram elaborados guiões e manuais para formação do pessoal, esperando-se que a implementação ora em curso venha a reduzir a estigmatização nas unidades sanitárias. Paralelamente, decorrem nas unidades sanitárias campanhas de educação e prevenção de doenças.

Área de Medicamentos

Um dos grandes desafios do governo no quinquénio 2005/2009 é melhorar a eficiência na provisão de medicamentos e reagentes em todo o serviço nacional de saúde. Neste domínio, estão em curso reformas na Central de Medicamentos e

Artigos Médicos que visam melhorar a eficiência na provisão de medicamentos, reagentes e artigos médicos. É de referir que esta área vem sendo capacitada para responder à grande procura de medicamentos, sobretudo os Anti-retrovirais.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

No domínio dos recursos humanos foram formados 65 médicos especialistas, contra os 124 previstos, o que corresponde a 52% de cumprimento da meta; formados 1.343 técnicos médios, dos 2.107 previstos o que corresponde a 64% do cumprimento do plano; formados 2.439 técnicos básicos contra os 2.857 planificados, o que corresponde a 85% de execução do plano.

C. TRABALHO

Na área do Trabalho, continuou-se a privilegiar o desenvolvimento de programas que assegurem o aumento das oportunidades de emprego, a prevenção de conflitos laborais nas empresas e a expansão dos serviços do sistema de segurança social.

Assim, entre outras acções desenvolvidas para a realização dos objectivos definidos, merecem destaque as seguintes:

Acção Normativa

- Foi elaborada a estratégia de emprego e formação profissional;
- Foi aprovada a nova Lei do Trabalho e da Protecção Social;
- Foram aprovados os regulamentos de Segurança Obrigatória, do Trabalho Doméstico e os Critérios de fixação de salários mínimos;
- Foram adquiridos, reabilitados e apetrechadas as instalações para o funcionamento do Centro de Mediação e Arbitragem Laboral da Matola (província de Maputo);
- Foi criada uma comissão para regulamentar os centros de mediação;
- Foram divulgadas as normas internacionais do trabalho no País, estando já disponíveis no *WEB* do Sector as convenções ratificadas e não ratificadas.

Trabalho, Emprego e Formação Profissional

No âmbito da expansão progressiva e sustentada da oferta de infra-estruturas de emprego e formação profissional no País, foi concluída a primeira fase do edifício oficial dos Centros de Formação Profissional de Pemba e Quelimane, e iniciado o seu apetrechamento.

No que se refere a candidatos a emprego formados em diversas especialidades, os números indicam que em 2004 foram formados 1.921, dos quais 1.344 dos Centros do INEFP e 577 dos Centros de formação privados. Em 2005 foram formados 5.919 candidatos a emprego dos quais 1.509 dos centros do INEFP e 4.410 dos centros privados. Em 2006 foram formados 8.798 candidatos, dos quais 2.780 dos centros pertencentes ao INEFP e 6.018 nos centros privados. Em 2007 foram formados 11.258 candidatos, sendo 6.443 dos centros do INEFP e 4.815 dos centros privados.

Quanto a Formação em gestão de pequenos negócios a situação é bastante encorajadora na medida em que tem se registado uma evolução considerável dos números ao longo dos anos. Em 2004 foram formados 720 gestores, para em 2006 o número aumentar para 728 e em 2007 atingir 1.790 gestores.

O governo tem empreendido enorme esforço em formar quadros competentes e de reconhecida qualidade. Neste sentido foram promovidos estágios profissionais que resultaram na capacitação de 91 estagiários em 2006, para um ano depois este número crescer para 1.894 estagiários beneficiados.

A situação de desemprego registado é variável ao longo do período em análise. Em 2004 foram registados 16.772 desempregados candidatos a emprego, em 2005 o número decresceu para 14.936 e em 2006 o número conheceu um ligeiro aumento para 16.118. Em 2007 o número de desempregados volta a baixar para 12.957 inscritos, perfazendo um acumulado de 163.594 desempregados inscritos no período.

No campo da colocação dos desempregados regista-se uma progressão de ano para ano. De 2004 para 2007 o número quadruplicou, ao passar de 4.600 (2004) para 16.592 (2007). Importa referir que no âmbito da política do governo de promover o auto-emprego, em 2007 foram registados 23.121 cidadãos auto-empregados filiados em associações.

No trabalho migratório, - recrutamento da mão de obra moçambicana para às minas da África do Sul -, os números apontam para uma estabilidade ao longo do período em análise exceptuando o último ano em que conheceu um decréscimo ligeiro.

Evolução de indicadores do sector do trabalho 2004-2007

Indicadores	2004	2005	2006	2007
Desempregados inscritos	16,772	14,956	16,118	12,957
Colocação de desempregados	4,600	10,805	14,478	16,592
Auto emprego	a)	a)	a)	23,121
Recrutamento para trabalho nas minas de RSA	47,282	47,535	47,620	45,036

a) neste período não houve formação para o auto-emprego

Inspeção do Trabalho

No âmbito da Inspeção do Trabalho é de destacar o seguinte:

- Foram formados em 2007 um total de 78 agentes de inspeção do trabalho em todo o país;
- De 2005 a 2007 foram inspeccionados 11.575 estabelecimentos de diversos ramos de actividade assim distribuídos: em 2005 foram fiscalizados 3.048, em 2006 fiscalizados 3.529 e em 2007, 4.998 estabelecimentos. O número de trabalhadores abrangidos pelas acções inspectivas durante este período foi de 263.942.

Relações de Trabalho

No âmbito da promoção da livre negociação colectiva foram levadas a cabo as seguintes acções:

- Sensibilizadas as partes sobre a importância e oportunidade de celebração dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva do Trabalho (IRCT), como

forma de estabilização das relações laborais e da criação e manutenção da paz social;

- Divulgada a legislação laboral em matéria de direitos e deveres, negociação colectiva, salários, segurança e higiene no trabalho, trabalho de mulheres, menores e deficientes;
- Acompanhamento dos processos de negociação colectiva nas empresas; mediados e conciliados conflitos de vária ordem;
- Produzido material informativo sobre negociação colectiva, papel da Administração do Trabalho na prevenção de conflitos laborais e o Perfil do Mediador;
- Foram efectuadas visitas a 749 empresas e estabelecimentos abrangendo 34.663 trabalhadores;
- Prestada assessoria técnica a 81 empresas na elaboração dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e de gestão da força de trabalho;
- Efectuadas 611 mediações que resultaram na celebração de 81 instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

Segurança Social

No âmbito da segurança social, foram inscritos 6.476 contribuintes e 147.371 beneficiários ao longo do período em análise. O número de contribuintes inscritos registou uma tendência crescente ao longo do período, tendo passado de 1.590 em 2005, para 1.889 em 2006 e para 2.997 em 2007. Em relação aos beneficiários inscritos regista-se uma tendência decrescente, tendo passado de 66.705 em 2005, para 36.634 em 2006 e 44.032 em 2007, devido a grandeza das empresas em termos de trabalhadores.

Comissão Consultiva do Trabalho

No âmbito do diálogo social tripartido envolvendo o Governo, os Empregadores e os Sindicatos, foram realizadas várias sessões nas quais foram apreciados entre outros pontos a proposta do critério a ser utilizado, a partir de 2008, para a fixação dos salários mínimos nacionais; o Regulamento da Lei da Protecção Social; o Regulamento do Trabalho Doméstico; o apoio às vítimas das calamidades naturais.

D. MULHER FAMÍLIA E ACÇÃO SOCIAL

Na área da Mulher e Acção Social continuou a ser priorizado o desenvolvimento de acções de protecção e de assistência social às pessoas vivendo em estado de extrema pobreza, particularmente mulheres chefes de agregado familiar, crianças, pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência, no sentido de reduzir os níveis de pobreza absoluta através da redução das desigualdades de género, promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre o homem e a mulher, com vista a saírem da situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram.

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

Neste âmbito, das acções desenvolvidas há a destacar as seguinte:

- Elaborada e divulgada a Política de Género e Estratégia da sua Implementação (PGEI);
- Actualizado o Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM);
- Implantados Conselhos Técnicos para o Avanço da Mulher em todas as províncias;
- Prestado apoio a 7.192 mulheres chefes do agregado familiar com fraca capacidade económica, através de programas de geração de rendimentos e de auto-sustento, sendo 1.558 em 2005, 2.352 em 2006 e 3.282 em 2007;
- Promovidas actividades de treinamento e capacitação profissional a 7.958 mulheres;
- Prosseguidas as acções de disseminação da Legislação, políticas e estratégias de promoção dos direitos da mulher designadamente Lei da Família, Convenção para Eliminação de Todas Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), Declaração de Género da SADC bem como a sua Adenda relativa a violência contra a mulher e criança em todas as províncias.
- Realizadas acções de formação e sensibilização sobre género, direitos humanos, e violência baseada no género.

No âmbito do incentivo a participação das mulheres nos cargos de liderança e tomada de decisão aos diferentes níveis, referir que ao nível parlamentar, as mulheres representam actualmente (dados de 2005) 35,6% dos 250 deputados da Assembleia da República. De referir que em 1997 a percentagem de assentos ocupados por mulheres era de 28%, e em 2007 a representatividade das mulheres ao nível do Parlamento foi de 37,2%.

Neste momento, Moçambique tem 7 Ministras que representam 25,9%, 6 Vice-Ministras que representam 30%, 2 Governadoras Provinciais representando 18,1%, 6 Secretárias Permanentes Ministeriais representando 31,5%, 4 Secretárias Provinciais representando 36,3%; 26 Administradoras Distritais representando 20,3%; 45 Magistradas representando 26,6%; 16 Juízas representando 21%, e a pasta do Primeiro Ministro é ocupada por uma Mulher.

Âmbito da Protecção da Criança

No âmbito da assistência à criança destaca-se a realização de acções de divulgação dos Direitos da Criança através dos Órgãos Públicos de Comunicação Social e a divulgação da Lei Reguladora do Acesso de Menores à Recintos Públicos de Diversão Nocturna e ao Consumo de Álcool e Tabaco e do respectivo Regulamento (Lei 6/99).

No âmbito do Programa de Localização e Reunificação Familiar, em 2007 foram documentadas 10.335 e reunificadas 3.121 crianças, contra 673 documentadas e 200 crianças reunificadas em 2004.

Programa de Localização e Reunificação Familiar				
Indicadores	2004	2005	2006	2007
	Real	Real	Real	Real
Crianças documentadas	673	4,124	4,053	10,335
Crianças reunificadas	200	564	1,111	3,121

No âmbito do Programa de Educação Pré-Escolar foi privilegiada a melhoria da qualidade dos serviços prestados à criança nos Centros Infantis e nas escolinhas comunitárias. Atenção especial foi também dada à sensibilização das ONG's e do sector privado para darem o seu contributo no desenvolvimento da educação pré-escolar. Assim, os três tipos de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar atenderam um total de 56.017 crianças em 2007, contra 27.195 em 2004.

Este programa, até 2006 registou uma tendência ascendente no número de crianças atendidas nos centros estatais, embora o número de centros não tenha aumentado. Os centros privados mostram uma tendência de aumento ao longo do período em análise, ao contrário do número de crianças atendidas que regista um certo abrandamento em 2007. O número de escolinhas comunitárias e de crianças atendidas tende a crescer ao longo do período.

Educação Pré-Escolar				
Indicadores	2004	2005	2006	2007
	Real	Real	Real	Real
Centros Infantis (Estatais)	15	15	15	15
Crianças Atendidas	1,144	1,753	1,823	1,608
Centros Infantis (Privados)	100	111	147	157
Crianças Atendidas	9,178	11,532	12,722	11,962
Escolinhas Comunitárias	422	558	611	629
Crianças Atendidas	27,195	39,935	42,151	42,447

O atendimento as crianças em situação difícil é feito fundamentalmente através dos centros de acolhimento e infantários, sendo que a maioria destes estabelecimentos são mantidos pelas instituições privadas, das quais se destacam as confissões religiosas. Assim, em 2007 os centros de acolhimento atenderam 25.604 crianças, contra 8.301 crianças atendidas em 2004.

Ainda neste âmbito, importa destacar que foi elaborado o Plano Nacional de Acção para a Criança e o Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis; prestada assistência as Crianças Órfãs e Vulneráveis (distribuição de Kit's de material escolar, vestuário, alimentação) e construídas casas para famílias chefiadas por crianças.

Atendimento a Criança em Situação Difícil				
Indicadores	2004	2005	2006	2007
	Real	Real	Real	Real
Centros da/na Rua	80	98	131	171
Crianças Atendidas	7,559	15,176	20,895	23,875
Infantários Estatais	8	8	8	7
Crianças Atendidas	114	394	446	683
Infantários Privados	13	28	17	18
Crianças Atendidas	628	1,795	734	1,046

Âmbito da Pessoa Idosa

No âmbito da assistência a pessoa idosa, foi elaborado e divulgado o Plano Nacional da Pessoa Idosa, realizadas palestras de divulgação da Política da Pessoa Idosa e das estratégias da sua implementação ao nível das comunidades e realizados debates televisivos e radiofónicos de divulgação e sensibilização da sociedade sobre os direitos do idoso.

Em termos de infra-estruturas para o idoso, foram construídas 77 casas, sendo 22 na província da Zambézia, 10 em Niassa, 28 em Maputo, 17 em Inhambane; construídos 4 centros abertos, sendo 1 na província de Maputo e 3 na Zambézia.

Foram atendidos 2.721 idosos em 19 centros abertos existentes em todo o país.

Nos diversos centros de atendimento foram assistidos 624 idosos em 2007 contra 556 em 2004.

Atendimento ao Idoso				
Indicadores	2004	2005	2006	2007
	Real	Real	Real	Real
Centros de Apoio Estatais	9	9	9	10
Idosos Atendidos	298	485	200	312
Centros de Apoio Privados	11	16	13	14
Idosos Atendidos	258	373	310	312

Âmbito da Pessoa Portadora de Deficiência

No âmbito da Pessoa Portadora de Deficiência, destaque nas acções desenvolvidas vai para a elaboração e divulgação do Plano Nacional de Acção da Área da Deficiência, assistência as pessoas portadoras de deficiência e a distribuição de 3.149 meios de compensação e 21 máquinas Braille. Merece também destaque, a formação em 2007, de 24 intérpretes de língua de sinais.

Importa também realçar que foram identificadas 10.386 pessoas em 2007, contra 7.000 em 2004, acompanhadas 4.911 contra 2.790 e integradas nas escolas 45.200 crianças deficientes contra 4.292.

Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência				
Indicadores	2004	2005	2006	2007
	Real	Real	Real	Real
Deficientes Identificados	7,000	7,081	9,546	10,386
Deficientes Acompanhados	2,790	3,533	9,339	4,911
Crianças Deficientes Integradas	4,292	1,925	2,472	45,200
Número de Centros de trânsito	6	6	6	6
Deficientes Atendidos	521	597	281	257
Escolas Especiais	3	3	3	3
Número de Alunos	300	242	326	350
Instituto de Deficientes Visuais	1	1	1	1
Número de Alunos	81	75	150	56

Âmbito dos Programas e Projectos de Assistência Social

Neste âmbito, continuou a ser privilegiada a assistência social e económica directa aos indivíduos incapacitados para o trabalho e a promoção do desenvolvimento sócio-económico dos indivíduos ou grupo de indivíduos capacitados para o trabalho.

Assim, através dos programas de assistência social foram atendidos 143.305 pessoas em 2007, contra as 76.545 em 2004. O número de beneficiários do programa subsídios de alimentos passou de cerca de 67 mil em 2004, para 112 mil em 2007.

Programas de Assistência Social				
Programas	2004 Real	2005 Real	2006 Real	2007 Real
Subsídios de Alimentos	67,409	82,631	100,571	112,977
Benefício Social pelo Trabalho	2,891	3,632	4,716	6,059
Geração de Rendimentos	2,612	2,756	3,825	5,284
Apoio Social Directo	3,633	7,173	22,767	18,985

No âmbito do Desenvolvimento Comunitário, várias actividades têm permitido promover o acesso aos serviços sociais básicos por parte das comunidades, particularmente as rurais, através da criação de infra-estruturas sócio-económicas (salas de aulas, postos de saúde, furos de água, pontecas, bancas fixas para mercado nas zonas rurais), tendo beneficiado a 561.335 pessoas em 2007, contra 125.000 em 2004.

No período de 2004 até 2007, altura da extinção da Comissão Nacional de Reinserção Social (CNRS) em 2007, as acções desenvolvidas no quadro do PNIASEJ consistiram na expansão do Programa para as Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Tete, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo, com a implementação de 15 novos projectos, beneficiando 1.346 pessoas directamente e 6.580 pessoas indirectamente em actividades geradoras de rendimento, nomeadamente agro-pecuária, criação de animais, comércio informal, pesca artesanal, alfaiataria, latoaria, olaria, carpintaria, panificação, serração de madeira, produção de carvão e mineração, e 41.448 pessoas através da construção e/ou reabilitação de 37 infra-estruturas sócio-económicas, tais como escolas, postos de saúde, bancas comerciais, mercados rurais, fontenários, moagens, aviários, pocilgas, armazéns para produtos agrícolas, tanques piscícolas e sistemas de rega.

Até a data da sua extinção, o PNIASEJ contava com um total de 79 projectos, localizados em todas províncias e em 37 distritos, beneficiando 273.972 pessoas, dos quais 38.192 através de actividades geradoras de rendimento e 199.780 na construção e/ou reabilitação de 179 infra-estruturas sociais.

E. JUVENTUDE E DESPORTOS

Na área da Juventude e Desportos, continuou-se a privilegiar o enquadramento dos jovens no processo de desenvolvimento do País, o fortalecimento do associativismo juvenil e desportivo, a massificação da prática da actividade física e desportiva e o desenvolvimento do desporto de alta competição.

No Domínio da Juventude

No que toca a revisão, aprovação e divulgação da Política Nacional da Juventude, há a salientar a aprovação do Regulamento sobre procedimentos para o registo de associações juvenis. Igualmente, foi ractificada a Carta Africana da Juventude pela Assembleia da República.

Foi lançado o Programa “Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis” (FAIJ) como forma de estimular iniciativas geradoras de emprego e auto-emprego para jovens, para uma participação activa no combate à pobreza. No âmbito do FAIJ, ao longo dos três anos foram financiados 220 projectos em 71 distritos abrangendo um total de 8.761 jovens beneficiários. A maior parte deste financiamento foi aplicada em projectos de comércio, agro-pecuária, pesca, carpintaria e alfaiataria e outras áreas

sócio-culturais e recreativas. O FAIJ promoveu também acções de capacitação em matérias de gestão de pequenos negócios tendo abrangido 266 jovens.

Foi institucionalizado o Comité Intersectorial de Apoio aos Adolescentes e Jovens – CIADAJ que é um órgão de consulta, monitoria e avaliação de políticas e programas no domínio da juventude.

No domínio do fortalecimento do associativismo juvenil, foi prestada assistência técnica na tramitação processual para o reconhecimento jurídico das associações, o que tem contribuído significativamente para expansão do associativismo e sua legalização, tendo sido legalizadas 148 associações.

No âmbito da promoção e desenvolvimento de formação de líderes, dirigentes e animadores juvenis, foi prestado apoio técnico e financeiro na formação e capacitação de 1.546 gestores associativos, dos quais 108 formadores nacionais em matérias de liderança, gestão de projectos e em matérias de Habilidades para Vida e HIV/SIDA.

Foi prestada assistência técnica, metodológica e financeira ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ), que se traduziu na assinatura de três Contratos Programa entre MJD/CNJ, avaliados em 6.500.000,00Mt.

Com o objectivo de promover o emprego, formação e ocupação dos tempos livres dos jovens, foi prestado apoio na criação de centros de recurso da juventude que têm a missão de desenvolver programas nas áreas de formação básica e técnico profissional e gestão de pequenos negócios e produção visando o auto-emprego.

No âmbito do Programa Nacional Integrado da Acção Social, Emprego e Juventude (PNIASEJ), foram implementados seis novos projectos nas províncias de Tete, Zambézia e Cabo Delgado beneficiando presentemente um total de 38.710 pessoas dos quais 27.447 em infra-estruturas sociais e 1.115 em projectos de geração de rendimentos.

O PNISAEJ, que terminou em 2007, visava também apoiar a constituição e o desenvolvimento de associações juvenis baseadas nas comunidades, bem como iniciativas de formação e capacitação de jovens para desenvolverem actividades geradoras de rendimento.

Com vista a promoção de hábitos de vida saudáveis, está em implementação o Programa GERAÇÃO BIZ vocacionado para Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), DTS/HIV/SIDA, combate ao tráfico e consumo ilícito de drogas. O programa cobre actualmente todo o território nacional. Uma das estratégias de base do programa assenta na Formação de Educadores de Pares com a responsabilidade de disseminar conhecimentos sobre a sexualidade e os meios para a prevenção do HIV/SIDA. Como resultado, no período em análise foram formados/capacitados 16.272 activistas/educadores de pares que trabalham na sensibilização das comunidades em matérias de SSR/HIV/SIDA.

No domínio da promoção de parcerias com a Sociedade Civil e o Sector privado visando o estabelecimento de programas educativos dirigidos a adolescentes e

jovens sobre os malefícios do consumo de produtos que causam dependência química como drogas, álcool e tabaco, destacam-se as seguintes realizações:

- Realização do I Encontro Nacional da Juventude sobre o HIV/SIDA. Participaram no evento 575 jovens provenientes de todas as províncias, incluindo representantes de Angola e Cabo-Verde;
- Constituídos em todo o país 1.187 núcleos anti-drogas, com principal enfoque nas escolas primárias, secundárias e técnico-profissionais, que enquadraram desde 10.687 activistas anti-droga, que beneficiaram de acções de formação.

Quanto à institucionalização da realização de acampamentos juvenis como estratégia de resgate dos valores morais e cívicos e integração sócio-cultural da juventude, foram realizados um total de 14 Acampamentos Provinciais e 6 Acampamentos Regionais tendo sido envolvidos 3.487 jovens.

No Domínio do Desporto

O Desporto contribui para a socialização dos seres humanos, elevação da auto-estima dos moçambicanos, promoção da cultura de paz, Unidade Nacional e Coesão Social, melhoria da sua qualidade, desenvolvimento integral e bem-estar individual, incluindo a consolidação da amizade entre povos.

Neste âmbito, foi aprovado o Regulamento de Controlo Anti-Doping e o Regulamento do Seguro Desportivo.

Quanto à consolidação do programa de massificação da prática desportiva através da expansão do Programa “Moçambique em Movimento”, foram realizadas comemorações da Semana Nacional do Desporto, promovidos diversos torneios desportivos nas modalidades de futebol, andebol, voleibol, mini-básquete, basquetebol, ginástica acrobática com corda, xadrez, atletismo, ciclismo, envolvendo 94.485 participantes organizados em 2.739 equipas.

Com vista a identificação de novos talentos, foi desenhada a Estratégia de Desenvolvimento do Desporto denominada “Projecto FUT 21” que realiza torneios desportivos prevendo abarcar 1.151 equipas envolvendo 25.360 atletas e criados 33 núcleos em vários distritos. Para além destes torneios, foram realizados cursos de formação e actualização de treinadores envolvendo 200 agentes desportivos e adquirido e distribuído material e equipamento desportivo aos distritos abrangidos pelo projecto.

Foi prestado apoio na prática do Desporto para Pessoa Portadora de Deficiência, organizado à escala nacional o torneio de futebol feminino para adolescentes dos 13 a 16 anos denominado *Menina BIZ*, que envolveu 450 equipas, movimentando 7.200 atletas e 900 técnicos. No desporto feminino, o país conta actualmente com 51 Equipas de futebol feminino movimentando 3.263 raparigas; 631 Atletas na modalidade de Andebol e 189 Atletas na modalidade de Atletismo.

No que toca a promoção da pesquisa, divulgação e prática de jogos tradicionais, foi feito o levantamento de jogos tradicionais em diversos distritos que já movimentam perto de 304 participantes.

No domínio de formação de Agentes Desportivos (SIFAD), a estratégia governamental assenta no aperfeiçoamento e consolidação dos mecanismos de formação de Agentes Desportivos. Assim, foram capacitados 1.874 Agentes Desportivos entre gestores desportivos, treinadores de nível básico (níveis I,II e III) nas modalidades de atletismo, andebol, basquetebol, futebol, voleibol, hóquei em patins e ginástica.

A política do Governo define a componente infra-estrutura como prioritária, visto que constitui um dos mais importantes factores do desenvolvimento desportivo. Neste âmbito, são de destacar as seguintes realizações:

- Em curso a colocação da Relva Sintética em 2 campos de futebol nos campos, designadamente, do Costa do Sol e no Estádio da Machava em Maputo, incluindo a respectiva inspecção pela FIFA;
- Em curso a construção do campo de Futebol de 11 e da pista de Atletismo no Bairro Marien Ngouabi, em Gaza;
- Foi construído o campo de mini-basquete em Catembe;
- Foram reabilitados o Clube Desportivo de Magude; o Campo Polivalente de Maúa, em Niassa; o pavilhão do Município de Tete;
- Reabilitado e ampliado o campo de Kape-Kape, em Maputo;
- Foi apetrechado o pavilhão de desportos da Beira com tabelas de basquetebol e marcadores electrónicos
- Foram feitas pequenas intervenções para o melhoramento do campo de salto e estábulos do Centro Hípico da Beira; do clube da Manhiça e do Clube Desportivo de Chidenguele.

No âmbito do estabelecimento de novas infra-estruturas desportivas nos principais pólos de desenvolvimento do país, foi rubricado o memorando entre os Governos de Moçambique e China para a Construção do Estádio Nacional. Como resultado já foi iniciada a construção do Estádio Nacional tendo sido executadas as seguintes intervenções: feito o estudo topográfico do terreno e criadas as condições para o fornecimento de energia e água durante o processo de construção. Em paralelo, está em construção o Estádio Municipal de Pemba (campo de futebol, pista de atletismo, balneários, campo polivalente e vedação).

Quanto a criação de Centros Desportivos de Excelência integrando várias modalidades desportivas, em cada uma das regiões do país, o destaque vai para as obras de transformação da academia Mário Coluna num Centro de Excelência Desportiva; remodelação do Complexo Municipal de Lichinga, construção do 1º Estádio Municipal em Vilankulo e para a reabilitação do Estádio Municipal de Chimoio.

No que se refere aos incentivos para criação de indústrias locais de material e equipamento desportivo, é de salientar que foi feita a primeira fase do processo de construção da fábrica de bolas.

No quadro do desporto da alta competição, foi aprovado o Regulamento de definição das modalidades prioritárias.

No âmbito de apoio a preparação e a participação de atletas, selecções e equipas nacionais nas competições nacionais e internacionais foram realizadas as seguintes actividades:

- Prestado o apoio na preparação e participação das selecções nacionais nos Jogos Pan-Africanos de Argélia, na preparação e participação de Moçambique nos VI Jogos da CPLP realizados em Angola, e na preparação de Moçambique para os Jogos Olímpicos de Beijing a ter lugar em 2008.
- Prestado o apoio financeiro à participação de Moçambique na XI edição dos Jogos Pan-Africanos tendo conquistado 1 medalha de ouro nos 800 m femininos
- Prestado o apoio aos campeonatos nacionais nas várias modalidades desportivas, com destaque para o futebol de 11, futebol de salão (futsal), boxe, atletismo, karate (Kimura Shukokai), artes marciais (Tang Soo Do), basquetebol, natação, xadrez e voleibol.
- Apoiadas as 2 equipas que participaram nas Competições da CAF em 2006 (Ferroviário de Maputo e Ferroviário da Beira).

Em termos de resultados nas competições internacionais, Moçambique tomou parte nos campeonatos de Natação onde obteve o 5º e 21º lugares na RSA e Canadá respectivamente; Campeonato Mundial de Pista Coberta, tendo conquistado a medalha de Ouro; no Campeonato Mundial de Hóquei em Patins de Grupo B (Montevideu), no qual o País ocupou o 1º Lugar; no Campeonato Africano de Basquetebol feminino em sub 20 (Maputo), em que o País ocupou o 2º Lugar; no Campeonato Africano de clubes Basquetebol Seniores Femininos (Gabão), em o que Ferroviário de Maputo ocupou o 2º Lugar e ISPU de Maputo o 7º Lugar; nos II Jogos Desportivos da SADC Zona VI (Windhoek), nos quais o País ocupou o 7º Lugar e nos Jogos da Commonwealth (Melbourne), nos quais o País ocupou o 20º Lugar.

V.3. GOVERNAÇÃO

No domínio da Boa Governação, Legalidade e Justiça no período de 2005 a 2007 o País registou progressos assinaláveis na implementação do processo de Descentralização com destaque para a consolidação do funcionamento das autarquias locais e à implementação da Lei dos Órgãos Locais do Estado.

A. REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

As actividades de reforma do sector público abrangem as componentes de descentralização e racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, a profissionalização dos funcionários públicos, a melhoria da gestão financeira e prestação de contas e a prevenção e combate à corrupção. Neste âmbito foram desenvolvidas as seguintes actividades de destaque:

- Divulgada a Lei dos Órgãos Locais do Estado e respectivo regulamento (Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio) através da criação de 11 brigadas técnicas que procederam a capacitação de equipas técnicas em todas as províncias para monitorar a implementação da Lei e respectivo regulamento;
- aprovada a estrutura integrada para os Governos Distritais, o Estatuto Orgânico das Secretarias Provinciais, Distritais, dos Gabinetes do Governador e Administrador e dos Quadros tipo da Secretaria Distrital e dos Serviços Distritais;
- Implantadas Secretarias Provinciais e Distritais e Serviços Distritais efectivos, em todo o País;
- Aprovados Qualificadores das Funções criadas pela Lei dos Órgãos Locais do Estado, nomeadamente:
 - i.* Secretário Permanente Provincial;
 - ii.* Director Provincial e Director Provincial Adjunto; Secretário Permanente Distrital;
 - iii.* Chefe de Gabinete do Administrador Distrital;
 - iv.* Assistente do Administrador Distrital;
 - v.* Chefe de Secretária Comum da Administração;
 - vi.* Chefe de Secretária Comum da Localidade;
 - vii.* Secretário do Administrador Distrital;
 - viii.* Director do serviço distrital;
 - ix.* Revisão da Resolução n.º 5/2005, que aprova o novo qualificador da função de Administrador Distrital;
- Nomeados Secretários Permanentes Provinciais (11), Secretários Permanentes Distritais (128) e de Directores de Serviços Distritais (512) no quadro da implementação dos dispositivos legais aprovados;

No âmbito da potencialização do Distrito como base da planificação e do desenvolvimento económico destacam-se as seguintes acções:

- Institucionalizado o Fundo de Investimento de Iniciativa Local o qual está progressivamente a contribuir para o incremento da produção de alimentos e geração de empregos no campo. Com efeito, o fundo esta a complementar a acção do Governo aos níveis Provincial e Distrital, para o desenvolvimento rural, a partir da mecanização da agricultura, instalação de moageiras, carpintarias, construção de tanques de piscicultura, entre outras actividades de iniciativa local;
- No âmbito da consolidação do processo de governação, importa destacar a Implantação em todo País de Instituições de Participação e Consulta Comunitárias, nos escalões de Distrito, Posto Administrativo e Localidade (Conselhos Consultivos e dos Fóruns Locais) permitindo a participação de todos os segmentos da comunidade local no processo de tomada de decisão e controlo da utilização dos recursos disponíveis localmente.

No quadro da implementação do Decreto n.º 15/2000, que instituiu os mecanismos de articulação entre os Órgãos Locais do Estado e as Autoridades Comunitárias, foram legitimadas e reconhecidas as Autoridades Comunitárias, acompanhado pelo processo de entrega de fardamento, símbolos e insígnias às mesmas. Este processo culminou com a legitimação de 5.010 autoridades comunitárias do 1º escalão e reconhecidas 4.915 Autoridades Comunitárias do 1º escalão, legitimadas 7.128 reconhecidas 4.585 Autoridades Comunitárias do 2º escalão;

Ao nível da formação importa destacar as seguintes acções:

- Realizada Reunião Nacional dos Administradores Distritais em 2005 para capacitação em Governança, Políticas Públicas e harmonização dos métodos de trabalho;
- Realizadas Reuniões dos Municípios, sendo uma em Maputo, Lichinga para os municípios de Capitais Provinciais e, outra na Cidade de Manica para outras Cidades e Vilas com o objectivo de reforçar os mecanismos de coordenação institucional entre o Estado e as Autarquias Locais;
- Realizados Cursos de Capacitação para os 128 Administradores Distritais e 10 Representantes de Estado nas Autarquias locais;
- Concluído curso de licenciatura em Administração Pública na Universidade de Pretória, sendo que, 20 funcionários do sector foram devidamente enquadrados;
- Formados um total de 135 agentes da Administração Pública local, em matéria de gestão;
- Realizado curso de capacitação sobre divisão territorial e toponímia, visando melhorar a organização e gestão territorial;

Foi concluída a preparação da documentação do ajustamento da Divisão Político-Administrativa de Moçambique que faz a revisão das circunscrições das capitais de província e das cidades não integradas em territórios de distrito, nomeadamente, Maxixe, Nacala-Porto e Ilha de Moçambique.

No âmbito da capacitação de eleitos, titulares e funcionários dos municípios desenvolveram-se as seguintes actividades:

- Formados 80 formadores nas áreas de gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão patrimonial e gestão do solo urbano;
- Formados 660 funcionários das autarquias;
- Capacitados 784 eleitos (Presidentes dos Conselhos e Assembleias Municipais e membros) em coordenação com a AWEPA;

- Realizadas Reuniões Nacionais dos Municípios para capacitação dos membros dos órgãos autárquicos;
- No campo da governação e políticas públicas realizaram-se cursos e seminários de capacitação para Governadores Provinciais (11), Secretários Permanentes Provinciais (11) e Administradores Distritais (128).

No âmbito da Legislação para a consolidação do processo de descentralização, destaca-se:

- A revisão ao pacote autárquico, ajustando os aspectos que o processo de descentralização;
- Levantamento e transferência de competências dos órgãos do Estado para as Autarquias o que vai se reflectir na melhoria do funcionamento destas e por essa via na melhoria da qualidade de serviços prestados aos munícipes.

Relativamente a instrumentos legais aprovados, destacam-se:

- Lei n.º 7/97, de 31 de Maio, que estabelece o Regime Jurídico da Tutela Administrativa do Estado sobre as Autarquias Locais;
- Lei n.º 5/2007, de 9 de Fevereiro, estabelece o quadro jurídico-legal para a implantação das Assembleias Provinciais e define a sua composição, orgaização, funcionamento e competências;
- Lei n.º 15/2007, de 27 de Junho, que introduz alterações nos artigos 30º, 36º, 45º, 56º, 60º, 83º, 88º, 92º e 94º da Lei Base das Autarquias Locais, a Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro;
- Lei das Finanças Autárquicas e o Código Tributário Autárquico;
- Lei n.º 17/2007, de 27 de Junho, que introduz alterações nos artigos 9º, 10º, 11º e 12º da Lei nº 8/97, de 31 de Maio, sobre o Estatuto Especial da Cidade de Maputo;
- Lei n.º 18/2007 de 18 de Julho que estabelece o quadro jurídico legal para a realização das eleições dos órgãos das Autarquias Locais;
- Decreto n.º 33/2006 de 11 de Julho, sobre transferência de funções e competências do Estado para as Autarquias Locais;
- Decreto nº 672006 de 12 de Abril que estabelece o Estatuto orgânico do Governo Distrital;
- Decreto n.º 35/2006, aprovado em 25 de Julho, que aprova o Regulamento de criação e funcionamento da Polícia Municipal;

- Resolução n.º 6/2007, de 10 de Dezembro, sobre a criação de funções e ocupações específicas a vigorar nas autarquias;
- Despacho conjunto sobre a Lei n.º 8/97 e a Lei n.º 9/97, ambos de 31 de Maio, sobre as remunerações dos titulares e membros dos órgãos municipais e de povoação;
- Aprovação do Diploma Ministerial conjunto MAE e MF, que fixa o subsídio das Autoridades Comunitárias;
- Diploma Ministerial n.º 80/2004, de 14 de Maio, regula a articulação dos órgãos das autarquias locais com as autoridades comunitárias;

Adicionalmente, foram revistas:

- A Lei n.º 9/97, 31 de Maio, sobre o Estatuto dos Titulares e Membros dos órgãos autárquicos;
- O artigo n.º 1 do Decreto n.º 65/2003, de 31 de Dezembro, sobre a Representação da Administração do Estado nas circunscrições territoriais dos Municípios, sobre a designação da Representação da Administração do Estado nos Municípios das cidades Capitais Provinciais;

Realizado o estudo de condições existentes nas vilas para a criação de novas autarquias e elaborada a proposta da lei de criação de novas autarquias

- Foram construídas e reabilitadas de infra-estruturas para os órgãos locais do Estado sendo: (17) Sofala, (23) Manica; (19) Tete; (16) Maputo, (6) Gaza e (30) em Inhambane.

No âmbito da Profissionalização da Função Pública

Neste domínio, e visando assegurar a melhoria da qualidade de prestação de serviços públicos, o que passa necessariamente pela profissionalização da função pública, através da formação e capacitação dos funcionários e agentes do Estado, bem como das lideranças políticas e técnicas, destaca-se:

Melhoria das Condições de Trabalho e Responsabilização

- Realizado o Recenseamento dos Funcionários e Agentes do Estado, tendo sido cadastrados 162.424 funcionários e agentes do Estado detectados 35.000 agentes do Estado em situação irregular, e regularizados 16.738 funcionários e agentes do Estado;
- Promovidos 42.843 funcionários a nível central e local;
- Tramitados 657 processos, ao abrigo do artigo 113º, do EGFE, sobre a fixação de vencimento, dos quais: 384 foram favoravelmente despachados; 253 foram devolvidos; e 20 foram indeferidos;

- Criados mecanismos mais céleres de atendimento dos funcionários nas consultas especializadas, através de reserva de 5 vagas diárias;
- Realizadas acções de divulgação da Caderneta e do Cartão de Assistência Médica e Medicamentosa a nível Central, Provincial e Distrital;
- Isentados os funcionários de assumir os custos de produção dos Cartões e das Cadernetas de Assistência Médica, para assegurar que os funcionários beneficiem deste direito;
- Actualizados os subsídios: de combustível, manutenção e reparação de viaturas de afectação individual; de campo; tabela de ajudas de custo diárias para as deslocações em serviço dentro do país; e tabela de subsídio de viagens em serviço no exterior;
- Aprovado o Decreto n.º 64/2006, de 7 de Novembro, que define os critérios para a atribuição de subsídio para o pagamento de despesas de telefone celular a favor de funcionários que exercem determinadas funções de direcção, chefia e confiança;
- Instaurados 2415 processos disciplinares, sendo 38 para os níveis de chefia e direcção, dos quais: 813 expulsões e demissões; 380 multas e; 247 despromoções;
- Aprovado o Modelo Conceptual do Sistema de Gestão de Desempenho e os Parâmetros da Política Salarial, que deverá preconizar incentivos para atrair e reter quadros qualificados para se fixarem ao nível local em particular no Distrito, definido como o pólo de desenvolvimento;

Formação e Capacitação de Funcionários

O Funcionário do Estado é e deve ser o principal agente de mudança, sendo o elemento catalizador da reforma do sector público, uma vez que ele é o garante da operacionalização das medidas de melhoria de prestação de serviços aos cidadãos.

Neste contexto, a mudança de atitude e comportamento constituem o elemento nuclear em todo o processo, pelo que grande enfoque está a ser dado a componente formativa e de capacitação. Assim foram:

- Formados 2289 funcionários e agentes do Estado, nos cursos modulares e regulares dos IFAPAs, dos quais 1099 (48%) do sexo masculino e 1190 (52%) do sexo feminino;
- Graduados 46 gestores no curso de Certificado Profissional Superior em Administração Pública (CPSAP), leccionado pelo Instituto Superior de Administração Pública (ISAP);

- Institucionalizados os Fóruns de Gestores de Recursos Humanos a nível nacional, que resultou na capacitação de 1410 gestores de recursos humanos do Estado;
- Capacitados:
 - a. Chefes de Departamento da Função Pública e os Chefes de Repartição de Formação de todas as Secretarias Provinciais;
 - b. Cem (100) servidores públicos (Gestores Séniores, Assessores e Assistentes de Ministros) em Técnicas de Elaboração Legislativa e de Pareceres;
 - c. Cerca de 450 funcionários e agentes do Estado (do Órgão Central e dos Órgãos Locais) em matérias ligadas a Recursos Humanos e Procedimentos Disciplinares;
 - d. 2201 funcionários e agentes do Estado, no âmbito da implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE);
- Formados 46 formadores de Gestão de Documentos e Arquivos do Estado;
- Concluída a construção do dormitório feminino do IFAPA Lichinga, passando o Internato a contar com 150 lugares.

Capacitação das Lideranças da Função Pública

As lideranças da função pública tem um papel crucial a desempenhar na mudança de atitude e de mentalidade que se pretende induzir na função pública. Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Capacitados Ministros, Vice-Ministros e Secretários Permanentes centrais e provinciais em matéria de liderança e desenvolvimento organizacional;
- Realizado um Curso de Curta Duração para Chefes de Postos Administrativos, das Províncias da Zona Norte, em matérias ligadas ao Quadro Legal do Processo de Descentralização;
- Realizado Curso Executivo sobre Desenvolvimento Económico Local, para Administradores e Presidentes dos Conselhos Municipais da Província de Manica;
- Realizados dois (2) Cursos de Liderança e Gestão de Relacionamentos para os Administradores e Secretários Permanentes;

No âmbito do Desenvolvimento Institucional e Simplificação de Processos Administrativos

- Redimensionada a Macro-estrutura do Governo através da redução do número de Comissões interministeriais de 41 para 19;

- Elaborado, o projecto de Lei do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, em cumprimento do postulado pela Constituição da República. Este projecto vem simplificar os procedimentos de recrutamento, nomeação definitiva, aposentação e estimula a afectação de quadros qualificados no Distrito;
- Colocados 435 técnicos médios e superiores nos Distritos, realizadas reuniões de auscultação directa aos funcionários e agentes do Estado em 70 Distritos e, realizados debates radiofónicos e sessões de audiência pública, no âmbito da Governação Aberta;
- Aprovado:
 - a. O Decreto nº 5/2006, de 12 de Abril, que atribui aos Governadores Provinciais e aos Administradores Distritais competências no âmbito da gestão dos recursos humanos do Estado, simplificando, assim, os procedimentos da sua gestão;
 - b. O Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos, através do Decreto nº 55/2007, de 8 de Novembro, dentro dos pressupostos da desconcentração de competências e no âmbito da Lei 8/2003, de 19 de Maio sobre os Órgãos Locais do Estado;
 - c. O Subsistema Electrónico de Informação de Pessoal (e-SIP), através do Decreto n.º 54/2007, de 29 de Novembro;
 - d. A Estratégia para a Gestão de Documentos e Arquivos do Estado;
 - e. O Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE) e respectivos Instrumentos de Operacionalização, nomeadamente: Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade de Documentos para Actividades-Meio e o Classificador de Informação Classificada;
- Divulgadas as grandes realizações do Governo e Normas Administrativas (prazos e procedimentos), através do “Boletim Informativo do Ministério da Função Pública” e da Revista “O Servidor”;
- Publicados dois volumes das Colectâneas de Discursos de Sua Excelência o Presidente da República, nomeadamente: Volume I: “A Nossa Missão: O Combate contra a Pobreza” e Volume II: “A Nossa Missão: Decisão Tomada, Decisão Cumprida”.
- Aprovado o Código de Conduta dos Titulares de Cargos Governativos e Dirigentes Superiores do Estado.

No âmbito da Reforma do Sector Público

- Lançado o Programa da Fase II da RSP 2006-2001, cuja ênfase é colocada na prestação de serviços de qualidade ao cidadão e cujas acções são implementadas a nível Sectorial e Provincial;
- Assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo e os Parceiros do Fundo Comum para a Reforma do Sector Público;

B. JUSTIÇA

Na Administração da Justiça, o acesso à justiça factor importante na garantia dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão, continuou neste período a merecer grande atenção na prestação dos serviços de justiça, especialmente aqueles que pela sua natureza incidem directamente na vida dos cidadãos, tendo continuado a ser objecto de reformas tendentes à simplificação dos procedimentos, melhoria de desempenho e alargamento da rede das instituições de justiça.

As actividades preconizadas no Sector da justiça, centraram-se nas seguintes estratégias:

Acesso à Justiça, Formação e desenvolvimento de Recursos Humanos, Reforma Legal, Infra-estruturas e Equipamento, Controlo da Legalidade, Documentação Jurídica, Modernização e informatização, Comunicação e Desenvolvimento Inter-institucional e Questões transversais: HIV/SIDA e Género.

Acesso à Justiça

Destaca-se a elevação da eficiência na provisão de serviços com enfoque para as seguintes acções:

- Findos de 2005 à 2007 a nível dos Tribunais Judiciais sucessivamente, 93.498, 129.193, 131.877 processos dos quais findaram por julgamento 73.906, 101.383 e 125.594, respectivamente, representando uma melhoria do desempenho do Sector Judicial;
- Reduzido de 53% em 2005 para 39 % em 2006 a percentagem dos detidos a aguardar julgamento, reflectindo um esforço conjugado das instituições da Justiça na melhoria do estado da legalidade;
- Incrementado em 23.877, o número de processos tramitados pelo Ministério Público em 2005, contra 12039 de 2004;
- Institucionalizadas as Delegações Provinciais do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica de Niassa, Cabo-Delgado, Nampula Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo. A Cidade de Maputo é coberta pela sede do IPAJ;
- Cobertas pela actividade do IPAJ, 41 distritos no âmbito da expansão;
- Criadas clínicas jurídicas nas penitenciárias da Cidade e Província de Maputo, para assistência aos reclusos, tendo sido entrevistados 451 e assistidos 293 reclusos;

- Prestada assistência jurídica e judiciária a um total de 21.981 cidadãos, sendo 2.439 consultas, 2.322 processos cíveis, 18.180 processos crime;
- Efectuados 1.626.411 assentos de nascimento em 2007, contra 1.530.109 em 2006 e 521.615 em 2005, constituindo uma média de 1.226.045 assentos;
- Reduzido o período de emissão de certificados de Registo Criminal de 30 para 3 dias, relativamente a data de recepção dos registos na repartição central;
- Criado o mecanismo de articulação entre o justiça formal e informal, mecanismo garantido através da Lei da Organização Judiciária, Lei n.o 24/2007, de 20 de Agosto;
- Estabelecidas parcerias com organizações da sociedade civil na assistência jurídica e patrocínio judiciário, bem como assistência na área dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais;
- Prosseguida a divulgação da Lei da Família em todas as províncias, com particular enfoque nos direitos e deveres dos cônjuges;
- Divulgados dispositivos legais sobre o casamento tradicional e religioso, no âmbito da entrada em vigor do novo Código de Registo Civil;
- Revitalizados 1.646 Tribunais Comunitários, concorrendo para à resolução dos conflitos nas comunidades;
- Reactivadas as actividades produtivas em todos os estabelecimentos prisionais: actividades agrícolas e pecuárias em Mabalane, Hanhane, Matutuíne, Tete, Manica, Ndlavela e Mizeze; parques oficiais na Machava e Penitenciária Industrial de Nampula; piscicultura em Tete, Manica, Zambézia e Niassa. No mesmo âmbito, foram criadas padarias nas Cadeias Central de Maputo, Beira, Dondo, Nhamatanda, Quelimane, Nampula e Niassa;
- Implementado um programa de formação técnico-profissional em áreas gráficas na Cadeia Central de Maputo, tecelagem nas Cadeias Central de Maputo, Centro de Reclusão Femenino de Ndlavela e Penitenciária Industrial de Nampula;
- Entrada em funcionamento das secções comerciais nos Tribunais Judiciais das províncias de Sofala, Nampula e Cidade de Maputo, criadas pelo Decreto n.o 53/2005;
- Desenvolvido um programa de disseminação do material sobre os direitos fundamentais do cidadão e estabelecidas parcerias com outras organizações para desenvolverem programas de informação sobre os direitos das mulheres;

Recursos Humanos e Formação

No período 2005 à 2007 foram formados:

- 77 Magistrados Judiciais e do Ministério Público;
- 24 juízes fiscais;
- 10 Administradores Judiciais;
- 12 Chefes de serviços das Procuradorias Provinciais;
- 82 Magistrados participaram em vários de cursos de capacitação nas áreas de Direito Penal, Direito da Terra, Direito de Consumo e sobre a técnica de mediação e resolução de conflitos;
- 24 conservadores e notários;
- 93 oficiais de justiça;

Reforma Legal

- Aprovada e em vigor a Lei da Organização Judiciária;
- Aprovada a Lei da Orgânica do Ministério Público e respectivo Estatuto dos Magistrados do Ministério Público;
- Aprovado o Código de Processo Civil, que simplifica os procedimentos, dita uma marcha de processo desburocratizada e simplificada, de forma a que procedimentos cautelares respondam ao seu carácter urgente e confira efectividade às mesmas;
- Aprovado o novo Código Comercial orientado para estimular o desenvolvimento e a expansão do Sector empresarial, um dos vectores essenciais no desenvolvimento da economia nacional e na criação de postos de emprego;
- Aprovado o Código de Registo de Entidades Legais de que resultou a simplificação de procedimentos de constituição e registo de entidades legais que passou de 15 dias para 1 dia;
- Elaborado o Projecto-Lei de Liberdade Religiosa e Culto;
- Elaborada a proposta do Estatuto do Corpo da Guarda Prisional;
- Aprovada a Lei de Trabalho;
- Elaborado o Regulamento da Inspeção do Serviço Nacional das Prisões;
- Elaborados os anteprojectos de revisão da Lei n.º 5/92, Lei Orgânica do TA, das Leis n.º 13/97 e n.º 14/97, de 10 de Julho, e da Lei do Conselho Superior da Magistratura Administrativa;

- Iniciado o projecto de lei sobre a execução de Medidas Privativas de Liberdade;
- Concluída a reformulação do projecto da Lei de Defesa do Consumidor;

Infra-estrutura e Equipamento

- Reabilitada as Penitenciárias Agrícolas de Mabalane, Penitenciária de Manica, Penitenciária Industrial de Nampula e Centro Prisional de Matutuíne, numa acção que permitirá a expansão em mais de 1.500 reclusos a capacidade instalada;
- Em construção os palácios de justiça distritais e residências para magistrados em Moma, Cheringoma, Morrumbene e Massinga;
- Construído o edifício do Tribunal Judicial de Moamba;
- Construída a Conservatória do Registo Civil de Manica;

Controlo da Legalidade

- Emitidos e entregues a Assembleia da República os relatórios e pareceres sobre a Conta Geral do Estado, 2004, 2005 e 2006;
- Auditadas, pelo Tribunal Administrativo, 351 instituições públicas em todo o país de um modo geral, e a missões diplomáticas no exterior;

Modernização e informatização

- Concluída a ligação dos serviços por Gov-net em todas as províncias, tendo sido contemplados os serviços de registo criminal e comercial;
- Concluída a ligação do Tribunal Supremo a rede Gov-net;
- Implementado o sistema de registo de Entidades Legais electrónico que contempla igualmente o envio electrónico de estatutos sociais à Imprensa Nacional para efeitos de publicação electrónica no Boletim da República;
- Informatizada a base de dados para a gestão processual, pessoal de entidades, para a área do Visto e Contas.

Combate à Corrupção

- Aprovada a Estratégia Anti-Corrupção e feita a sua divulgação através dos Observatórios de Desenvolvimento Provinciais, Conselhos Consultivos Distritais, comunicação social e outros;
- Aprovado o Plano de Acção Nacional Anti-Corrupção que integra acções dos 5 sectores considerados críticos e indicadores nomeadamente: Justiça, Finanças, Interior, Educação e Cultura.

C. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

No domínio da Ordem e Segurança Públicas, Identificação Civil, Migração e Bombeiros, os principais objectivos prioritários resumem-se na elevação do nível de desempenho das forças policiais, na prevenção e combate à criminalidade, a melhoria da prestação dos serviços de identificação civil, controlo do movimento migratório, prevenção e combate aos incêndios e participação nas operações relacionadas com busca e salvamento em casos de acidentes e calamidades naturais.

No âmbito do reforço e melhoria de qualidade dos Recursos Humanos na PRM, há a destacar:

- Formados e enquadrados 205 licenciados, 140 bacharéis e 3.506 do curso básico da PRM.

No que toca ao melhoramento de infra-estruturas e postos policiais, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Aumento de mais 31 postos policiais;
- Construídos 2 edifícios para os Serviços Provinciais de Identificação Civil (de Inhambane e Manica);
- Construídos 4 edifícios para os Comandos Distritais de Mossuril, Nicoadala, Meluco e Muembe;
- Iniciada construção de 4 edifícios para os Comandos Distritais de Lichinga, Mecanhelas, Mavago, e Posto Policial de Malica;
- Reabilitada parcialmente o Centro de Formação Básica de Matalane, Mandimba, edifício da PIC da Cidade de Maputo, Cadeia Civil de Maputo e Cadeia de Máxima Segurança (Brigada Operativa) em Maputo.

No âmbito da Cobertura de Fronteira Estatal, verificou-se:

- Cobertura da fronteira estatal conheceu um incremento de 1229 km em 2006, para 1655 km em 2007.

No que respeita a Operatividade Policial:

- Conheceu um desenvolvimento não satisfatório ao evoluir de 73% em 2005, para 69% em 2007.

Quanto ao atendimento especial a mulheres e crianças vítimas de violência Doméstica:

- Registou-se um crescimento assinalável de 95 unidades de atendimento especial às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica em 2005, para 194 em 2007, distribuídas por diferentes Comandos e esquadras ao longo de todo o País.

No que respeita ao Policiamento Comunitário:

- No âmbito da ligação polícia/comunidade, menção particular merece o crescimento dos Conselhos de Policiamento Comunitário, que dos 1130 em 2005, subiu para 2217 em 2007.

No que respeita aos Acidentes de Viação:

- A situação melhorou, pois em 2007 registaram-se 4876, contra os 5636 em 2005.

No que se refere aos Roubos com recurso a armas de fogo:

- As estatísticas apontam para uma redução assinalável dos 1149 casos em 2005, para 549 em 2007.

No que se refere as Campanhas de educação Cívica:

- Registou-se um crescimento que se fixou em 3284 pois, passou-se de 3558 em 2005, para 6842 em 2007.

No âmbito do Controlo do Movimento Migratório:

- Registaram-se melhorias, pois dos 149.268 documentos de viagem produzidos e prorrogados em 2005, passou para 240.268 em 2007.

Identificação Civil:

- O número de BI's produzidos aumentou, de 410.786 em 2005, para 534.054 em 2007.

Bombeiros:

- O número passou de 8 para 9 unidades de Bombeiros ao longo de todo o País. Porém, o número de inspecções cresceu de 432 para 1537 entre 2005 e 2007.

D. COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação social desempenha um papel fundamental na dinamização do processo de desenvolvimento sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação do Estado do Direito. Neste âmbito, foram desencadadas as seguintes acções de grande relevo:

- Elaborado o Regulamento das Rádios Comunitárias;
- Elaborado e aprovada a Lei de imprensa;
- Reabilitados e montados os emissores de Televisão de Moçambique nas províncias de Gaza, Inhambane, Nampula, Zambézia, Tete e Quelimane;
- Produzidos materiais educativos e de mobilização social contra o HIV/SIDA para os distritos de Vilanculos, Massinga e Maxixe na província de Inhambane, Xai-Xai em Gaza, Manhiça e Manhiça e Magude na província de Maputo;
- Montada a torre da TVM em Nampula;

- Em curso a expansão da antena Nacional em Chicualacuala, Vilankulo e Chumuara;
- Em curso a instalação de um emissor da Televisão de Moçambique (TVM) de 1kiloWatt na Cidade de Maxixe e aumento da cobertura até 80 Km.

E. RELAÇÕES EXTERNAS

No âmbito das relações externas e de cooperação, o Governo pautou dentre outras acções, pela promoção e defesa dos interesses nacionais no plano internacional; pelo reforço e promoção das relações de amizade solidariedade e cooperação, baseados no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios; pelo incremento de um relacionamento privilegiado com todos os parceiros de desenvolvimento de Moçambique, com vista à operacionalização dos seus planos e programas, para erradicação da pobreza absoluta e pela participação efectiva do País nos fora internacionais de concerto das nações como as ONU, UA, SADC, NEPAD, CPLP e outros.

Assim, foram desenvolvidas as seguintes acções de relevo, no período 2005-2007:

No contexto da cooperação com todos os países na base dos laços históricos e culturais e na afinidade de interesses políticos e sociais Sexa. O PR realizou com destaque:

- Realizadas por Sexa o PR visitas oficiais, de Estado e de trabalho, com destaque aos países da região, a Alemanha, EUA, China, Grã-Bretanha, Portugal. Em contrapartida visitaram Moçambique Chefes de Estados e de Governos da África de Sul, Angola, China, Zimbabwe, Tanzania e Portugal, bem como a visita de Sua Alteza o Aga Khan. Estas visitas serviram para o estreitamento de relações, abertura de novos horizontes e parcerias, resultando na assinatura de vários acordos para a implementação e financiamento do Programa do Governo.
- Assinado o Acordo de Reconversão de Cahora Bassa para Moçambique;

No âmbito do desenvolvimento de alianças com grupos de países que partilhem os mesmos interesses estratégicos de Moçambique, há a destacar as seguintes acções:

- Acreditados 54 novos Embaixadores/Altos Comissários, representando quinze países de África, dezasseis da Europa, 5 das Américas, catorze da Ásia e Oceania, e quatro do Médio Oriente;
- Assinado o protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na Região da SADC;
- Assinados Acordos de Supressão de vistos com todos Países Limítrofes;

No respeitante a intervenção diplomática virada para uma maior integração e participação de Moçambique na economia mundial destaca-se a participação:

- No Fórum Económico Mundial, no Fórum Económico Mundial sobre África, na Cimeira África-Europa, no Conselho de Ministros da ACP, Sessão do Conselho de Ministros Conjunto ACP-EU, na Sessão Substantiva do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), nas negociações da Ronda de Doha, nas Sessões do Conselho para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), entre outros eventos para troca de experiências, pontos de vista com Governos, empresários, instituições académicas e personalidades de renome internacional em relação a questões da agenda de desenvolvimento

No âmbito das acções conducentes à redução ou eliminação da dívida externa, foram desempenhadas as seguintes acções:

- Anúncio de perdão da dívida externa do País em 100% para com os países do G-8;
- Cancelamento em 100% da dívida, pelo Japão;
- Perdoada parcialmente a dívida de Moçambique com a República da China.

No contexto de cooperação com os diversos parceiros, com vista a angariar recursos para implementação do Programa do Governo, há a destacar as seguintes acções:

- Assinado o documento de estratégia do País e programa indicativo nacional para o período 2008-2013, com a Comunidade Europeia;
- Assinado acordo entre o Governo e as Nações Unidas no III quadro, para assistência ao Desenvolvimento;
- Assegurado o apoio directo ao OE e financiamento aos programas de Água, Saneamento, Energia, Agricultura, Educação, Saúde, Estradas, com o apoio de parceiros de cooperação;
- Assinado o Compacto no âmbito do Desafio do Milénio, destinados a financiar programas de desenvolvimento.

No que tocante ao relacionamento privilegiado com os parceiros de desenvolvimento, foram desempenhadas as seguintes acções:

- Mobilizados apoios ao Orçamento do Estado passando de 15 para 19 parceiros envolvidos;
- Participação de Moçambique nas Cimeiras da Commonwealth, da OCI e da francofonia como observador e em 2007;

No âmbito da promoção da estabilidade política da região austral de África, há a destacar as seguintes acções:

- Lançada a Brigada Regional, que integrará a Força Africana, como um dos pilares da nova arquitectura africana de paz e segurança;
- Participação nos processos de observação eleitoral em países membros da SADC.

No que diz respeito a contribuição para erradicação de conflitos em África, foram desenvolvidas as seguintes acções de relevo:

- Envolvimento de Moçambique nos vários fora de discussão para a solução das crises, conflitos e tensões políticas que afectam o continente africano;
- Envolvimento na Reunião Regional de África sobre a Violência Armada e o Desenvolvimento.

No contexto da contribuição nos esforços do Continente para materialização da Comunidade Económica Africana, foram desempenhadas as seguintes acções:

- Participação de Moçambique ao mais alto nível nas Cimeiras da União Africana e nas reuniões do comité de implementação da NEPAD e Fora dos Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo;
- Lançamento Oficial do MARP em Moçambique em Julho de 2006, mecanismo de auto-avaliação dos países africanos nos seus esforços de abertura, democratização e desempenho;
- Concessão de uma linha de crédito pela Índia, para electrificação Rural da Província de Gaza;
- Abertura Oficial do Posto Fronteiriço do Giryondo em Agosto de 2006, como projecto concebido no âmbito da NEPAD, envolvendo Moçambique, África do Sul e Zimbabuè;

No que respeita a contribuição para instauração de uma nova ordem mais justa e equitativa nas relações internacionais, há a destacar as seguintes acções:

- Participação de Moçambique em vários fora internacionais no âmbito de reforma das Nações Unidas, e contínua promoção da agenda nacional no relacionamento institucional com o Sistema das Nações Unidas; como também, do acompanhamento das negociações da Ronda de Doha no contexto da OMC.

No âmbito dos esforços de reafirmação das fronteiras terrestres e delimitação das fronteiras marítimas, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Criadas Comissões de Peritos da fronteira terrestre, fronteira marítima e plataforma continental;
- Iniciados contactos para os processos de delimitação da fronteira marítima com as Repúblicas de Madagáscar e a Islâmica dos Comores.

No tocante a protecção e assistência aos cidadãos moçambicanos no estrangeiro:

- Emitidos documentos de identificação para residentes nos países da região;
- Realizadas visitas consulares nas cadeias;

- Realizados encontros regulares com comunidade moçambicana no exterior sobre o perigo da imigração ilegal.

No âmbito da inserção e participação das Comunidades Moçambicanas, foram desempenhadas as seguintes acções;

- Apoiadas Associações de emigrantes no início do processo de legalização junto as autoridades dos países de acolhimento;
- Criados Programas radiofónicos do emigrante na RM, denominado “Moçambicanos na Diáspora”.

No que toca a promoção e ingresso dos quadros nacionais nas organizações subregionais, regionais e internacionais de que Moçambique faz parte, há a destacar:

- Indicados moçambicanos para postos executivos da SADC, como também, para Comissão Jurídica e Técnica da Autoridade Internacional de Fundos Marinhos, Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Organização Mundial para Meteorologia e para OCI.

F. DEFESA

A defesa da Independência Nacional, da Integridade Territorial, da Soberania e da Constituição da República, constituem os objectivos centrais do sector da defesa.

Para a materialização deste objectivo foram realizadas as seguintes acções em resposta aos objectivos específicos traçados como resposta á política da defesa do presente quinquénio:

No âmbito do serviço militar

- Realizado o recenseamento militar, Provas de Classificação e Selecção e Incorporados novos recrutas para as fileiras das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Nos últimos 2 anos foram recenseados cerca de 430 mil jovens e incorporados cerca de 5 mil recrutas.

No âmbito da elevação da capacidade militar organizacional e operacional das FADM:

- Reaberto o Centro de Instrução Básica Militar de Montepuez e a Academia Militar em Nampula;
- Foi instalada a cabelagem estruturada para a revitalização da Cartografia das FADM, faltando a montagem de alguns acessórios;
- Feita a conversão do Centro de Formação de Sargentos (Boane) em Escola de Formação de Sargentos das FADM de Boane;
- Realizados Estudos e Projectos para Operacionalização das Escolas Práticas dos Ramos e Especialidades;
- Montado o Posto de Observação Costeira na Ilha de Xefina;
- Foi concluído o Projecto de informatização da Gestão do Pessoal do MDN;

- Foi aprovada a Estrutura Orgânica do Batalhão de Paraquedistas com efectivo de 510 homens;
- Foi elaborada e aprovada a Estrutura Orgânica do Batalhão de Artilharia Costeira;

No âmbito do programa de reabilitação de infra-estruturas, aquisição, reparação e/ou manutenção de equipamento diverso:

- Foi concluída a reabilitação física do edifício dos órgãos centrais de comando e serviços;
- Foi concluída a reabilitação do Centro Provincial de Recrutamento e Mobilização de Manica;
- Foram reabilitadas as infra-estruturas do Batalhão de Boane e do Batalhão de Rádio Técnica;
- Foram concluídas as obras de reabilitação no Centro de Instrução Básica Militar de Montepuez;
- Foi concluída a 1.ª fase da reabilitação nos seguintes locais: Escola de Sargentos de Boane, Centro de Instrução Básica Militar da Manhiça e Comando de Exército;
- Reabilitados as infra-estruturas de produção agro-pecuária da Matola e Chokwe;

No âmbito de criação de condições para um maior envolvimento do sector da defesa nacional nos esforços do desenvolvimento económico, social e humano do país.

- Participação em missões humanitárias com destaque para o apoio às populações na travessia do rio Zambeze, Caia-Chimuara e nas acções de desminagem nos distritos de Chókwe e de Matutuíne, nas Províncias de Gaza e Maputo;
- Formadas quatro Companhias Especiais constituídas por especialidades dos Ramos do Exército, Força Aérea e Marinha de guerra de Moçambique para Socorro e Assistência as Populações em caso de calamidades e catástrofes naturais e humanos em Maputo, Beira, Quelimane e Nampula.
- Instalado na Base Aérea de Mavalane em Maputo, o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE).
- Participação na realização de acções de busca, salvamento e reassentamento das vítimas das cheias no Vale do rio Zambeze e na mitigação dos efeitos do ciclone "FÁVIO, onde foram resgatadas 5.803 pessoas e transportadas 13 toneladas de diversos bens da população e mais de 20 toneladas de alimentos do INGC para os afectados;
- Destacar igualmente, a participação no transporte e montagem de tendas nos centros de acomodação, abertura e construção de latrinas, bem como no corte e transporte de lenha, entre outras actividades de apoio às populações vítimas das calamidades;
- Participação em Acções de Desminagem:

- Foram desminados por militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique 1.025.361 m² de superfície;
- Foram destruídas 6.289 minas de diversos tipos ao longo do território nacional;

No concernente à prossecução de actividades relativas a Diplomacia de Defesa e Manutenção de Paz a nível nacional, regional e internacional:

- Reforçada a cooperação internacional na área militar, sobretudo com a China, Estados Unidos da América, Portugal, Reino Unido e com os países membros da SADC e CPLP o que resultou na Formação de um batalhão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique para missões de apoio à paz e na Participação nas actividades conducentes à criação da Brigada regional da SADC no quadro da criação da Força Africana em Estado de Alerta;
- Participação nas actividades concorrentes à criação da Brigada da SADC, no quadro da operacionalização do Conselho de Paz e Segurança da União Africana.
- Entrada em funcionamento da Chancelaria Militar na Etiópia e criação de condições para a instalação da Chancelaria Militar nos Estados Unidos de América;
- Participação na IX Reunião do Comité Ministerial do Órgão da SADC para Questões Políticas, de Defesa e Segurança, e na 9ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas dos países da CPLP.
- Conclusão da formação da Quarta Companhia de Manutenção de Paz e integrada no Batalhão de Manutenção de Paz com sede em Moamba;
- Formação de dois Pelotões de Engenharia de Sapadores integrados no mesmo Batalhão;
- Participação nas Missões de Manutenção de Paz no Sudão, Burundi, República Democrática do Congo, Ilhas Comores através do destacamento de Observadores Militares.
- Participação em actividades do Comité Interministerial para a Prevenção, Combate e Erradicação do Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte (COPRECAL);
- Participação na Missão Eleitoral da SADC para as eleições na República Democrática do Congo, com dois (02) Observadores Militares;
- Foi constituído e desdobrado na Moamba o Batalhão Independente de Infantaria para as operações de Apoio à Paz.

- Foi elaborado e aprovado pelo Conselho Superior Militar o Projecto da Estrutura Orgânica do Batalhão de Paraquedistas. Foi ainda criado o Núcleo do Estado Maior do respectivo Batalhão.
- Formado um pelotão constituído por 32 homens que participou nas cerimónias de lançamento da Brigada da SADC, na Zâmbia;

No âmbito do estabelecimento das bases jurídico-legais que definem os princípios orientadores do funcionamento da defesa, foram realizadas as seguintes acções:

- Foi elaborado e harmonizado com o Ministério da Justiça, o Decreto sobre o enquadramento e destino dos Recursos Humanos e Materiais dos extintos Tribunais Militares, encontrando-se entretanto, na sua fase conclusiva;
- Apreciado, pelo Governo, o Projecto Lei sobre o Serviço Cívico;
- Iniciado o processo de elaboração do Código de Justiça Militar e do Regulamento de Disciplina Militar;
- Aprovada, pelo Governo, a Política do Armamento e Equipamento das Forças de Defesa e Segurança;
- Em curso a elaboração dos Projectos de Conceito Estratégico Militar, Sistema de Forças e respectivo Dispositivo e da Lei de Programação Militar;
- Aprovado o Regulamento das Representações do Ministério da Defesa Nacional junto das Missões Diplomáticas do país.

No âmbito da formação e reciclagem de militares:

- Foram continuadas as actividades de formação de 285 cadetes na Academia Militar Samora Machel. Este número representa a formação dos cadetes admitidos em 2005 e em 2006, bem como a inclusão dos 103 cadetes, admitidos em 2007;
- Continuadas actividades de formação, reciclagem e capacitação de militares nas instituições de formação militar, no exterior e noutras instituições de ensino no país.
- Criadas as condições para o arranque das aulas no Centro de Formação Técnico Profissional em Chingodzi.

No âmbito da actividade de logística de produção

- Prosseguimento das actividades de produção agro-pecuária em Chókwe, Montepuez, Tsangano, e Mocuba, Mopeia, produção pecuária em Chitima/Tete, agrícola em Angónia, Niassa/Unango e avícola em Hanhane/Matola;

Outras realizações

Participação no âmbito do Programa de Emergência decretado após as explosões do paiol de Malhazine, onde cerca de 95% do material e engenhos explosivos

obsoletos, projectado, foi recolhido e destruído, nos paióis, em todo o País. Os restantes 5% correspondem a um acumulado de restos de obuses e cantoneiras sob forma de sucata (que pode ter valor comercial).

G. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA

Nesta área, o Governo continuou a privilegiar a assistência e inserção social dos combatentes da Luta de Libertação Nacional, a valorização e divulgação da história de libertação nacional.

Assim, para a realização dos objectivos definidos foram realizadas as seguintes acções:

História e Património da Luta de Libertação Nacional

- Foram realizadas acções de divulgação da história da luta de libertação nacional através da realização de palestras alusivas as datas comemorativas nas instituições de ensino, unidades militares e paramilitares e sectores laborais acompanhadas por debates televisivos e radiofónicos.
- Procedeu-se a sinalização e demarcação dos locais de importância histórica no âmbito do programa de mapeamento das bases da luta de libertação nacional, tendo-se:
 - Concluída a edificação do monumento de Ntumuíle e continuada a construção do monumento que simbolizará a importância histórica que a base Ngungunhana teve durante o processo da Luta de Libertação Nacional através da Frente de Niassa;
 - Realizados trabalhos de preservação dos monumentos existentes nas bases e locais de importância histórica dos distritos de Chemba, Marromeu, Cheringoma, Caia, Muanza, Búzi, Mandue, Matiguimu, Chivunguevungue, Nhamindimu e Inhamita na província de Sofala; Chicondomoio e Kassuende em Tete; Ngungunhana em Niassa.
 - Sinalizadas as bases Chicondomoio no distrito de Changara, Kassuende no Distrito de Marávia, Nhabuto em Bárue e Machacaile em Macossa, na Província de Manica.
- Realizadas acções de pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional.

Assistência Social e Reabilitação Física e Psico-Social

- Emitidos 29.719 cartões de combatentes da luta de libertação nacional;
- Tramitados 31.011 novos pedidos de fixação de pensões;
- Em curso a construção do Centro Escola de Formação de Antigos Combatentes em Manica;
- Financiados 116 projectos nas áreas de comércio, agricultura, pecuária, pesca, carpintaria e pequena indústria;
- Foram realizadas acções de capacitação sobre princípios básicos de gestão de pequenos negócios e sobre legislação inerente ao Fundo de Inserção Social do Antigo Combatente (FISAC);

- Atribuídas 176 bolsas de estudos para o ensino superior aos filhos de Antigos Combatentes (em 2007);
- Apoiadas 3.231 Combatentes em assistência médica e medicamentosa;
- 1.094 familiares de Combatentes beneficiaram de subsídio de exéquias fúnebres.

H. RELIGIÃO

O Governo continuou a incrementar um relacionamento privilegiado com as diferentes agremiações religiosas, no interesse da consolidação da harmonia na família moçambicana. Neste âmbito foram promovidas as seguintes acções:

- Elaborado o projecto de Lei da Liberdade Religiosa e do Culto;
- Realização de Seminários com vista a orientação de valores éticos, morais e estéticos;
- Criação de mecanismos através da sensibilização de jovens, na promoção de valores de tolerância, solidariedade e amor a Pátria.

V.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS

A. GÉNERO

Durante o triénio 2005-2007, os esforços do Governo foram orientados para a promoção da igualdade de direitos e de oportunidades entre o homem e a mulher, a elevação do estatuto da mulher, tendo sido enfatizada a integração das questões de Género nos planos sectoriais e territoriais e nas intervenções de desenvolvimento e de luta contra a pobreza.

Avaliação global

A abordagem das questões do Género registou um progresso significativo ao nível das políticas públicas, testemunhado pela elevação progressiva da participação da mulher nos órgãos de tomada de decisão e da rapariga nos diversos níveis educacionais, incluindo de formação de professores; a elevação do acesso da mulher aos serviços primários de saúde através da expansão do número de maternidades e das casas de mãe bem como a integração do homem nos programas de saúde.

A aprovação da Política Nacional do Género e respectiva Estratégia de implementação, a institucionalização das Unidades do Género ao nível dos ministérios chaves, bem como a criação dos Conselhos Provinciais de Avanço da Mulher marcam as grandes realizações dos primeiros 3 anos de Governação.

Por outro lado, a criação e expansão dos gabinetes de atendimento à mulher vítima da violência doméstica junto às esquadras da PRM e a submissão à Assembleia da República para a aprovação da proposta de Lei contra a Violência Doméstica constituem um momento marcante rumo à erradicação da violência doméstica, base para a criação de paz e harmonia dentro de cada família moçambicana.

Desafios

A criação de unidades de género nos sectores económicos, como agricultura, deverá reflectir-se na maior participação e benefícios económicos para as mulheres, sobretudo no acesso ao emprego agrícola rural, na exploração de terras agrícolas em áreas irrigáveis; no aumento do acesso das mulheres ao crédito concedido pelas instituições financeiras e de micro-finanças rurais, e no aumento do acesso das mulheres aos serviços de extensão rural.

No âmbito do combate à violência doméstica, os esforços deverão incidir na análise do desfecho dos processos remetidos pelos gabinetes de atendimento das vítimas aos tribunais.

Durante o período em referência, o Governo realizou as seguintes acções conforme as áreas estratégicas que se seguem:

Mulher, Pobreza e Emprego

- Implementados 1.054 projectos de geração de rendimentos ao nível do país beneficiando 11.865 pessoas, das quais 7.192 são mulheres.
- Sensibilizadas 450 pessoas, dentre as quais 90% mulheres, para o uso de fogões melhorados, dado que estes são mais eficientes e poupam carvão e lenha contribuindo, assim, para reduzir a pressão exercida sobre a energia da bio-massa.
- Distribuído material de costura e moageiras a 5 associações de mulheres, beneficiando cerca de 66 associados, sendo 45 na Província de Niassa e 21 em Cabo Delgado;
- Realizadas, nas províncias de Manica e Zambézia, acções de sensibilização e mobilização de mulheres para aderirem ao associativismo feminino que permita uma melhor organização para o desenvolvimento de micro-projectos de geração de rendimentos.
- Na área do Trabalho foram formados 139 candidatos, dos quais 95 mulheres, em Turismo e Hotelaria nas províncias de Gaza e Inhambane
- Capacitadas 30 mulheres em matéria de Gestão de Projectos e Marketing, na Cidade de Lichinga, Província de Niassa;
- Formadas 390 Mulheres em matérias de corte e costura, bordados, dactilografia, informática, pintura e tecelagem, na Província de Inhambane.

Educação e Formação da Mulher e da Rapariga

- Assegurada a frequência de 566.030 pessoas no primeiro e segundo anos de cursos de alfabetização, das quais 339.473 são mulheres;
- Fixada uma quota de admissão de 50% de mulheres nos centros de formação de professores e Magistérios Primários, tendo sido alcançados cerca de 54%.

Na área de Educação atingindo 599.114 alfabetizando inscritos na educação e alfabetização de adultos, (1º e 2º anos), dos quais 345.941 (58%) são mulheres.

- Alcançada a taxa líquida de escolarização das raparigas de 90.9% no Ensino Primário (EP1+EP2), contra o global de 94.1%.
- Alcançada a taxa de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe de 70.0% em 2007
- Sensibilizados os Conselhos de Escolas e finalistas da 7ª e 10ª classes, nos centros internatos, sobre a necessidade de candidaturas das meninas para os cursos de formação de professores.
- Sensibilizados os Conselhos de Escolas, Líderes Comunitários e pessoas influentes nas comunidades para maior acesso e retenção das raparigas na escola nos 51 Distritos que apresentavam a percentagem da presença da rapariga no ensino básico inferior a 45%;
- Capacitadas 29 associações de mulheres, em matéria de Gestão de Projectos, Direitos da Mulher, Lei da Família, Género e HIV/SIDA, sendo 3 na Província de Niassa, 16 em Cabo Delgado e 10 na Província de Maputo.

Mulher, Saúde e HIV/SIDA

- Produzidos 500 cartazes sobre a Lei da Família, Violência Doméstica e HIV-SIDA para todas as Direcções Provinciais;
- Produzidos os materiais didácticos sobre género e saúde destinados aos trabalhadores de saúde ao nível de prestação de serviços;
- Reiniciado o programa prático de inclusão da abordagem de género nos cuidados de saúde primários nos distritos de Mocuba e Morrumbala;
- Elaborada na área da Saúde a Estratégia Sectorial de Inclusão da Igualdade de Género, com atenção nas áreas de gestão dos serviços e provisão de cuidados sanitários, destacando a necessidade de integração do homem como cliente dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e assistência integral às vítimas de violência,
- Preparados esboços de protocolos de atendimento das vítimas de violência de género e da pesquisa operacional com vista ao envolvimento do homem como cliente nos serviços de saúde sexual e reprodutiva
- Elaborado o Plano de Acção de médio prazo para a área da Saúde, priorizando a socialização, formação e estudos das implicações de questões de género nos distritos.

Direitos da Mulher e Violência

- Revistos os instrumentos legais que discriminavam a mulher, dos quais: i) Código Comercial, ii) Código de Registo e Notariado.
- Divulgados os instrumentos nacionais, regionais e internacionais relativos ao género e direitos humanos da mulher, nas Províncias de Niassa, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza, beneficiando 175 pessoas, sendo 120 mulheres e 55 homens, na razão de 35 pessoas em cada Província.

- Criadas em todo o país 149 secções de atendimento às vítimas de violência doméstica, maioritariamente crianças e mulheres vítimas de tráfico e de violência doméstica
- Capacitados 120 agentes da PRM em Tete, Manica, Sofala e Zambézia em matérias de atendimento das vítimas de violência domésticas;
- Capacitadas 150 mulheres das organizações femininas dos distritos da região Centro do país em matéria de Género e Violência;
- Realizadas 35 palestras sobre a violência doméstica e papel da mulher nas várias áreas política, económica e social. As palestras tiveram lugar na Província e Cidade de Maputo abrangendo um total de 1958 pessoas de ambos sexos.

Mulher nos Órgãos de Tomada de Decisão

- Lançada a Rede de Mulheres Ministras e Parlamentares, visando realizar actividades de lobby e advocacia que promovem os Direitos das Mulheres.
- Em implementação um dos compromissos assumidos pelo Governo, na Declaração de Género da SADC de 1997, no sentido de alcançar até 2005 a meta de 30% de mulheres nas estruturas políticas de tomada de decisão, cujo destaque é:
 - Existência de 6 mulheres que fazem parte da Comissão Permanente da Assembleia da República, sendo uma Vice-Presidente da Assembleia da República, correspondendo a 30% dos 15 membros do referido órgão. A representatividade das mulheres ao nível do Parlamento é de 37,2%.
 - Ao nível do Governo, a pasta de Primeiro Ministro é ocupada por uma mulher
 - Existência de sete ministras, 25,9%, 6 Vice-Ministras que representam 30%, 2 Governadoras Provinciais representando 18,1%, 6 Secretárias Permanentes Ministeriais representando 31,5%, 4 Secretárias Provinciais representando 36,3%, 26 Administradoras Distritais representando 20,3%, 45 Magistradas representando 26,6% e 16 Juízas representando 21%.

Mulher, Ambiente e Agricultura

- Elaborada a Estratégia de Género do sector Agrário e o respectivo Plano de Acção;
- Capacitados 1.000 camponeses organizados em associações, dos quais 85% são mulheres, em técnicas de enxertia de fruteiras.
- Assistidas 252.387 mulheres camponesas, por um efectivo de 629 extensionistas da rede de extensão pública incluindo outsourcing, contra a maioria de 401.604 homens.

Mecanismos Institucionais para o Avanço da Mulher

- Elaborada a Política de Género e Estratégia da sua Implementação (PGEI), visando a promoção da igualdade de género, o respeito pelos direitos

humanos e o fortalecimento da participação da mulher no desenvolvimento do País;

- Criadas as Unidades de Género em 13 Ministérios, designadamente, Mulher e da Acção Social, Juventude e Desportos, Ciência e Tecnologia, Pescas, Negócios Estrangeiros e Cooperação, Saúde, Recursos Minerais, Energia, Defesa, Agricultura, Educação e Cultura, Trabalho e Interior;
- Divulgada a Política de Género e Estratégia da sua Implementação e outros instrumentos legais existentes que promovem os Direitos da Mulher, beneficiando os membros dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher, sociedade civil e confissões religiosas, nas Províncias de Niassa, Sofala, Zambézia, Inhambane e Gaza, tendo sido envolvidas 50 pessoas em cada uma das províncias anteriormente referenciadas;
- Consolidado o funcionamento dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher, em todas as províncias;
- Criados Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher nos Distritos de Angoche, Erati e Murrupula, na Província de Nampula, e nos Distritos de Changara e Chiuta, na Província de Tete;
- Realizado na área da Justiça o estudo sobre o equilíbrio do género nas instituições da justiça; e iniciado o estudo visando a promoção da mulher no acesso à instituições da justiça.

B. HIV/SIDA

A resposta contra o HIV e SIDA em Moçambique segue uma abordagem multisectorial que olha para a epidemia nas suas dimensões social, epidemiológica, ou seja, de saúde pública, económica e política. A coordenação é realizada pelo Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS), um órgão sob a liderança do Governo e integrando representantes da Sociedade Civil e individualidades nacionais provenientes de sectores credíveis da sociedade moçambicana.

Desde o ano de 2005, a resposta contra o SIDA é orientada através do Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV e SIDA (PEN II 2005-2009), o qual define as linhas gerais de intervenção em 7 áreas principais, designadamente: Prevenção, Advocacia, Estigma e Discriminação, Tratamento, Mitigação do impacto, Pesquisa operacional e Coordenação da Resposta Nacional.

Numa acção de marco referencial ao nível da advocacia na luta contra o HIV e SIDA em Moçambique, o Chefe de Estado, Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, realizou em Fevereiro de 2006, a Iniciativa Presidencial de Combate ao HIV/SIDA que constituiu uma ocasião ímpar para troca de impressões directa com representantes de diferentes organizações femininas, jovens e estudantes, empresários, líderes religiosos e comunitários de todas as províncias do País bem como quadros e membros do Conselho Directivo do CNCS, tendo deixado recomendações claras sobre a necessidade de moçambicanizar os esforços nacionais para fazer face a pandemia do SIDA.

Assim, durante o triénio 2005-2007, foi reforçada a implementação da Estratégia Nacional de Combate ao HIV/SIDA, tendo a pandemia sido encarada como uma Urgência Nacional necessitando de uma resposta nacional concertada, com forte aposta na prevenção, tratamento e mitigação dos seus impactos sobretudo junto das famílias, comunidades e local de trabalho.

Avaliação global

A melhoria da abordagem da prevenção, com recurso à moçambicanização das mensagens aprofundada com o lançamento da Iniciativa Presidencial replicada pelos governos locais, tem contribuído para a elevação da consciência nacional sobre o impacto do HIV/SIDA, tendo resultado na redução ligeira em 0.2% da taxa de seroprevalência nacional, facto que marca o início da reversão da tendência de agravamento da pandemia no país entre 1998 a 2004.

Foram registados avanços significativos no acesso ao tratamento antiretroviral e prevenção da transmissão vertical os quais foram expandidos para todo o país, abrangendo todas as sedes distritais, alargando deste modo as perspectivas de vida dos doentes de SIDA bem como a redução da infecção de mãe para bebé.

Foi ainda elevada a assistência nutricional através de programas directos de apoio nutricional aos doentes bem como a expansão para 80 distritos dos programas da assistência agrária para o aumento dos rendimentos das famílias afectadas pelo HIV/SIDA.

Desafios

O aumento da cobertura do tratamento antiretroviral para crianças infectadas (tratamento pediátrico), deverá ser reforçado de modo a complementar os resultados até então alcançados com o PTV, atingir-se as metas fixadas para 2009.

A redução das desistências ao tratamento antiretroviral por falta de alimentos deverá ser revertida, através do aumento acentuado da cobertura da assistência alimentar, incluindo domiciliar, às pessoas cujas famílias estão incapacitadas para produzir a sua própria comida.

Durante o período em referência o Governo prosseguiu os seguintes objectivos e acções estratégicas:

Redução do número de novas infecções do nível actual de 500 por dia, para 350 em 5 anos e 150 em 10 anos

- A V Ronda de Vigilância Epidemiológica do HIV/SIDA, realizada em 2007 apurou uma redução da prevalência nacional para 16%, contra os 16.2% observados em 2004, o que mostra que a situação ainda continua preocupante.

Em termos regionais houve uma inversão da prevalência entre as regiões centro e sul, passando a região a ser a mais infectada, com uma seroprevalência de 21%, seguindo-se a Zona Centro (região mais infectada em 2004), com 18%. A Região Norte mantém os mesmos níveis de prevalência observados em 2004, à volta de 9%.

Para a prevenção da transmissão do vírus do HIV foram realizadas as seguintes acções:

- Alcançada a distribuição de 55.404.388 preservativos em todo o país, contra 25.500,000 preservativos distribuídos em 2005;
- Aumentado para 411, o número de cantos de aconselhamento, cobrindo 68 distritos prioritários abertos pela Geração BIZ cobrindo 676,017 adolescentes e Jovens dentro e fora da escola;
- Aumentado para 183 o número de SAAJ's oferecendo serviços aos adolescentes e jovens em saúde sexual e reprodutiva cobrindo 66,6% do território nacional, contra 136 existentes em 2005;
- Aumentado para 155 o número de Unidades de Aconselhamento e Testagem Voluntária;
- Abertos 42 gabinetes de Atendimento e Testagem em Saúde (ATS) integrados nos SAAJ's nas províncias de Manica (7), Maputo Província (7), Cabo Delgado(6), Tete, Inhambane e Maputo Cidade (5 em cada província), Gaza(4), Niassa (1) , Sofala (1) e Zambézia (1);
- Expandido a implementação do programa nacional de prevenção "Geração Biz" para Sofala, e seu lançamento em Nampula e Manica abrangendo 343 escolas em 64 distritos, nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo Cidade;
- Assistidas 135.000 crianças órfãs e vulneráveis do EP1 em 4 distritos através do Programa Apoio Directo às Escolas;
- Produzidos e difundidos pelas rádios e jornais locais, programas em línguas locais que abordam temas relacionados com o HIV e SIDA, tendo como referência às questões sócio culturais de cada região, no âmbito da moçambicanização das mensagens.

Transformar o combate ao HIV/SIDA numa urgência nacional.

- Lançada a Iniciativa Presidencial no combate ao HIV e SIDA por Sua Excelência o Presidente da República e sua réplica a nível provincial pelos Governadores e a nível distrital pelos Administradores;
- Mobilizados cerca de 14.000 líderes comunitários, 285 líderes políticos, 125 lideranças e personalidades influentes ao nível provincial, 500 líderes religiosos, 80 líderes do sector privado;
- Treinados os médicos tradicionais sobre aspectos ligados à prevenção e biossegurança no contexto de HIV/SIDA;
- Distribuído aos administradores distritais, o kit da Estratégia de Comunicação e constituídos os núcleos provinciais responsáveis pela operacionalização da estratégia ao nível provincial, sendo compostos por jornalistas, jovens, mulheres;
- Produzidos e divulgados pelos jornais e canais televisivos programas relativos ao HIV e SIDA.

Reduzir o Estigma e a Discriminação ligados ao HIV/SIDA.

- Reforçada a divulgação da Lei 5/2002 e respectivo regulamento nos locais de trabalho;
- Realizados 12 encontros regionais entre as várias redes de organizações de PVHS que tinham como principal enfoque a troca de experiências;
- Divulgadas, durante a realização de torneios infantis, mensagens visando a protecção das crianças no âmbito da divulgação da Lei 6/99.

Prolongar e melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas pelo HIV e dos doentes de SIDA

- Alcançada a cobertura de 86.000 doentes atendidos em Tratamento Antiretroviral (TARV) abrangendo todo o país, contra 19.095 doentes assistidos em 2005;
- Elevado para 6.320 o número de crianças assistidas em TARV contra as 1.668 crianças assistidas em 2005, conforme Quadro abaixo;

Quadro. Indicadores do TARV, 2005-2007

Indicador	2005	2006	2007	Meta 2009
Nº sítios do TARV	40	150	210	---
Total doentes em tratamento	19.095	44.100	86.000	132.000
Crianças menores de 15 anos	1.668	3.416	6.320	---

Fonte: DNAM-MISAU

- Elevado para 350 o número de Unidades Sanitárias (US) oferecendo Prevenção da Transmissão Vertical (PTV), contra as 82 US existentes em 2005;
- Elevada a cobertura da Prevenção da Transmissão Vertical (PTV) beneficiando a 44.795 mulheres grávidas contra 7.690 mulheres em 2005, tendo sido aumentado para 3.647 mulheres grávidas a beneficiar do TARV, contra apenas 554 mulheres em 2005;
- Elevada a cobertura da profilaxia ARV para 26.708 recém-nascidos contra 5.439 em 2005.

Quadro. Indicadores do PTV, 2005-2007

Indicador	2005	2006	2007	Meta 2009
US com PTV	82	222	350	307
Mulheres HIV+	14.193	28.516	43968	-
Mulheres HIV+ que receberam profilaxia ARV	7.690	12.150		-
Mulheres que iniciaram TARV	554	950	3647	-
Crianças expostas que receberam profilaxia ARV	5.439	12.042	26708	-

Fonte: DNAM-MISAU

- Assistidas em apoio nutricional 113,000 pessoas infectadas e afectadas pelo HIV/SIDA,
- Realizadas 1.180 sessões de educação nutricional e aprovados 295 subprojectos beneficiando directamente 24 mil pessoas;
- Assistidos em todo o país 52.000 beneficiários dos cuidados domiciliários;
- Apoio ao tratamento dos doentes de SIDA nos sectores do Ambiente, Defesa, Indústria e Comércio, Turismo, Transportes e Comunicações, Pescas.

Reduzir as consequências do HIV/SIDA a nível dos indivíduos, das famílias, comunidades, empresas e ainda os impactos globais.

- Reforçada, em 80 distritos, a capacidade de geração de rendimentos, de segurança alimentar, através de sistemas de produção agro-pecuários com culturas de alto valor nutritivo para as PVHS, órfãos vulneráveis, famílias e comunidades afectadas, contra 46 distritos cobertos em 2005;
- Apoiadas 4.000 famílias envolvidas em cerca de 100 projectos com esquemas de geração de rendimentos, suportando especificamente Pessoas Vivendo com HIV/SIDA (PVHS) e Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs);
- 87.347 crianças órfãs e vulneráveis, em todo o País, beneficiaram de apoio por parte de 244 organizações comunitárias e religiosas e 7.300 famílias substitutas e biológicas, em 3 serviços básicos de saúde, educação e apoio nutricional, incluindo fornecimento de kits de material escolar a cada uma dessas crianças, bem como a promoção de actividades desportivas e recreativas e apoio habitacional;
- Apoiados 12.000 seropositivos nas iniciativas de suporte, designadamente, o fortalecimento das suas capacidades para a integração social, formação vocacional em auto-emprego e apoio habitacional;
- Apoiadas 8.000 famílias em cerca de 200 projectos com esquemas de geração de rendimentos, suportando especificamente PVHS e COV's;
- Prestados cuidados e apoios domiciliários aos infectados e afectados pelo HIV/SIDA por 1.200 voluntários em todo o país.

Aumentar o grau de conhecimento científico sobre o HIV/SIDA, suas consequências e as melhores práticas no seu combate.

- Realizada a V Ronda de Vigilância Epidemiológica do HIV/SIDA-2007, que constatou uma ligeira redução (0.2%) da taxa de seroprevalência nacional para 16.0% contra os 16.2% observados em 2004;
- Realizada a pesquisa de impacto do HIV/SIDA no sector público;
- Realizada a pesquisa de aderência ao tratamento anti-retroviral «HAART» em Moçambique e factores associados;
- Realizado o levantamento sobre as políticas e programas no local de trabalho.

Reforço da capacidade de planificação e coordenação e descentralização dos mecanismos de tomada de decisão e gestão de recursos.

- Apoiados todos os Ministérios, incluindo empresas públicas e instituições subordinadas e tuteladas na preparação e implementação dos seus

respectivos planos sectoriais, operacionalizando assim o Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA 2005-2009 (PEN II);

- Capacitados todos os NPCS e da CAP (Comissão de Avaliação Provincial) em questões de monitoria e avaliação, análise e enquadramento dos subprojectos tendo em conta a realidade local, prioridade e cobertura geográfica;
- Capacitadas 346 organizações da sociedade civil, em matéria de planificação e monitoria de actividades, incluindo procedimentos gerais de gestão de fundos e procurement, em todo o país, com o apoio dos Núcleos Provinciais de Combate ao HIV-SIDA (NPCS);
- Capacitados 78 representantes do sector público (36), sector privado e instituições do ensino superior (23) e organizações da Sociedade Civil (19) sobre os conceitos e mecanismos operacionais de Monitoria e avaliação;
- Formados 159 gestores financeiros, dos quais 118 credenciados para acompanhar a elaboração e orçamentação de projectos, bem como para fornecer uma assistência técnica às organizações baseadas na comunidade (níveis abaixo dos postos administrativos), o que contribui para (i) a melhoria da qualidade dos orçamentos apresentados aos NPCS, e por consequência, no (ii) maior número de aprovações e (iii) na melhoria do processo de justificação de contas;
- Financiados 2.580 projectos em todo o país na sua maioria nas províncias e pertencentes à Sociedade Civil e Sector privado.

C. AMBIENTE

Na área do Ambiente, no período em balanço, privilegiou-se a coordenação intersectorial, a gestão e educação ambiental, a avaliação do impacto ambiental, a fiscalização ambiental, o planeamento territorial, a implementação das convenções internacionais e a legislação ambiental, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do país. Estas intervenções têm em vista garantir a preservação ambiental e uma adequada utilização dos recursos naturais.

Coordenação Intersectorial

No domínio da coordenação intersectorial as principais acções concentraram-se no tratamento da componente ambiental aos vários níveis de actuação, tanto no relacionamento com outros sectores de governação, da sociedade civil e do sector privado.

Neste contexto, foram levadas a cabo as seguintes acções:

- Aprovada a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (EADS);
- Em curso a consolidação das Unidades ambientais existentes nos ministérios, através da capacitação destas em matérias ambientais a nível central e a criação de fóruns idênticos a nível das províncias;
- Em curso a integração da agenda ambiental nos planos e programas a nível central e provincial;

- Foi iniciado o trabalho de diagnóstico do funcionamento das 5 unidades ambientais no país, bem como as oportunidades para a criação de mais unidades.

Gestão Ambiental

Um dos objectivos do governo para o quinquénio é contribuir para a prevenção da degradação ambiental, mitigação dos efeitos da acção do homem sobre a utilização dos recursos naturais. Com efeito, no período em análise foram levadas a efeito as seguintes acções:

- Implementadas as convenções internacionais sobre a seca e desertificação, mudanças climáticas e da biodiversidade;
- Aprovado o Plano de Acção de Combate à Erosão de Solos e Queimadas Descontroladas;
- Foi finalizado o Projecto de Gestão da Biodiversidade Marinha e Costeira, com destaque para a inauguração do Centro de Pesquisa do Ambiente Marinho e Costeiro e implementação de microprojectos comunitários;
- Elaborada a estratégia nacional de gestão comunitária integrada dos recursos naturais;
- Em curso a sistematização de dados sobre a gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Elaborados manuais sobre espaços verdes e resíduos sólidos urbanos;
- Revitalizados 11 núcleos de combate a erosão e queimadas nas províncias de Maputo (5), Gaza (3), e Sofala (3);
- Demarcados mais de 400 talhões para reassentamento da população atingida pela erosão, construída uma fonte de abastecimento de água e colocados mais de 20 unidades de gabiões, no âmbito do projecto de combate a erosão na vila de Changara em Tete;
- Executados micro projectos comunitários de demonstração de boas práticas de gestão do ambiente urbano e costeiro, através de capacitação de técnicos e dirigentes dos municípios, em Palma, Mocímboa da Praia, Mossuril, Nacala Porto, Ilha de Moçambique, Nacala-Velha;
- Operacionalizados os Planos Municipais de gestão de resíduos sólidos em Quelimane, Mocuba, Ilha de Moçambique, Pemba e Montepuez através da alocação de 1 tractor em Mocuba, 1 tractor e 1 camião em Montepuez e Ilha de Moçambique. Paralelamente, foi identificada uma área para a construção de uma lixeira em Pemba, reabilitado o viveiro municipal em Montepuez, e capacitados 3 técnicos em cada um dos municípios citados;
- Elaborados perfis e planos de acção ambientais das zonas costeiras de Sofala e Zambézia e elaborados planos de gestão dos distritos costeiros de Sofala;
- Elaborados perfis ambientais dos distritos de Changara, Cahora-Bassa e Moatize, em Tete;

- Elaborados manuais para prevenção e controle da erosão dos solos e queimadas descontroladas;
- Elaborada a proposta de directiva técnica para a implementação e operacionalização de aterros sanitários no país;
- Deu-se continuidade à execução do projecto de combate a erosão em Changara, tendo sido plantadas 1.600 árvores (pinheiros, eucaliptos, alga ribeira e casuarinas).

Avaliação do Impacto Ambiental

No domínio da avaliação ambiental, a prioridade do governo para o quinquénio (2005-2009) é prevenir efeitos nocivos ao ambiente provenientes das actividades de projectos de desenvolvimento. Tendo em vista a realização das prioridades definidas foram realizadas as seguintes acções:

- Realizada a pré-avaliação de cerca de 1.000 projectos em todo o país e revistos 100 relatórios de estudo de impacto ambiental;
- Foi concluída a avaliação ambiental da estratégia do PROAGRI II;
- Foi operacionalizado o aterro industrial de Mavoco;
- Foram realizadas várias auditorias ambientais ao nível do país, sendo de destacar as realizadas nos seguintes pontos: MOZAL, Coca-cola de Chimoio, Companhia Industrial da Matola, IATA, Aterro de Mavoco, Robbialac, Sasol, Aquacultura de Nhangau, cimentos de Dondo, Açucareira de Mafambisse e Açucareira de Maragra;
- Foram removidas 322 toneladas de pesticidas obsoletos em todo o país, estando em curso a preparação da III fase que compreende a destruição e exportação;
- Foi concluída a avaliação ambiental estratégica de Govuro.

Planeamento e Ordenamento Territorial

No seu programa, o Governo prioriza o pleno aproveitamento dos recursos naturais e humanos no país, através da compatibilização das políticas sectoriais e da coordenação das acções de planeamento assegurando o ordenamento territorial sustentável. Neste contexto, no período em análise foram realizadas as seguintes acções que concorrem para a materialização do objectivo supracitado:

- Elaborados planos de ordenamento territorial nas cidades de Nacala-porto, Mandlakaze, Manhiça e Ponta Dóuro;
- Elaborados os planos de estrutura das vilas de Metangula, Muembe, Mandimba e Cidade de Mocuba;
- Capacitados 555 técnicos nos domínios de gestão de solos, ordenamento territorial, prevenção e redução da vulnerabilidade das cheias e na gestão de recursos naturais no contexto da planificação distrital. Dos capacitados destacam-se administradores, secretários permanentes, presidentes municipais, chefes de postos administrativos, técnicos sectoriais e membros das comunidades;

- Realizado o plano de reassentamento da população no âmbito do projecto de construção da ponte sobre o Rio Zambeze;
- Elaborados os planos distritais de Namacurra, Nicoadala, Chinde, Gilé (Zambézia); Chifunde, Macanga, Mutarara e Changara (Tete); Manica, Macossa (Manica) e Maringue, Machanga, Muanza e Chemba (Sofala) e Mecuburi (Nampula);
- Concluída a elaboração da estratégia de intervenção nos assentamentos informais e iniciado o zoneamento ambiental do distrito de Nhamatanda;
- Elaborado o Plano da Ponta de Ouro;
- Finalizados e entregues os Planos de Estrutura das cidades de Chókwè e Nacala Porto;
- Realizada a recolha de dados físico-sócio económico e cartográficos para a criação de uma base de dados territorial sistematizada e informatizada nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Manica e Inhambane;
- Concluída a revisão do currículo do curso médio de planeamento físico e ambiente;
- No âmbito da emergência, em 2007, foram identificadas áreas seguras para o reassentamento de 52.501 famílias em todo país.

Promoção Ambiental

No âmbito da promoção ambiental as acções do Governo ao longo do período em análise concentraram-se no seguinte:

- Realizadas campanhas de educação e sensibilização ambiental em todas as províncias, com recurso aos medias, meios radiofónicos, boletins informativos, palestras, teatros e danças promovidos pelos clubes e núcleos de ambiente, com destaque para a produção e distribuição da revista MoçaAmbiente;
- Capacitadas as associações e núcleos ambientais em actividades de geração de rendimento nas províncias de Nampula, Manica, Sofala e Inhambane;
- Divulgadas medidas de prevenção do HIV/SIDA;
- Foram criados 64 núcleos de ambiente e revitalizados 4 clubes de ambiente.

Convenções Internacionais e Legislação Ambiental

No âmbito das convenções, o destaque nas acções desenvolvidas vai para o seguinte:

- Convenção sobre Mudanças Climáticas: Em curso a elaboração do Programa de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas;
- Convenção de Viena e Protocolo de Montreal: Capacitados em Maputo, um total de 20 técnicos de refrigeração e climatização sobre substâncias que destroem a camada de ozono, e desenvolvidas acções de divulgação da convenção nas províncias;

- Convenção de Estocolmo: Foram capacitados 25 técnicos sobre a preparação do Plano Nacional de Implementação da Convenção, e desenvolvidas acções de divulgação da convenção nas províncias.
- Foi lançada a base de dados (www.legisambiente.gov.mz).

No âmbito da Legislação destacam-se as seguintes acções realizadas

- Foi concluída a elaboração do regulamento sobre inspecção ambiental, gestão dos resíduos sólidos, prevenção da poluição marinha e costeira, normas para a implementação do regulamento de avaliação do impacto ambiental e a política e lei do ordenamento territorial;
- Elaborado o regulamento da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial; e
- Aprovado o regulamento sobre a gestão do ambiente marinho e costeiro.

Em Termos Gerais, o grau de cumprimento do Balanço do Programa Quinquenal do Governo do Meio Termo 2005-2007, é positivo, a avaliar pela clara integração da componente ambiental em outros sectores, assim como o crescente número de projectos submetidos à avaliação do impacto ambiental, constituindo um indicador de crescimento do comprometimento dos agentes económicos em matéria de sustentabilidade ambiental. Assim, no período em análise foram submetidos cerca de 1.000 projectos para a avaliação.

Destaque, vai ainda para o crescente número de intervenientes no processo de planeamento e ordenamento territorial, a nível distrital, onde, elementos dos serviços distritais de infra-estruturas, planeamento e ambiente, foram capacitados nesta matéria.

D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

O acesso físico, económico e permanente a alimentos saudáveis a toda a população, incluindo aquelas afectadas pelas calamidades diversas, constituiu a linha de orientação do Governo visando o alcance dos seguintes objectivos: (i) contribuir para a auto-suficiência e segurança alimentar em produtos básicos e (ii) reduzir a desnutrição crónica e aguda.

Avaliação global

Ao nível de políticas foi reforçada a capacidade nacional de monitoria e avaliação da Segurança Alimentar e Nutrição no País com a aprovação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição (ESAN II).

Em termos globais, a situação de segurança alimentar melhorou significativamente entre 2005 a 2006, tendo atingido estabilidade em 2007. Em termos regionais, o estado de segurança alimentar continuou condicionado pelo desempenho da campanha agrícola tendo por isso sido registados alguns focos de insegurança alimentar devido as secas de 2005 que afectaram os rendimentos da campanha agrícola 2004/05 nas regiões Sul e Centro e das cheias e ciclones ocorridos em 2007, afectando a primeira época da campanha agrícola 2006/07.

Contudo, os défices de alimentos observados nessas áreas, não tiveram impactos significativos sobre o estado nutricional da população em resultado da estabilidade dos preços de venda dos produtos alimentares, os quais chegaram a sofrer a maior queda dos últimos 5 anos. A implementação de programas de distribuição gratuita de alimentos ou através de programas de comida por trabalho bem como a suplementação nutricional para os grupos vulneráveis contribuíram para a estabilidade da situação nutricional nas zonas afectadas pelas calamidades.

Desafios

A aprovação da nova estrutura orgânica do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN), deverá merecer a atenção do Governo, de modo a torná-lo num órgão eficaz e dinâmico no desempenho do seu mandato. Por outro lado, a conclusão da elaboração e aprovação da proposta de Lei de Direito Humano a Alimentação Adequada, e adopção integral da ESAN II pelos sectores e governos locais, deverão merecer atenção do Governo, como forma de assegurar o alcance e estabilização permanente da segurança alimentar no país, incluindo em anos de calamidades.

O relançamento atempado da campanha agrícola no período pós-calamidades e a continuação dos programas de assistência alimentar para as populações afectadas, deverão ser priorizados para evitar a ocorrência de desnutrição crónica.

O reforço e alargamento da vigilância nutricional e respectivos programas de reabilitação nutricional combinados com programas de educação nutricional, de combate a malária, abastecimento de água e saneamento rurais, deverá manter-se prioridade do Governo com vista a acelerar a redução dos níveis de desnutrição aguda até aqui observados nas zonas afectadas por calamidades.

O reforço da educação nutricional, sobretudo nas províncias da região norte e Zambézia, tradicionalmente auto-suficiente em alimentos, mas com os mais elevados índices de desnutrição crónica do país deverá merecer atenção do Governo.

Durante o período em referência o Governo prosseguiu os seguintes objectivos:

Contribuir para a auto-suficiência e segurança alimentar em produtos agrários

Os resultados até aqui alcançados mostram que na ausência de calamidades naturais severas, o país podia rapidamente ter já alcançado a auto-suficiência alimentar nos produtos básicos básicos como milho, feijões, mandioca e batata-doce, e garantir a segurança alimentar para toda a população.

Em termos quantitativos, como resultado da seca prolongada entre 2004/05, a produção alimentar de 1.9 milhão de toneladas de cereais, 333 mil toneladas de leguminosas, 6.6 milhões de toneladas de mandioca e 13.514 toneladas de carnes, alcançados nessa campanha, resultou numa insegurança alimentar afectando a 800.000 pessoas, número reduzido para 240.000 pessoas em 2006 com a elevação em 6.7% da produção agrícola na campanha 2005/06.

Como resultado das cheias e ciclones ocorridos na zona centro e sul do país, a insegurança alimentar aumentou para 520.000 pessoas afectadas. Para suprir as carências alimentares nas áreas afectadas, todas as pessoas afectadas beneficiaram de assistência alimentar gratuita ou através de programas de “Comida por trabalho”.

As calamidades naturais reduziram a disponibilidade de alimentos para menos de 9 meses na zona sul e das reservas alimentares nalguns distritos da região centro (sul de Tete, Manica e Sofala) e norte do país onde foram registados algumas bolsas de fome.

Evolução da produção agrícola e população necessitando de assistência alimentar

Indicadores	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Produção agrícola alimentar (tons)	8.800.000	10.050.000	10.670.000
Pessoas necessitadas	800.000	240.000	520.000

Fonte: MINAG/SETSAN

Reduzir a desnutrição crónica e aguda

Os resultados até aqui alcançados mostram que a situação nutricional registou melhoria significativa face à situação observada em 2004 e agravada em 2005, tendo atingido um estado normal em 2007. As taxas de desnutrição aguda, embora representem uma melhoria face a situação de 2005, registaram um ligeiro agravamento face aos níveis observados em 2004.

Com efeito, a desnutrição crónica, medida pelo indicador de crescimento Insuficiente, reduziu para 5.0% em 2007, superando o valor de 6.4% observado em 2004, o que mostra que o país está no bom caminho para a contínua redução da nutrição crónica no país, que continua normal, abaixo do limite aceitável de 7%.

Situação preocupante permanece na desnutrição aguda (transitória) que sofreu um ligeiro agravamento para 11.5% em 2007, contra os 9.7% observados em 2004. Contudo, os níveis observados permaneceram abaixo do nível de alarme cotado no intervalo de 16-30%.

Evolução do Estado Nutricional da População, 2004-2007

Indicadores	2004	2005	2006	2007
Taxa de Mau Crescimento	6.4	5.7	6	5.0
Baixo Peso à Nascimento	9.7	10.5	11.5	11.5

Fonte: MISAU/SETSAN

E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Governo continuou a priorizar a promoção da inovação científica e tecnológica com o objectivo de desenvolver um sistema integrado de produção e de gestão do conhecimento virado para as necessidades nacionais de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável do país.

Assim, com vista a realização dos objectivos definidos foram realizadas entre outras as seguintes acções:

Desenvolvimento do Sistema de Ciência e Tecnologia

- Elaborado e aprovada a Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (ECTIM);
- Criado o Estatuto e Carreira do Investigador Científico;
- Estabelecidos os Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT) para as regiões Sul, Centro e Norte;
- Estabelecido o Fundo Nacional de Investigação (FNI) e criado o respectivo Regulamento;
- Criado o Conselho Nacional da Ciência e Tecnologia;
- Criados 5 Conselhos Científicos nomeadamente o de Etnobotânica, Energia, Água, Saúde e Agricultura;
- Criada a Academia de Ciências de Moçambique estando-se presentemente na fase de estabelecimento físico;
- Criado o Regulamento de Bio-Segurança;
- Criado o Diploma de reestruturação das carreiras de informática;
- Criado o Diploma de aprovação do Sistema Nacional de Mobilidade dos Investigadores;
- Criado o Diploma de aprovação do Regulamento de Licenciamento da Actividade de Investigação Científica e registo das Instituições de Investigação;
- Criado o Diploma de Criação do Código de Ética de Ciência e Tecnologia;
- Lançada a Estratégia da Propriedade Intelectual com vista a promover a investigação científica;
- Elaborado e aprovado o Programa Nacional de Investigação em HIV/SIDA;
- Criado um Banco de Dados sobre Instituições Nacionais de Pesquisa;
- Concebido e iniciada a operacionalização do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Ciência e Tecnologia (PDRHCT) no âmbito da CT&I;
- Estabelecidas duas Vilas de Milénio, uma na região Sul (Chibuto/Gaza) e outra na região Norte (Lumbo/Nampula) ;
- Criados dois Museus virtuais, um de Algodão e outro de Açúcar;
- Reabilitada, em parceria com o Ministério da Agricultura (MINAG), a estação de investigação agrária de Chobela;
- Estabelecimento das delegações provinciais de Ciência e Tecnologia nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado.

Investigação Científica e Inovação

- Aprovados 23 projectos de investigação, inovação e/ou de transferência de tecnologia cobrindo 32 distritos (9 na região Sul, 14 na região Centro e 9 na região Norte), sendo 12 de investigação, 5 de inovação e transferência de tecnologia e projectos estratégicos do governo;
- Capacitados 116 investigadores como forma de elevar a capacidade de investigação em Moçambique;

- Realizadas 25 Expedições Científicas em diferentes Distritos do País cobrindo as zonas Norte, Centro e Sul;
- Estabelecido o programa inovador moçambicano, tendo já sido registados 43 inovadores ao nível nacional. Já foram submetidas 11 inovações no Instituto de Propriedade Intelectual (IPI) dos quais 5 já estão registados e com patentes;
- Elaborados dois livros sendo um sobre “diagnósticos de necessidades de pesquisa sobre HIV/SIDA em Moçambique” e outro contendo a “Bibliografia Anotada sobre Pesquisa em HIV/SIDA”;
- Criado o programa “Criando o Cientista Moçambicano do Amanhã” e operacionalizado nas províncias de Nampula, Gaza, Niassa, e Manica, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Universidade Pedagógica (UP) e a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC);
- Instituído o prémio da ciência para a mulher e jovem nas seguintes categorias: distinção, mérito e prémio do jovem investigador, no âmbito da participação da mulher e jovem na investigação.

Transferência de Tecnologia e Inovação

- Estabelecido o programa Moçambique Tecnológico com vista a criar a ligação entre a Investigação Científica e a Indústria;
- Organizadas Mostras de Ciência e Tecnologia nas províncias de Nampula, Tete, Gaza e Maputo, visando a divulgação, promoção da ciência, tecnologia, inovação e do conhecimento local;
- Distribuídas 20 máquinas para a produção de blocos FFB no âmbito da implementação do programa de construção usando materiais locais, aplicados no reassentamento das populações afectadas pelas cheias de 2006/7;
- Produzidos 3 vídeos de promoção de novas tecnologias sobre batata doce de polpa alaranjada, de milho melhorado em Umbeluzi e bomba manual de irrigação xigutsa, no campo de ensaio de Umbeluzi;
- Graduadas 5 empresas de software resultantes da incubação de 15 jovens.

Tecnologias de Informação e Comunicação

- Aprovada a Estratégia de Governo Electrónico;
- Desenvolvido e lançado o Portal do Governo de Moçambique que conta com mais de 2 milhões de visitantes por mês;
- Estabelecidos 17 centros multimédia comunitários (CMCs) nas províncias de Gaza (Chókwè), Maputo (Xinavane e Moamba), Nampula (Ribaué), Zambézia (Alto Molocué), Cabo Delgado (Chiúre), Sofala (Dondo) e Niassa (Cuamba) e ainda 7 Centros Provinciais de Recursos Digitais (CPRD);
- Interligadas 128 instituições através da Rede Electrónica do Governo (GovNet) que cobre actualmente instituições do Governo ao nível central e provincial;
- Desenvolvido e lançado o Sistema Centralizado de Correio Electrónico do Governo com mais de 3000 utilizadores;

- Criada a Plataforma Dzowo como base de dados e de interação electrónica dos pesquisadores moçambicanos e seus parceiros internacionais;
- Desenvolvida a Unidade Móvel de Tecnologias de Informação e Comunicação funcionando na província de Inhambane;
- Introduzidas tecnologias de informação nos balcões de atendimento único da Cidade de Maputo e Nampula;
- Formados 1300 quadros do Estado na área de tecnologias de informação e comunicação tendo abrangido dirigentes, líderes e funcionários públicos;
- Formados 29 formadores de professores, por província, em Tecnologias de Informação e Comunicação tendo beneficiado no total 311 professores dos 290 previstos e tendo também sido estabelecidas 20 salas de informática nas escolas secundárias no âmbito do Projecto SchoolNet (Internet nas Escolas) e formados 130 professores como utilizadores de tecnologias de informação e comunicação;
- Realizada a 3ª edição das Olimpíadas Moçambicanas de Informática, tendo participado 79 alunos provenientes de 10 Escolas das províncias de Maputo, Manica, Nampula;
- Concluída a fase I do estabelecimento da incubadora tecnológica em Chókwè;
- Criada a base de dados e portal de ciência e tecnologia com informação sobre agro-pecuária (conservação e processamento de produtos agrícolas no país);
- Montado um centro avançado de Tecnologias de Informação e Comunicação no MCT, como resultado do acordo com a Microsoft;
- Participação na elaboração e aprovação da Política de telecomunicações e lei de transacções electrónicas;
- Participação na expansão e modernização das infra-estruturas de telecomunicações com a utilização da fibra óptica nas comunicações entre Maputo e as capitais provinciais com a excepção de Cabo Delgado e Niassa;
- Estabelecidas páginas web e portais na Presidência da Republica, MCT, MTC, MIC, MEC, MINEC, MPD, MISAU, MTrab, MAgri. MPescas, MTurismo, MIREM, MICOA, MMAS, nos Governos Provinciais de Gaza, Sofala, Nampula, e Cabo delgado e portais específicos como o Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação e o Portal dos Balcões Únicos de Atendimento.

F. DESENVOLVIMENTO RURAL

Durante os 3 anos de Governação as políticas e programas nacionais foram conduzidos de modo a assumir uma natureza explicitamente pró-rural, visando gerar mudanças no actual padrão de acumulação da economia nacional através da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) orientada para (i) o aumento da competitividade na economia rural; (ii) gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais e do ambiente; (iii) expansão do capital humano, inovação e tecnologia; (iv) diversificação e eficiência do capital social, de infra-estruturas e institucional; e (v) boa governação e planeamento para o mercado.

Avaliação global

A implementação de diversos programas orientados ao Desenvolvimento Rural, conduziu ao aumento significativo das infraestruturas produtivas agrícolas e

piscícolas, designadamente, regadios infraestruturados e tanques piscícolas e das infraestruturas sócio-económicas, com destaque para estradas terciárias, redes escolar e sanitária primárias e fontes de abastecimento de água, elevando a cobertura destes serviços nas áreas rurais das províncias da Zambézia, Nampula e Sofala, até então as mais carentes do país.

Por outro lado, a expansão do acesso ao crédito rural através das instituições financeiras e de micro-finanças rurais, bem como de diversos Fundos de Fomento, incluindo a alocação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local para todos os distritos, aumentou o acesso ao crédito para o financiamento das iniciativas locais dos produtores organizados em associações e para os empreendedores locais, contribuindo deste modo para o crescimento do movimento associativo nas áreas rurais, ao aumento da produção, produtividade e empregos rurais e do acesso aos mercados.

A aposta na criação e dinamização de Agências de Desenvolvimento Económico Local em 7 províncias, constituiu um instrumento para o reforço dos resultados das iniciativas locais, implementadas no âmbito dos programas de planificação descentralizada em curso no país.

Desafios

A aceleração da expansão da Comunicação Rural através da construção de estações de rádio nas vilas rurais no âmbito do Programa de Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV), é urgente de modo a facilitar a difusão e adopção de novas tecnologias de produção, e o acesso a informação sobre as oportunidades do mercado, sobretudo os agricultores.

Por outro lado, a utilização integral das terras em todos os regadios reabilitados e infraestruturados, acompanhada pela orientação das oportunidades de crédito e micro-finanças para responder às necessidades dos respectivos produtores, deverá constituir prioridade do Governo para assegurar o rápido crescimento da economia rural, permitindo ao mesmo tempo a dinamização dos mercados agrícolas locais e regionais e funcionar como mecanismo para o sucesso da Revolução Verde.

O direccionamento dos diversos Fundos de Fomento para o financiamento das iniciativas explicitamente pró-rural, bem como a sua integração na planificação descentralizada em curso no País, poderá contribuir para a aceleração do Desenvolvimento Rural.

Durante o período em referência, foram realizadas as seguintes acções segundo cada objectivo preconizado:

Prosseguir a reabilitação e desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais nas zonas rurais, enfatizando a sua manutenção e operação com participação comunitária

- Construídos e/ou reabilitados 5.046 ha de regadio em todo o país;

- Reabilitados 1.227 Km de estradas terciárias e acessos comunitários e construídos 149 pontes e pontecas e 300 aquedutos nas províncias de Nampula, Zambézia e Sofala;
- Construídas 13 escolas nas Províncias de Nampula, Zambézia e Sofala;
- Construídas 11 unidades sanitárias e 19 casas para o pessoal da Saúde nas províncias de Nampula, Zambézia e Sofala;
- Construídas/reabilitadas 250 fontes de água em Nampula, Zambézia e Sofala e 2 sistemas de captação de água nos Centros de Saúde em Angoche e Mogincual em Nampula;
- Construídas 328 celeiros melhorados nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala e Maputo; 9 silos e construído 1 mercado em Nhamatanda e em construção 1 em Gorongosa;
- Construídos 2 mercados de fruta com capacidade para 40 utilizadores cada nos distritos de Macia (Gaza) e Manhiça (Maputo).

Criar condições e ambiente conducentes ao desenvolvimento de instituições micro-financeiras sustentáveis que ofereçam oportunidades de crédito para a criação de micro e pequenas empresas familiares, priorizando a promoção do aproveitamento dos produtos agrários e recursos naturais e do surgimento e desenvolvimento de mercados para os produtos processados

- Elaborada a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) e a Estratégia Nacional de Micro-Finanças;
- Elaborado o programa de apoio às microfinanças/finanças rurais, com vista a complementar as actividades de finanças rurais;
- Em funcionamento 59 agências micro-financeiras que assistiram no total 157.000 clientes;
- Contratadas 2 instituições de micro-finanças para fornecimento de crédito aos pescadores artesanais na província de Sofala e Zambézia;
- Promovidas e consolidadas 44 associações de pescadores artesanais, sendo 12 em Cabo Delgado, 2 em Niassa, 8 em Nampula, 4 na Zambézia, 1 em Tete, 14 em Manica, 1 Inhambane e 2 em Maputo;
- Promovidos e assistidos 72 grupos de poupança e créditos, sendo 27 em Cabo Delegado, 15 Nampula, 5 Zambézia e 29 em Sofala;
- Concedido créditos a 97 mutuários nas províncias de Zambézia (Pebane e Maganja da Costa), Nampula (Angoche, Moma e Mongicual) e Sofala (Búzi, Machanga e Beira);
- Apoiados 41 intervenientes da comercialização agrícola sendo 30 da Província de Tete financiados pela GAPI e os restantes 11 intervenientes operam na Província de Niassa e foram financiados pelo Projecto Malonda;
- Financiados 29 projectos com os fundos do FARE, dentre eles 28 cantinas rurais e 1 carpintaria na Província de Manica;
- Disponibilizada uma linha de crédito no valor de 2,0 Milhões de Dólares Americanos para financiar o relançamento da produção do arroz no Chókwé na campanha agrícola 2006/2007;

- Consolidado o sistema de crédito aos agricultores e desenvolvimento agrícola no regadio de Xai-Xai;
- Realizadas desde Outubro de 2004, 118 operações de crédito, para as províncias de Maputo (24), Gaza (58), Inhambane (9), Manica (16), Sofala (7), Tete (2), e Zambézia (2), no âmbito do Programa de Relançamento do Sector Privado afectado pelas cheias do ano 2000 e 2001;
- Concedido crédito a 8 empresas das províncias de Nampula (3), Zambézia (1), Inhambane (2) e Gaza (2) no âmbito do Fundo de Garantia IV do crédito do BCI-Fomento SARL às empresas produtoras/processadoras de castanha de caju
- Realizada a Reunião Nacional sobre os Fundos de Fomento subordinada ao lema “O papel dos Fundos de Fomento no Desenvolvimento Sócio-Económico do país e o Desafio de Uma Maior Coordenação de Esforços para o Aumento do Impacto Junto das Comunidades”. Como resultado, elaboradas as matrizes de acções prioritárias para os 14 Fundos de Fomento a operar no país.

Aperfeiçoar e desenvolver o ambiente legal e institucional que permita a autogestão ao nível comunitário

- Registadas cerca de 437 novas associações ao abrigo do Decreto-Lei nº 2/2006 que facilita o registo de Associações Agro-pecuárias, totalizando 3.237 associações registadas em todo o país;
- Aprovada a consignação dos 20% das receitas cobradas ao abrigo da legislação florestal e faunística para as comunidades locais, e
- Iniciado o processo da consignação com as comunidades localizadas em Manica (Distrito de Macossa, Coutada 9).

Assegurar o planeamento físico e a gestão racional do solo e dos recursos naturais nas áreas rurais

- Identificadas áreas seguras para reassentamento de 26.000 famílias afectadas pelas Cheias do Vale do Zambeze;
- Formados 167 técnicos em Planeamento e Ordenamento Territorial e Gestão dos Recursos Naturais no contexto da Planificação Distrital;
- Capacitados 38 técnicos de nível provincial, 41 administradores, 57 secretários permanentes e 119 chefes de postos administrativos;
- Realizado o curso de capacitação em Ordenamento Territorial e Gestão dos Recursos Naturais aos decisores da província de Nampula para 20 Administradores distritais e 22 Chefes de Postos Administrativos;
- Capacitados 20 técnicos distritais das províncias de Cabo Delgado, 21 de Maputo e 55 líderes comunitários da Província de Manica e 78 da Manhica (Maputo), em ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais;
- Capacitados 24 líderes comunitários do distrito de Nipepe- Niassa e 27 técnicos distritais da província de Manica em ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais;

- Concluídos e entregues os mapas da situação actual e temáticos dos planos de uso da terra de Chifunde, Macanga, Mutarara e Changara em Tete, Namacurra, Nicoadala, Chinde e Gilé na Zambézia, Machanga, Maríngue e Chemba em Sofala, Manica e Macossa em Manica, Cahora Bassa, Moatize, Chiúta, Marávia e Zumbo - Província de Tete e concluídos os mapas temáticos de Manica, Sussundenga e Gondola (Província de Manica) e Chemba (Sofala), Gilé, Namacurra, Nicoadala e Chinde (Zambézia);
- Concluída a elaboração do plano de estrutura das vilas de Metangula, Muembe, Mandimba e cidade de Mocuba.

Prosseguir o desenvolvimento da rede de comunicação audiovisual rural

- Relançada a iniciativa de comunicação em prol do desenvolvimento rural inserida no Programa de Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV), incidindo em 20 vilas e cidades rurais distribuídas pelas nove províncias exceptuando a Cidade e província de Maputo, numa altura em que já foram instaladas 10 estações nos distritos de Vilanculos, Marromeu, Chimoio, Chiúre, Angónia, Namialo, Mueda, Mandimba, Marrupa e Ribaué;
- Realizadas 191 horas de rádio na disseminação de mensagens técnicas;
- Iniciada a instalação da Rádio Comunitária de Ntantha no distrito de Chifunde em Tete no âmbito da Comunicação Rural.

Promover a organização das comunidades, assegurando a sua participação na tomada de decisão

- Iniciada a disseminação em todo o país da Lei das Associações Agro-Pecuárias (Lei nº 2/2006) através do programa radiofónico difundido nas línguas Portuguesa, Changana/Tsonga, Ndau, Sena, Makwa e Ajaua.

Reforçar a capacidade de coordenação das acções multisectoriais, com vista a garantir o desenvolvimento integrado das zonas rurais

- Iniciada a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), (i) aumento da competitividade na economia rural; (ii) gestão sustentável dos recursos naturais e ambiente; (iii) diversificação e coesão do capital social; (iv) capital humano e tecnologia; (v) eficácia institucional e governação;
- Iniciada a formulação da Política Nacional de Descentralização e do Programa Nacional Único de Planificação e Finanças Descentralizadas;
- Lançada a Agência de Desenvolvimento Local (ADEL) de Gaza, elevando para 6 o número de ADELs existentes no país;
- Apoiado, em parceria com os respectivos Governos provinciais, o funcionamento das Agências de Desenvolvimento Económico Local (ADELs) já constituídas (Maputo, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula, Inhambane).
- Capacitados nos módulos sobre Desenvolvimento Económico Local 27 técnicos superiores a serem afectos nos distritos da Província de Cabo Delgado; e

- Capacitada a Equipa Provincial de Apoio à Planificação (EPAP) da Província de Gaza sobre coordenação e promoção de desenvolvimento rural com ênfase nos Programas e projectos, Agências de Desenvolvimento Económico Local e outras iniciativas de desenvolvimento rural.

G. CALAMIDADES

Tendo em conta que Moçambique é vulnerável a catástrofes provocadas por anomalias climáticas, em virtude de sua localização ao longo da costa frequentemente assolado por ciclones, e agravada pelo facto de a maioria dos rios das bacias hidrográficas percorrem países vizinhos à montante onde ocorrem chuvas intensas, obrigando a descargas intempestivas das suas barragens, as calamidades naturais são um dos factores que agravam a situação da pobreza em Moçambique, pois têm impacto destrutivo sobre a dimensão humana e as infraestruturas sócio-económicas. Neste âmbito, constituem objectivos prioritários do Governo nesta área os seguintes: (i) reduzir o número de vítimas humanas e a perda de propriedades; (ii) consolidar a cultura de prevenção; (iii) dotar o país de meios de prevenção e mitigação.

Avaliação global

Um dos grandes progressos alcançados nos primeiros 3 anos de governação foi a criação da capacidade de prontidão, resposta e mitigação dos efeitos das calamidades, como resultado da formulação e implementação, desde 2006, do Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades orientado para uma perspectiva de prevenção, alterando a anterior abordagem virada para a mitigação.

Esta capacidade traduziu-se por um lado, na criação e activação do Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) de Maputo e Regionais de Vilankulo, Caia e Nacala, que é um órgão de coordenação entre os vários intervenientes e instrumento orientador com procedimentos nas diferentes fases de gestão de calamidades. Por outro lado, na criação e capacitação dos Comitês Locais de Gestão de Risco nas comunidades e na criação dos Centros de Recursos e de Uso Múltiplo (CERUM) em alguns distritos das zonas áridas bem como no reforço dos meios de previsão e aviso prévio. Esta capacidade permitiu a redução do número de pessoas afectadas por calamidades e das perdas humanas bem como uma melhoria significativa na assistência humanitária.

Ainda sobre o reforço da capacidade de prevenção e resposta, o INGC foi reestruturado e criadas as Direcções de: Desenvolvimento das zonas áridas, de Prevenção e mitigação e as direcções regionais centro, norte e sul.

O início da construção de casas melhoradas pelas populações e de infraestruturas sociais nas áreas de reassentamento com o apoio governamental, constitui a estratégia central adoptada pelo Governo visando reduzir paulatinamente o impacto das cheias ao mesmo tempo que concorre para o combate da pobreza e elevação da auto estima da população.

Desafios

A construção de infraestruturas hidráulicas de grande dimensão para o controlo das cheias e o desenvolvimento contínuo e acelerado das zonas áridas, através da

construção de diques, barragens, represas, furos e poços de água e a disseminação da agricultura de conservação nos distritos áridos para além de promoção de actividades não agrícolas para aumento da renda, deverá continuar uma prioridade do Governo de modo a reduzir a vulnerabilidade a calamidades nas zonas inundáveis e nas zonas áridas e semi-áridas.

A seleção de melhores técnicas e tecnologias para a construção das infraestruturas sócio-económicas, bem como das casas da população nas áreas susceptíveis aos ciclones, com destaque para os distritos costeiros de Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza, deverá ser integrada nos esforços do Governo visando a redução dos impactos das ciclones. De igual modo, deverá continuar-se com os esforços para a criação de Comitês Locais de Gestão de Risco em todas as comunidades vulneráveis e a consolidação da criação dos Centros Operativos de Emergência (COE) nas províncias e nos Distritos País.

A continuação do processo de reassentamento das populações em zonas seguras ou a construção de infraestruturas de protecção contra cheias bem como a construção de casas melhoradas e infraestruturas sociais e promoção de actividades para o aumento da renda, é um desafio do Governo para a redução da vulnerabilidade a calamidades. A seleção de áreas para o reassentamento definitivo das populações deverá merecer maior atenção do Governo, de modo a assegurar que as mesmas não sejam afectadas por outras cheias de maior magnitude.

A consolidação do processo de criação da UNAPROC para coordenação da acção operativa dos intervenientes na busca e salvação e aquisição de equipamentos para prestação de uma melhor intervenção e assistência aos afectados, deverão centrar-se no conjunto dos esforços do Governo para esta área.

Durante o período em referência, o Governo procedeu à implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades, visando o alcance dos seguintes objectivos:

Reduzir o número de vítimas humanas e a perda de propriedades

O esforço do Governo nas acções de prevenção das calamidades nos últimos anos permitiram a redução do número de vítimas humanas por cheias bem como na perda de infraestruturas sociais, conforme mostra a Quadro abaixo.

Quadro: População afectada e perda de infraestruturas

Indicador/Ano	2000	2001	2007
Obitos	669	113	0
Afectados (mil)	4,500	600	280
Salas de aulas	*	913	515
Unidades Sanitarias	*	40	9

*Sem informação Fonte: CENOE/2008

- Registadas 38 perdas humanas devido a ventos fortes e chuvas torrenciais (29) que afectaram as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula e Niassa e Ciclone Favio (9), que afectou as províncias de Inhambane, Sofala e Manica.

Consolidar a cultura de prevenção

- Instalados rádios comunitárias em Govuro, Inhambane e Pebane na Zambézia, os quais têm a possibilidades de uso da Internet para acções de educação e avisos;
- Capacitadas 275 pessoas de 57 distritos em gestão de risco de calamidades, sendo 115 técnicos, 41 Secretários Permanentes distritais e 115 jovens voluntários;
- Criados 118 Comitês de Gestão de Risco em todo o País, constituídos por 1415 membros tendo sido capacitados 101 e equipados 45;
- Reproduzido material de sensibilização sobre o novo sistema de aviso de ciclones desde as bandeiras, panfletos A4 e desdobráveis;
- Realizadas simulações de ocorrência de ciclones e cheias para ensaiar a operacionalidade do Sistema de Informação e Comunicação entre os Centros;
- Divulgado o sistema de aviso prévio para as cheias do Zambeze, do Ciclone FAVIO e dos ciclones que ameaçaram a costa moçambicana.

Dotar o país de meios de prevenção e mitigação.

- Estabelecidos os Centros Nacionais Operativos de Emergência (CENOE) na cidade de Maputo, Vilankulo e Caia;
- Criada a Unidade de Protecção Civil (UNAPROC) para coordenação da acção operativa dos intervenientes na busca e salvamento;
- Reestruturado o INGC e criadas as direcções de desenvolvimento das zonas áridas, de prevenção e Mitigação e as Direcções Regionais Norte, Centro e Sul do país;
- Estabelecidas e em funcionamento a ARA-Norte, ARA Centro ARA Zambeze;
- Pré-posicionados meios de socorro e salvamento nas Direcções Regionais Sul (Vilankulos), Centro (Caia) e no Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE, em Maputo);
- Reabilitadas pelo sector de Águas, 62 estações hidroclimatológicas, sendo 24 hidrológicas e 38 pluviométricas, nas Zonas Sul e centro e Bacia do Zambeze;
- Concluída a reabilitação da Estação Sismográfica de Lichinga, cave da Estação Sismográfica de Changalane e parcialmente concluída a reabilitação do Observatório Magnético de Maputo e iniciada a aquisição do equipamento mais moderno para as estações de Manica, Nampula e Lichinga;
- No âmbito da reabilitação e construção de barragens, no sector de **Águas** foi concluída a reabilitação da Barragem de Massingir e em substituição equipamentos hidromecânicos da Barragem de Macarretane;
- Assegurado o financiamento para a reabilitação das Barragens de Nacala e Corumana;
- Iniciados contactos com o Banco Comercial e de Investimentos para intermediar a angariação de financiador para a construção da Barragem de Bue Maria sobre o Rio Púngue;

- Criados 4 Centros de Recursos Múltiplos nas Zonas áridas das Províncias de Inhambane e Chigubo (Gaza), Massangena e Funhalouro (Mabote);
- Mapeados 4 distritos localizados nas zonas áridas e semi-áridas, nomeadamente, Mabote, Funhalouro, Massangena e Chigubo;
- Reabilitadas ou construídas 28 fontes de água nos distritos áridos e semi-áridos de Funhalouro, Mabote, Chigubo, Massangena, beneficiando a 1400 famílias;
- Construída uma represa no distrito de Chigubo com a capacidade de 2.000 m³ no vale do rio Changana para fins de irrigação e captação de água para o consumo da população;
- Reabilitada uma cisterna beneficiando 500 famílias no distrito de Mabote;
- Em curso a construção de 40 cisternas nos distritos de Chigubo e Massangena; um tanque em Saúte (Chigubo) e a montagem de um sistema de abastecimento de água em Dindiza (Chigubo), no âmbito da reformulação do projecto de construção de uma cisterna comunitária de grande capacidade no distrito de Chigubo;
- Finalizados, pelo sector de Águas os projectos executivos e documentos do concurso, para a construção de 50 pequenas barragens e represas nos distritos áridos das províncias de Gaza, Inhambane, Sofala e Manica e por reavaliar as condições para as fundações das represas em Tete;
- capacitados técnicos extensionistas dos distritos de Mabote, Funhalouro, Chigubo e Massangena em técnicas de captação e conservação da água das chuvas, na agricultura de conservação;
- Instalado um campo de demonstração usando técnicas de captação e conservação de água das chuvas em conjugação com os princípios de agricultura de conservação;
- Capacitados 15 camponeses/promotores em técnicas de captação e conservação da água das chuvas, na agricultura de conservação e, na metodologia de formação/extensão camponês a camponês, visando transformar os camponeses em formadores e promotores dentro das suas localidades;
- Semeados cerca de 700kg de diversa semente de ciclo curto beneficiando 274 pessoas e plantados 274 ha de mandioca beneficiando 150 famílias; e
- Elaborado o programa para o desenvolvimento do distrito de Chigubo e regiões adjacentes, constituído por 4 projectos prioritários, nomeadamente, artesanato, industrialização do canhú, criação de gado e indústria respectiva de carne e peles (artesanato) e edificação de uma loja para comercialização e sustentação dos projectos a nível local e abastecimento aos residentes em géneros essenciais.

H. DESMINAGEM

A acção do Governo no domínio do programa de acção contra minas assenta, fundamentalmente, na prossecução da meta preconizada na Convenção no sentido de

o país concluir até 2009 a clarificação de todo o território nacional e destruição de todas as minas anti-pessoal, com objectivo de evitar ou reduzir a perda de vidas humanas em consequência da presença de minas, em paralelo com a implementação de programas de assistência às vítimas de minas e da sua reintegração sócio-económica.

Avaliação global

Durante os 3 anos de governação, foram dados passos significativos rumo ao cumprimento dos objectivos, da convenção de Ottawa tendo sido clarificados cerca de 98% das áreas suspeitas de estarem minadas existentes em 2005, resultantes da pesquisa de impacto realizada entre 2000 e 2001, acompanhada da destruição das minas e outros engenhos não explodidos localizados. O nível de clarificação alcançado permitiu a disponibilização de mais terra para agricultura; aumento da segurança nas aldeias afectadas, a construção, a reabilitação e expansão das infraestruturas de saúde, educação, transportes e comunicação e ainda a clarificação de todas as áreas minadas conhecidas nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia.

Por outro lado a sinalização das áreas suspeitas de estarem minadas e a sensibilização da população sobre o perigo das minas contribuíram para a redução substancial dos acidentes com minas e das respectivas vitimas humanas.

Desafios

A clarificação de cerca de mais 9 milhões de m² minados nas regiões Centro e Sul do país, descobertos pela pesquisa realizada em 2007, constitui uma prioridade de modo a tornar os corredores de desenvolvimento do Limpopo e da Beira e as zonas fronteiriças mais seguros para a circulação de pessoas e bens e para o investimento privado bem como para libertar a terra para vários investimentos sócio-económicos, facto que exigirá do Governo a extensão do período de implementação da Convenção de Ottawa de 2009 para 2014.

A realização de campanhas de sensibilização sobre o perigo de minas as populações vivendo em zonas afectadas por minas e outros engenhos explosivos, para evitar a ocorrência de acidentes. O fortalecimento da coordenação entre o IND, MISAU e MMAS deverá ser priorizado de modo a assegurar a assistência e integração social às pessoas vítimas de acidentes de minas.

Durante o período em referência, constituíram objectivos do Governo no domínio da acção contra minas os seguintes:

Assegurar a clarificação das áreas minadas e a destruição das minas anti-pessoal ou engenhos não explodidos localizados

- Reduzidas para 420 mil m² as áreas ainda supeitas de estarem minadas, contra 149 milhões de m² que eram suspeitas de estarem minados em 2005.
 - Reduzido para 27, o número de aldeias supeitas de estarem minadas contra 174 áreas existentes em 2005;
 - Reduzido para 32, o número de áreas afectadas por minas, contra 351 áreas existentes em 2005;
- Concluída a clarificação de todas as áreas minadas conhecidas nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia;

- Destruídas 61.355 minas e 3.300 engenhos não explodidos em 293 locais nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado;
- Criadas 13 empresas e 8 Organizações nacionais de desminagem;
- Acreditadas 36 equipas caninas e 34 equipas de ratos dectotores de minas.

Promover a sinalização das áreas suspeitas de estarem minadas

- Sinalizadas 484 campos minados e 75 áreas com presença de engenhos não explodidos (UXOs), resultantes da pesquisa de 2007;
- Reduzido para 11, o número de acidentes com minas e outros engenhos explodidos e de respectivas vítimas (24 dos quais 14 óbitos e 10 feridos) contra 18 acidentes registados em 2005 com 57 vítimas, das quais 23 óbitos e 34 feridos.

Promover a implementação de programas de assistência às vítimas de minas anti-pessoal

- Apoiadas 444 vítimas de minas, destacando-se a construção de casas, assistência médica e medicamentosa, treinamento em matéria de planificação e gestão de pequenos negócios, formação vocacional em corte e costura, carpintaria, bem como a construção de uma alfaiataria para as vítimas de minas.

Promover a implementação de programas de educação cívica sobre o perigo de minas

- Sensibilizadas 47.934 pessoas entre professores, crianças em idade escolar e a comunidade em geral nos distritos de Murrupula e Rapale (Nampula), Cahora Bassa, Chiuta, Macanga, Moatize, Mutarara e Songo (Tete), Bárue e Machaze, em Manica e Caia, Chibabava e Maríngue (Sofala) e Zavala, Jangamo e Vilanculos (Inhambane);
- Formados 713 agentes de educação cívica e criados 24 núcleos de educação cívica sobre o perigo de minas nas comunidades afectadas;
- Treinados 8 formadores de educação cívica sobre o perigo de minas para formar agentes de educação cívica nas províncias de Inhambane, Manica e Sofala.